UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL

**UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE MARCADORES
CULTURAIS EM DOIS CORPORA PARALELOS DE
TRADUÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO DE
PORTUGUÊS PARA INGLÊS E DE INGLÊS PARA
PORTUGUÊS**

Naomi James Sutcliffe de Moraes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Semiótica e Lingüística Geral, do Departamento de
Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Doutora em Lingüística

Orientador: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL

**UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE MARCADORES
CULTURAIS EM DOIS CORPORA PARALELOS DE
TRADUÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO DE
PORTUGUÊS PARA INGLÊS E DE INGLÊS PARA
PORTUGUÊS**

Naomi James Sutcliffe de Moraes

São Paulo

2007

DEDICATÓRIA

To my husband Vítor, with deepest gratitude and love.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a orientação e revisão de meu orientador, Prof. Dr. Francis H. Aubert.

Agradeço as contribuições de meus colegas, sem as quais
não teria tido um corpus com o qual trabalhar.

Agradeço a boa vontade do colega Luís Henrique Kubota pelo
empréstimo do dicionário jurídico de Maria Helena Diniz.

Agradeço a boa vontade da minha orientadora anterior, Profa. Dra. Salete de Almeida Cara.

e

Agradeço o apoio moral e paciência de meu marido, Prof. Dr. Vítor H. Nascimento.

RESUMO

Esta tese apresenta uma análise qualitativa da tradução de marcadores culturais referenciais (extra-lingüísticos) e estilísticos (convenções lingüísticas) em dois corpora paralelos de documentos da área de direito privado, um com originais em português brasileiro e traduções em inglês e o outro com originais em inglês e traduções em português brasileiro. Os corpora não contêm traduções de aprendizes. Dividiu-se os marcadores em categorias temáticas para identificar tendências de abordagem. As análises incluíram classificação das soluções tradutórias através das modalidades de Aubert (2005), com modificações, e graus de aproximação do receptor ao texto original. Dois corpora comparáveis em inglês e português também foram coletados e utilizados para servir como uma referência para questões estilísticas.

ABSTRACT

This dissertation is a qualitative analysis of the translation of referential (extra-linguistic) and stylistic cultural markers in two parallel corpora containing documents from the area of private law, one with originals in Brazilian Portuguese and translations in English and the other with originals in English and translations in Brazilian Portuguese. The corpora contain translations performed by professionals, not students of translation. The cultural markers were categorized thematically to allow identification of translation strategy trends. The analyses included classification of translation solutions using the modalities of Aubert (2005), with modifications, and degrees of approximation between the receptor and the original text. Two comparable corpora in English and Brazilian Portuguese were also compiled and used as a reference for stylistic questions.

PALAVRAS CHAVES: tradução jurídica, corpora paralelos, modalidades de tradução, inglês, grau de aproximação

KEY WORDS: legal translation, paralel corpora, translation shifts, Portuguese, degree of approximation

Índice

Índice das Tabelas	11
Índice de Figuras	13
1 Introdução.....	15
1.1 Definição do problema e sua relevância.....	15
1.1.1 O universo de estudos tradutórios	16
1.1.2 Hipótese.....	17
1.2 Metodologia e abordagem deste estudo	18
1.2.1 Marcadores culturais	18
1.2.2 Descrição dos corpora	19
1.2.3 Contexto sociocultural.....	21
1.2.4 Análise qualitativa	21
1.3 Estudos anteriores.....	22
1.4 Estrutura desta tese	25
2 Universo da pesquisa.....	26
2.1 Histórico do universo jurídico no Brasil, nos EUA e na Grã-Bretanha	26
2.1.1 A tradição de direito civil.....	26
2.1.2 A tradição de common law.....	27
2.2 Aspectos discursivos e lingüísticos da procuração.....	29
2.2.1 Aspectos discursivos e lingüísticos da procuração norte-americana e britânica	29
2.2.2 Aspectos discursivos e lingüísticos da procuração brasileira.....	30
2.2.3 Semelhanças e diferenças nos aspectos discursivos e lingüísticos de procurações..	32
2.3 Tipos de sociedades e sua organização no Brasil, nos EUA e na Grã-Bretanha.....	33
2.3.1 Pessoas Jurídicas no Brasil.....	33
2.3.2 Pessoas Jurídicas nos EUA.....	39
2.4 Estrutura de atos constitutivos.....	51
2.4.1 Documentos constitutivos nos EUA.....	51
2.4.2 Documentos constitutivos na Grã-Bretanha.....	53
2.4.3 Documentos constitutivos no Brasil.....	54
2.4.4 Correspondências e possíveis equivalências operacionais e funcionais	55
2.5 Estrutura de contratos	58

2.5.1	A estrutura de contratos nos EUA e na Grã-Bretanha.....	58
2.5.2	A estrutura de contratos no Brasil	62
3	Fundamentação teórica.....	65
3.1	Teorias gerais de tradução	65
3.1.1	Palavra por palavra e sentido por sentido.....	65
3.1.2	Schleiermacher	66
3.2	O Modelo de Vinay e Darbelnet.....	67
3.3	Modificações do modelo de Vinay e Darbelnet	70
3.3.1	Vázquez-Ayora.....	70
3.3.2	Barbosa	71
3.3.3	Aubert.....	72
3.4	Modelo utilizado neste estudo	74
3.4.1	Contexto sociocultural.....	74
3.4.2	Definição da unidade de estudo.....	80
3.4.3	Definição das modalidades de tradução	81
3.4.4	Resumo das modalidades de tradução	92
3.4.5	Classificação das categorias segundo o grau de aproximação do receptor ao texto original	94
4	Metodologia e estabelecimento dos corpora	101
4.1	Tipos de corpora	101
4.2	Considerações no projeto dos corpora.....	102
4.3	Metodologia de levantamento	104
4.4	Descrição dos corpora	105
4.4.1	Ing-br — Traduções do inglês para o português	106
4.4.2	Br-ing — Traduções do português para o inglês.....	108
4.4.3	Descrições dos arquivos nos corpora paralelos, por tipo	112
4.4.4	Corpora comparáveis.....	121
4.5	Metodologia de análise.....	128
4.5.1	Análise de modalidades	129
4.5.2	Análise de graus de aproximação	131
4.5.3	Análise de variáveis secundárias	132

4.5.5	Análise quantitativa	132
5	Análise qualitativa e quantitativa da tradução de marcadores referenciais	134
5.1	Tipos de sociedades e outras pessoas jurídicas	134
5.1.1	Equivalências operacionais	134
5.1.2	Modulações	137
5.1.3	Traduções literais e equivalências funcionais	139
5.1.4	Listas de tipos de entidades	141
5.1.5	Resumo de frequência de ocorrência e conclusões	146
5.2	Nomes de documentos constitutivos	148
5.2.1	Documentos constitutivos dos EUA.....	149
5.2.2	Documentos constitutivos na GB	151
5.2.3	Documentos constitutivos no Brasil.....	154
5.2.4	Resumo de frequência de ocorrência e conclusões	158
5.3	Conceitos jurídicos	159
5.3.1	Durable Power of Attorney	160
5.3.2	Joint Venture	160
5.3.3	Attorney-at-law / procuração ad judicia	161
5.3.4	Sistema de tribunais de justiça	162
5.3.5	Foro como título de cláusula	166
5.3.6	Court of competent jurisdiction.....	168
5.3.7	Caso fortuito e força maior.....	169
5.3.8	Good faith / Boa-fé.....	171
5.3.9	Best efforts	175
5.3.10	Termos jurídicos em latim.....	176
5.3.11	Regime de casamento	177
5.3.12	Resumo de frequência de ocorrência e conclusões	178
5.4	Diferenças nos sistemas financeiros	180
5.4.1	Quotaholder	180
5.4.2	Retirar talões e pagar contas através de boleto bancário.....	182
5.4.3	Índices de correção monetária	183
5.4.4	Feriado com "ponte"	186

5.4.5	Impostos	186
5.4.6	Resumo de frequência de ocorrência e conclusões	187
5.5	Qualificações de pessoas físicas e jurídicas	189
5.5.1	Cédula de identidade RG.....	189
5.5.2	Análise da sigla SSP/SP	193
5.5.3	Outras qualificações de pessoas físicas - OAB e RNE	194
5.5.4	Qualificação de pessoas jurídicas - CNPJ, JUCESP	195
5.5.5	Resumo de frequência de ocorrência e conclusões	198
6	Análise qualitativa e quantitativa da tradução de marcadores estilísticos.....	201
6.1	Arcaísmos na linguagem jurídica	201
6.1.1	In witness whereof.....	201
6.1.2	Know all men	204
6.1.3	Witnesseth	205
6.1.4	Whereas	206
6.1.5	Set his hand	207
6.1.6	Dou Fé	207
6.1.7	Na melhor forma de direito	208
6.1.8	Aforesaid	209
6.1.9	Bastante procurador.....	210
6.1.10	Resumo das frequências de ocorrência e conclusões	211
6.2	Binômios tautológicos	214
6.2.1	Power and authority.....	215
6.2.2	Force and Effect	216
6.2.3	By and between	218
6.2.4	Termos e condições	219
6.2.5	Livre e desimpedido	220
6.2.6	Resumo de frequências de ocorrência e conclusões.....	221
6.3	Binômios não tautológicos	222
6.3.1	Residente e domiciliado	222
6.3.2	Nomeio e constituo.....	226
6.3.3	Jointly and severally	229

6.3.4	Organized and existing.....	232
6.3.5	Representations and warranties	233
6.3.6	Resumo das frequências de ocorrência e conclusões	235
7	Conclusões.....	238
7.1	Marcadores referenciais e estilísticos.....	238
7.2	Análise de outros parâmetros	243
7.2.1	Traduções para o inglês e para o português	243
7.2.2	Traduções juramentadas e não juramentadas	247
7.2.3	Traduções para a língua de domínio mais ativo e não.....	249
7.2.4	Situações tradutórias.....	250
7.2.5	Tradutor	255
7.3	Análises de graus de aproximação e modalidades específicos.....	258
7.3.1	Empréstimo + outras modalidades	258
7.3.2	Tradução literal vs. grau de aproximação.....	259
7.4	Outra maneira de apresentar as modalidades	260
7.5	Resumo das conclusões	263
7.5.1	Resumo das análises qualitativas	264
7.5.2	Resumo das análises quantitativas	266
7.5.3	Sugestões para trabalhos futuros	269
	Referências Bibliográficas.....	271
	Apêndice.....	277

Índice das Tabelas

Tabela 1.1 - Resultados de Zanotto (1993)	22
Tabela 1.2 - Resultados de Camargo (1998)	23
Tabela 1.3 - Resultados de Matthews (2003, p. 184)	25
Tabela 2.1 - Tipos de responsabilidade dos sócios.....	37
Tabela 2.2 - Possíveis equivalências operacionais	51
Tabela 3.1 - Resumo dos procedimentos.....	68
Tabela 3.2 - Categorização dos procedimentos por Barbosa (2004).....	72
Tabela 3.3 - Resumo das modalidades de Aubert (2005a).....	74
Tabela 3.4 - Resumo das modalidades deste estudo.....	94
Tabela 4.1 - Descrição do corpus paralelo ing-br.....	108
Tabela 4.2 - Descrição do corpus paralele br-ing.....	111
Tabela 4.3 - Número de palavras nos corpora ing-br e br-ing.....	111
Tabela 4.4 - Número de palavras e documentos por tradutor.....	112
Tabela 4.5 - Descrição dos arquivos no corpus comparável br-orig	126
Tabela 4.6 - Descrição dos arquivos no corpus comparável ing-orig	127
Tabela 4.7 - Códigos utilizados para as modalidades.....	131
Tabela 5.1 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — tipos de sociedades.....	147
Tabela 5.2 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — documentos constitutivos	159
Tabela 5.3 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — conceitos jurídicos.....	179
Tabela 5.4 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — conceitos financeiros	188
Tabela 5.5 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — qualificações.....	200
Tabela 6.1 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — arcaísmos	212
Tabela 6.2 - Frequência de ocorrência por grau de aproximação — arcaísmos — por corpus paralelo	213

Tabela 6.3 - Frequência de ocorrência para graus de aproximação 2 e 5 — arcaísmos — por corpus paralelo e por traduções juramentadas ou não	213
Tabela 6.4 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — binômios tautológicos	222
Tabela 6.5 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — binômios não tautológicos.....	236
Tabela 7.1 - Resumo de frequência de ocorrência por grau por tipo de marcador.....	238
Tabela 7.2 - Resumo de frequência de ocorrência por grau por tipo de marcador (percentagens)	239
Tabela 7.3 - Resumo de frequência de ocorrência por modalidade por tipo de marcador	241
Tabela 7.4 - Resumo de frequência de ocorrência por modalidade por tipo de marcador (percentagens)	242
Tabela 7.5 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos traduzidos para português (corpus ing-br) e para inglês (corpus br-ing) - marcadores referenciais	243
Tabela 7.6 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos traduzidos para português (corpus ing-br) e para inglês (corpus br-ing) - marcadores estilísticos	245
Tabela 7.7 - Percentagens de exemplos por modalidade traduzidos para português (corpus ing-br) e para inglês (corpus br-ing) — resumidas	246
Tabela 7.8 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos juramentados e não — corpus ing-br.....	248
Tabela 7.9 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos juramentados e não — corpus br-ing.....	249
Tabela 7.10 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos traduzidos para a LDA do tradutor e não — corpus br-ing	250
Tabela 7.11 - Percentagem de ocorrências por grau por situação tradutória.....	252
Tabela 7.12 - Percentagem de ocorrência por grau por tradutor — corpus ing-br.....	255
Tabela 7.13 - % de ocorrência por grau por tradutor — corpus br-ing	257
Tabela 7.14 - Modalidades com empréstimo nos dois corpora paralelos	259
Tabela 7.15 - Frequência de Ocorrência de cada modalidade tomada separadamente	261
Tabela 7.16 - Comparação com os dados de Matthews (2003).....	262
Tabela 7.17 - Dados deste estudo segundo as categorias de Aubert (2005a).....	263

Índice de Figuras

Figura 1.1 - Versão simplificada do esquema de Holmes	16
Figura 1.2 - Corpora paralelos e comparáveis.....	20
Figura 2.1 - Árvore de domínio.....	27
Figura 2.2 - General Power of Attorney.....	29
Figura 2.3 - Durable Power of Attorney.....	30
Figura 2.4 - Procuração para Compra de Bem Imóvel.....	31
Figura 2.5 - Procuração Ad Judicia	31
Figura 2.6 - Categorização de tipos de sociedades segundo a lei brasileira.....	36
Figura 2.7 - Categorização de tipos de sociedades segundo a lei norte-americana.....	40
Figura 2.8 - Tipos de sociedades na Grã-Bretanha.....	44
Figura 2.9 - Equivalências para o profissional autônomo	45
Figura 2.10 - Equivalências para a sociedade limitada	47
Figura 2.11 - Equivalências para a sociedade anônima.....	48
Figura 2.12 - Equivalências para a Limited Partnership	49
Figura 2.13 - Equivalências no caso de responsabilidade ilimitada e solidária	50
Figura 2.14 - Documentos constitutivos nos EUA e na GB.....	54
Figura 2.15 - Documentos constitutivos da Limited Liability Company/Sociedade Limitada	55
Figura 2.16 - Documentos constitutivos da Corporation/Sociedade Anônima	56
Figura 2.17 - Documentos constitutivos da Company/Sociedade Anônima/Sociedade Limitada	56
Figura 2.18 - Possíveis correspondências para estatuto e contrato social	57
Figura 2.19 - Possíveis correspondências para documentos constitutivos em inglês.....	58
Figura 2.20 - Indemnification Agreement	60
Figura 2.21 - Instrumento Particular de Comodato de Móvel.....	63
Figure 3.1 - Situações tradutórias A1 e A2	76
Figure 3.2 - Situações tradutórias B1 e B2.....	77
Figure 3.3 - Situações tradutórias C1 e C2.....	78
Figure 3.4 - Situações tradutórias D1, D2 e D3	79
Figura 3.5 - Tradução literal	82
Figura 3.6 - Evolução das categorias modulação e equivalência	85

Figura 3.7 - Evolução das categorias explicitação, omissão, implicação e acréscimo	90
Figura 3.8 - Evolução das modalidades empréstimo, decalque e transcrição	91
Figura 3.9 - Graus de aproximação do receptor ao escritor do texto original	95
Figura 3.10 - Exemplo de graus de aproximação — sociedade limitada	96
Figura 3.11 - Exemplo de graus de aproximação — RG N°	98
Figura 3.12 - Exemplo de graus de aproximação — Comarca.....	99
Figura 5.1 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — tipos de sociedades	146
Figura 5.2 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — documentos constitutivos.....	158
Figura 5.3 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — conceitos jurídicos	178
Figura 5.4 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — conceitos financeiros	187
Figura 5.5 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — qualificações	199
Figura 6.1 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — arcaísmos	212
Figura 6.2 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — binômios tautológicos	221
Figura 6.3 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — binômios não tautológicos	236
Figura 7.1 - Resumo de frequência de ocorrência por grau por tipo de marcador	239
Figura 7.2 - % de Ocorrência por grau para os dois sentidos tradutórios, com ajuste - marcadores referenciais	244
Figura 7.3 - Percentagem de ocorrências por grau para situações A1, B1, C1 e C2.....	253
Figura 7.4 - Percentagem de ocorrências por grau para situações A2, D1 e D2	254
Figura 7.5 - Percentagem de ocorrência por grau por tradutor - corpus ing-br - tradutores B, E, G, e M.....	256
Figura 7.6 - % de ocorrência por grau por tradutor - corpus br-ing - tradutores D, E, L e M	257
Figura 7.7 - Frequência de ocorrência por grau para tradução literal	260
Figura 7.8 - % de ocorrência por grau por sentido	267

1 Introdução

1.1 Definição do problema e sua relevância

A tradução jurídica é um caso especial, até extremo, de tradução de textos não literários, pois deve-se levar em conta não só os contextos culturais e sociais do país e idioma de origem ao se traduzir o documento, mas também as diferenças jurídicas entre os dois países, especialmente quando um segue o padrão do direito civil e o outro não. Seria como converter um texto veterinário de um idioma para um texto médico em outro, em que um bigode de gato não é exatamente o bigode de um homem. É necessário encontrar um equilíbrio entre a tradução do conteúdo—levando-se em conta o fato de que os conhecimentos do leitor do original são diferentes dos conhecimentos do leitor da tradução—e o uso de terminologia e fraseologia do idioma/universo jurídico da língua e país da tradução. Até que ponto a tradução precisa exibir sua alteridade?

Este estudo descritivo tenta responder a esta dúvida mediante uma investigação acerca das soluções encontradas na relação tradutória entre os universos lingüístico-discursivos (EUA-Grã-Bretanha/Brasil). Apesar de os universos jurídicos dos EUA e do Brasil serem diversos – implicando pressupostos diferentes, recortes semânticos não-coincidentes, e mesmo lacunas conceituais entre um e outro universo – a tradução de textos jurídicos se faz cotidianamente. As diferenças, portanto, não são impeditivas da criação de relações de equivalência, sejam funcionais, descritivas, operacionais ou culturais, estáveis e previsíveis ou *ad hoc* e dependentes do contexto / condições de produção da tradução.

Neste estudo, coletei traduções jurídicas de colegas - todos tradutores profissionais com vários anos de experiência e sucesso no mercado. Em lugar de estudar todas as escolhas feitas, mesmo as triviais, considerei mais recompensador estudar a tradução das dificuldades tradutórias, nesse trabalho chamadas de marcadores culturais referenciais e estilísticos.

1.1.1 O universo de estudos tradutórios

Em 1972, Holmes (1972, 2000) apresentou um trabalho no qual delineou o desenvolvimento dos estudos tradutórios. O esquema de Holmes, publicado mais tarde por Toury (1995, p. 10), é apresentado em forma abreviada na figura 1.1.

Figura 1.1 - Versão simplificada do esquema de Holmes

A primeira divisão é entre estudos puros e estudos aplicados (ensino e crítica). Os estudos puros consistem em estudos teóricos e estudos descritivos. Os estudos descritivos procuram descrever os fenômenos da tradução, enquanto os estudos teóricos buscam explicar e predizer estes fenômenos. Holmes dividiu os estudos teóricos em mais duas categorias: estudos gerais e estudos parciais. Os estudos teóricos gerais tentam criar teorias que se aplicam a qualquer tipo de tradução, enquanto os estudos teóricos parciais analisam uma categoria mais restrita de traduções.

Os estudos descritivos podem focar o produto, analisando traduções existentes, a função de traduções na cultura receptora ou o processo de tradução, ou seja, o raciocínio do tradutor ao

traduzir. Os resultados dos estudos descritivos podem servir de base para estudos teóricos. As análises também podem se restringir a um meio, a um tipo de texto, a um par de idiomas ou até só um sentido tradutório, a um período específico, ou a um tipo específico de problema, como mostrado na figura 1.1.

O presente estudo é um estudo descritivo parcial que analisa traduções existentes de:

- 1) somente um tipo de texto, o documento jurídico civil (veja a seção 4.4 para uma descrição detalhada do corpus),
- 2) somente um par de idiomas (inglês/português) nos dois sentidos tradutórios,
- 3) somente três países (Brasil, Estados Unidos e Reino Unido),
- 4) somente um período específico (os últimos 10 anos), e
- 5) somente um tipo específico de problema, ou seja, a tradução de marcadores culturais.
- 6) somente um meio - a palavra escrita.

1.1.2 Hipótese

O presente trabalho parte da hipótese de que é possível identificar uma maneira preferida (ou consagrada) de traduzir o discurso jurídico de um idioma para outro (especificamente inglês para português e vice-versa) quando os universos jurídicos (especificamente os Estados Unidos/Reino Unido e o Brasil) são tão diversos e muitos conceitos jurídicos existem somente em um dos universos; e que esta norma oculta pode ser deduzida através da categorização de problemas tradutórios em um corpus paralelo bilíngüe de textos jurídicos e do estudo das soluções ali encontradas. Espera-se ver um padrão para marcadores de categorias diferentes, e dependente da distância entre os conceitos nas duas culturas.

A questão é multifacetada porque o texto de origem não é a única influência na tradução. Há o idioma de domínio mais ativo do tradutor, sua familiaridade com documentos semelhantes ou equivalentes na língua de chegada, o porquê da tradução (a situação tradutória), a filosofia do tradutor (quanto a literalidade), etc.

1.2 Metodologia e abordagem deste estudo

A abordagem deste estudo é selecionar trechos de texto (chamados de unidades de estudo) e analisar as soluções através de dois esquemas de classificação. O primeiro é uma análise fundamentada na modalidade de tradução empregada. As modalidades desse estudo são baseadas nos conceitos originais de Vinay & Darbelnet (1958, 1977), porém modificadas através de contribuições de Vázquez-Ayora (1977), Barbosa (1990, 2004) e Aubert (1984, 1998, 2005a). Estas modificações são detalhadas na seção 3.3. O segundo é classificação através de graus de aproximação, descritos na seção 3.4. O grau de aproximação classifica as soluções com base na aproximação do receptor (leitor) ao texto original.

1.2.1 Marcadores culturais

Os trechos estudados não foram escolhidos aleatoriamente. Nas palavras de Aubert (2005b):

Nos estudos lingüístico-descritivos que abordam os processos tradutórios e seus produtos, os textos traduzidos, é freqüente a remissão a questões de ordem cultural. Subjaz a tal remissão um conjunto de hipóteses que, na essência: (a) concebem cada língua e cada ato de fala como portadores de marcas culturais; (b) identificam tais marcas culturais como colocando desafios significativos à consecução do ato tradutório; e, por conseguinte, (c) prevêem que as marcas culturais presentes nos textos originais darão ensejo a comportamentos tradutórios específicos, diversos – em natureza ou em distribuição – àqueles encontrados nos segmentos de texto não marcados culturalmente.

A tradução jurídica exige pesquisa jurídica e lingüística para a tradução fiel de elementos culturais como (1) instituições e conceitos dos respectivos sistemas jurídicos e sua administração e (2) termos e frases jurídicos que representam a maneira de falar e de pensar

no universo jurídico do idioma/cultura original. Um dos objetivos deste estudo foi identificar estes marcadores culturais (ou indicadores de alteridade) e observar como foram traduzidos no corpus de estudo. Procurei marcadores culturais com ocorrência elevada e em certas áreas temáticas, para enriquecer a análise através de comparação de soluções de tradutores diferentes do mesmo marcador ou do mesmo tipo de marcador. Busquei marcadores culturais tanto nos originais quanto nas traduções, e portanto em alguns casos trechos que não aparentem conter marcadores culturais são traduzidos por trechos que contêm algum marcador. Muitos exemplos com apenas uma ocorrência foram omitidos devido a limitações de espaço.

Muitos dos marcadores culturais são expressões intralingualmente marcadas, pois assinalam o texto como integrante da linguagem jurídica da língua em questão. Para o fim deste estudo, vou separar os marcadores em dois tipos: *referenciais* (extra-linguísticos), que provêm dos conceitos jurídicos, agências, departamentos, processos, etc. diversos nos dois países; e *estilísticos*, que são maneiras de falar (convenções), freqüentemente devidas a práticas antigas ainda em uso.

1.2.2 Descrição dos corpora

No âmbito do presente projeto, foquei somente a área jurídica privada, especificamente documentos constitutivos, contratos entre empresas ou entre empresas e pessoas físicas e procurações. Não foram incluídos documentos atinentes à área penal, documentos pessoais (casamento, nascimento, testamentos etc.), nem o universo multifacetado dos direitos humanos. São dois corpora paralelos com originais e suas traduções (um corpus de originais em português e um corpus de originais em inglês) e dois corpora comparáveis (um de documentos originais em inglês, sem traduções correspondentes, e outro de documentos originais em português, também sem traduções). Os corpora e suas interligações estão apresentados na figura 1.2.

Figura 1.2 - Corpora paralelos e comparáveis

Utilizei ferramentas de corpus para facilitar a análise (veja a seção 4.5 para mais detalhes). Quando encontrei um termo ou expressão de interesse, foi possível buscar o termo em todos os corpora ao mesmo tempo, tanto nos originais quanto nas traduções. Assim podia me concentrar na análise dos resultados e não na mecânica da busca. Os corpora comparáveis foram utilizados para comparação com as traduções dos corpora paralelos, para questões relacionadas à normalização das traduções para se assemelharem a originais na língua de chegada.

1.2.3 Contexto sociocultural

Não existe só um estilo ou tipo de tradução jurídica. Nem só duas (juramentada e não juramentada). Há muitos motivos para traduzir um documento jurídico e todos eles são válidos. Em quais situações um documento jurídico estrangeiro deve permanecer claramente estrangeiro, e como esse objetivo é atingido? Inspirada no trabalho de Holz-Mänttari sobre *Translational Action* como descrito em Munday (2001, p. 77-78), criei categorias para descrever as possíveis motivações dos atores envolvidos, ou seja, o motivo por que a tradução foi encomendada, por que o documento original foi escrito, e os leitores esperados do texto original e da tradução. Estas categorias são descritas na seção 3.4.

1.2.4 Análise qualitativa

Não foi o objetivo deste estudo criar estatísticas exatas de todas os marcadores culturais do corpus. Portanto, as frequências de ocorrência são apenas para revelar tendências e não para servir como uma amostra típica ou representativa das traduções dos marcadores. Foram escolhidas na base de múltiplas ocorrências ou na base de se enquadrarem em uma ou outra categoria de marcadores (terminologia jurídica, qualificações, etc.). A análise é principalmente qualitativa.

Para cada arquivo, temos os seguintes dados:

- o tradutor (identificado por uma letra)
- a língua de domínio mais ativo do tradutor
- o sentido da tradução (para inglês ou para português)
- se a tradução foi juramentada ou não
- a situação tradutória

E para cada exemplo, temos os seguintes dados adicionais:

- a(s) modalidade(s)
- o tipo de marcador, e o sub-tipo (jurídico, financeiro, etc.)
- o grau de aproximação.

As frequências de ocorrência para cada conjunto de parâmetros serão compiladas e analisadas nos capítulos 5, 6 e 7.

1.3 Estudos anteriores

Zanotto (1993) utilizou o modelo de Aubert (1984) para classificar as soluções tradutórias para todas as palavras em 6 textos representando 3 gêneros. Dois dos textos eram documentos jurídicos, especificamente um contrato social e um contrato de prestação de serviços. O resultado desse cotejamento é apresentado na Tabela 1.1.

Modalidade / percentagem	Textos referenciais (jurídicos)	Textos normativos, expressivos e referenciais
omissão	0,28	0,17
empréstimo	3,69	2,53
tradução literal	45,64	42,81
transposição	22,67	22,41
explicitação	11,99	11,87
modulação	14,69	18,51
outros	restante	restante

Tabela 1.1 - Resultados de Zanotto (1993)

Nesse estudo, a unidade de estudo foi a palavra. A percentagem de tradução literal mais transposição chega próxima a 70%.

O estudo de Camargo (1998), também baseado nas modalidades de Aubert (1984) estudou 4 tipos de textos: jurídicos, técnicos, corporativos e jornalísticos. Os resultados para os textos jurídicos e para o corpus como um todo são apresentados na tabela 1.2.

Textos Jurídicos		Todos os Textos	
modalidade	%	modalidade	%
tradução literal	37,7	tradução literal	40,9
transposição	26,4	transposição	27,7
modulação	17,9	modulação	15,0
transposição + modulação	5,5	transposição + modulação	4,0
transcrição	4,8	transcrição	2,9
empréstimo	2,1	explicitação/ implícitação	2,6
transposição + empréstimo	1,3		
outros	restante	outros	restante

Tabela 1.2 - Resultados de Camargo (1998)

Neste estudo, a percentagem de "tradução literal" mais "transposição" é cerca de 64%. Camargo observa

"Como era de se esperar, a amostra dos textos jurídicos parece solicitar dos tradutores um maior emprego da modulação do que as dos textos técnico e corporativo, na medida em que se supõe a linguagem do Direito ser mais elaborada e menos previsível do que a utilizada na tecnologia e nas empresas."
(Camargo, 1998)

Apesar das diferenças quantitativas entre esses dois estudos, é aparente que as três modalidades mais utilizadas na tradução jurídica são tradução literal, transposição e modulação. A diferença principal entre esses estudos e o presente estudo é que não analiso a

tradução de todas as palavras no corpus, somente as soluções tradutórias de marcadores culturais. Espera-se um número maior de modulações, explicitações e empréstimos nesse caso.

Estudos baseados no mesmo conceito de cotejamento de todas as palavras em um ou mais textos também foram feitos sobre várias obras literárias e tradução de e para português. Aubert (2003) cita vários desses estudos e resume seus resultados.

Matthews (2003), em sua tese de doutorado, analisa um corpus de documentos jurídicos do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio. Ela classifica as unidades de estudo escolhidas por procedimentos (utilizando os procedimentos de Vinay e Darbelnet com algumas modificações) e também se a tradução foi literal ou livre (formal ou funcional). Ao contrário dos estudos citados acima, ela escolhe segmentos de texto para análise, unidades de tradução maiores do que a palavra, mas a escolha não é orientada por nenhuma diretriz específica.

Os procedimentos que ela utiliza para classificar as traduções refletem algumas modificações sobre os de Vinay e Darbelnet, com a alteração principal no procedimento equivalência.

[Vinay et Darbelnet] appellent *équivalence* la traduction des proverbes, des clichés et des idiotismes par des proverbes, des clichés et des idiotismes équivalents dans la langue d'arrivée. Toutefois, [ici], l'équivalence n'est pas utilisée au sens que Vinay et Darbelnet lui assignent; elle désigne plutôt la traduction des termes propres à un domaine de spécialité par les termes équivalents utilisés dans la langue d'arrivée. Matthews (2003, p. 195)

O resumo dos dados de Matthews está na tabela 1.3.

Procedimento	Inglês para francês	Inglês para espanhol
Equivalência	45%	26%
Modulação	80%	18%

Tradução Literal	16%	84%
Transposição	41%	20%

Tabela 1.3 - Resultados de Matthews (2003, p. 184)

Estas percentagens são baseadas em 87 unidades de estudo (tanto para a tradução para francês quanto para a tradução para espanhol). As percentagens não somam 100% porque o estudo admite mais de um procedimento para a mesma unidade de estudo. Eu omiti as percentagens dos outros procedimentos para facilitar a comparação.

Alves (2005), em sua dissertação de mestrado, analisou as versões para francês por 13 tradutores juramentados do mesmo histórico escolar brasileiro. Ela analisa as traduções linha por linha, e utiliza as modalidades definidas por Aubert (2005a) na análise qualitativa das traduções, mas sem tentar fazer um cotejamento palavra-por-palavra nem criar uma tabela de frequências.

1.4 Estrutura desta tese

O próximo capítulo, capítulo 2, apresenta algumas informações explicativas sobre a sub-área jurídica tratada neste estudo. Os tipos de documentos presentes no corpus serão descritos, além de um breve detalhamento dos tipos de sociedades no Brasil, nos EUA e na Grã-Bretanha. O capítulo 3 fornece a fundamentação teórica para o restante do estudo, com uma curta história das discussões sobre tradução, e depois dos modelos relevantes ao modelo desenvolvido aqui. O capítulo 4 delinea a metodologia empregada neste estudo, desde o projeto dos corpora ao seu levantamento, descrição e análise. Os capítulos 5 e 6 analisam os marcadores referenciais e estilísticos, respectivamente, de maneira qualitativa e quantitativa. Finalmente, capítulo 7 apresenta as conclusões baseadas nessas análises. O apêndice contém um resumo dos dados descritivos para cada exemplo (listados na seção 1.2.4 acima).

2 Universo da pesquisa

O universo deste estudo é o universo jurídico e seus discursos. O direito brasileiro segue a tradição civil romana, enquanto o direito norte-americano e o britânico seguem o sistema chamado de "*common law*". Neste capítulo, apresentarei um breve resumo das duas tradições jurídicas, seguido por uma descrição de quatro aspectos relacionados aos gêneros específicos dos documentos dos corpora. Estes aspectos são a estrutura da procuração, os tipos de sociedades existentes no Brasil, nos EUA e na Grã-Bretanha, a estrutura de atos constitutivos e a estrutura de contratos.

2.1 Histórico do universo jurídico no Brasil, nos EUA e na Grã-Bretanha

O livro "*Comparative Legal Traditions*" de Glendon (1999) descreve as fundações das tradições de direito civil e *common law*.

2.1.1 A tradição de direito civil

Não existe "um" direito romano, pois o império existiu por séculos. O que sobreviveu foi a compilação feita pelo Imperador Justiniano do Império Bizantino no sexto século dC. Esta compilação, chamada de *Corpus Juris Civilis* foi baseada em livros jurídicos da época, hoje perdidos. Foi apenas no século XI que o ocidente voltou a incorporar o direito romano na lei regional—no meio tempo, os costumes regionais foram seguidos, às vezes com alguma influência do direito romano.

No século XIII, estudiosos do norte da Itália estudaram o *Corpus Juris Civilis*, procurando entender os raciocínios que o subjazeram, e aplicar as idéias à situação daquela época. Nos séculos seguintes, a lei civil se tornou a lei comum "*jus commune*" da Europa (que não deve ser confundida com "*common law*", que é um outro conceito). Esse *jus commune* incluiu principalmente direito privado e não o público ou criminal.

Com a criação de nações e do direito nacional, cada país desenvolveu seu próprio código baseado na mistura única do direito romano e do direito medieval da sua região e da sua cultura. Foi nessa época que as leis foram codificadas na Europa. O Código Civil francês (1804) e o Código Civil alemão (1896) serviram de modelo para a maioria dos outros. Enquanto o Código da França tinha um estilo simples, para ser lido e entendido pelo cidadão, o Código alemão tinha um estilo mais rebuscado, definiu muita terminologia nova e foi escrito para ser lido por advogados e juristas. O Código Civil brasileiro foi influenciado mais pelo Código francês. O Código Civil brasileiro atual (chamado de Novo Código Civil ou Lei 10.406/02) é de janeiro de 2002. O Código Civil anterior era de janeiro de 1916.

O direito brasileiro é dividido em direito público e privado. O direito privado é dividido em direito civil, direito comercial e direito do trabalho. Os documentos dos corpora são de direito privado, e incluem procurações, contratos e estatutos sociais e contratos (inclusive um contrato de trabalho). A maioria da legislação pertinente a esses documentos está contida no Código Civil. A árvore de domínio apresentada na figura 2.1 é derivada de Martins (2006, p. 10).

Figura 2.1 - Árvore de domínio

2.1.2 A tradição de common law

O direito britânico ("common law") evoluiu das necessidades da administração de Guilherme, o Conquistador após a conquista Normanda em 1066. A lei foi baseada em uma constituição

verbal e nas opiniões orais (e depois registradas) de juizes. Assim começou o conceito de direito por precedente judicial. Este sistema funcionou em parte porque a sociedade era homogênea e sem invasão por quase 1000 anos. O sistema jurídico sob Guilherme foi muito centralizado. Os tribunais locais ainda existiam, às vezes com sobreposição de jurisdição. Porém, o público geralmente preferia os tribunais do novo sistema, pois os consideraram mais justos. A Magna Carta em 1215 foi um tipo de constituição e incluiu algumas declarações que protegeram cidadãos comuns. Os tribunais antigos sumiram com o passar do tempo.

No século XVIII, um professor de direito em Oxford, William Blackstone, escreveu "Commentaries on the Laws of England" em um estilo acessível e conciso. Este livro se tornou muito popular e sua primeira edição nos EUA foi em 1771. Esse livro teve um impacto enorme na lei do novo país. Há codificação de algumas leis nos países de *common law*, mas mesmo assim a interpretação dos estatutos é orientada por precedente.

Como a lei em países com a tradição de "*common law*" é apenas parcialmente codificada, as divisões não são tão bem definidas nessa tradição quanto na tradição civil. Um fator importante são os vários níveis de leis (local, estadual/regional e federal). Nos EUA, é a lei estadual que rege procurações, contratos, e a constituição de sociedades, apesar de haver uma tentativa de padronização entre estados para facilitar o comércio entre eles. As leis no Reino Unido também são freqüentemente locais ou regionais.

Além de dividido em lei estadual/regional e lei federal, a lei divide-se em "*civil law*" e "*criminal law*". A diferença principal entre as duas é que o réu em um processo de "*criminal law*" pode ser punido por encarceramento. Basicamente, como a "lei" depende de precedentes judiciais em vez de estatutos (na maioria das vezes) e como se desenvolveu durante séculos, a ênfase é nas categorias mais próximas ao usuário (p.ex. procuração) sem um esquema geral para organizar os conceitos. Muitos assuntos são tratados tanto pela lei federal quanto pela lei estadual/regional.

Os documentos deste corpus foram escolhidos baseados na árvore de domínio para a lei brasileira, mas se encaixam na área de *civil law*, e na categoria de lei estadual/regional.

2.2 Aspectos discursivos e lingüísticos da procuração

Tanto em inglês quanto em português, os instrumentos de procuração tendem a ater-se a alguns poucos padrões discursivos e fraseológicos. À guisa de ilustração preliminar, apresento nas seções abaixo alguns exemplos, acompanhados de comentários.

2.2.1 Aspectos discursivos e lingüísticos da procuração norte-americana e britânica

Há três principais tipos de procuração nos EUA/GB: *general power of attorney* (com poderes plenos e gerais), *special power of attorney* (com poderes específicos) e *durable/enduring power of attorney*. Um exemplo do *general power of attorney* é apresentado na figura 2.2 e do *durable power of attorney* na figura 2.3.

1 GENERAL POWER OF ATTORNEY

2 This General Power of Attorney is made this __ day of __, ____

3 by [full name] of [full address].

4 I appoint [full name and address] to be my attorney in accordance with section 10 of the
Powers of Attorney Act 1971.

5 IN WITNESS whereof I have hereunto set my hand the day and year first above written.

6 SIGNED as a Deed and Delivered by the said

7 [signature]

8 in the presence of [name and address of witness]

(301 Legal Forms, 2002)

Figura 2.2 - General Power of Attorney

1 Durable Power of Attorney

2 I, [name of person giving the power of attorney], of [city and state] hereby appoint [name
of person to whom the power is given] of [city and state], as my true and lawful attorney-

- in-fact for me and in my name to act in my capacity to do any and all of the following:
- 3 [list special duties or powers that the attorney-in-fact is empowered to do on behalf of the principal.]
- 4 This instrument is to be construed and interpreted as a durable power of attorney and any subsequent incapacity of the principal shall not affect this power of attorney.
- 5 The rights, powers, and authority granted to my attorney-in-fact shall be effective on the date this document is signed and delivered to the attorney-in-fact and shall remain in effect unless sooner canceled by me until [date].
- 6 Dated:
- 7 [signature]
- 8 [acknowledgment]

(Roberson, 1994, p. 478)

Figura 2.3 - Durable Power of Attorney

Fraseologias com múltiplas maneiras de dizer a mesma coisa são muito comuns na linguagem jurídica em inglês. Um exemplo disso é "*for me and in my name to act in my capacity*" na linha 2 (figura 2.3) e "*the rights, powers and authority*" na linha 5 (figura 2.3).

2.2.2 Aspectos discursivos e lingüísticos da procuração brasileira

Os conceitos de mandato e mandato judicial são tratados no código civil (Fiuza, 2006, arts. 653 e 692, respectivamente). Um exemplo de procuração é apresentado na figura 2.4 abaixo.

- 1 PROCURAÇÃO PARA COMPRA DE BEM IMÓVEL
- 2 Por este instrumento particular (nome, qualificação, endereço e número do CPF), ao final assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, endereço e número do CPF), a quem confere poderes para o fim especial de representar o outorgante quando da lavratura de uma escritura de compra e venda de um imóvel, situado nesta cidade, à Rua....., adquirido pelo outorgante de e sua mulher....., imóvel esse que se encontra livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

- 3 Confere, ainda, poderes ao outorgado para que esse aceite e assine a respectiva escritura, que será lavrada no Cartório da Comarca de....., podendo, ainda praticar todos os demais atos que forem e se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato.
- 4 Por ser verdade firmo o presente para que surta seus efeitos de direito.
- 5 (local e data)
- 6 (assinatura do outorgante com firma reconhecida)

(Parizatto, 2006, p. 212)

Figura 2.4 - Procuração para Compra de Bem Imóvel

O mandato judicial se opera por procuração *ad judícia*. Este tipo de procuração é substituído nos EUA pelo *Legal Services Retainer Agreement*. Um exemplo de uma procuração *ad judícia* é apresentado na figura 2.5.

- 1 PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”
- 2 (nome, qualificação e endereço), ao final assinado, portador do RG n.º..... e do CPF n.º....., pelo presente nomeia e constitui seu bastante procurador (nome e qualificação), advogado, inscrito na OAB sob o n.º..... Seção de, com escritório situado à rua....., em....., onde recebe intimações e avisos, a quem confere os poderes para o foro em geral, com a cláusula “*ad judícia*”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para
- 3 (local e data)
- 4 (assinatura do outorgante)

(Parizatto, 2006, p. 217)

Figura 2.5 - Procuração Ad Judicia

Observe que o exemplo da figura 2.5 consiste em somente um período, um padrão comum.

2.2.3 Semelhanças e diferenças nos aspectos discursivos e lingüísticos de procurações

Observe que nas procurações norte-americanas (linhas 3 e 4 da figura 2.2 e linha 2 da figura 2.3) não é comum descrever os indivíduos através de seus números identificadores, estado civil e profissão, como nas procurações brasileiras (linha 2 da figura 2.4 e linha 2 na figura 2.5). Todas as procurações no corpus ing-br foram originariamente elaboradas no Brasil ou foram inspiradas no modelo brasileiro com vistas à sua tradução e validação no Brasil, razão pela qual contêm os dados descritivos completos. A procuração é muito menos utilizada nos EUA (onde a burocracia é menor e não há o conceito de cartório) e por isso procurações originalmente escritas nos EUA são muito menos encontradas e traduzidas.

Uma característica não só de procurações, mas também de contratos e atos constitutivos brasileiros é a maneira de apresentar os números identificadores de indivíduos e sociedades (da Figura 2.5):

portador do RG n.º..... e do CPF n.º.....,

inscrito na OAB sob o n.º..... Seção de

Não há fraseologias análogas no inglês, mas traduções consagradas já existem no Brasil, um tipo de interlíngua desenvolvida para traduzir conceitos brasileiros para o inglês da maneira mais direta possível. "Portador do" é freqüentemente traduzido como "*Bearer of*", e "inscrito na" é freqüentemente traduzido como "*enrolled in*".

Um outro aspecto de interesse é o binômio "nomeia e constitui" (linha 2 da figura 2.4 e linha 2 da figura 2.5) para indicar o procurador e estabelecer seus poderes. No inglês, o verbo "*appoint*" (linha 4 da figura 2.2 e linha 2 da figura 2.3) é utilizado para este fim. Aliás, mais adiante na procuração na figura 2.3 (linha 5) vemos a palavra "*grant*" utilizada para clarificar a situação.

Uma colocação comum em procurações é "bastante procurador" (linha 2 nas figuras 2.4 e 2.5). O equivalente na procuração norte-americana é *true and lawful attorney-in-fact* (linha 2 da figura 2.3), *attorney* (linha 4 da figura 2.2) e outras alternativas como *agent* e *attorney-in-fact*.

2.3 Tipos de sociedades e sua organização no Brasil, nos EUA e na Grã-Bretanha

Os documentos em inglês são dos Estados Unidos da América e do Reino Unido. Para melhor aproveitar esses documentos durante a análise de marcadores referenciais, será necessário descrever aqui as diferenças entre a constituição de sociedades nos EUA, na Grã Bretanha e no Brasil. A legislação do Reino Unido não é uniforme, portanto vou me ater a documentos da Inglaterra e País de Gales e os tipos de sociedades nos documentos de outras partes do Reino Unido (Escócia, Irlanda do Norte, Ilhas Virgens, etc.) não serão analisados.

2.3.1 Pessoas Jurídicas no Brasil

O sistema brasileiro, regido pelo Novo Código Civil - Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (NCC) [versão comentada por Fiuza (2006)] e pela Lei das Sociedades Anônimas - lei 6404/76, categoriza os tipos de pessoa jurídica da seguinte maneira:

- Direito público, interno ou externo
- Direito privado

As pessoas jurídicas de direito privado são categorizadas assim:

- Associações
- Sociedades
- Fundações
- Organizações religiosas
- Partidos públicos

Categorização de sociedades

Há várias maneiras de classificar os tipos de sociedades norte-americanos, britânicos e brasileiros:

1. Tipo de sócio / profissão dos sócios
 - Todos são pessoas físicas da mesma profissão
 - Todos são de profissões de um tipo (intelectual, artístico, etc.)
 - Pessoas físicas ou pessoas jurídicas e pessoas físicas
 - Número de sócios (um/um casal, dois ou mais, número mínimo de sócios)
2. Se têm personalidade jurídica ou não
 - Se têm (ou não) registro como entidade com o órgão competente
3. A extensão de responsabilidade dos sócios por danos e por dívidas
 - Solidária e ilimitada - todos os sócios são responsáveis pelos danos causados por um sócio/empregado e por dívidas;
 - Mista - só os sócios gerentes são responsáveis pelas obrigações da empresa, não os sócios investidores;
 - Parcialmente limitada - os sócios não são responsáveis solidariamente pelos erros de um sócio (imperícia), mas sim pelas dívidas da empresa;
 - Limitada – a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de sua participação.
4. Como o imposto de renda é pago
 - Como pessoa física ou como pessoa jurídica
5. Finalidade
 - Lucro ou sem fins lucrativos
6. Tipo de Capital Social

- Capital aberto (ações vendidas com subscrição pública) ou fechado

Cada tipo de sociedade nos três países pode ser categorizado segundo as 6 categorias acima.

As sociedades brasileiras são divididas em dois tipos principais (1ª categoria acima): a sociedade simples e a sociedade empresária. Segundo o art. 967 do NCC, a sociedade empresária é a pessoa jurídica que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro. Segundo o art. 982, se a sociedade não for empresária, será considerada como sociedade simples. Para clarificar, a sociedade simples é aquela que tem por objeto o exercício de atividade relacionada a profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística (NCC, art. 966, parágrafo único). Por consequência, o tipo de empresa depende das atividades da empresa e/ou seus sócios. Observe, porém, que a legislação que rege os dois tipos principais é quase igual. Segundo Fazzio (2004), é difícil distinguir entre sociedades simples e empresárias, "separadas hoje tão-somente pelo processo de insolvência peculiar destas (falência), já que tecnicamente incidíveis com esteio no critério da persecução de lucros." (Fazzio, 2004, p. 232)

A sociedade anônima é empresária por definição da lei, independente do objeto social. Como mostrado na figura 2.6, quatro tipos de sociedade podem ser tanto sociedades empresárias quanto sociedades simples. Os tipos remanescentes só podem ser sociedades simples.

Somente a sociedade em comum e a sociedade em conta de participação não são personificadas, ou seja, não são registradas em um órgão do governo. Os impostos são pagos através das declarações dos sócios. Todos os outros tipos são personificados. (categorias 4 e 2). A associação é o tipo principal de pessoa jurídica sem fins lucrativos (categoria 5), mas a sociedade cooperativa também é sem fins lucrativos para si mesma—os lucros são passados para seus sócios componentes.

Figura 2.6 - Categorização de tipos de sociedades segundo a lei brasileira

A sociedade anônima e a sociedade em comandita por ações podem ter capital aberto ou fechado, dependendo do regime estabelecido pelos sócios. As outras sociedades só podem ter capital fechado (categoria 6).

A categoria mais complexa é a terceira—a responsabilidade dos sócios por danos e por dívidas. Os tipos de responsabilidade são resumidos na tabela 2.1.

Solidária e Ilimitada	Mista	Limitada
Sociedade simples	Sociedade em comandita simples	Sociedade anônima
Sociedade em nome coletivo	Sociedade em conta de participação	Sociedade limitada

Sociedade em comum	Sociedade cooperativa	
	Sociedade em comandita por ações	

Tabela 2.1 - Tipos de responsabilidade dos sócios

As sociedades que se encaixam nas categorias mista e limitada são assim indicadas na figura 2.6, com a responsabilidade solidária e ilimitada entendida onde não houver uma observação.

Em resumo (baseado em Camargo (2004) e Fiuza (2006)):

Sociedade anônima

A empresa pode desenvolver quaisquer atividades. Tem personalidade jurídica. Cada acionista obriga-se somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir. A sociedade paga imposto como pessoa jurídica. Tem fins lucrativos. Pode ter capital aberto ou fechado. É definida nos artigos 1.088 e 1.089 do NCC e na lei 6.404/76.

Sociedade em nome coletivo

A empresa pode desenvolver quaisquer atividades, mas os sócios só podem ser pessoas físicas. O nome da sociedade (chamado de firma) precisa conter um ou mais nomes dos sócios. Tem personalidade jurídica. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente (com seus bens particulares) pelas obrigações sociais, mas os sócios, no ato constitutivo, podem limitar entre si a responsabilidade de cada um. A sociedade paga imposto como pessoa jurídica. Tem fins lucrativos. O capital é fechado. Esta era a empresa familiar. É definida nos artigos 1.039 a 1.044 do NCC.

Sociedade em comandita simples

A empresa pode desenvolver quaisquer atividades. Tem personalidade jurídica.

É caracterizada pela existência de duas classes de sócios: comanditados (pessoas físicas responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais) e comanditários (responsáveis somente pelo valor de sua quota). A sociedade paga imposto como pessoa

jurídica. Tem fins lucrativos. O capital é fechado. É definida nos artigos 1.045 a 1.051 do NCC.

Sociedade limitada

A empresa pode desenvolver quaisquer atividades. Tem personalidade jurídica. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas. A sociedade paga imposto como pessoa jurídica. Tem fins lucrativos. O capital é fechado. É a forma societária mais comum no país. É definida nos artigos 1.052 a 1.087 do NCC.

Sociedade em comandita por ações

A empresa pode desenvolver quaisquer atividades. Os administradores precisam ser acionistas. Tem personalidade jurídica. Os administradores respondem subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações sociais (após esgotar os bens da empresa). A sociedade paga imposto como pessoa jurídica. Tem fins lucrativos e o capital é fechado. É definida nos artigos 1.090 a 1.092 do NCC e na lei 6.404/76.

Sociedade simples

Para empresas que desenvolvem atividades intelectuais, etc. (veja acima a discussão sobre as sociedades simples e sociedades empresárias). Tem personalidade jurídica. Os sócios respondem pelas dívidas da empresa na proporção em que participam das perdas sociais. Isso pode ser modificado no ato constitutivo através de uma cláusula de responsabilidade solidária. A sociedade paga imposto como pessoa jurídica. Tem fins lucrativos e o capital é fechado. É definida nos artigos 997 a 1.038 do NCC.

Sociedade cooperativa

A empresa pode desenvolver quaisquer atividades. Cada sócio tem só um voto durante as deliberações, independente do valor de sua participação. Os sócios podem contribuir com recursos financeiros ou com serviços. Tem personalidade jurídica. A responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada. Quando é limitada, o sócio responde somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado em sua participação nas operações sociais. Não tem fins lucrativos e o capital é fechado. É definida nos artigos 1.093 a 1.096 do NCC

Sociedade em comum

Este tipo de empresa não tem personalidade jurídica e paga imposto como pessoa física. Os sócios respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresse limitativo de poderes. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais da empresa. Tem fins lucrativos e o capital é fechado. É definida nos artigos 986 a 990 do NCC.

Sociedade em conta de participação

Este tipo de empresa não tem personalidade jurídica e paga imposto como pessoa física. Há dois tipos de sócios: ostensivo (que representa a empresa) e participante (ou oculto), que não aparece para terceiros e é considerado somente um investidor. Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresse dos demais. Somente o sócio ostensivo se obriga perante terceiros. Tem fins lucrativos e o capital é fechado. É definida nos artigos 991 a 996 do NCC.

2.3.2 Pessoas Jurídicas nos EUA

O direito societário é estadual nos EUA, e cada estado tem sua legislação particular para a organização de sociedades. Porém, há vários tipos de sociedade que existem (às vezes com pequenas diferenças jurídicas) em quase todos os estados. A *National Conference of Commissioners on Uniform State Laws* (NCCUSL) desenvolve recomendações para a governança de sociedades e os estados podem aderir 100% às recomendações ou introduzir suas modificações preferidas.

Podemos categorizar as sociedades da mesma maneira do que as empresas brasileiras para facilitar a comparação, seguindo as 6 categorias de classificação citadas acima. Essa categorização é exibida na figura 2.7.

Figura 2.7 - Categorização de tipos de sociedades segundo a lei norte-americana

Há três características de destaque nas definições das sociedades norte-americanas:

1. Há alguns tipos de sociedade em que a sociedade tem personalidade jurídica, mas o imposto sobre seus lucros é pago pelos sócios em suas declarações individuais. Este é o caso com a *General Partnership*, a *Limited Partnership*, a *S Corporation*, a *Limited Liability Partnership*. Os sócios da *Limited Liability Company (LLC)* e da *Professional LLC* podem optar por pagar os impostos como pessoa jurídica ou como pessoa física.
2. Há alguns tipos de sociedade em que um sócio não é responsável pela imperícia dos outros sócios, mas em que todos são responsáveis pelas dívidas e obrigações da sociedade. Estas são as sociedades para os profissionais liberais (médicos, engenheiros, etc.) que são mais suscetíveis a processos por imperícia. Essas são as empresas profissionais na figura 2 acima: a *Professional Corporation* e a *Professional LLC*.

3. A *Sole Proprietorship*, que não tem personalidade jurídica e cujo sócio precisa ser uma única pessoa física ou um casal, é mais semelhante ao profissional autônomo ou talvez à sociedade em comum com apenas um ou dois sócios.

A estrutura geral dos tipos de sociedade possíveis é a seguinte (baseado em Steingold, 2001):

Sole Proprietorship

O único sócio (ou casal) é responsável pessoalmente pelas obrigações da empresa. A empresa não tem personalidade jurídica e paga imposto de renda como pessoa física. Se não utilizar o nome da pessoa física, é necessário cadastrar o nome da entidade com um órgão estadual ou municipal (*assumed name or fictitious name certificate*). Tem fins lucrativos e o capital é fechado.

General Partnership

Os sócios são responsáveis pessoalmente pelas obrigações da empresa e pelas ações dos outros sócios atuando em nome da empresa. Tem personalidade jurídica, mas cada sócio paga imposto de renda como pessoa física para sua parte da renda e a sociedade faz declaração de renda para fins de informação. É comum elaborar um *partnership agreement*, mas pode ser oral. O capital é fechado.

Limited Partnership

Há *limited partners* (não administradores) cuja responsabilidade é limitada só quando não participam da gestão da sociedade, e há *general partners*, os sócios gerentes, que são responsáveis pelas obrigações da empresa. Tem personalidade jurídica, mas cada sócio paga imposto de renda como pessoa física para sua parte da renda e a sociedade faz declaração de renda para fins de informação. O capital é fechado. É comum para investimento em imóveis. Esse tipo de sociedade é semelhante à Sociedade em conta de participação no Brasil.

S Corporation

A responsabilidade dos sócios é limitada. Tem personalidade jurídica, mas cada sócio paga imposto de renda como pessoa física para sua parte da renda e a sociedade faz declaração de renda para fins de informação. Em alguns estados, a sociedade paga o imposto de renda como pessoa jurídica. O capital é fechado. Perdeu popularidade com a introdução da *LLC*. Os lucros e perdas da empresa são distribuídos de acordo com o número de ações de cada sócio.

Limited Liability Partnership (LLP)

Esta sociedade é geralmente só para médicos, contadores e advogados e algumas outras profissões. Os sócios são responsáveis ilimitadamente por muitas obrigações mas não são responsáveis conjuntamente pela imperícia de um dos sócios. Tem personalidade jurídica, mas cada sócio paga imposto de renda como pessoa física para sua parte da renda e a sociedade faz declaração de renda para fins de informação. O capital social é fechado. Em alguns estados pessoas jurídicas em certas profissões não podem abrir *LLCs*, e por isso existe o *LLP* e o *Professional LLC* (que não existem em todos os estados).

Limited Liability Company (LLC)

A responsabilidade dos sócios é limitada, mesmo quando participam da gestão da sociedade. Um ou mais sócios podem também ser pessoas jurídicas. Tem personalidade jurídica e o imposto de renda pode ser pago como pessoa jurídica ou através das declarações particulares dos sócios (exceto no caso de um único sócio, que precisa declarar a renda da empresa em sua declaração particular). As estruturas de gerências são mais flexíveis do que as da *Regular Corporation*. É possível dividir os lucros de uma maneira não paralela aos investimentos dos sócios. Seu capital é fechado.

Regular Corporation

A responsabilidade dos sócios é limitada, mesmo quando participam da gestão da sociedade. Um ou mais sócios podem também ser pessoas jurídicas. A empresa paga imposto de renda como pessoa jurídica e tem personalidade jurídica. Os lucros são passados para os sócios

através de dividendos e salários. O capital pode ser aberto ou fechado. Pode haver três tipos de ações:

common shares - para os sócios gerentes, com direito a voto em assembleias.

nonvoting shares - para funcionários importantes, para manter fidelidade.

nonvoting preferred shares - para investidores externos; dá preferência para dividendos e se a empresa for vendida.

Professional LLC

As regras da *LLC* se aplicam à *Professional LLC*, mas todos os sócios precisam ter a mesma profissão.

Professional Corporation (também conhecida como Personal Service Corporation)

Todos os sócios precisam ter a mesma profissão e não são responsáveis conjuntamente pela imperícia de um dos sócios. A empresa paga imposto de renda como pessoa jurídica (com alíquota fixa) e tem personalidade jurídica. Em alguns estados, profissionais são obrigados a abrir este tipo de sociedade.

Variações Estaduais nos EUA

Ao traduzir o tipo de sociedade ou seus atos constitutivos, é importante verificar a definição do tipo de sociedade na legislação do estado em questão. Por exemplo, o estado de Vermont já avisa em seus documentos orientadores para empresários:

"There are many issues to consider before choosing one of the above three options [General, Close or Professional Corporation], S and C status for a corporation is a federal, IRS tax status. General, Professional, and Close are Vermont state-law classifications that relate to the type of corporation being formed under state law. " (State of Vermont, 2006)

2.3.3 Pessoas Jurídicas na Grã-Bretanha

O sistema na Grã-Bretanha é semelhante ao dos EUA, e uma versão simplificada vem mostrada na figura 2.8 abaixo.

Figura 2.8 - Tipos de sociedades na Grã-Bretanha

Há dois tipos de empresas não personificadas: o *Sole Trader* que consiste em uma pessoa que trabalha para si mesma, e o *Ordinary Partnership* que, ao contrário do *Partnership* norte-americano, não tem personalidade jurídica. Há um *Limited Liability Partnership* com personalidade jurídica semelhante ao *Partnership* do mesmo nome nos EUA.

Uma característica terminológica interessante é que, na Grã-Bretanha, a palavra *company* é utilizada para descrever tanto *Registered* e *Chartered Companies* quanto *Corporations*. Não é

utilizada como uma supercategoria para todo tipo de pessoa jurídica (que incluiria o *sole trader* e *partnerships*) como nos EUA. (Keenan & Riches, 2002)

2.3.4 Correspondências e possíveis equivalências operacionais

Uma das dificuldades na procura de correspondências entre os tipos de empresas em sistemas jurídicos diferentes é que raramente as características principais são todas iguais. A sociedade mais simples nos EUA—o *Sole Proprietorship*—é mais semelhante ao profissional autônomo no Brasil (veja a figura 2.9). Nenhum dos dois é personificado, os dois pagam o imposto de renda como pessoa física e a responsabilidade do(s) sócio(s) é ilimitada (e solidária quando há dois sócios). A maior diferença é que o profissional autônomo é uma pessoa, enquanto o *Sole Proprietorship* pode ter como sócios uma pessoa física ou um casal.

Figura 2.9 - Equivalências para o profissional autônomo

A sociedade mais popular no Brasil é a sociedade limitada. Este tipo de sociedade se assemelha bastante à *Limited Liability Company* (LLC) norte-americana. Ambas são personificadas, têm capital fechado, e limitam a responsabilidade dos sócios. A maior diferença operacional é que a sociedade limitada no Brasil paga imposto como pessoa jurídica, enquanto a LLC paga como pessoa jurídica ou como pessoa física (nas declarações dos sócios) dependendo da escolha dos sócios (ou em alguns casos das exigências do estado onde a LLC foi constituída).

A LLC foi criada recentemente como uma alternativa mais flexível à *S Corporation*, um tipo de sociedade mais antiga mas que ainda existe. A *S Corporation* requer mais burocracia, pois emite ações e precisa seguir outras regras de *corporations*. Uma diferença principal entre a LLC e a *S Corporation* é que esta paga imposto de renda como pessoa física, exceto em alguns estados onde é obrigada a pagar como pessoa jurídica. Outra diferença mais sutil é que a LLC permite mais flexibilidade na distribuição de lucros aos sócios do que a *S Corporation*. Existe também a *Professional LLC*, que é só para a situação em que os sócios são todos profissionais de certas profissões. Estes profissionais são proibidos a abrirem uma LLC. A figura 2.10 mostra estas relações de equivalência.

Figura 2.10 - Equivalências para a sociedade limitada

A sociedade anônima é muito semelhante à *regular corporation* nos EUA (veja a figura 2.11). Ambas pagam imposto de renda como pessoa jurídica, são personificadas, podem ter capital aberto ou fechado e limitam a responsabilidade dos sócios ao valor de sua participação.

Figura 2.11 - Equivalências para a sociedade anônima

Fora a sociedade anônima, só há um tipo de sociedade nos EUA que tem duas classes de sócios — o *Limited Partnership*. No Brasil, há a sociedade em conta de participação, que difere do *Limited Partnership* por este não ter personalidade jurídica, e a sociedade em comandita simples, que tem personalidade jurídica mas paga imposto também como pessoa física, ao contrário do *Limited Partnership*. As equivalências são exibidas na figura 2.12.

Figura 2.12 - Equivalências para a Limited Partnership

É difícil encontrar correspondências entre os tipos de sociedades remanescentes, mas a maioria delas se destaca pela responsabilidade ilimitada e solidária dos sócios. A sociedade em nome coletivo, a antiga empresa familiar, permite a limitação da responsabilidade de sócios no ato constitutivo; porém, a sociedade em comandita por ações não limita a responsabilidade dos sócios acionistas. No caso da sociedade em comum, a responsabilidade dos sócios pela gestão da sociedade é ilimitada e solidária, exceto no caso de um pacto expreso ao contrário, mas a responsabilidade pelas obrigações sociais continua ilimitada e solidária. O *General Partnership* norte-americano também impõe responsabilidade ilimitada e solidária aos sócios, enquanto a *Limited Liability Partnership* (LLP) permite uma exceção à

responsabilidade ilimitada e solidária no caso de imperícia. Este tipo de sociedade é especificamente para certas profissões como medicina e engenharia, nas quais a imperícia é mais comum. Veja a figura 2.13 para mais detalhes das correspondências.

Figura 2.13 - Equivalências no caso de responsabilidade ilimitada e solidária

Em resumo, a tabela a seguir mostra algumas possíveis equivalências operacionais:

Sociedade brasileira	Sociedade norte-americana
Profissional autônomo	Sole Proprietorship
Sociedade limitada	S Corporation, LLC, Professional LLC
Sociedade anônima	Regular Corporation
Sociedade em conta de participação, Sociedade em comandita simples	Limited Partnership
Sociedade em nome coletivo, Sociedade em comandita por ações, Sociedade em comum	General Partnership, Limited Liability Partnership (LLP)

Tabela 2.2 - Possíveis equivalências operacionais

2.4 Estrutura de atos constitutivos

2.4.1 Documentos constitutivos nos EUA

Nos EUA, as *corporations* normalmente precisam ter *articles of incorporation* e *bylaws*.

Os *articles of incorporation* contêm as seguintes informações (varia de estado a estado) (Steingold, 2001):

- O nome da sociedade,
- Seu objeto,
- O nome do "*initial agent for the service process*" (também chamado de *registered agent* ou *resident agent*). Esta é a pessoa autorizada a receber notificações e citações oficiais e de ações civis,
- O número de ações autorizadas,
- Os nomes e endereços dos incorporadores.

Os *bylaws* são mais detalhados e contêm:

- Os direitos e poderes dos acionistas, conselheiros e diretores da sociedade,
- A data e local da assembléia geral ordinária e outros detalhes sobre esta assembléia,

- Disposições sobre assembleias extraordinárias,
- Definições a respeito do número de conselheiros, como são eleitos, como são remunerados, e seus títulos.

O corpus ing-br contém só um exemplar de *Articles of Incorporation*, documento dc1_us. Não há um exemplo de *bylaws* com tradução, mas alguns documentos no corpus se referem a *bylaws*.

Nos EUA, as *Limited Liability Companies* normalmente precisam ter *articles of organization* e um *operating agreement*. Os *articles of organization* contêm as seguintes informações (varia de estado a estado) (Steingold, 2001):

- O nome da sociedade,
- Seu objeto,
- O nome do "*initial agent for the service process*",
- O tipo de administração: pelos quotistas ou por um gerente,
- Sede,
- Duração.

O *operating agreement* só é necessário se a LLC tiver mais de um sócio. A sua função é semelhante àquela dos *bylaws* de uma *corporation*. Geralmente inclui disposições sobre as seguintes questões:

- As contribuições de todos os quotistas à empresa,
- Como a participação de cada quotista é calculada,
- O tipo de administração, se não especificado nos *articles of organization*,
- Votação em assembleias,
- Distribuição de lucros e perdas,
- Maneira de declarar renda à receita federal,
- Transferência de participação, novos quotistas, contrato de compra e venda de quotas.

2.4.2 Documentos constitutivos na Grã-Bretanha

Na Grã-Bretanha, sociedades precisam de dois documentos, o *memorandum of association* e os *articles of association*. O *memorandum of association* contém:

- O nome da sociedade,
- Sua sede registrada,
- Seu objeto,
- As limitações de responsabilidade,
- O capital.

Os *articles of association* contêm as seguintes informações:

- Mais detalhes sobre o capital, transferência, etc.
- Quanto capital a sociedade pode conseguir via empréstimos,
- Assembléias, procedimentos, votações, procuradores,
- Poderes dos conselheiros, administração,
- Dividendos, notificações, dissolução, etc.

A figura 2.14 compara os documentos norte-americanos com os da Grã-Bretanha.

Observe que os *Articles of Incorporation*, *Memoranda of Association* e *Articles of Organization* contêm informações análogas. Da mesma maneira, os *Bylaws*, *Articles of Association* e *Operating Agreements* contêm informações análogas.

Figura 2.14 - Documentos constitutivos nos EUA e na GB

2.4.3 Documentos constitutivos no Brasil

O ato constitutivo no Brasil chama-se contrato social ou estatuto social, de acordo com o tipo de empresa. O contrato social é um contrato entre os sócios, enquanto um estatuto social define uma sociedade. Os acionistas aderem a este estatuto ao adquirirem participações na sociedade. O contrato social consiste em:

- As qualificações dos sócios,
- A denominação, objeto, sede e prazo da sociedade,
- O capital da sociedade e a quota e contribuição de cada sócio,
- As pessoas naturais incumbidas da administração, seus poderes e atribuições,
- A participação de cada sócio nos lucros e perdas,
- Se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais.

(Fiuza, 2006, art. 997; Fazzio, 2004, p. 172)

O estatuto social inclui, além das cláusulas citadas acima para o contrato social, definições a respeito do conselho de administração, os diretores, das assembléias gerais, tipos de ações, etc.

2.4.4 Correspondências e possíveis equivalências operacionais e funcionais

Ao procurar uma equivalência operacional para o contrato ou estatuto social, podemos ver que o conteúdo do contrato ou estatuto social corresponde ao conteúdo dos dois documentos constitutivos nos EUA (ou na GB) considerados juntamente. As figuras 2.15 a 2.17 abaixo mostram as equivalências operacionais parciais para os principais tipos de sociedade nos três países.

Figura 2.15 - Documentos constitutivos da Limited Liability Company/Sociedade Limitada

Figura 2.16 - Documentos constitutivos da Corporation/Sociedade Anônima

Figura 2.17 - Documentos constitutivos da Company/Sociedade Anônima/Sociedade Limitada

Uma equivalência funcional (em que a função do documento é descrita) pode ser uma opção nessa situação em que não há correspondência operacional. Os dois documentos nos sistemas britânico/norte-americano poderiam ser traduzidos como "instrumento de constituição" e "acordo operacional". No sentido contrário, o contrato social e estatuto social poderiam ser chamados de "*incorporation and operating document*" ou "*constituting and operating document*" ou até "*articles of incorporation and operation*". Estas correspondências funcionais (na qual a tradução é uma descrição da função do termo original) estão mostradas nas figuras 2.18 e 2.19.

Figura 2.18 - Possíveis correspondências para estatuto e contrato social

Figura 2.19 - Possíveis correspondências para documentos constitutivos em inglês

2.5 Estrutura de contratos

Esta seção apresenta a estrutura básica de contratos nos EUA, Grã-Bretanha e Brasil, e comenta algumas de suas características.

2.5.1 A estrutura de contratos nos EUA e na Grã-Bretanha

Livros sobre a elaboração de contratos, direcionados a advogados nos EUA e na Grã-Bretanha, como Adams (2001) e Child (1992), descrevem o formato padrão de contratos nos países com sistemas jurídicos derivados daquele da Grã-Bretanha. Este formato padrão consiste em uma combinação dos seguintes elementos (nem todos estão sempre presentes):

- title,
- introductory clause,
- definitions,
- recitals,
- body,
- concluding clause, ou testimonium clause,
- signature blocks,
- attachments.

11 IN WITNESS WHEREOF the undersigned have hereunto set their hands this _____ day of _____, 19____.

12 First Party

13 Second Party

(Roberson, p. 435, 1994)

Figura 2.20 - Indemnification Agreement

Nesse exemplo, o primeiro parágrafo contém o *title*. Os parágrafos 2 e 3 contêm o *introductory clause* (com definições). Os parágrafos 4 e 5 contêm os *recitals*, cada parágrafo iniciado pelo ubíquo WHEREAS. O *body* do contrato começa com o também ubíquo NOW THEREFORE e continua até o fim do décimo parágrafo. O parágrafo 11 contém o *concluding clause* e os parágrafos 12 e 13 fariam parte dos *signature blocks* no contrato assinado.

Este formato com *whereas* e *now therefore* é considerado antiquado por alguns autores, e os livros sobre estilo recomendam não utilizá-los. Por exemplo, Adams escreve:

"In the majority of contracts, the recitals are independent clauses beginning with WHEREAS and linked by semicolons; recitals are, after all, commonly referred to as "whereas" clauses. This meaning of "whereas" is archaic, and in drafting recitals you should dispense with WHEREAS, along with the accompanying semicolons. ...Tradition requires that when the preceding recitals start with WHEREAS, the lead-in should begin NOW, THEREFORE. Once you rid yourself of WHEREAS, there is no reason to retain NOW, THEREFORE."
(Adams, p. 13, 2001)

E Garner (1995) declara:

"In the sense "given the fact that," *whereas* is the archetypal legalism—it was formerly every lawyer's idea of how to begin a recital in a contract. The more modern drafting style is to use a heading such as *Recitals* or *Background*, followed by short declarative sentences, as opposed to the sometimes unceasing stream of independent clauses linked by semicolons and *whereases*." (Garner, 1995, p. 929)

Outro arcaísmo é o termo *IN WITNESS WHEREOF* no *concluding clause*. Segundo Garner

"[the] testimonium clause, in a sworn legal document, is the attestation clause that traditionally begins with the phrase In witness whereof, which commonly concludes legal instruments and pleadings. Among the traditional forms are the following: "In witness whereof I have subscribed my name this __ day of 19__" / "Witness my signature this __ day of 19__" / "In witness whereof we hereto set our hands and seals."" (Garner, 1995, p. 875)

Segundo Adams (2001, p.64) "*the musty IN WITNESS WHEREOF can, like WITNESSETH, be dispensed with, on the grounds that contracts rarely need to be witnessed*".

Há várias cláusulas consagradas em contratos, inclusive estas sobre *Governing Law* e *Entire Agreement*:

Governing Law. This Agreement shall be construed in accordance with the laws of England and Wales and shall be subject to the exclusive jurisdiction of the English courts. (301 Legal Forms, 2002)

Entire Agreement. This Agreement contains the entire Agreement between the Parties and supersedes all prior arrangements and understandings whether written

or oral with respect to the subject matter hereof and may not be varied except in writing signed by both the Parties hereto. (301 Legal Forms, 2002)

Quando há cláusulas análogas nos dois universos jurídicos, a tradução tende a se basear em equivalências discursivas (este conceito é explicado no terceiro capítulo).

2.5.2 A estrutura de contratos no Brasil

O formato de contratos no Brasil é um pouco diferente do formato apresentado acima, devido às diferenças entre os pressupostos do sistema civil e o sistema baseado em jurisprudência. O formato padrão consiste em uma combinação dos seguintes elementos (nem todos são sempre presentes):

- título,
- qualificações das partes,
- corpo,
- cláusula de conclusão,
- assinaturas,
- anexos.

O documento abaixo (Figura 2.21) é uma amostra de um contrato no formato padrão. Foi encontrado em um livro de modelos de contratos publicado no Brasil.

- 1 INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMODATO DE MÓVEL
- 2 Por este instrumento particular de comodato, de um lado (nome, qualificação e endereço), titular do CPF n.º..., na condição de comodante e (nome, qualificação e endereço), inscrito no CPF sob o n.º....., na condição de comodatário, tem entre si, justo e contratado o seguinte:
- 3 Cláusula 1.^a - Do Objeto - O comodante é proprietário do seguinte móvel.....
(descrever com todas as características, estado de conservação, número, marca, cor, etc).

- 4 Cláusula 2.^a - Da Duração - Por este instrumento e na melhor forma de direito, cede o comodante ao comodatário o mencionado móvel, pelo prazo de para a seguinte finalidade..... (o prazo poderá ser indeterminado, havendo nesse caso necessidade de notificação para constituição em mora e retomada do bem).
- 5 Cláusula 3.^a – Demais Disposições - O presente instrumento é realizado pela forma dos artigos 579 e seguintes do Código Civil.
- 6 1 – As partes se obrigam a cumprir o presente por si, seus herdeiros e sucessores.
- 7 2 – Indicam o foro da comarca de para dirimirem eventuais litígios sobre o presente instrumento
- 8 3 - E assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente em duas (2) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas a tudo presente, para que surta seus efeitos de direito.
- 9 (local e data)
- 10 (assinatura dos comodantes)
- 11 (assinatura dos comodatários)
- 12 (assinatura de duas testemunhas, com indicação de nome, endereço e número de documento)

(Parizatto, 2006, p. 138-9)

Figura 2.21 - Instrumento Particular de Comodato de Móvel

Nesse exemplo, o primeiro parágrafo contém o título. O segundo parágrafo contém as qualificações das partes. O corpo começa com o parágrafo 3, com as cláusulas consagradas "do objeto" e "da duração". O parágrafo 7 é o último do corpo, e contém o texto padrão sobre eleição de foro (semelhante à cláusula acima "*governing law*"). O parágrafo 8 é a cláusula de conclusão, seguida pela data e as assinaturas das partes e testemunhas.

As diferenças mais evidentes entre contratos em inglês e em português são:

1. as qualificações completas das partes (e parciais das testemunhas) nos contratos brasileiros e a quase ausência de informações equivalentes em contratos em inglês;

2. a necessidade de testemunhas no Brasil em quase todo documento jurídico, e a necessidade de notariação e/ou registro de um número muito maior de documentos neste país;
3. a presença de *recitals* com *whereas* em contratos em inglês e sua quase ausência em documentos em português;
4. a presença de uma seção de definições no início de contratos em inglês e sua ausência em documentos em português.

3 Fundamentação teórica

3.1 Teorias gerais de tradução

3.1.1 *Palavra por palavra e sentido por sentido*

O debate sobre tradução ao longo dos séculos tem sido entre tradução "palavra por palavra" (literal) e tradução "sentido por sentido" (livre). Em 46 AC, Cícero defendeu seu método de traduzir o sentido e não a forma dos discursos de oradores gregos. Na época, era comum traduzir discursos do grego para o latim literalmente palavra por palavra, para a tradução em latim servir como referência para a leitura do grego.

S. Jerônimo cita Cícero quando defende sua tradução do velho testamento contra críticos. Foi entendido pelos tradutores seguintes que S. Jerônimo também sustentava que uma tradução livre seria melhor. A idéia era de que uma tradução palavra por palavra resultava em estruturas agramaticais, que ofuscavam o sentido do original.

Martinho Lutero também argumentava em favor da tradução livre, para defender a sua interpretação da Bíblia. Um conceito importante que ele defendeu foi a necessidade de pensar no leitor, e o efeito do texto no leitor. Ele entendeu a importância de traduzir de uma maneira que seria entendida pelo leitor, priorizando o leitor e sua língua e não o idioma/cultura do texto original.

Dryden, no século 17, escreveu muito sobre tradução e traduzia poesia do grego. Ele falava de três modos de tradução (em vez de só dois):

- 1) *metaphrase* (metáfrase) - palavra por palavra,
- 2) *paraphrase* (paráfrase) - sentido por sentido,
- 3) *imitation* (imitação)- adaptação do texto à época e língua de chegada.

Dryden preferia a paráfrase, mas também argumentou a favor dos outros dois modos em momentos diferentes.

3.1.2 *Schleiermacher*

Em 1813, Friedrich Schleiermacher escreveu um tratado muito influenciador sobre a tradução, *Über die verschiedenen Methoden des Übersetzens* (Sobre os diferentes métodos de traduzir). Ele distingue dois tipos de tradutores, aqueles que traduzem textos comerciais e aqueles que traduzem textos acadêmicos e artísticos. Infelizmente, ele despreza a tradução comercial (necessária, mas sem interesse) e o restante do trabalho é sobre tradução literária. Em vez de abordar os métodos literais e livres (que ele menciona), ele enfatiza a aproximação do leitor ao autor original.

"But what paths are open to the true translator, one who would bring those two utterly unconnected people together, the source-language author and the target-language reader - and would aid the latter, without banishing him from the sphere of the target language, in attaining as accurate and thorough an understanding and enjoyment of the former? I believe there are only two. The translator either (1) disturbs the writer as little as possible and moves the reader in his direction, or (2) disturbs the reader as little as possible and moves the writer in his direction. " (Schleiermacher, 1813/2002, p. 229)

Schleiermacher preferia o primeiro método, aproximar o leitor ao escritor.

"Given two people as far apart as the author of the original and the potential reader of the translation - people who don't even speak each other's language! - is it really advisable to bring them into a relationship as intimate as that between the author and the source-language reader?" (Schleiermacher, 1813/2002, p. 228)

Em outras palavras, ele propôs que o tradutor não deve escrever como se fosse o autor original escrevendo no idioma de chegada. Ao contrário, o leitor deve ter a mesma impressão, ao ler o texto traduzido em seu próprio idioma, que teria se tivesse lido a obra no idioma

original (mas como estrangeiro fluente no idioma de partida). Schleiermacher promove a estrangeirização em vez da domesticação. A cultura e o idioma de partida são valorizados. Ele cria que o tradutor deveria treinar o receptor a aceitar traduções com o gosto forte do estrangeiro. Esse ponto de vista é o contrário daquele de Martinho Lutero. Esses temas são retomados por Venuti (1995) como *foreignization* e *domestication*.

3.2 O Modelo de Vinay e Darbelnet

Vinay e Darbelnet (1958, 1977) foram os primeiros a criarem categorias para descrever as alterações feitas ao texto original para produzir o texto traduzido. Eles perceberam que a tradução exige o conhecimento não somente de dois idiomas, mas também de duas culturas, duas histórias. Um conceito mencionado no estudo deles é que "o tradutor traduz para fazer o leitor compreender o texto". (Vinay e Darbelnet, 1977, p. 24, tradução minha) Eles, porém, também se concentram na estilística comparada, que pode ser estudada através do estudo de traduções entre dois idiomas. Eles consideram três aspectos de línguas: o léxico, o ordenamento das palavras e a mensagem. O modelo de Vinay e Darbelnet foi desenvolvido para servir para qualquer tipo de tradução, inclusive poesia, literatura, textos técnicos, etc.

Uma das dificuldades neste estudo e em qualquer estudo sobre a tradução é a definição da unidade de estudo. Os autores declaram que apesar de sua aparente conveniência, a palavra não é uma unidade satisfatória. Um problema com a utilização da palavra como a unidade de estudo é que esse método enfatizaria o significante e não o significado (entendendo-se aqui os conceitos de Saussure (1972, 1986)). Eles declaram:

Il lui faut donc une unité que ne soit pas exclusivement formelle, puisqu'il ne travaille sur la forme qu'aux deux extrémités de son raisonnement. Dans ces conditions, l'unité à dégager est l'unité de pensée, conformément au principe que le traducteur doit traduire des idées et des sentiments et non des mots. (Vinay e Darbelnet, 1977, p. 37)

E portanto, o trabalho define a unidade de estudo como

"[les] unités lexicologiques dans lesquelles les éléments du lexique concourent à l'expression d'un seul élément de pensée. On pourrait encore dire que l'unité de traduction est le plus petit segment de l'énoncé dont la cohésion des signes est telle qu'ils ne doivent pas être traduits séparément." (Vinay e Darbelnet, 1977, p. 37)

Os autores dão exemplos em seguida, mas esta definição de unidade de estudo é difícil de tratar de maneira científica, pois dificilmente duas pessoas dividiriam um texto nas mesmas unidades segundo essas regras.

Vinay e Darbelnet separaram seus procedimentos (procédés) de tradução em duas categorias—tradução direta e tradução oblíqua. Eles apresentam os procedimentos do mais fácil ao mais difícil de implementar. Um resumo é apresentado na tabela 3.1, com os nomes originais em francês na coluna à direita.

tradução direta	empréstimo	[emprunt]
	decalque	[calque]
	tradução literal	[traduction littérale]
tradução oblíqua	transposição	[transposition]
	modulação	[modulation]
	equivalência	[équivalence]
	adaptação	[adaptation]

Tabela 3.1 - Resumo dos procedimentos

Empréstimo ocorre quando a palavra da língua de partida é utilizada na tradução. Para Vinay & Darbelnet, esse é o procedimento mais fácil. *Decalque* é um tipo especial de empréstimo quando as palavras são traduzidas literalmente, mas a estrutura da expressão não é modificada.

Tradução literal (ou palavra por palavra) ocorre quando há uma correspondência uma a uma entre as palavras no texto original e na tradução. Um exemplo é "*Where are you?*" traduzido para "Onde está você?" Segundo os autores, a tradução literal deve ser descartada se a mensagem, quando traduzida literalmente,

- a) dá um outro significado, ou
- b) não faz sentido, ou
- c) é impossível estruturalmente, ou
- d) não corresponde à experiência metalingüística do idioma de chegada, ou
- e) corresponde a uma expressão no idioma de chegada, mas não dentro do mesmo registro.

Transposição ocorre quando uma palavra de uma classe é substituída por uma palavra de outra classe. Um exemplo seria "após sua volta" traduzido como "*after he returns*", em que um substantivo "volta" é traduzido com um verbo "*return*". *Modulação* é uma variação na forma da mensagem, obtida através de uma alteração no ponto de vista. Um exemplo é o negativo do contrário: "é fácil demonstrar" para "*it is not difficult to show*".

Equivalência inclui onomatopéias ("*bow-wow*" traduzido por "au-au"), provérbios, clichês e expressões idiomáticas.

O último procedimento, *adaptação*, é o limite extremo segundo os autores. Utiliza-se adaptação quando uma nova situação precisa ser encontrada, pois a situação original não existe na cultura de chegada. Um exemplo seria a substituição de um esporte típico em um país por um outro, típico no outro.

3.3 Modificações do modelo de Vinay e Darbelnet

3.3.1 Vázquez-Ayora

Em 1977, Vázquez-Ayora escreveu um estudo semelhante àquele de Vinay e Darbelnet (e baseado nele), mas para os idiomas inglês e espanhol— *Introducción a la Traductología*. Como Vinay e Darbelnet, Vázquez-Ayora também descarta a palavra como uma possível unidade de estudo, e fala da unidade de tradução e a unidade de pensamento. Ele baseia seu estudo na unidade lexicológica, que define como "a menor combinação de palavras que contribuem à expressão de um único fragmento de uma mensagem e cujo grau de interdependência é tal que não podem ser traduzidos isoladamente dentro do contexto da mensagem como um todo". Em seguida, ele repete a lista de tipos de unidades já fornecida por Vinay e Darbelnet.

Vázquez-Ayora fornece exemplos de todos os procedimentos de Vinay e Darbelnet para o par inglês/espanhol e acrescenta mais alguns procedimentos. O novo procedimento *amplificação* (Vázquez-Ayora, 1977, p. 334-349) ocorre quando mais palavras são utilizadas na tradução do que no original, por motivos relacionados à gramática e à estilística do idioma de chegada. Um exemplo do texto (alterado para o português) é

We are dancing *to* the accordion
traduzido para
Dançamos *ao som do* acordeão.

Nesse exemplo, "to" se torna "ao som de", um maior número de palavras. O procedimento contrário seria *omissão*, que Vinay e Darbelnet também deixaram de incluir em seu modelo (Vázquez-Ayora, 1977, p. 358-373).

Vázquez-Ayora também introduziu o procedimento *explicitação* (Vázquez-Ayora, 1977, p. 349-358). A diferença entre amplificação e explicitação é que explicitação é utilizada devido à semântica e não à gramática. Um exemplo do texto (alterado para o português) é

To help resolve the basic question of *delegation*

traduzido para

Para resolver os problemas básicos da **delegação de poderes**.

3.3.2 *Barbosa*

O estudo de Barbosa (2004) não aborda a questão da unidade de estudo. Ela resenha os estudos anteriores e propõe um reajuste nos procedimentos de Vinay e Darbelnet e de Vázquez-Ayora. Barbosa introduz uma nova categoria—tradução *palavra por palavra*—que é mais restrita do que a tradução literal, pois o número de palavras e suas classes não podem mudar do original para a tradução. Ela fala brevemente das equivalências de Newmark—funcional, descritiva e cultural—mas só como subcategorias da *equivalência* de Vinay e Darbelnet. Baseado nas definições dos procedimentos *equivalência* e *modulação* desses autores, seria possível defender a inserção das equivalências de Newmark como subcategorias de modulação e não de equivalência.

Barbosa também dá nomes novos para os procedimentos *explicitação* e *amplificação* de Vázquez-Ayora. *Explicitação* se torna *explicação* (de sentido) e *amplificação* se torna *explicitação* (de gramática). A categoria *empréstimo* de Vázquez-Ayora é rebatizada de *transferência*, com a criação de várias subcategorias (veja a seção 3.4 para mais detalhes).

No final do estudo, Barbosa aborda o ordenamento dos procedimentos de tradução. O primeiro ordenamento é por frequência de uso. O segundo é pela convergência ou divergência lingüística e extralingüística entre a língua de partida e a língua de chegada. Nesse esquema, os procedimentos são distribuídos por quatro eixos: 1) convergência do sistema lingüístico, da realidade extralingüística e do estilo; 2) divergência do sistema lingüístico; 3) divergência do estilo e 4) divergência da realidade extralingüística (Barbosa, 2004, p. 91-93). Sua categorização dos procedimentos ao longo desses eixos é apresentada na tabela 3.2.

Eixo	Procedimentos
convergência do sistema lingüístico, da realidade extra-lingüística e do estilo	tradução palavra-por-palavra tradução literal
divergência do sistema lingüístico	transposição modulação equivalência
divergência do estilo	omissão vs. explicitação compensação reconstrução melhorias
divergência da realidade extralingüística	transferência transferência com explicação decalque explicação adaptação

Tabela 3.2 - Categorização dos procedimentos por Barbosa (2004)

3.3.3 Aubert

Enquanto os modelos anteriores são fundamentalmente didáticos—ou seja, propõe-se, explícita ou implicitamente, como "técnicas" ou "procedimentos" para auxiliar o tradutor aprendiz a tomar suas decisões tradutórias, o modelo de Aubert (1984, 1998, 2005a) é sobretudo descritivo. Por isso, os procedimentos são aqui chamados de *modalidades*, para enfatizar essa alteração de ponto de vista, de procedimento didático para análise descritiva. O modelo modifica as categorias desenvolvidas por outros estudiosos, mas também altera a unidade de estudo. Para poder analisar os textos de maneira consistente e criar estatísticas, o modelo descritivo utiliza a palavra como a unidade de estudo. Aubert (1998) descreve o método em detalhes, com muitos exemplos. A tabela 3.3 fornece um resumo das modalidades.

	omissão	Um dado segmento textual do texto original <i>e</i> a informação nele contida são omitidos na tradução.	
tradução direta	transcrição	A transcrição de segmentos de texto que pertencem a ambas as línguas envolvidas ou não pertencem nem à língua de chegada nem à língua de partida, e sim a uma terceira língua.	
	empréstimo	Um segmento textual do texto original é reproduzido na tradução com ou sem marcadores específicos de empréstimo (aspas, itálico, negrito, etc.).	
	decalque	Uma palavra ou expressão é emprestada da língua de partida, mas (i) foi submetida a certas adaptações gráficas e/ou morfológicas para conformar-se às convenções da língua de chegada, e (ii) não se encontra registrada nos principais dicionários recentes da língua de chegada.	
	tradução literal	tradução palavra-por-palavra	Comparando-se os segmentos textuais original e tradução, se observa: (i) o mesmo número de palavras, (ii) na mesma ordem sintática, (iii) empregando as mesmas categorias gramaticais e (iv) contendo as opções lexicais que podem ser tidas por sendo sinônimos interlingüísticos.
		Transposição	Este ocorre sempre que pelo menos um dos três primeiros critérios que definem a tradução literal deixa de ser satisfeito.
tradução indireta	explicitação	Informações implícitas contidas no texto original se tornam explícitas na tradução.	
	implicitação	Informações explícitas contidas no texto original tornam-se referências implícitas.	
	modulação	Um determinado segmento textual é traduzido de modo a impor um deslocamento perceptível na estrutura semântica de superfície, embora retenha o mesmo efeito geral de sentido no contexto	

		específico.
	Adaptação	Assimilação cultural; a solução tradutória adotada para o segmento textual dado estabelece uma equivalência parcial de sentido.
	Tradução inter-semiótica	Figuras, ilustrações, logomarcas, selos, brasões e similares
	Erro	Erros, mas não soluções tradutórias percebidas como inadequadas.
	Correção	Correção de erros factuais e/ou lingüísticos, inadequações e gafes
	Acréscimo	Qualquer segmento textual incluído no texto alvo pelo tradutor por sua própria conta

Tabela 3.3 - Resumo das modalidades de Aubert (2005a)

Estas modalidades servirão de base para as modalidades definidas para este estudo. Um resumo da evolução dos procedimentos e modalidades será fornecido na próxima seção.

3.4 Modelo utilizado neste estudo

3.4.1 Contexto sociocultural

Para muitos, tradução jurídica é tradução juramentada. Para outros, há tradução jurídica juramentada e não juramentada. Porém, a questão é muito mais complexa do que estes dois extremos. Há muitos motivos para traduzir um documento jurídico e todos eles são válidos. Inspirada no trabalho de Holz-Mänttari sobre *Translational Action* como descrito em Munday (2001, p. 77-78), criei categorias para descrever as possíveis motivações dos atores envolvidos, ou seja, o motivo por que a tradução foi encomendada, por que o documento original foi escrito, e os leitores esperados do texto original e da tradução. O modelo de *Translational Action* proposto por Holz-Mänttari conceitualiza o processo de tradução como orientado a um fim específico e contempla a interação entre os atores envolvidos e transferência intercultural.

[It] is not about translating words, sentences or texts but is in every case about guiding the intended co-operation over cultural barriers enabling functionally oriented communication. (Holz-Mänttari, 1984, p. 7-8, tradução de Munday)

Neste modelo, tradução é um processo comunicativo que inclui os seguintes atores:

- o iniciador:** a pessoa física ou jurídica que precisa da tradução,
- o cliente:** o indivíduo que entra em contato com o tradutor,
- o autor do texto original:** o indivíduo que escreveu o texto original,
- o tradutor:** o indivíduo que produz a tradução,
- o usuário da tradução:** o indivíduo que utiliza a tradução de alguma maneira,
- o receptor da tradução:** o indivíduo que lê a tradução, ou a quem é apresentada.

Cada ator tem suas metas e suas contribuições. O objetivo é ter uma tradução que pode ser utilizada para comunicação, em termos funcionais, com o receptor. Segundo este modelo, a forma e o gênero da tradução precisam convir às necessidades da cultura do receptor. No contexto desse estudo, isso seria o universo jurídico e lingüístico do país de chegada.

Numa tentativa de descrever as situações tradutórias dos documentos coletados para os corpora, simplifiquei o modelo para:

- o cliente:** o indivíduo ou empresa que entra em contato com o tradutor,
- o autor:** o indivíduo que escreveu o texto original, e a empresa que representa (não diferencio aqui entre o advogado e a empresa representada por ele),
- a outra parte:** a outra pessoa jurídica ou física citada no contrato ou procuração, que às vezes é também um receptor da tradução,
- terceiros:** pessoas receptores do original ou da tradução,
- o tradutor:** o indivíduo que produz a tradução,
- o juiz:** um dos receptores da tradução juramentada ou certificada, pode ser qualquer órgão oficial.

A primeira situação tradutória (e suas duas variações) é apresentada na figura 3.1.

Figure 3.1 - Situações tradutórias A1 e A2

Na situação A1, o original é assinado e é válido. A tradução ajuda a compreensão da 2ª parte e de terceiros. Um exemplo comum dessa situação é quando uma empresa assina um contrato com outra empresa no mesmo país e precisa mandar este contrato para a matriz em outro país, ou para órgãos internacionais por algum motivo. A tradução serve só para fins informacionais.

Na situação A2, o original só serve de modelo e a tradução se torna um original no país de chegada. A tradução é assinada pelas partes e se torna a única versão válida legalmente. Um exemplo da situação A2 é quando uma empresa brasileira (autor) quer fazer uma parceria com uma empresa estrangeira (2ª parte) e manda traduzir o contrato para a língua da segunda parte para facilitar comunicação durante as negociações. Quando a empresa estrangeira não tem uma presença no Brasil, e portanto não tem representante jurídico aqui, normalmente quer assinar o contrato no próprio idioma e não em português. Nesse caso, o documento seria mais

uma adaptação à cultura do país de chegada do que em outras situações, pois a tradução seria mais desligada do original.

Uma segunda situação tradutória (e suas duas variações) é apresentada na figura 3.2.

Figure 3.2 - Situações tradutórias B1 e B2

Na situação B1, é a segunda parte ao contrato que contrata o tradutor, ou até um terceiro. Nesse caso, o original é assinado e é válido, e a tradução ajuda a compreensão da 2ª parte e de terceiros. Em um exemplo típico da situação B1, uma empresa brasileira como Eletropaulo ou Petrobras faz uma licitação com a participação de empresas estrangeiras. A empresa que faz a proposta contrata um tradutor para traduzir o contrato (e normalmente os outros documentos técnicos relacionados à licitação) para entender os termos. Porém, é o original que é assinado.

Uma situação rara é a B2, em que a tradução é assinada em vez do original. Nesse caso, um exemplo possível é que o autor do documento original representa a empresa com menos poder na relação entre as partes. A 2ª parte traduz o contrato e o modifica, e é a tradução que é assinada.

Uma terceira situação tradutória (e suas duas variações) é apresentada na figura 3.3.

Figure 3.3 - Situações tradutórias C1 e C2

Nessa situação tradutória, o documento é traduzido por um tradutor público quando o objetivo é poder utilizá-lo em juízo ou para fins oficiais — especialmente no Brasil, mas nem sempre. As autoridades de países estrangeiros no Brasil (consulados/embaixadas) frequentemente exigem traduções juramentadas. Nos EUA e no Reino Unido, não existe o conceito de

tradutor público. Normalmente, quando a tradução é para fins oficiais, o tradutor é obrigado a anexar um certificado declarando que a tradução é correta e que ele/ela é um tradutor profissional. Como se define "profissional" é aberto à interpretação. Há várias certificações e diplomas (de sociedades de tradutores e de faculdades) que normalmente são aceitos. Não há nenhuma regra geral.

Uma quarta situação tradutória (e suas três variações) é apresentada na figura 3.4.

Figure 3.4 - Situações tradutórias D1, D2 e D3

Nesta situação, um documento é traduzido para o idioma da 2ª parte (situação D1), é assinado por esta e traduzido de volta para o idioma original por um tradutor oficial (situação D2) ou por um tradutor não oficial (situação D2). Esta situação (D) é mais comum com o original escrito em português. Infelizmente, os corpora não contêm nenhum caso de documentos representando o primeiro e segundo passo do mesmo documento original. Geralmente, por motivos desconhecidos, os tradutores dos dois passos são diferentes. É possível que a primeira tradução seja feita por alguém dentro da empresa que posteriormente contrata o tradutor

público para o segundo passo. Às vezes, é difícil distinguir entre as situações tradutórias C e o segundo passo da situação tradutória D (D2 e D3). Quando o "original" é escrito em um inglês pouco idiomático ou mesmo contendo incorreções, é mais fácil identificar a tradução como pertencente à situação tradutória D2 ou D3.

3.4.2 *Definição da unidade de estudo*

Vimos nas seções anteriores as definições da unidade de estudo utilizadas por outros estudiosos trabalhando com procedimentos/modalidades. Neste estudo, também adotei a unidade lexicográfica utilizada por Vázquez-Ayora, mas definida através de explicitação de sentido e através da repetição natural dentro do corpus e dentro das línguas em questão.

Em geral, um termo consiste em um substantivo modificado por um ou mais adjetivos, ou consiste em um verbo modificado por um ou mais advérbios. Estes vão além de simples colocações. Como decidir quais modificadores incluir? Somente aqueles que façam com que o conceito representado se torne mais específico (ou mais geral) do que o substantivo com os modificadores mais próximos. Cada modificador explicita mais o significado pretendido. Alguns exemplos podem clarificar esta definição. O termo *sociedade limitada brasileira* é uma única unidade de estudo porque *sociedade limitada* é mais específico do que *sociedade* e porque *sociedade limitada brasileira* é mais específico ainda. Um outro exemplo é o termo *sociedade por quotas de responsabilidade limitada*. Este termo é uma única unidade porque *responsabilidade limitada* está modificando quotas (são as quotas que são de responsabilidade limitada) e a *sociedade* é dividida por este tipo de quota. O termo inteiro é mais específico do que só *sociedade por quotas*, explicita mais o significado (apesar de sociedade por quotas provavelmente ser entendido pela maioria de leitores devido ao contexto, sem a inclusão do modificador "de responsabilidade limitada").

Um outro exemplo é o "*contrato social consolidado*". Nesse contexto, não é possível tomar "*contrato social*" como a unidade de estudo porque o *contrato social* é um documento e o *contrato social consolidado* é outro documento, resultante de uma modificação do primeiro.

O nome de órgãos do governo, como a "Secretaria de Segurança Pública" seria um outro exemplo de uma unidade lexicográfica. Muitos desses termos são dicionarizados em dicionários específicos à área jurídica ou até em dicionários de abrangência maior.

As linguagens jurídicas norte-americana e brasileira contêm muitos binômios idiomáticos e não idiomáticos. Os que aparecem freqüentemente no corpus (e em textos jurídicos em geral) foram considerados uma única unidade de estudo, pois normalmente são traduzidos como se o fossem. Exemplos incluem "*true and lawful*" e "*by and between*". Em português, há exemplos como "residente e domiciliado" e "nomeio e constituo".

O agrupamento de colocações depende de sua freqüência no corpus e na linguagem jurídica em geral. Muitas colocações são tão comuns que se tornam esperadas até nas traduções para o idioma em questão. No caso de colocações, o agrupamento foi feito (ou não) na hora da análise baseado nos exemplos encontrados nos corpora.

Há muitas frases feitas, especialmente frases arcaicas como "*in witness whereof*", "*know all men by these presents*" e em português "dou fé" e "na melhor forma de direito". São tomadas como uma única unidade de estudo devido à sua repetição sem modificação e por não terem um significado transparente para o leitor.

As unidades de estudo são marcadas nos exemplos com sublinhado, negrito ou itálico.

3.4.3 Definição das modalidades de tradução

Como este estudo é descritivo e não prescritivo, vou manter o nome "modalidades" para as categorias de análise segundo o raciocínio de Aubert (1984). Nesta seção, vou apresentar as modalidades que utilizei para descrever as soluções encontradas pelos tradutores jurídicos que contribuíram os documentos que constituem os corpora ing-br e br-ing. Os nomes das modalidades são baseados nas denominações de Aubert, com modificações (às vezes extensas) introduzidas no nível de subcategoria.

3.4.3.1 Tradução literal

Vinay & Darbelnet

Na figura 3.5 apresento um diagrama da evolução das categorias transposição e tradução literal originalmente definidas por Vinay & Darbelnet (1958). As definições de Vinay & Darbelnet são simples e incompletas quando comparadas com as modificações e detalhes introduzidos pelos modelos posteriores. Vinay & Darbelnet definiram a transposição como o método em que a classe de uma das palavras na tradução é modificada (por exemplo, adjetivo para substantivo) sem modificar o significado da mensagem. A tradução literal seria aquela em que as classes das palavras não são modificadas.

Figura 3.5 - Tradução literal

Vázquez-Ayora

O modelo de Vázquez-Ayora introduz o conceito de *amplificação*, no qual uma palavra no original se torna duas palavras na tradução. Um exemplo seria:

Vamos para o parque -> Let's go to the park

É interessante observar que não foi proposta uma categoria oposta, redução, para o caso contrário. Um exemplo semelhante é dado em Vinay e Darbelnet sob a categoria tradução literal, mas a categoria amplificação não é mencionada especificamente.

Barbosa

Barbosa define a categoria transposição igual a Vinay e Darbelnet, ou seja, como uma mudança de classe gramatical de uma ou mais palavras na tradução. Porém, ela introduz a categoria tradução palavra por palavra, que só se aplica quando não há mudança de classe e quando o número de palavras e sua ordem não mudam na tradução. Sua tradução literal permite a amplificação introduzida por Vázquez-Ayora (e a respectiva redução). Sua definição desse procedimento não é muito clara, mas parece incluir a definição de tradução literal de Vinay & Darbelnet, subtraídos os casos de tradução palavra por palavra e tradução literal de nomes de instituições, que ela categoriza como um tipo de decalque.

Aubert

O modelo de Aubert considera (desde 2005) a tradução literal como uma categoria geral, com a tradução palavra por palavra e a transposição como subcategorias. Considero a proposta de Aubert mais apropriada para meu modelo porque a diferença entre estas duas subcategorias é extremamente dependente da estrutura da língua de chegada (e sua proximidade à língua de saída) e não provém de uma escolha do tradutor.

Este estudo

Normalmente, só a tradução literal palavra por palavra ou a tradução literal com transposição é correta na língua em questão, e não é uma escolha do tradutor. Como este estudo busca analisar as escolhas do tradutor, estas duas subcategorias serão classificadas como tradução literal

3.4.3.2 Modulação e Equivalência

Vinay & Darbelnet

Na figura 3.6 apresento um diagrama da evolução das categorias *modulação* e *equivalência* originalmente definidas por Vinay & Darbelnet (1958). A *modulação* foi definida como uma variação na forma da mensagem devido a uma diferença de ponto de vista. Um exemplo seria

é fácil mostrar -> não é difícil mostrar.

Eles definem *equivalência* de uma maneira restritiva, e concentram-se em exclamações e onomatopéias. Os exemplos dados são

meow -> miau

Ouch! -> Ai!

Outros exemplos são de provérbios, clichês, e expressões idiomáticas. Um exemplo seria

matar dois coelhos com uma cajadada só -> kill two birds with one stone.

Nenhum dos exemplos fornecidos lembra algo que apareceria em um texto jurídico.

Figura 3.6 - Evolução das categorias modulação e equivalência

Barbosa, Newmark e Aubert

Vásquez-Ayora e Barbosa aceitam as definições de Vinay & Darbelnet sem modificações, mas Barbosa também menciona os três tipos de equivalência definidos por Newmark (1988). Ela não entra em detalhes, mas os conceitos são particularmente interessantes para este estudo.

Aubert cria uma categoria chamada *modulação* que combina as categorias equivalência e modulação dos estudos anteriores, pois são semelhantes. Para os fins deste estudo, porém, concordo com Salkie (2001), quando declara “*One could easily conclude that a concept [modulation] which covers so many different translation changes is too vague to be of any use.*” Juntando modulação e equivalência—sem criar subcategorias—ficamos com uma macrocategoria que seria pouco útil se uma porcentagem grande das soluções encontradas

fosse classificada simplesmente como “modulação”. Este trabalho mantém as duas categorias—*modulação* e *equivalência*—e cria subcategorias baseadas nos conceitos de Newmark (equivalência cultural, funcional e descritiva) e outras subcategorias baseadas em alguns conceitos de Vinay e Darbelnet.

Newmark

Segundo a definição de Newmark, a ***equivalência cultural*** ocorre quando uma palavra culturalmente marcada vem traduzida por um equivalente igualmente culturalmente marcado no idioma de chegada, às vezes com o qualificador do país. Alguns exemplos são:

Futebol = *Baseball*

(o esporte nacional)

Nº de RG = *Driver's License Number*

(são utilizados da mesma maneira, como identificação pessoal)

Pagar contas no banco, através de boleto bancário (no Brasil)

= Pagar contas com cheque, pelo correio (nos EUA)

Newmark (1988, p. 83) julgava que o uso dessa equivalência na tradução seria limitada, pois não é exata. "...but they can be used in general texts, publicity and propaganda, as well as for brief explanation to readers who are ignorant of the relevant SL culture." Ele também declara que "the main purpose of the procedure is to support or supplement another translation procedure in a couplet". Essa subcategoria englobaria o que Vinay e Darbelnet chamavam de adaptação, em que a situação descrita no texto original é convertida em uma situação conhecida na cultura de chegada.

A ***equivalência funcional*** ocorre quando uma palavra não culturalmente marcada é utilizada para descrever a função de uma palavra culturalmente marcada. Alguns exemplos são:

vestibular = (Brazilian) university entrance exam.

Durable Power of Attorney = Procuração com poderes gerais e subsistentes na incapacidade do outorgante

A tradução explica o conceito ou descreve o objeto através de suas funções. O objetivo é neutralizar o termo na língua de chegada. Segundo Newmark (1988, p. 83) a equivalência funcional ocupa o meio-termo, o universal, entre a cultura/língua de partida e a de chegada.

Ele também define a *equivalência descritiva*, em que o objeto é descrito de alguma maneira, por exemplo fisicamente. É difícil uma equivalência ser puramente descritiva, pois a função tende a ser inclusa também. Um exemplo seria

camundongo = *small rodent*.

Não se espera ver muitas equivalências descritivas na tradução de documentos jurídicos.

Este estudo

Além das equivalências cultural, descritiva e funcional de Newmark, a análise dos marcadores nos corpora deixou aparente a necessidade da criação de mais duas categorias de equivalência.

No universo desse estudo, ou seja, na área jurídica, há um tipo de equivalência que poderia ser chamada de *equivalência operacional*, pois é o uso ou a maneira de operar que cria a equivalência. O conceito, objeto ou entidade representado pelo termo utilizado na tradução funciona da mesma maneira (em um ou mais aspectos) que o conceito, objeto ou entidade representado pelo termo utilizado no original. Essa equivalência é referencial, ou seja, refere-se a um conceito ou objeto que existe fora do texto traduzido. Um exemplo de equivalência operacional seria a tradução do animal norte-americano *skunk* (*mephitis mephitis*), que não existe no Brasil, pelo gambá (gênero *Didelphis*), pois os dois emitem um líquido mau-cheiroso ao serem atacados. Outro exemplo seria a tradução de *Sociedade Anônima* pelo

termo *Corporation*, pois os dois operam da mesma maneira, em termos da responsabilidade dos sócios, emissão de ações, etc.

A segunda subcategoria nova é a ***equivalência discursiva***, que é a substituição de uma palavra ou fraseologia no texto original por uma outra no texto traduzido devido à sua função dentro do contexto do documento, e não em referência a um objeto ou conceito fora do documento. Dois exemplos disso são:

Atenciosamente = Sincerely (no fecho de uma carta)

entre = by and between (quanto *by* quanto *between* serviriam sozinhos, mas o binômio é muito comum no inglês jurídico)

Também procurei subcategorias de modulação compatíveis com meus dados. Vinay e Darbelnet já falaram de subcategorias de modulação (Vinay e Darbelnet, 1977, p. 236-241). Estes são:

- o abstrato pelo concreto (ou o geral pelo particular)
- a causa pelo efeito
- o meio pelo resultado
- a substância pelo objeto
- a parte pelo todo
- uma parte por outra
- a inversão de sentido
- o negativo do contrário
- o ativo pelo passivo
- o espaço pelo tempo
- o intervalo pelo limite (em espaço ou em tempo)
- a alteração do símbolo

No universo desse estudo, a substituição de uma parte pelo todo e seu contrário, e a substituição de uma categoria por sua subcategoria (o geral pelo particular) e seu contrário foram muito comuns, e mereceram subcategorias próprias. Estas são:

- a modulação através de *especificação*,
- a modulação através de *generalização*,
- a modulação através do todo substituído por uma *parte*,
- a modulação através da parte substituída pelo *todo*.

Um exemplo de especificação e generalização é quando um tipo de sociedade é substituído por uma categoria mais geral de sociedade ou pela própria palavra "sociedade", e vice versa.

Um exemplo de uma parte substituída pelo todo é quando um tribunal é substituído por uma expressão que representa o sistema judicial como um todo. A diferença é que especificação e generalização são relacionadas a categorias, enquanto parte/todo são relacionados a coisas concretas, objetos ou entidades que têm partes definidas.

3.4.3.3 Explicitação, omissão, implicitação e acréscimo

Vinay & Darbelnet não definiram nenhuma destas 4 categorias explicitamente. Explicitação, amplificação e omissão foram definidas por Vázquez-Ayora, com a categoria *explicitação* para os casos nos quais o tradutor esclarece o sentido de um termo no texto original, *amplificação* quando o tradutor utiliza um maior número de palavras do que no original, e *omissão* quando o tradutor elimina uma palavra presente no original. Barbosa define *explicação* como explicitação de sentido e *explicitação* como amplificação por motivos gramaticais. (um exemplo de explicitação gramatical seria Sou Frank-> I am Frank, em que uma palavra vem traduzida por duas). No modelo de Aubert, a explicitação gramatical se torna transposição de número de palavras. Outra inovação de Aubert foi a criação da categoria *implicitação*, que difere da categoria omissão porque supõe que o sentido omitido é subentendido pelo leitor do texto traduzido. Outra modalidade de Aubert, *acrécimo*, que é o contrário de omissão, se mostrou necessária durante a análise dos corpora. Essa modalidade representa um acréscimo de sentidos não presentes nem implícitos no texto original.

Figura 3.7 - Evolução das categorias explicitação, omissão, implicitação e acréscimo

Nem todos definem explicitação e implicitação desta maneira. Para Klaudy e Károly (2003), "Implicitation occurs, for instance, when a SL unit of a more specific meaning is replaced by a TL unit of a more general meaning". Para os fins desse estudo, a substituição por um termo mais genérico ou mais específico é modulação. E a modalidade acréscimo ocorre quando informação for acrescentada à tradução sem ser implícita no original, e sem ser mais genérica nem mais específica. Um exemplo disso seria a tradução de *passbooks* por cadernetas e talões, quando *passbook* é somente caderneta, mas talão é um termo relacionado. Há vários exemplos de acréscimo nos corpora. Aqui, explicitação e implicitação não modificam o sentido do trecho traduzido (conteúdo semântico estável). Omissão e acréscimo são utilizados quando nenhuma equivalência ou modulação explicam a tradução de maneira mais clara.

3.4.3.4 Empréstimo, decalque e transcrição

Decalque é raro na linguagem jurídica, e quando aparece geralmente é um erro de tradução e não algo criativo (no sentido bom) da parte do tradutor. Um exemplo de um decalque marcado como erro (no arquivo pr9) foi a tradução de *contrato social* como *social contract* (um termo que não existe no contexto de documentos constitutivos). Barbosa e Aubert acrescentaram várias categorias ou subcategorias para transferência, empréstimo e decalque

que não vou utilizar, por não serem muito importantes (nem muito comuns) na tradução jurídica. A categoria estrangeirismo + explicação de Barbosa é muito comum, mas com a unidade de estudo maior empregada neste estudo, muitas análises já resultam em combinações de modalidades, e portanto não é necessário criar uma categoria que corresponderia a uma combinação de outras duas. Newmark fala muito desse tipo de dístico (couplet) de dois procedimentos utilizados juntos para traduzir uma única unidade de estudo, geralmente um empréstimo mais um outro procedimento explicativo.

Uma modalidade acrescentada por Aubert, a *transcrição*, é mantida neste estudo. A transcrição ocorre quando a unidade contém itens que pertencem a ambas as línguas (de partida e de chegada), como algarismos ou palavras importadas de uma língua para outra e já dicionarizadas. Um exemplo é *joint venture* em português, um empréstimo do inglês já dicionarizado (Houaiss, 2001). A transcrição também se aplica à tradução de palavras e frases que não pertencem nem à língua de chegada nem à língua de partida. Exemplos incluem o uso de latim em linguagem jurídica tanto em inglês quanto em português. Porém, não é tão comum o inglês e o português utilizarem latim nos mesmos contextos.

Figura 3.8 - Evolução das modalidades empréstimo, decalque e transcrição

3.4.3.5 Erro e correção

A modalidade *erro* é necessária quando se analisa traduções feitas por outros. Erros incluem desentendimentos óbvios (*specially/especially*), erros de ortografia e repetição de uma palavra duas vezes. A modalidade *correção* representa o procedimento contrário, quando há um erro óbvio no original e o tradutor corrigiu-o na tradução. Vários dos documentos originais têm inglês incorreto, que os tradutores corrigiram ao traduzir para o português.

3.4.4 Resumo das modalidades de tradução

A tabela 3.4 resume as modalidades utilizadas neste estudo.

tradução literal	Qualquer tipo de tradução literal, inclusive com transposição de ordem das palavras, do número de palavras e de categorias gramaticais.
modulação	Uma modulação não especificada pelas subcategorias, como o negativo do contrário ou o meio pelo resultado. Inclui a modulação e a equivalência como definidas por Vinay e Darbelnet.
modulação através de especificação	Um termo mais específico é utilizado na tradução.
modulação através de generalização	Um termo mais geral é utilizado na tradução.
modulação através do todo substituído pela parte	Um termo representando um todo é substituído por um termo representando somente uma parte do todo.
modulação através da parte substituída pelo todo	Um termo representando uma parte de um todo é substituído por um termo representando o todo.
equivalência funcional	Uma palavra não culturalmente marcada é utilizada para descrever a função de uma palavra culturalmente marcada
equivalência descritiva	Um objeto é descrito de alguma maneira, talvez fisicamente.
equivalência cultural	Uma palavra culturalmente marcada é traduzida para um

	equivalente igualmente culturalmente marcado no idioma de chegada
equivalência operacional	O objeto, conceito ou entidade na tradução opera de uma maneira semelhante àquele no documento original. O objeto, conceito ou entidade existe fora do texto traduzido.
equivalência discursiva	Uma palavra ou fraseologia é substituída por outra na tradução devido à sua função dentro do contexto do documento, e não em referência a um objeto ou conceito fora do documento.
explicitação	Explicitação de sentido na tradução.
acréscimo	Acréscimo de uma ou mais palavras com subsequente acréscimo de sentido/informação, sem corresponder a explicitação de sentido.
implicação	Implicação de sentido na tradução.
omissão	Omissão de uma ou mais palavras com subsequente perda de sentido/informação, sem corresponder a implicação de sentido.
empréstimo	Quando o termo no idioma de partida é utilizado no idioma de chegada, com ou sem aspas, itálicos, etc. e não é dicionarizado no idioma de chegada.
decalque	Uma expressão é emprestada da língua de partida com a tradução literal de cada parte, e a expressão resultante não faz parte das convenções da língua de chegada.
transcrição	É tipo especial de empréstimo no qual o termo em questão pertence a ambos os idiomas (dicionarizado) ou a nenhum dos dois.
erro	Um erro grave ou óbvio foi feito na tradução, como a repetição de uma palavra ou um erro de matemática, transcrição ou conversão.

correção	A tradução corrige um erro factual ou de gramática na tradução.
----------	---

Tabela 3.4 - Resumo das modalidades deste estudo

3.4.5 Classificação das categorias segundo o grau de aproximação do receptor ao texto original

Nas seções 3.2 e 3.3 mencionei a classificação das categorias por Vinay e Darbelnet e por Barbosa. Como a unidade de estudo selecionada para este estudo frequentemente resulta em múltiplos procedimentos aplicados à mesma unidade, procurei uma melhor maneira de classificação que tomasse em conta esta riqueza de informações.

Os dois extremos de método de tradução desenvolvidos por Schleiermacher são aplicáveis à tradução jurídica. O extremo de aproximar o receptor ao escritor (deixando o texto mais próximo ao original) seria conseguido através do uso de empréstimo e através de interlíngua. O outro extremo seria conseguido através do uso de adaptação, para que o receptor não soubesse que o documento foi uma tradução. Entre estes dois extremos, podemos perceber graus diferentes de aproximação do receptor ao autor e vice-versa, como na figura 3.9. Quando a tradução aproxima o receptor ao original, ele precisa se esforçar mais para entender a mensagem comunicada.

Figura 3.9 - Graus de aproximação do receptor ao escritor do texto original

- **empréstimo:** Quando a palavra do texto original é traduzida para a tradução, com ou sem aspas. (p.ex. *trust* traduzido para o português como "trust");
- **interlíngua:** Quando a tradução não produz uma palavra ou frase comum na língua de chegada (p.ex. *cotista* traduzido para *quotaholder*, *in witness whereof* traduzido para em testemunho do quê);
- **neutro:** Quando a tradução contém um meio-termo entre o original e a tradução, (p.ex. o uso de um dístico no qual um elemento é um empréstimo);
- **identificação como outro:** uma tradução na qual o documento mostra a sua alteridade, mas de uma maneira que não atrapalha a comunicação com o receptor;
- **localização:** uma tradução na qual não há nenhuma indicação de que o documento é uma tradução.

Observe que as modalidades listadas abaixo de cada categoria de grau de aproximação são só típicas. É necessário determinar o grau de aproximação de cada solução independentemente da classificação da solução através das modalidades, porque as modalidades são utilizadas para analisar a alteração sofrida pela unidade de estudo no original ao ser traduzida, enquanto o método do grau de aproximação coloca mais ênfase no produto, e como esse produto será visto e entendido pelo receptor estrangeiro.

Um exemplo típico das opções de tradução que representam diferentes graus de aproximação (ou dificuldade de comunicação) é a tradução de um tipo de sociedade brasileira para o inglês. A figura 3.10 mostra 5 possíveis traduções para "sociedade limitada".

Figura 3.10 - Exemplo de graus de aproximação — sociedade limitada

Nesse exemplo, a *localização* (grau 5) é mais fácil para o leitor (de língua inglesa) entender, pois esconde plenamente sua alteridade (na tradução do termo, mas não necessariamente no documento todo). Dependendo do contexto, o leitor pode se enganar e crer que a empresa é norte-americana. A *identificação como outro* (grau 4) facilita o entendimento do leitor com o uso, no primeiro exemplo, da mesma equivalência operacional mas com um qualificador (nesse caso uma explicitação). A outra solução de grau 4 utiliza a mesma equivalência operacional junto com um empréstimo. Isso mostra a alteridade do termo, mas exige mais trabalho pela parte do leitor que não sabe ler o idioma original. Ele vai saber que a empresa é estrangeira, mas não necessariamente que é brasileira. É uma solução útil quando espera-se a tradução de volta para a língua original. Não há uma solução neutra nesse caso. Isso mostra a alteridade do termo, mas exige mais trabalho pela parte do leitor que não sabe ler o idioma original.

No outro fim do espectro, o empréstimo (grau 1) nesse caso é pouco útil sem uma outra modalidade explicativa. A interlíngua (grau 2), nesse caso uma tradução literal, não corresponde ao termo utilizado nos EUA mas provavelmente seria entendido como uma referência a este tipo de empresa em geral. Não fica claro que a empresa é estrangeira.

A figura 3.11 mostra um outro exemplo dos diferentes graus de aproximação, mas com outras modalidades de tradução representadas nas soluções tradutórias.

Figura 3.11 - Exemplo de graus de aproximação — RG N°

Observe que só as soluções de grau 4 *Identification number [RG]* e *Brazilian identification number* foram encontradas nos corpora (entre outras). Porém, a localização (grau 5) seria não só aceitável mas até preferida na situação tradutória A2, no contexto da qualificação de um norte-americano em vez de um brasileiro.

A figura 3.12 mostra um terceiro exemplo dos diferentes graus de aproximação, esta vez na tradução do termo comarca dentro do contexto "foro da comarca da cidade de São Paulo".

Figura 3.12 - Exemplo de graus de aproximação — Comarca

Perceba novamente que nem sempre há uma solução razoável ou costumeira para cada grau de aproximação. *District* e *judicial district* foram as soluções mais utilizadas no corpus, mas em um caso o conceito foi omitido e em outro uma equivalência funcional (*administrative region*) foi empregada.

Qual tradução (e qual grau de aproximação) é mais apropriada depende da situação tradutória, o objetivo da tradução (definido pelo cliente) e os receptores previstos. Neste estudo, todas as traduções são classificadas como pertencentes a um dos graus, enumerados de 1 (empréstimo) a 5 (localização), baseado em uma análise independente da análise de modalidades. As modalidades na figura 3.9 são somente típicas de cada grau de aproximação. O grau de

aproximação é mais orientado ao produto do que a classificação por modalidades, pois modalidades caracterizam o processo ou transformação pelo qual passou a unidade de estudo, enquanto o grau de aproximação mede a aproximação do resultado ao receptor. Um bom exemplo disso é a tradução de "*United States District Court*" para português. Uma tradução que incluía "dos Estados Unidos" seria classificada como grau 4 devido à presença de um sinal de alteridade apesar de ser uma tradução literal. Não importa que essa informação não foi acrescentada pelo tradutor. Porém, a tradução de "*corporation*" para "sociedade anônima norte-americana" também seria classificada como grau 4, mas nesse caso devido a uma explicitação do país.

Observe que o grau de aproximação não é uma questão apenas da tradução estar orientada ao idioma de chegada ou ao idioma de partida, apesar de ter alguma sobreposição entre grau de aproximação e esse conceito quando se trata de marcadores estilísticos (e as convenções das línguas em questão). É uma questão de alteração de ponto de vista, do receptor original da cultura de partida para o receptor da tradução na cultura de chegada. A diferença se vê mais marcadamente na tradução de marcadores referenciais (extra-lingüísticos) pois, dependendo da situação tradutória, a alteridade do original pode se mostrar de várias maneiras ou pode ser escondida.

Eu proponho estes graus de aproximação somente para tradução jurídico, devido à natureza de seus marcadores culturais. Para tradução médica ou científica, o 4º grau provavelmente seria supérfluo.

4 Metodologia e estabelecimento dos corpora

Um corpus é uma coleção de textos (não necessariamente textos completos, mas tampouco frases aleatórias) em um formato legível por computador que, como um todo, constitui uma amostra representativa de um idioma em geral ou de linguagem especializada em um dado idioma (p.ex. linguagem jurídica, linguagem médica ou linguagem jornalística). Os textos são analisados por linguistas como dados de experiência são analisados por físicos, para mostrar fenômenos não aparentes em textos analisados individualmente.

4.1 Tipos de corpora

Corpora podem ser categorizados de várias maneiras. Corpora gerais contêm textos que não pertencem a um único gênero, área de conhecimento ou registro. Corpora específicos podem ser tão específicos quanto o projetista desejar, e podem conter, por exemplo, todos os textos de um único autor, todos os textos publicados em uma única revista ou uma coleção de contratos de locação de múltiplas fontes. Esse tipo de corpora também é chamado de corpus especializado.

Além da especificação acima, corpora podem conter textos em apenas um idioma (monolíngüe) ou em dois ou mais idiomas (bilíngüe/multilíngüe). Quando um corpus bilíngüe (ou multilíngüe) contém originais e suas traduções, é um corpus paralelo. Quando um corpus bilíngüe (ou multilíngüe) contém apenas originais, é um corpus comparável, pois os textos nos dois (ou mais) idiomas são análogos e podem ser comparados. O corpus comparável é uma ferramenta poderosa para comparar textos sem as distorções criadas por tradução, ou como contraponto a um corpus paralelo justamente para identificar essas distorções.

Como mencionei na introdução, para este estudo coletei documentos para 4 corpora:

- um corpus paralelo com documentos jurídicos originais em português brasileiro e suas traduções em inglês (br-ing),

- um corpus paralelo com documentos jurídicos originais em inglês e suas traduções em português brasileiro (ing-br),
- um corpus comparável com documentos jurídicos originais em português brasileiro (br-orig), e
- um corpus comparável com documentos jurídicos originais em inglês americano (ing-orig).

4.2 Considerações no projeto dos corpora

Para projetar os corpora, levei em conta as considerações de Bowker (2002) quanto aos parâmetros de interesse:

- Tamanho
- Extratos ou textos inteiros
- Número de textos
- Meio (escrito ou originalmente verbal)
- Assunto
- Gênero
- Autor
- Idioma(s)
- Data de publicação

Bowker recomenda que o corpus tenha o número maior possível de palavras. Os corpora paralelos contêm o maior número possível de textos que consegui coletar dentro do prazo estabelecido para o projeto. Os corpora comparáveis poderiam talvez ter sido maiores, mas não eram o foco deste estudo.

Apenas textos inteiros foram utilizados. Houve muita variação quanto ao comprimento dos textos, uma variação que existe no gênero. Não havia como controlar isso, e a distribuição dos documentos quanto ao comprimento foi aleatória. Também não havia como controlar o

número de textos fornecidos pelos tradutores. Recebi os textos que os colegas estavam dispostos a contribuir.

Todos os textos eram escritos (e não verbais). Os receptores para os textos eram principalmente os advogados das partes interessadas, agências do governo ou o sistema de justiça. Em alguns contextos (especialmente procurações) os documentos poderiam ser tido escritos para serem lidos por leigos. Observe que alguns dos documentos originais já haviam sido direcionados a receptores estrangeiros.

O assunto geral dos corpora é o direito privado, e os gêneros específicos são procurações, contratos e documentos constitutivos. Escolhi estes gêneros porque procurações e contratos sociais são documentos de domínio público, registrados em cartório/junta comercial, portanto o problema de confidencialidade é reduzido. Contratos são o tipo de documento jurídico mais traduzido (pelo menos na minha experiência particular) e por isso mais fáceis de coletar. Muitos dos textos dos corpora comparáveis foram coletadas da Internet, e um esforço foi feito para evitar uma presença forte demais de contratos de licença de software. Recebi doações de documentos sobre o direito comercial e opiniões de juristas, mas não os incluí devido a diferenças de estilo/gênero.

Em todos os casos o autor foi um advogado desconhecido ou o departamento jurídico de uma empresa. Alguns dos textos originais em inglês foram claramente escritos por pessoas cuja língua de domínio mais ativo não era o inglês. As traduções foram analisadas, mas os originais não foram acrescentados ao corpus comparável. Mais importante foi a escolha de tradutores. Pedi contribuições somente de tradutores que já conhecia através de congressos ou trabalhos feito em conjunto. Em alguns casos, um ou outro tradutor forneceu uma tradução do início da carreira e foi rejeitada por ter muitos erros de tradução. O objetivo deste estudo é ver como tradutores profissionais traduzem hoje, e não procurar os erros típicos de tradutores no início de carreira. Tentei coletar traduções do maior número de pessoas possíveis, mas foi difícil, particularmente na coleta de traduções para inglês feitas por norte-americanos ou ingleses. Meu contato com tradutores no exterior é mais limitado.

Os corpora contêm documentos em português brasileiro e em inglês norte-americano ou do Reino Unido. A maioria dos documentos é de 1995 a 2006, e em alguns casos não foi possível identificar a exata data original.

4.3 Metodologia de levantamento

Para este estudo, procurei estudar a tradução jurídica como é feita diariamente, com todas as suas características peculiares. Pedi doações de colegas conhecidos como tradutores de documentos jurídicos e evitei tradutores cuja especialidade fosse outra área. A coleta foi muito difícil devido a questões de confidencialidade, e se estendeu por 2 anos. Mais próximo ao final desse período, comecei a pedir certos gêneros de documentos e traduções com características específicas para ter um corpus equilibrado em termos de número de palavras nos dois sentidos tradutórios e um número relativamente semelhante de palavras por gênero (procuração, contrato, etc.). Seria difícil ampliar o corpus sem conhecer mais tradutores especializados na área jurídica, pagar pelas traduções ou ampliar os critérios descritos na seção 4.2. O objetivo foi estudar as escolhas desses tradutores (presumidamente boas) e não procurar erros.

Apenas um dos tradutores tem formação na área jurídica (de uma faculdade brasileira), e a contribuição desta pessoa em termos de número de palavras foi pouca. Os tradutores dependem de dicionários jurídicos (e gerais) bilíngües como Mello (1998) e dicionários monolíngües como Black's Law Dictionary (Garner, 1999), o Vocabulário Jurídico (Plácido e Silva, s/d) e o Dicionário Jurídico (Diniz, 2005). Eles também trocam idéias através de listas de discussão na Internet e procuram soluções em livros didáticos da área jurídica.

Quanto ao perfil lingüístico e sociocultural dos tradutores, 6 tradutores tinham o inglês como sua língua de domínio mais ativo (LDA) e 9 tinham o português como sua LDA. Todos os tradutores são identificados por uma letra do alfabeto e a letra foi escolhida por uma terceira pessoa (não o pesquisador) para evitar viés nas análises.

Decidiu-se não descartar traduções em que o documento a ser traduzido estivesse escrito na LDA do tradutor, devido ao fato disso ser uma prática comum no Brasil, e que merece ser estudada. Malmkjær (1993, p. 213) sustenta o argumento de que tradutores experientes "might produce higher degrees of equivalence if they are translating *out of* their mother tongues than if they are translating *into* their mother tongues." A diferença entre traduções feitas para a LDA e as feitas a partir da LDA será analisada nas conclusões. Alguns dos tradutores são tradutores públicos e alguns dos documentos contribuídos são traduções juramentadas. A diferença entre traduções juramentadas e não também será analisada nas conclusões.

Tentou-se classificar os documentos segundo as situações tradutórias descritas no capítulo 3. Porém, em muitos casos o tradutor não se lembrava mais da situação relacionada a cada tradução (ou nunca soube), e nesses casos a situação tradutória foi estimada a partir das características dos documentos. Uma análise por tipo de situação tradutória também será feita nas conclusões.

A grande maioria das procurações em inglês recebidas para análise foi claramente escrita por pessoas com conhecimentos precários de inglês ou (mal) traduzidos para o inglês de outro idioma. No início, pensei em descartá-las, mas julguei melhor manter alguns dos melhores espécimes e só removê-los do corpus comparável de inglês, pois as traduções para o português são válidas. A tradução de volta ao português de documentos oriundos do português e traduzidos para o inglês é muito comum no Brasil, e foi classificada com a situação tradutória D.

4.4 Descrição dos corpora

Os arquivos dos corpora foram identificados através de nomes curtos para facilitar a visualização no programa utilizado. São identificados com duas letras indicativas do tipo de documento:

- **co** para contratos,
- **dc** para documentos constitutivos de sociedades,
- **pr** para procurações.

O número identificador após a letra é consecutivo para aquele tipo de documento. Após a letra e o número consecutivo vem um traço seguido por um código indicador do país de origem do documento. Isso foi necessário para diferenciar entre os documentos em inglês britânico e aqueles em inglês norte-americano. O inglês escrito nos EUA e no Reino Unido é próximo o suficiente para permitir o estudo de marcadores estilísticos sem diferenciar a origem dos documentos. Para o estudo de marcadores referenciais, foi necessário fazer o levantamento jurídico tanto para os EUA quanto para a Grã-Bretanha. Estes códigos são:

- br para o Brasil,
- us para os EUA,
- uk para documentos do Reino Unido.

Em alguns casos, o original não foi escrito por uma pessoa cuja LDA (língua de domínio mais ativo) era o inglês. As descrições dos documentos (seção 4.4.3) explicam como essa classificação foi determinada. Esses documentos são identificados com um "n" colocado após a sigla "us" ou "uk". Não havia nenhum caso de documento original escrito em português por um estrangeiro. No caso de um tradutor traduzindo de sua LDA, o "n" é colocado após a sigla indicativa do país da língua de chegada.

4.4.1 Ing-br — Traduções do inglês para o português

O corpus de originais em inglês e suas respectivas traduções para português brasileiro foi chamado de ing-br. Contém 50.199 palavras em inglês e 51.383 palavras em português.

Um resumo dos arquivos no corpus ing-br vem apresentado na tabela 4.1 abaixo.

Arquivo	Palavras	Título do Documento ou Descrição	Juram.	Tradutor	Para sua LDA
co1_us-brnC	371	Contingent Fee Agreement	não	C	não
co2_us-brG	5172	Letter of Pledge of Securities	não	G	sim
co3_us-	4810	Master Promissory Note	não	G	sim

brG					
co4_us-brJ	2073	Summary of Proposed Terms and Conditions	não	J	sim
co5_us-brJ	2698	Commercial Agreement	não	J	sim
co6_us-brA	4719	Master Software Ordering and License Agreement	não	A	sim
co7_usn-brF	1787	Confidentiality Agreement	não	F	sim
co8_us-brF	1381	Warranty	não	F	sim
col1_us-brN	1468	Software License Agreement	não	N	sim
dc1_us-brE	989	Articles of Incorporation	sim	E	sim
dc2_uk-brB	7100	Memorandum and Articles of Association (dois documentos)	sim	B	sim
dc3_uk-brE	2312	Memorandum of Association	sim	E	sim
dc4_uk-brE	10638	Articles of Association	sim	E	sim
pr1_usn-brM	735	Power of Attorney	sim	M	sim
pr2_us-brM	966	General Power of Attorney	sim	M	sim
pr3_us-brB	218	Power of Attorney	sim	B	sim
pr4_ukn-brM	771	Power of Attorney	sim	M	sim

pr5_usnE	216	Power of Attorney	sim	E	sim
pr6_ukn-brE	535	Power of Attorney	sim	E	sim
p7_ukn-brnL	338	Power of Attorney	não	L	não
pr8_ukn-brH	639	Power of Attorney	não	H	sim
p9_usn-brB	263	Power of Attorney	sim	B	sim

Tabela 4.1 - Descrição do corpus paralelo ing-br

4.4.2 Br-ing — Traduções do português para o inglês

O corpus de originais em português brasileiro e suas traduções para o inglês norte-americano foi denominado br-ing. Contém 51.817 palavras em português e 54.455 palavras em inglês. Os arquivos são identificados utilizando o mesmo esquema utilizado para o corpus ing-br, mas com a simplificação de que não foram localizados originais em português claramente escritos por estrangeiros. Comecei a numeração consecutiva com 50 para permitir o acréscimo de mais arquivos no futuro.

Um resumo dos arquivos no corpus br-ing vem apresentado na tabela 4.2 abaixo:

Arquivo	Palavras	Título do Documento ou Descrição	Juram.	Tradutor	Para a LDA
co50_br-usL	5142	Instrumento particular de contrato de locação E Instrumento particular de cessão de direitos	não	L	sim

co51_br-usD	5549	Contrato de locação de imóvel comercial	não	D	sim
co52_br-usK	1840	Contrato de representação e distribuição	não	K	sim
co53_br-usnF	1550	Aditamento ao contrato internacional	sim	F	não
co54_br-usnF	1492	Contrato de trabalho	não	F	não
co55_br-usnH	1838	Contrato de representação comercial	não	H	não
co56_br-usD	2359	Instrumento particular de acordo relacionado a locações de bem imóvel	não	D	sim
co57_br-usD	568	2º aditivo ao instrumento particular de convenção de condomínio civil	não	D	sim
co58_br-usD	879	Instrumento particular de contrato de cessão de direitos e obrigações	não	D	sim
co59_br-usL	7704	Condições gerais de fornecimento e montagem de materiais e equipamentos	não	L	sim

co60_br-usP	3573	Contrato de patrocínio e condução de pesquisa clínica	não	P	sim
co61_br-usQ	3700	Contrato de exploração conjunta de serviços	não	Q	sim
dc50_br-usL	1998	Estatuto social	não	L	sim
dc51_br-usL	692	Primeiro instrumento de alteração de contrato	não	L	sim
dc52_br-usD	6314	Instrumento particular de primeira alteração e consolidação de contrato social	não	D	sim
dc53_br-usnE	2421	Instrumento particular de primeira alteração e consolidação de contrato social	não	E	não
dc54_br-usnE	2648	Instrumento particular de terceira alteração do contrato social	sim	E	não
pr50_br-usL	106	Procuração	não	L	sim
pr51_br-usL	278	Procuração	não	L	sim
pr52_br-	188	Procuração	sim	M	não

usnM					
pr53_br-usnM	540	Procuração	sim	M	não
pr54_br-usnM	438	Procuração	sim	M	não

Tabela 4.2 - Descrição do corpus paralele br-ing

A tabela 4.3 exibe o número de palavras (nos documentos originais) nos corpora paralelos.

Tipo de documento	Originais em inglês	Originais em português
Contratos	24.479	36.194
Documentos constitutivos	21.039	14.073
Procurações	4.681	1.550
Totais	50.199	51.817

Tabela 4.3 - Número de palavras nos corpora ing-br e br-ing

A tabela 4.4 apresenta o número de palavras e número de documentos por tradutor.

Tradutor	Número de palavras	Número de documentos
A (para a LDA)	4719	1
B (para a LDA)	7581	3
C (da LDA)	371	1
D (para a LDA)	15.669	5
E (para a LDA)	14.690	5
E (da LDA)	5.069	2
F (para a LDA)	3.168	2

F (da LDA)	3.042	2
G (para a LDA)	9982	2
H (para a LDA)	639	1
H (da LDA)	1.838	1
J (para a LDA)	4771	2
K (para a LDA)	1.840	1
L (para a LDA)	15.920	6
L (da LDA)	338	1
M (para a LDA)	2472	3
M (de a LDA)	1.116	3
N (para a LDA)	1468	1
P (para LDA)	3.573	1
Q (para LDA)	3.700	1

Tabela 4.4 - Número de palavras e documentos por tradutor

4.4.3 Descrições dos arquivos nos corpora paralelos, por tipo

Procurações

ing-br — pr1_usn-brM — Power of Attorney

Neste documento, uma empresa norte-americana outorga poderes de gestão a um cidadão brasileiro. Erros de inglês marcam este documento como uma tradução para o inglês. Um exemplo é "...and with relation to any person or public or private institution, including state, provincial or municipal and to sign receipts, ...", no qual os adjetivos são colocados após o substantivo *institution*, um erro de gramática, e no qual se fala de provincial, quando os Estados Unidos não tem províncias. O estilo é um pouco arcaico, com o uso de termos como IN WITNESS WHEREOF e KNOW ALL MEN BY THESE PRESENTS. Se não tradução, pode ser que o autor tenha começado com um modelo em inglês e preencheu-o com inglês incorreto. É claramente feito para utilização no Brasil, pois as qualificações das partes seguem o estilo brasileiro. A situação tradutória provavelmente foi a D2.

ing-br — pr2_us-brM — General Power of Attorney/ Durable Power of Attorney

Neste documento, o mandante vive nos EUA e o mandatário no Brasil. Dá ao mandatário poderes gerais. Fala primeiro que é geral, e no final menciona que é *Durable* e que terá efeito até a morte do mandante. O conceito do *Durable Power of Attorney* (em que o mandato continua em efeito mesmo na incapacidade do mandatário) não existe no Brasil. O inglês é correto e é possível que o documento tenha sido baseado em um modelo. Este tipo de procuração seria típico entre dois parentes próximos. É claramente feito para utilização no Brasil, pois as qualificações das partes seguem o estilo brasileiro. Como este tipo de documento não existe segundo as leis do Brasil, a situação tradutória foi a C1.

ing-br — pr3_us-brB — Power of Attorney específico para certas transações

Neste documento, uma empresa norte-americana outorga poderes de gestão a um cidadão brasileiro para certas transações de importação. É claramente feito para utilização no Brasil, pois as qualificações das partes seguem o estilo brasileiro. O início do documento traz uma declaração do *Notary Public* dos EUA. A situação tradutória poderia ter sido a C1 ou a D2.

ing-br — pr4_ukn-brM — Power of Attorney para fins judiciais

Nesta procuração da Inglaterra, uma sociedade britânica outorga poderes a advogados brasileiros para representá-la em juízo e perante quaisquer autoridades e para representá-la em outras situações especificadas no documento. O documento contém dois erros de terminologia que o marcam como feito no Brasil: o uso do termo "quotaholder", que não existe na Grã-Bretanha (nem nos EUA), e o uso do termo "instance" no contexto do sistema jurídico (um falso cognato para instância). O documento até menciona "the 'ad judicia et extra' clause", uma referência à terminologia brasileira. As qualificações das partes seguem o estilo brasileiro. A gramática inglesa é correta em geral. O documento original já contém um tipo de interlíngua entre as duas línguas. Por essa razão, a situação tradutória provavelmente foi a D2.

ing-br — pr5_usn-brE — Power of Attorney

Nesta procuração, uma empresa brasileira outorga poderes a um cidadão brasileiro para representá-la na assembléia geral ordinária de uma outra empresa. Apesar de o original estar em inglês, há termos em português entre colchetes, como "*Annual Meeting of Shareholders* [Assembléia Geral Ordinária]" que mostram que este documento foi confeccionado no Brasil ou é uma tradução de um documento brasileiro. As qualificações das partes seguem o estilo brasileiro. Este documento também contém um tipo de interlíngua entre as duas línguas. Por essa razão, a situação tradutória provavelmente foi a D2.

ing-br — pr6_ukn-brE — Power of Attorney

Neste documento, uma empresa estrangeira outorga poderes a um cidadão brasileiro. A procuração é geral, mas também especifica que serve para tratar de questões fiscais. É claramente uma tradução de um original em português, com termos como "*civil and commercial companies*" que refere à classificação antiga de empresas brasileiras como civis ou comerciais (uma classificação que não existe no Reino Unido). Um outro erro de tradução para o inglês é o uso da palavra "Instance" como tradução de instância. O inglês contém vários erros de gramática, como "*To exercise for and in the name of the GRANTOR the rights conferred by law, bylaws by virtue of or attached to the shares held by the GRANTOR representing the corporate capital of the Companies;*". Por essa razão, a situação tradutória provavelmente foi a D2.

ing-br — pr7_ukn-brL — Power of Attorney

Neste documento, uma empresa britânica outorga poderes a um cidadão brasileiro para representá-la no Brasil, com poderes plenos e gerais. O documento é claramente uma tradução de um original em português, com o uso de termos como *quotaholder* e "*movable or immovable property*", que não existem em inglês. Ele se encaixa na situação tradutória D3.

ing-br — pr8_ukn-brH — Specific Power of Attorney

Neste documento, uma empresa britânica outorga poderes a um cidadão brasileiro para representá-la no Brasil em certas situações relacionadas a uma filial brasileira. O documento original em inglês contém muitas referências a órgãos brasileiros por seus nomes em

português, como "*the Brazilian Federal Revenue* ("Receita Federal do Brasil)". Por essa razão, a situação tradutória provavelmente foi a D3.

ing-br — pr9_usn-brB — Specific Power of Attorney

Neste documento, uma empresa norte-americana outorga poderes a cidadãos brasileiros para representá-la em uma licitação. O inglês desse documento é estranho, tanto a respeito do registro "*aiming at presenting a proposal(s)*" quanto às colocações "*being entitled to practice all and any acts*" (o binômio comum em inglês é *any and all*, e não *all and any*). Devido ao inglês estranho, provavelmente se encaixa na situação tradutória D2.

br-ing — pr50_br-usL — procuração específica

Nesta procuração, uma pessoa jurídica brasileira outorga poderes específicos (a respeito de uma conta bancária) a uma pessoa jurídica estrangeira residente no Brasil. Como não é uma tradução juramentada, pode ter sido a situação tradutória A1 ou C2.

br-ing — pr51_br-usL — procuração ad judicia

Nesta procuração, uma sociedade limitada brasileira outorga poderes ad judicia (para representá-la em juízo) a vários advogados brasileiros do mesmo escritório de advocacia. Como não é uma tradução juramentada, pode ter sido a situação tradutória A1 ou C2.

br-ing — pr52_br-usnM — procuração específica

Nesta procuração, uma sociedade estrangeira outorga poderes específicos a mais de uma pessoa jurídica brasileira para representá-la em assembléia geral ordinária de uma sociedade brasileira. A situação tradutória poderia ter sido C1, D1 ou D2.

br-ing — pr53_br-usnM — Procuração específica

Nesta procuração, uma sociedade brasileira outorga poderes a vários cidadãos brasileiros para conduzir transações financeiras em nome de uma sociedade limitada brasileira controlada pela primeira. A procuração foi escrita por um tabelião/escrevente e não preparada por um

advogado. A situação tradutória é claramente a C1, pois o documento original foi originalmente escrito em português.

br-ing — pr54_br-usnM — Procuração específica

Nesta procuração, uma pessoa física brasileira outorga poderes a outra pessoa física brasileira para vender um imóvel localizado nos EUA. A procuração foi escrita por um tabelião/escrevente e não preparada por um advogado. A situação tradutória é claramente a C1, pois o documento original foi originalmente escrito em português e o destino do documento é sua utilização nos EUA.

Atos constitutivos

ing-br — dc1_us-brE — Articles of Incorporation

Este documento contém os *articles of incorporation* de uma empresa norte-americana. É um close corporation, um tipo de sociedade que existe em só alguns estados. O documento é de 1989. A sociedade é de capital fechado. Como é juramentada, encaixa-se na situação tradutória C1.

ing-br — dc2_uk-brB — Memorandum and Articles of Association

Este documento contém na verdade dois documentos, o *Memorandum and Articles of Association* de uma sociedade constituída em um país de língua inglesa britânica. É uma sociedade limitada, e uma sociedade "internacional" que não tem o direito de negociar com pessoas residentes no país em questão nem comprar imóveis no país. O objeto da empresa é fazer transações financeiras. O capital social da empresa é fechado. Como é juramentada, encaixa-se na situação tradutória C1.

ing-br — dc3_uk-brE — Memorandum of Association

Este documento contém o *Memorandum of Association* de uma sociedade constituída em um país de língua inglesa britânica. O objeto da sociedade é fazer investimentos. Como é juramentada, encaixa-se na situação tradutória C1.

ing-br — dc4_uk-brE — Articles of Association

Este documento contém os *Articles of Association* da sociedade cujo *memorandum* é cadastrado como dc3_uk-brE. Como é juramentada, encaixa-se na situação tradutória C1.

br-ing — dc50_br-usL — Estatuto social

Este documento contém o estatuto social de uma entidade sem fins lucrativos constituída no Brasil. Ele se encaixa na situação tradutória A1.

br-ing — dc51_br-usL — Primeiro instrumento de alteração de contrato

Este documento contém apenas as alterações ao contrato social de uma sociedade limitada brasileira. É de 2001. Ele se encaixa na situação tradutória A1.

br-ing — dc52_br-usD — Instrumento particular de primeira alteração e consolidação de contrato social

Este documento contém uma alteração ao contrato social de uma sociedade limitada e depois o contrato social novo com as alterações feitas. É de 2005. Um aspecto estranho é a aparência de termos em inglês no original, como "Contrato de Joint Venture (Joint Venture Agreement)" que dá a impressão do documento original em português ter sido uma tradução originalmente do inglês. Isso é confirmado pela presença do modificador "brasileira" antes do tipo de sociedade (sociedade limitada), que seria implícito em um contrato social brasileiro. Não faz sentido um contrato social brasileiro ser uma tradução de um original em inglês, mas sem saber mais sobre o documento e as empresas envolvidas, teria de ser classificado como a situação tradutória D3. Talvez o documento tenha sido revisado várias vezes pela filial brasileira e pela matriz estrangeira com várias traduções na ida e na volta.

br-ing — dc53_br-usnE — Instrumento particular de primeira alteração e consolidação de contrato social

Este documento contém uma alteração ao contrato social de uma sociedade limitada e depois o contrato social novo com as alterações feitas. É de 2005. A situação tradutória é A1.

br-ing — dc54_br-usnE — Instrumento particular de terceira alteração de contrato social

Este documento contém uma alteração ao contrato social de uma sociedade limitada e depois o contrato social novo com as alterações feitas. É de 2005. Um dos sócios é uma sociedade norte-americana. A situação tradutória é A1.

Contratos

ing-br — co1_us-brnC — Contingent Fee Agreement

Este documento é um contrato entre um advogado e seu cliente para serviços relacionados a um evento específico. A situação tradutória parece ser a B1, pois a tradução foi provavelmente feita para terceiros.

ing-br — co2_us-brG — Letter of Pledge of Securities

Neste documento, títulos são empenhados como garantia. A situação tradutória parece ser a B1, a tradução foi provavelmente feita para terceiros.

ing-br — co3_us-brG — Master Promissory Note

Este documento é uma Nota Promissória. Uma *corporation* norte-americana promete pagar um valor a um banco. A situação tradutória parece ser a B1, pois a tradução provavelmente foi feita para terceiros.

ing-br — co4_us-brJ — Summary of Proposed Terms and Conditions

Este contrato é entre 3 sociedades brasileiras e uma sociedade norte-americana para a compra e venda de um sistema. A situação tradutória parece ser a A1 ou a B1.

ing-br — co5_us-brJ — Commercial Agreement

Este contrato é entre 2 sociedades brasileiras e uma sociedade norte-americana para a exportação de mercadoria. Devido à fraseologia tipicamente brasileira no documento em inglês, a situação tradutória deve ser a D3.

ing-br — co6_us-brA — Master Software Ordering and License Agreement

Este contrato é entre uma sociedade norte-americana, o licenciador, e uma sociedade brasileira, o licenciado. A situação tradutória se encaixa na B1.

ing-br — co7_usn-brF — Confidentiality Agreement

Este contrato é entre uma empresa estrangeira e uma empresa brasileira. Trata da questão de confidencialidade a respeito de uma transação. Parece se encaixar na situação tradutória A2.

ing-br — co8_us-brF — Warranty for Product

Este documento é uma garantia para um produto. A garantia foi traduzida para o português para o mercado brasileiro. Ele se encaixa na situação tradutória A2.

ing-br — co11_us-brN — Software License Agreement

Este contrato é entre uma sociedade norte-americana (fornecedor) e uma sociedade brasileira não indicada (licenciada). A tradução foi feita para utilização dentro do Brasil. A situação tradutória é a A2.

br-ing — co50_br-usL — Instrumento particular de contrato de locação E Instrumento particular de cessão de direitos

Estes dois documentos, entre as mesmas partes (pessoas físicas, os locadores, e uma sociedade limitada, a locatária) são para a locação de imóvel comercial e sua renovação. Eles se encaixam na situação tradutória B1.

br-ing — co51_br-usD — Contrato de locação de imóvel comercial

Neste documento, uma empresa brasileira filial de uma empresa estrangeira, aluga um imóvel comercial a uma sociedade anônima brasileira. Como a filial da empresa estrangeira é a autora do documento, a situação tradutória provavelmente foi a A1 (mas possivelmente B1).

br-ing — co52_br-usK — Contrato de representação e distribuição

Este contrato é entre uma sociedade brasileira (o autor) e uma sociedade estrangeira. A tradução foi feita para servir de modelo para contratos feitos entre a sociedade brasileira e sociedades norte-americanas. Ele se encaixa na situação tradutória A2.

br-ing — co53_br-usnF — Aditamento ao contrato internacional

Este contrato de compra e venda é entre uma sociedade norte-americana e uma brasileira. Devido às referências no documento, a situação tradutória foi a D2.

br-ing — co54_br-usnF — Contrato de trabalho

Este contrato é entre uma sociedade brasileira e uma pessoa física brasileira. A situação tradutória provavelmente foi a A1.

br-ing — co55_br-usnH — Contrato de representação comercial

Este contrato de representação é entre duas sociedades limitadas brasileiras. Ela deve se encaixar na situação A1 ou na B1.

br-ing — co56_br-usD — Instrumento particular de acordo relacionado a locações de bem imóvel

Este contrato é entre 4 sociedades brasileiras - três limitadas e 1 anônima. A situação tradutória é a A1 ou a B1.

br-ing — co57_br-usD — 2º aditivo ao instrumento particular de convenção de condomínio civil

Este contrato é entre duas sociedades brasileiras - uma limitada e uma anônima. O objeto é a venda de unidades do empreendimento a um terceiro. A situação tradutória é a A1 ou a B1.

br-ing — co58_br-usD — Instrumento particular de contrato de cessão de direitos e obrigações

Duas sociedades brasileiras cedem direitos a uma terceira sociedade brasileira. A situação tradutória é a A1 ou a B1.

br-ing — co59_br-usL — Condições gerais de fornecimento e montagem de materiais e equipamentos

Estes termos são entre uma sociedade anônima brasileira (a fornecedora) e uma empresa estrangeira. A situação tradutória é a B1.

br-ing — co60_br-usP — Contrato de patrocínio e condução de pesquisa clínica

Este contrato de patrocínio é entre a patrocinadora (uma sociedade brasileira), a instituição (brasileira) e o investigador principal. Rege a condução do estudo e as condições de pagamento. A situação tradutória é a A1.

br-ing — co61_br-usQ — Contrato de exploração conjunta de serviços

Este contrato de parceria é entre duas empresas brasileiras. A tradução certificada foi feita para terceiros no exterior. A situação tradutória é a C2.

4.4.4 Corpora comparáveis

Dois corpora comparáveis foram coletados e utilizados para enriquecer as análises. Eles incluem os documentos originais dos corpora paralelos (com a exceção dos documentos marcados como não escritos por pessoas cuja língua de domínio mais ativo fosse o inglês no caso do corpus comparável de documentos em inglês). A interligação entre os corpora vem mostrada na figura 1.2 da Introdução.

Corpus comparável br-orig

O corpus comparável de documentos jurídicos privados em português brasileiro contém 190.048 palavras. Os documentos que têm traduções foram descritos acima, e os documentos que pertencem apenas ao corpus comparável estão descritos na tabela 4.5 abaixo.

Nome do arquivo	Descrição ou título do documento	Ano (baseado nas datas no documento)	Número de palavras
co200_br	Contrato de prestação de serviços de administração de condomínios	1999	1203
co201_br	Contrato de seguro saúde	2005	13062
co202_br	Contrato de experiência (para trabalho como zelador)	1997	344
co203_br	Convenção coletiva de trabalho (Empregados em edifícios)	2003	4739
co204_br	Contrato de prestação de serviços (obras em edifício)	2005	446
co205_br	Contrato de empreitada	2004	3117
co206_br	Contrato como associado (cartão de crédito)	2005	5773
co207_br	Solicitação de prestação de serviços (débito automático)	2000	735
co208_br	Contrato de uso de traveller's checks	2002	345
co209_br	Condições para seguro saúde	1999	2454
co210_br	Contrato de adesão a produtos e serviços (abertura de conta-corrente)	2001	602
co211_br	Contrato de assistência médica hospitalar	2003	930
co212_br	Termo de internação e responsabilidade	2005	951
co213_br	Contrato de câmbio de compra	2005	1307
co215_br	Contrato de prestação de serviços de tratamento veterinário	2005	981

co216_br	Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel e Outras Avenças	2004	2603
co218_br	Termo de Cooperação Técnico-Científica	1998	735
co219_br	Contrato de Realização de Estudos e Pesquisas Teóricas e Aplicadas	2001	1963
co220_br	Contrato de Locação Comercial	2004	1157
co221_br	Contrato de Locação	2003	2488
co222_br	Contrato de Serviço Artístico	2002	1181
co223_br	Contrato de prestação de serviço	200?	747
co224_br	Contrato de prestação de serviço	200?	785
co225_br	Contrato de Arrendamento Mercantil	2005	1094
co226_br	Contrato de Prestação de Serviços	200?	1094
co227_br	Contrato de Adesão	?	995
co228_br	Contrato de Intermediação de Operações Realizadas na Bolsa de Mercadorias e Futuro	2004	1891
co229_br	Contrato de Prestação de Serviços	2003	2151
co230_br	Acordo de Prestação de Serviços Via Internet	?	663
co231_br	Contrato de Adesão Para Assinantes	2005	1295
co232_br	Contrato de Adesão Para Prestação de Serviços Educacionais	2004	1325
co233_br	Contrato de Gestão	2002	1845
co234_br	Contrato de licença de uso de programa de computador	2005	1903
co235_br	Contrato de Licença de Uso e Prestação de Serviços de Software	?	1533
co236_br	Contrato de Outorga de Bolsa Restituível	?	803
co237_br	Contrato de Parceria	2004	1558
co238_br	Contrato de Parceria Comercial e Serviços	2005	813

co239_br	Contrato de Prestação de Serviço	?	1733
co240_br	Contrato de Prestação de Serviços	2005	1072
co241_br	Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Custódia	200?	1021
co242_br	Contrato de Prestação de Serviços de e-Procurement	?	2613
co243_br	Contrato de Prestação de Serviços de Informação, Assessoria e Outras Avenças	?	1244
co244_br	Contrato de Provisão de Acesso à Internet	?	1438
co245_br	Contrato de Representação Comercial	2004	798
co246_br	Contrato de Veiculação de Publicidade Por Meio de Banner	200?	627
co247_br	Contrato Milhas de Incentivo	?	1792
co248_br	Contrato Padrão de Propósitos	200?	1540
co249_br	Contrato Para Registro de Nome de Domínio Sob o ".Br"	2005	1460
co250_br	Contrato Particular de Cessão de Direitos e Obrigações de Registro de Domínio	?	1926
co251_br	Contrato de Acesso à Internet	200?	1663
co252_br	Fluxo de Caixa - Contrato de Prestação de Serviços	?	542
co253_br	Instrumento Particular de Contrato de Fornecimento de Produtos a Revendedor Ambulante Autônomo	?	2212
co254_br	Proposta Para Prestação de Serviços	2005	1255
co255_br	Proposta/Orçamento	2004	954
co256_br	Contrato de Prestação de Serviços	2000	1008
co257_br	Contrato de Locação de Stands	200?	1556

co258_br	Contrato de Associação	?	844
co259_br	Contrato de Prestação de Serviço	2005	720
co260_br	Contrato de Pesquisa	200?	1134
co261_br	Contrato Entre a Financiadora de Estudos e Projetos e XX	200?	2010
co262_br	Contrato de Fomento Mercantil	200?	1917
co264_br	Instrumento Particular de Contrato de Locação de Prédio Urbano Para Fins Não Residenciais	2005	3317
co265_br	Contrato de Locação	2003	2469
co266_br	Contrato de Locação Comercial	2004	1141
co267_br	Contrato de Licença de Software	2001	5037
co268_br	Contrato de Cessão de Direitos de Captação, Exibição, Fixação e Transmissão de Sons e Imagens	2004	2625
co269_br	Contrato de Fornecimento	2006	2458
co270_br	Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Telecomunicações	2006	4268
co271_br	Contrato de Prestação de Serviços	2006	866
dc200_br	Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Limitada	2000	625
dc201_br	Instrumento Particular de 23ª Alteração e Consolidação Do Contrato Social Da Sociedade x Ltda	2006	3539
dc202_br	Protocolo e Justificação da Incorporação Da Sociedade x Ltda.	2006	1830
dc203_br	4ª Alteração Do Contrato Social Da Sociedade Limitada Denominada SociedadeX Ltda.	2003	2094
dc204_br	1ª Alteração Contratual de Sociedade Limitada	2006	1517

dc205_br	Estatuto Social	2004	4038
pr200_br	Procuração	2005	168
pr201_br	Procuração Ad Judicia	2005	195
pr202_br	Procuração	1994	594
pr203_br	Procuração	2005	117
pr204_br	Procuração	1990s?	466
pr205_br	Procuração	1990s?	450
pr206_br	Procuração	2006	341
	NÚMERO TOTAL DE PALAVRAS		138.845

Tabela 4.5 - Descrição dos arquivos no corpus comparável br-orig

Corpus comparável ing-orig

O corpus comparável de documentos jurídicos privados em inglês contém 154.176 palavras. Os documentos que têm traduções foram descritos acima, e os documentos que pertencem apenas ao corpus comparável estão descritos na tabela 4.6 abaixo.

Nome do arquivo	Descrição / título do documento	Ano (baseado nas datas no documento)	Nº Palavras
co100_us	Passenger ticket	2000?	1639
co101_us	Terms and conditions	???	3004
co102_us	Independent contractor consulting agreement	2005	1809
co103_us	Services agreement	???	530
co104_us	Non-disclosure, non-circumvention & non-compete agreement	???	1211
co105_us	Translation agreement	2005	1062
co106_us	Non-disclosure / non-compete agreement	2002	1046

co107_us	Nondisclosure agreement and statement of professional ethics	???	173
co108_us	Terms of agreement	???	607
co109_us	Nondisclosure agreement	???	156
co110_us	Confidentiality and non-compete agreement	???	215
co111_us	Sub-contractor agreement	2000	703
co112_us	Personal property loan agreement	200?	1157
co113_us	Software license agreement	?	2122
co114_us	Research agreement between two universities	1988	739
co115_us	Agreement (waste treatment and disposal)	2003	2587
co116_us	Affiliation agreement (field work experience)	2000	969
co117_us	Motor vehicle/personal property loan agreement	2004	897
co118_us	Software license agreement	?	1259
co119_us	Service agreement (internationalization)	2005	1675
co120_us	Asset purchase and sale agreement	1997	3703
co121_us	Broker agreement	2006	533
co122_us	Bill of transfer	2005	303
co123_us	Master lease	1996	24819
co124_us	Lease agreement	1998	32023
co125_us	Proprietary agreement	2006	290
co126_us	Non-disclosure/non-compete agreement	2006	367
co127_us	Lease summary	200?	1568
co128_us	Confidentiality agreement	2006	367
co129_us	Personal umbrella liability policy	2003	4609
	NÚMERO TOTAL DE PALAVRAS		92.142

Tabela 4.6 - Descrição dos arquivos no corpus comparável ing-orig

4.5 Metodologia de análise

O início e o final de todos os documentos foram analisados sentença por sentença, para identificar marcadores estilísticos (expressões e fraseologias) que tendem a se agrupar justamente no início e no final de documentos jurídicos. Devido ao número elevado de palavras não foi possível analisar tudo dessa maneira.

Após identificar termos e estruturas de interesse, foi feita uma busca de palavras-chave nos textos com uma ferramenta para corpora paralelos. Muitas vezes uma busca para um item realçou outro item de interesse próximo ao primeiro. Os programas LogiTerm da empresa canadense Terminotix e MultiTrans da empresa também canadense MultiCorpora foram utilizados para buscar termos nos corpora paralelos. Ambos incluem ferramentas para alinhamento automático que funcionam muito bem. Observe que as buscas foram feitas tanto nos originais quanto nas traduções. Portanto, às vezes a unidade de estudo no documento original não representava um marcador cultural, mas na tradução sim. Os marcadores foram sempre procurados nos dois corpora, para se ter uma visão global do problema e de suas soluções.

Em análises em que a referência a um corpus comparável poderia ajudar a classificar e entender a solução encontrada, uma busca de uma palavra-chave foi empregada com o uso de um de dois programas criados para análise de corpora monolíngües: AntConc (<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>, da Universidade de Waseda no Japão) e TextSTAT (<http://www.niederlandistik.fu-berlin.de/textstat/software-en.html>, do departamento de holandes da Universidade Livre de Berlim).

Referências jurídicas, inclusive dicionários jurídicos, livros-textos na área jurídica e manuais de estilo jurídico foram consultados para ajudar na classificação das traduções segundo as modalidades apresentadas no capítulo 3. Os livros de estilo foram particularmente úteis para identificar fraseologias e entendê-las, assim como suas traduções.

4.5.1 Análise de modalidades

Os exemplos vem apresentados em tabelas que incluem o original, a tradução, o nome do arquivo (que contém a letra identificadora do tradutor) e o número de vezes que o mesmo par (original e tradução) aparece naquele arquivo. Quando exemplos dos corpora comparáveis são apresentados em tabelas, somente o número do arquivo e o texto são apresentados. O formato dos nomes dos arquivos foi apresentado na seção 4.4. Cada unidade estudada é marcada no original e na tradução com sublinhado, duplo sublinhado, itálico ou negrito, exceto no caso em que há somente uma unidade na célula, apresentada sem contexto (para facilitar a leitura do texto). O sublinhado foi a marcação mais utilizada por ser mais fácil de ver na página impressa.

Este exemplo mostra três unidades de estudo, uma marcada com sublinhado, outra marcada com negrito e a terceira marcada com itálico. Os superscritos são os códigos que identificam a modalidade (ou modalidades) utilizada.

Arquivo	Original	Tradução
co2_us-brG	if a <u>corporation</u> , partnership or other <i>organization</i> ,	caso seja uma <u>sociedade anônima</u> ^{EF} , sociedade ^{MG} ou outra <i>pessoa</i> <i>jurídica</i> ^M

O próximo exemplo mostra um caso em que a unidade estudada é todo o texto apresentado, e por isso nenhum trecho específico vem marcado. O número em parênteses após o número do arquivo indica o número de ocorrências da mesma tradução dentro desse arquivo.

Arquivo	Original	Tradução
dc51_br-usL (2)	sociedade por quotas de responsabilidade limitada	limited liability company ^{EF}

No exemplo abaixo, as duas unidades de estudo no original são parcialmente mescladas na tradução. A palavra "sociedade" na tradução é tanto sublinhada quanto destacada com negrito.

Arquivo	Original	Tradução
dc3_uk-brE	of any company or corporation	qualquer sociedade comercialM ou anônimaED

Cada unidade estudada é marcada com um código que indica a modalidade de tradução, seguindo o esquema apresentado na seção 3.4. Quando mais de uma modalidade é utilizada para a mesma unidade, ambas são indicadas, com um hífen para separá-las.

Exemplo no qual duas modalidades foram utilizadas simultaneamente na mesma unidade.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	sociedade limitada brasileira	limited liability company ^{EF-O}

Às vezes, no caso de omissão, não há em que colocar a abreviação O, e a anotação <omissão> é utilizada no texto da tradução.

Arquivo	Original	Tradução
co11_us-brN	NOW, THEREFORE, in consideration of...	<omissão> Tendo em vista as...

A tabela 4.7 abaixo resume os códigos para as modalidades, em ordem alfabética por código.

Código identificador	Modalidade
AC	Acréscimo
AD	Adaptação
C	Correção
D	Decalque

EC	Equivalência cultural
EDV	Equivalência discursiva
EDE	Equivalência descritiva
EF	Equivalência funcional
EMP	Empréstimo
EO	Equivalência operacional
ER	Erro
EX	Explicitação
I	Implicitação
L	Tradução Literal
M	Modulação
ME	Modulação através de especificação
MG	Modulação através de generalização
MP	Modulação através de substituição de um todo por uma parte
MT	Modulação através de substituição de uma parte pelo todo
O	Omissão
T	Transcrição

Tabela 4.7 - Códigos utilizados para as modalidades

Os marcadores referenciais são analisados no capítulo 5 e os lingüísticos no capítulo 6.

4.5.2 Análise de graus de aproximação

Cada solução tradutória (exemplo) será classificada como grau 1 a 5 de aproximação. Esta classificação é apresentada na tabela de resumo dos exemplos no apêndice. No final de cada seção dos capítulos 5 e 6, uma tabela fornecerá informações sobre o número de cada tipo de modalidade que se encaixou em cada grau de aproximação.

4.5.3 *Análise de variáveis secundárias*

As soluções serão analisadas também a respeito das variáveis secundárias identificadas na seção 4.4. Para cada arquivo, temos os seguintes dados:

- o tradutor (identificado por uma letra)
- a língua de domínio mais ativo do tradutor
- o sentido da tradução (para inglês ou para português)
- se a tradução foi juramentada ou não
- a situação tradutória

E para cada exemplo, temos os seguintes dados adicionais:

- a(s) modalidade(s)
- o tipo de marcador, e o sub-tipo (jurídico, financeiro, etc.)
- o grau de aproximação.

Procura-se tendências baseadas nessas características, mas devido à pouca representação de algumas, nem sempre será possível perceber uma diferença marcante.

4.5.5 *Análise quantitativa*

Como toda unidade de estudo pode representar uma combinação sem restrições de modalidades, depois de terminar a análise qualitativa procurei um número limitado de categorias de modalidades e combinações de modalidades para facilitar a análise quantitativa.

Estas 25 categorias são:

- C - apenas correção
- D - apenas decalque
- EC - apenas equivalência cultural
- EDV - apenas equivalência discursiva
- EF - apenas equivalência funcional
- EO - apenas equivalência operacional
- ER - apenas erro
- ER-L - erro + tradução literal

EX-L - explicitação + tradução literal

I - apenas implicação

L - apenas tradução literal

L-T - tradução literal + transcrição

M - apenas modulação

ME - apenas modulação através de especificação

MG - apenas modulação através de generalização

MP - apenas modulação através de substituição de um todo por uma parte

MT - apenas modulação através de substituição de uma parte pelo todo

O - apenas omissão

T - apenas transcrição

EMP - apenas empréstimo

EMP-L - empréstimo + tradução literal

EMP-EX-L - empréstimo + explicitação + tradução literal

EMP+EX±outro - empréstimo + explicitação (ou estes dois mais um outro que não seja tradução literal)

EMP+outro - empréstimo + uma modalidade não incluída nas outras categorias junto com empréstimo

outro - outra combinação de categorias (p.ex. D-L)

5 Análise qualitativa e quantitativa da tradução de marcadores referenciais

Este capítulo analisa a tradução de marcadores referenciais, ou seja, marcadores extralingüísticos. A questão principal é até que ponto a tradução precisa mostrar sua alteridade para o receptor esperado.

Os marcadores dividem-se em 5 categorias: tipos de sociedades, nomes de documentos constitutivos, conceitos jurídicos, conceitos financeiros e qualificações de pessoas físicas e jurídicas.

5.1 Tipos de sociedades e outras pessoas jurídicas

Um marcador referencial importante nos corpora deste estudo é *tipo de sociedade*. Como os possíveis tipos e a organização de sociedades dependem da legislação de cada país, são bem diferentes no caso de países sem a mesma raiz jurídica, e podem, ainda, apresentar diferenças mesmo entre países com a mesma raiz jurídica, a busca para equivalência na tradução torna-se uma operação complexa.

Os tipos de sociedade e sua organização no Brasil, nos EUA e na Grã-Bretanha foram apresentados em seção 2.3, seguidos por uma lista de possíveis equivalências operacionais. Podemos utilizar as descrições daquela seção para melhor analisar as traduções nos corpora.

5.1.1 Equivalências operacionais

A maioria das sociedades encontradas nos corpora foi *corporations* ou *limited liability companies* nos Estados Unidos e sociedades anônimas ou sociedades limitadas no Brasil. Vimos na seção 2.3 que a sociedade anônima e a sociedade limitada têm uma correspondência forte no universo jurídico norte-americano com a *corporation* e a *limited liability company*, e vice-versa. Com esta forte correspondência, esperaríamos encontrar muitas equivalências operacionais.

Arquivo	Original	Tradução
co51_br-usD, dc52_br-usD (2), dc54_br-usnE dc53_br-usnE	sociedade anônima	corporation ^{EO}

A tradução de sociedade anônima por *corporation* foi uma equivalência operacional.

Arquivo	Original	Tradução
dc51_br-usL, dc54_br-usnE (6)	sociedade por quotas de responsabilidade limitada	limited liability company ^{EO}
dc52_br-usD (5)	sociedade limitada	limited liability company ^{EO}

A "sociedade por quotas de responsabilidade limitada" é a designação antiga do atual "sociedade limitada", e é indicativa da idade do documento (pré-código civil de 2002). A tradução desse tipo de sociedade por *limited liability company* também é uma equivalência operacional, baseada na descrição dos dois tipos de sociedade na seção 2.3.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	sociedade limitada brasileira	limited liability company ^{EO-O}
dc52_br-usD	sociedade limitada brasileira	Brazilian limited liability company ^{L-EO}

Nestes dois exemplos do mesmo documento, o tradutor não foi consistente. Em um caso o modificador "brasileira" foi omitido e no outro caso foi traduzido literalmente. Este documento é um caso especial, pois apesar de ser um contrato social de uma sociedade brasileira, vários fatores indicam que o documento é uma tradução para o português de um documento originalmente escrito em inglês. Veja a seção 4.4 para mais detalhes.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	sociedade empresária limitada	limited liability company ^{EO-O}
dc54_br-usnE (2)	sociedade limitada empresária	limited liability company ^{EO-O}

No primeiro exemplo, do mesmo documento, é o autor que não foi consistente. O tradutor pode ter ajustado a tradução (omitindo a palavra empresária) para aquilo que supôs que o escritor pretendia ter escrito, pode ter tentado padronizar o termo para ser igual às muitas ocorrências de *sociedade limitada* no mesmo documento, ou simplesmente não notou a inconsistência do autor. Na verdade, é possível uma sociedade limitada ser ou empresária ou civil (veja a seção 2.3), portanto não foi necessariamente um erro do escritor. O fato de a sociedade ser empresária foi omitido na tradução, enquanto o restante do termo vem traduzido com uma equivalência operacional.

Arquivo	Original	Tradução
pr53_br-usnM	sociedade por quotas de responsabilidade limitada	Brazilian ^{EX} <u>limited liability company</u> ^{EO} [sociedade por quotas de responsabilidade limitada] ^{EMP}

Neste documento, o tradutor utilizou explicitação de sentido, uma equivalência operacional e um empréstimo simultaneamente para traduzir a mesma unidade. Esta abordagem pode ter sido utilizada para tentar diminuir o risco da tradução não ser entendida plenamente pelo leitor previsto. Porém, o mais provável, dado que é uma procuração no estilo brasileiro, é que já era prevista a tradução do documento de volta ao português brasileiro para uso dentro do universo jurídico do Brasil.

5.1.2 Modulações

Arquivo	Original	Tradução
co53_br-usnF, dc53_br-usN	pessoa jurídica	legal entity ^M

Neste exemplo, foi utilizada uma modulação, e o termo utilizado na tradução é o termo geralmente empregado em inglês norte-americano.

Arquivo	Original	Tradução
dc54_br-usnE	geridos por administradores, <u>pessoas naturais</u> residentes no país	managed by administrators who shall be resident in the country <omissão>

Este é um raro caso de omissão, mas no contexto não há prejuízo para o sentido, pois pessoas jurídicas não podem ser residentes de um país.

Arquivo	Original	Tradução
pr3_us- brB	a corporation organized and existing in accordance with the laws of	sociedade ^{MG} constituída e existente de acordo com as leis de
co3_us- brG	a corporation duly organized and validly existing under the laws of Country1,	sociedade ^{MG} devidamente constituída e com existência válida conforme as leis de Country1
col1_us- brN	between company1, a corporation organized under the laws...	entre a Company1, uma sociedade ^{MG} constituída segundo a legislação...

Nestes três exemplos, um tipo de sociedade, a *corporation*, foi traduzido pela supercategoria sociedade, uma modulação através de generalização. A importância dessa perda de informação através da generalização depende de quem contratou a tradução. Se for encomendada pela própria *corporation*, esta certamente sabe qual tipo de sociedade é. Porém,

se a tradução foi feita para a outra parte ou para um terceiro, geralmente é importante saber qual o tipo de sociedade por causa das diferenças de responsabilidade por parte dos sócios.

Na procuração pr3, essa informação pode ser considerada importante, pois, no contexto, o mandato é entre uma *corporation* norte-americana e um representante no Brasil, e a procuração diz especificamente que o mandante não atua como pessoa física, mas como Secretária da *corporation*. O fato de que é *corporation* (e não *Partnership*, por exemplo) não é mencionado novamente no documento. Na nota promissória co3, o fato da sociedade ser uma *corporation* é importante, pois o banco que emprestou o dinheiro à sociedade não pode procurar os acionistas da empresa para sanar qualquer dívida não paga. No contrato co11, um *Software License Agreement*, a *corporation* é a empresa fornecedora de software. A situação é semelhante à do documento co3, pois o tipo de sociedade é mencionado somente uma vez e pode ser importante em um momento futuro se houver uma questão sobre responsabilidade por perdas e danos.

Arquivo	Original	Tradução
dc3_uk-brE	it holds shares, debt obligations or other securities in a <u>company</u> incorporated under the International Business Companies Act...	detiver ações, obrigações de débito ou outros valores mobiliários em uma <u>sociedade comercial</u> ^{MP} constituída de conformidade com a Lei de Sociedades Comerciais Internacionais ...

Neste exemplo temos o mesmo termo visto acima, com *company* traduzido por uma expressão que representa uma subcategoria no sistema brasileiro. A tradução é mais restrita do que o original.

Arquivo	Original	Tradução
dc54_br-usnE	sociedades simples	non-entrepreneurial companies ^M

Esta solução é uma modulação. Como visto na seção 2.3, não existe um equivalente operacional para a sociedade simples. Como todas as sociedades brasileiras são classificadas como empresárias ou simples (os não empresárias), a solução acima deve ser baseada nessa definição, com empresária traduzida como entrepreneur.

5.1.3 Traduções literais e equivalências funcionais

Arquivo	Original	Tradução
pr8_ukn-brH	Company1, a <u>company</u> incorporated under the laws of	Companhia1, <u>sociedade</u> ^L constituída nos termos da Lei da
dc2_uk-brB	as a <u>company</u> incorporated under the laws of a jurisdiction outside Territory1 in the manner provided under those laws.	como <u>sociedade</u> ^L constituída sob as leis de uma jurisdição fora das Território1, na forma prevista por essas leis.
dc3_uk-brE	any company incorporated under the International Business Companies ...	qualquer sociedade ^L constituída conforme a Lei de Sociedades Comerciais Internacionais ...

Nestes três exemplos os tradutores traduzam a palavra *company*, que é uma palavra geral em muitos contextos, pela palavra *sociedade*, igualmente geral. Nesses três casos, não é necessário ser mais específico porque o tipo exato de sociedade é especificado no trecho logo em seguida.

Arquivo	Original	Tradução
dc54_br-usnE	participação em outras sociedades , <u>comerciais</u> ou civis , como sócia,	hold interests in other <u>commercial</u> ^L or civil companies ^L as partner,

Esta tradução é puramente literal. A divisão no Brasil antigamente era entre sociedades civis e comerciais, uma divisão que não existe na lei norte-americana.

Arquivo	Original	Tradução
dc1_us-brE	This corporation is a close corporation .	Esta Sociedade é uma sociedade de capital fechado ^{EF} .

Este exemplo é especial, pois a *close corporation* existe só em alguns estados. O seguinte trecho descreve a *close corporation* no estado de Vermont:

A Close corporation is a Vermont corporation that is either an S or C corporation for federal tax purposes that, provided certain conditions are met, dispenses with the formality of having decisions approved by both shareholders and corporate directors. ... In a Close corporation, all management decisions are made by the shareholders (providing there will be no more than 35 shareholders and none of the corporation's shares will be publicly traded) because they are typically the people who are in charge of running the business.

Governance of a close corporation differs from that of a general corporation in several ways. For example, as a close corporation, corporate bylaws are not required if the information otherwise required by law to be contained in bylaws is already contained either in the Articles of Incorporation or in an authorized shareholder agreement. Close corporations are not required to have an annual meeting unless one is requested in writing by one or more shareholders. Perhaps the most significant feature of a close corporation is that the corporation may choose to operate through a shareholder agreement. Shareholder agreements allow the corporation to eliminate the board of directors, restrict the discretion or powers of the board, or create a relationship among the shareholders or between the shareholders and the corporation that would otherwise be appropriate only among partners in a partnership. (State of Vermont, 2006) [destaque meu]

Esta solução é difícil de classificar. Trata-se claramente de uma equivalência funcional parcial, pois descreve uma das características da sociedade segundo a legislação do estado de origem—o fato da sociedade ter capital fechado. Porém, a característica descrita não é única a

este tipo de empresa, nem é necessariamente sua característica mais importante. Todas as sociedades analisadas na seção 2.3 menos a *Regular Corporation* têm capital fechado. Segundo o texto acima, publicado pelo Estado de Vermont, uma diferença importante é que o *close corporation* pode se reger por um contrato entre os acionistas. Uma outra equivalência funcional que inclui este dado poderia descrever melhor este tipo de empresa para o leitor brasileiro, algo como "sociedade regida por contrato entre os acionistas".

5.1.4 Listas de tipos de entidades

Listas de tipos de entidades são mais desafiadoras para o tradutor. Em arquivo co2, o tradutor usou a seguinte solução:

Arquivo	Original	Tradução
co2_us-brG	if a <u>corporation</u> , partnership or other <i>organization</i> ,	caso seja uma <u>sociedade anônima</u> ^{EO} , sociedade ^{MG} ou outra <i>pessoa jurídica</i> ^M

Vimos na figura 2.7 da seção 2.3 que o *partnership* é só um tipo de sociedade, e certamente não inclui todos os tipos de sociedades (não inclui o *sole proprietorship* e a *Limited Liability Company*, entre outras). Portanto pode-se dizer que a tradução de *partnership* foi uma modulação através de generalização, na qual uma subcategoria é traduzida pela categoria que a inclui. A tradução de *corporation* foi uma equivalência operacional e a tradução de *organization* foi uma modulação (pois organização seria a tradução literal).

Arquivo	Original	Tradução
co2_us-brG	of any <u>person</u> , corporation or other <i>entity</i>	de qualquer <u>pessoa</u> ^L , sociedade ^{MG} ou outra <i>entidade</i> ^L

No mesmo arquivo, o tradutor novamente traduziu um tipo de sociedade pela palavra sociedade, uma modulação através de generalização. As outras duas traduções são literais.

Arquivo	Original	Tradução
pr4_ukn-brM	any such company or <i>corporation</i>	qualquer referida sociedade ^{MG-I}

Nesta procuração da Grã-Bretanha, temos novamente uma modulação em que o binômio de dois tipos de sociedade vem traduzido pela palavra sociedade representante da supercategoria—qualquer tipo de sociedade.

Arquivo	Original	Tradução
dc4_uk-brE	another <u>company</u> or a partnership , <u>joint venture</u> , trust or other <u>enterprise</u>	de outra <u>empresa</u> ^L ou parceria ^L , <u>empreendimento conjunto</u> ^L , <u>fidúcia</u> ^L ou outro <u>empreendimento</u> ^L
dc4_uk-brE	An <u>individual</u> , a corporation , a <i>trust</i> , the <u>estate of a deceased individual</u> , a partnership or an <u>unincorporated association of persons</u> .	<u>Indivíduo</u> ^L , pessoa jurídica ^{MG} , <u>fidúcia</u> ^L , <u>espólio de um indivíduo falecido</u> ^L , uma parceria ^L ou uma <u>associação não constituída de pessoas</u> ^L .

Neste contrato, parece que o autor queria incluir qualquer entidade jurídica, e fez uma lista de entidades mutualmente excludentes. A tradução de todos os termos em dc4 foi principalmente literal, com o uso, em geral, de termos não jurídicos ou não específicos ao ramo. *Joint venture*, por exemplo, é normalmente traduzido por joint venture mesmo em português, um empréstimo já consagrado. *Partnership* em inglês é um tipo de sociedade, mas parceria não o é em português. E a tradução de *individual* para o português é, normalmente, pessoa física. A tradução de *corporation* como pessoa jurídica é mais um caso de uma modulação através de generalização.

Arquivo	Original	Tradução
dc2_uk-brB	any private , public or semi-public corporation or <i>juridical person</i>	de qualquer empresa ^{MG} privada ^L , estatal ^M ou de economia mista ^M ou

		<i>pessoa jurídica</i> ^L
dc2_uk-brB	any corporation or <u>juridical persons</u>	qualquer sociedade ^{MG} ou <u>pessoa jurídica</u> ^L
dc2_uk-brB	another company or a <i>partnership</i> , <u>joint venture</u> , trust or other <u>enterprise</u> .	outra sociedade ^L , <i>sociedade em comandita ou em nome coletivo</i> ^{EO} “ <u>joint venture</u> ” ^{EMP} , sociedade de negócios fiduciários ^{EF} [“trust”] ^{EMP} ou outra <u>empresa</u> ^M

As traduções em dc2, ao contrário das de dc4, são uma combinação de muitas modalidades diferentes, com poucas traduções literais. Aqui temos novamente uma modulação onde um tipo de sociedade (*corporation*) é traduzido como se fosse qualquer tipo de sociedade. O primeiro adjetivo é uma tradução literal com transposição obrigatória. A tradução de *public* (como parte da expressão *public corporation*) como estatal é uma modulação pouco recomendável. Estatal é um termo menos exato, menos jurídico. O equivalente operacional de um *public corporation* seria a pessoa jurídica de direito público. Segundo Houaiss (2001), uma empresa estatal é "uma pessoa jurídica de direito privado, de natureza mercantil, com capital misto e controle do Estado". Porém, o próprio Houaiss menciona que "no Brasil é freqüente o uso do termo *estatal* para se referir tanto à empresa de economia mista quanto à empresa pública". Segundo a primeira definição mais exata, a tradução de *public corporation* por estatal é um erro, e segundo a segunda definição a tradução para estatal serviria para englobar *public* ou *semi-public corporation*, sem precisar do termo "economia mista" na tradução.

A expressão *juridical person* não é comum nem nos EUA nem no Reino Unido (onde se usa *juristic person*), mas existe no universo discursivo do inglês internacional. Por exemplo, no tratado Inter-American Convention on Personality and Capacity of Juridical Persons in Private International Law, Juridical Persons é definido da mesma maneira que pessoa jurídica no Brasil: "juridical person being understood to mean any entity having its own existence and being responsible for its own actions, separately and distinctly from those of its members or

organizers, and classified as a juridical person in accordance with the law of the place of its organization". (Organization of American States, 2006)

Como vimos na seção 2.3, o *partnership* (um tipo de sociedade nos EUA e no Reino Unido) corresponde parcialmente, da maneira apresentada na referida seção, à sociedade em nome coletivo e à sociedade em comandita por ações e a algumas outras sociedades brasileiras. A tradução de *enterprise* por empresa é uma modulação, pois a tradução literal teria sido empreendimento.

Arquivo	Original	Tradução
dc54_br-usnE	bem como <i>autarquias</i> , sociedades de economia mista e entidades paraestatais , seja na esfera federal, estadual ou municipal	as well as <i>agencies</i> ^{MG} and mixed capital ^L and <i>parastate</i> ^{D-M} companies , be it on a federal, state or municipal level.

Uma autarquia, no direito brasileiro, é:

AUTARQUIA. 1. Direito econômico. ...

2. Direito administrativo. Pessoa jurídica de direito público interno, de administração indireta, criada por lei, com capacidade administrativa, fiscalizada e tutelada diretamente pelo Estado. Executa certas atividades e serviços típicos de natureza administrativa e possui patrimônio e receita próprios. Por exemplo, INCRA, CADE, INSS e USP. Seus funcionários são servidores autárquicos, equiparados aos funcionários públicos para certos efeitos. (Diniz, 2005, v. 1, p. 411)

Portanto, o termo é mais específico do que o termo *agency*, que serviria como tradução de órgão. O binômio "sociedades de economia mista e entidades paraestatais" foi traduzido com uma tradução literal seguida por um decalque com uma modulação ("entidade" traduzida como *company*).

Arquivo	Original	Tradução
dc3_uk-brE	of any company or <u>corporation</u>	qualquer <u>sociedade</u> comercial ^{MP} ou <u>anônima</u> ^{EO}

Como visto acima, a tradução de *corporation* por sociedade anônima é uma equivalência operacional. Antes do novo código civil, em vez de classificar toda empresa como sociedade empresária ou sociedade simples, elas eram classificadas como sociedades comerciais ou sociedades civis. Na figura 2.6 da seção 2.3, vemos que a sociedade anônima é um tipo de sociedade, e sociedade comercial é uma classificação que engloba vários tipos de sociedade. A sociedade anônima corresponde, operacionalmente, à *corporation*, mas o termo sociedade comercial não engloba todos os possíveis tipos de sociedade restantes. No sistema britânico, como explicado na seção 2.3 (veja a figura 2.8), *company* é utilizado como uma forma de sociedade, comparado com a *corporation*, *partnership* e *sole trader*, e é também utilizado como a denominação para uma categoria de pessoa jurídica personificada que também inclui a *corporation*. Independentemente da interpretação, o termo sociedade comercial é, ao mesmo tempo, mais abrangente e mais restritivo (pois não inclui sociedades civis). Esta tradução provavelmente foi o resultado de um desentendimento do significado jurídico do termo utilizado em português.

Arquivo	Original	Tradução
co50_br-usL	<u>pessoa jurídica</u> ou entidade legal	<u>business entity</u> ^{EF} or legal entity ^L

Aqui temos um binômio, onde os dois termos são basicamente sinônimos. A primeira parte (pessoa jurídica) foi traduzida utilizando uma equivalência funcional (não existe uma tradução literal no inglês norte-americano) e a tradução mais consagrada seria *legal entity*, que foi utilizada para traduzir a segunda parte, por ser uma tradução literal, com transposição obrigatória.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	<u>pessoa física</u> ou jurídica	<u>individual</u> ^L or entity ^M
co59_br-usL	<u>pessoa física</u> ou jurídica	<u>individual</u> ^L or business ^M

Nesses dois documentos, as mesmas quatro palavras no original foram traduzidas de maneira diferente para o inglês. Nos dois casos o primeiro termo, "pessoa física", foi traduzido através de uma transposição. O segundo termo foi traduzido através de duas modulações diferentes, *entity* e *business*. Nos dois casos houve um abaixamento de registro do registro jurídico para o registro comum, pois o termo mais jurídico teria sido *legal entity*.

5.1.5 Resumo de frequência de ocorrência e conclusões

Em resumo, a figura 5.1 mostra a frequência de ocorrência de soluções representando cada grau de ocorrência (veja o apêndice para os dados brutos completos) para os exemplos da seção 5.1.

Figura 5.1 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — tipos de sociedades

A maioria dos resultados se encaixou no 3º e no 5º graus de aproximação. Observe a quase ausência de resultados representativos do 4º grau. A tabela 5.1 mostra as modalidades correspondentes a cada grau de aproximação e o número de ocorrências de cada modalidade. O agrupamento de múltiplas modalidades em categorias é definido na seção 4.5.5.

Modalidade	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
EF	-	-	2	-	-
EMP	-	-	1	-	-
EO	-	-	-	-	10
I	-	-	1	-	-
L	-	4	20	-	-
M	-	1	5	-	2
MG	-	-	8	-	2
MP	-	-	-	-	2
O	-	-	1	-	-
EMP+EX ±outro	-	-	-	1 EMP-EO-EX	-
outro	-	1 D-M	-	1 EO-L 1 EF-EMP	3 EO-O 1 M-MG
totais	0	6	38	3	20

Tabela 5.1 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — tipos de sociedades

Observe a quase ausência de empréstimo e a presença significativa de tradução literal—quase o dobro da presença de equivalência operacional. Houve 24 ocorrências de tradução literal pura e 10 ocorrências de equivalência operacional pura mais 5 ocorrências de equivalência operacional junto com outra modalidade.

Esta ausência de marcas de alteridade nas traduções mostra o nível de aceitação destes tipos de tradução (neutro ou localização) e a procura de equivalências operacionais e não funcionais (houve apenas 3 ocorrências de equivalência funcional, um junto com empréstimo). Šarčević (1997) já escreveu sobre justamente este assunto:

"Por exemplo, atrás chegamos à conclusão de que a sociedade por quotas portuguesa desempenha a mesma função que a *private company limited by shares* do direito inglês, pelo que são equivalentes. Ora, a afirmação de que ambas são equivalentes é verdadeira à luz do direito comparado, mas pode não servir para a tradução jurídica.

Na tradução jurídica, para determinar se existe equivalência entre conceitos, tem que existir uma total concordância entre os seus aspectos essenciais." (Šarčević, 1997, p. 238)

É claro que uma tradução correta segundo o direito comparado pode não servir dentro do contexto de um documento específico e sua tradução.

5.2 Nomes de documentos constitutivos

Os tipos de documentos constitutivos foram apresentados e descritos na seção 2.4. Vimos no final daquela seção que um documento no Brasil é equivalente (em termos operacionais) à soma de dois documentos, tanto nos EUA quanto na GB. Porém, é possível encontrar outros tipos de equivalências, que dependem do contexto. Veremos que os documentos constitutivos norte-americanos e britânicos são freqüentemente traduzidos pelo nome do único documento constitutivo brasileiro quando aparecem sozinhos, e por uma modulação e equivalência funcional quando aparecem juntos.

5.2.1 Documentos constitutivos dos EUA

Arquivo	Original	Tradução
co5_us-brJ	represented herein as provided for in its articles of incorporation	neste ato devidamente representada conforme seus atos constitutivos ^{EF}
dc1_us-brE (2)	<i>ARTICLES OF INCORPORATION</i> of Company1	<i>ATOS CONSTITUTIVOS</i> ^{EF} DA Company1

Nestes primeiros dois exemplos, os tradutores utilizaram uma equivalência funcional, talvez para evitar a questão da falta de equivalência operacional exata.

Arquivo	Original	Tradução
pr8_ukn-brH	to exercise for and in the name of the PRINCIPAL, upon prior written authorization of the PRINCIPAL by fax or letter, the rights conferred by law, <u>articles of association</u> by virtue of or attached to the quotas held by the PRINCIPAL representing the corporate capital of the company indicated in item 1 above;	exercer em favor da OUTORGANTE e em seu nome, mediante autorização prévia por escrito da OUTORGANTE através de fax ou carta, os direitos conferidos por lei, por <u>contrato social</u> ^{MT} em virtude de ou relativos às quotas mantidas pela OUTORGANTE, que representem o capital social da sociedade indicada no item 1 supra;

Este exemplo é uma modulação e não uma equivalência operacional devido ao conteúdo dos *articles of association* não ser equivalente ao conteúdo do contrato social, como explicado na seção 2.4. Podemos classificar esta modulação como uma na qual uma parte é substituída pelo todo, dado que o contrato social seria equivalente (operacionalmente) ao *memorandum of*

association mais os *articles of association*. Pode-se ver pelo contexto (em que somente os *articles of association* são mencionados, e portanto não há a preocupação de diferenciar estes do *memorandum of association*) que contrato social pode ser considerado uma solução aceitável, pois é neste documento que os direitos em questão seriam conferidos se fosse uma sociedade brasileira.

Arquivo	Original	Tradução
co2_us-brG	do not contravene or violate the Undersigned's <i>charter</i> or bylaws	não contraria nem viola os atos constitutivos ^{EF} do Signatário

O termo *charter* é um sinônimo de *articles of incorporation*, portanto o binômio *charter or bylaws* (ou *charter and bylaws*) seria o equivalente operacional de estatuto social baseado no levantamento da seção 2.4. Porém, aqui o tradutor usou atos constitutivos, uma equivalência funcional já vista acima.

Arquivo	Original	Tradução
dc1_us-brE	Unless otherwise set forth in these Articles of Incorporation, the number of directors that shall constitute the whole Board of Directors of the Corporation shall be fixed by, or in the manner specified in, the <u>Bylaws</u> of the Corporation.	Exceto se estipulado do contrário nestes Atos Constitutivos, o número de diretores que constituirão o Conselho de Administração da Sociedade deverá ser determinado pelo <u>contrato social</u> ^{MT} da Sociedade ou da maneira especificada neste.

O termo *Articles of Incorporation* nessa frase já foi analisado acima. Foi traduzido com uma equivalência funcional. Este documento (dc1_us-brE) contém justamente os *Articles of Incorporation* da empresa em questão, e não é uma referência a eles em um contrato ou procuração. O problema aqui é como diferenciar os nomes dos dois documentos norte-

americanos quando no sistema brasileiro só existe um. O equivalente operacional da *corporation* é a sociedade anônima, e a sociedade anônima tem um estatuto social e não um contrato social. Portanto, a tradução do termo *bylaws* por contrato social é meio como misturar laranjas e bananas. Como os *bylaws* não correspondem exatamente ao estatuto social (em termos operacionais) classifiquei esta solução como uma modulação em que uma parte vem traduzida por um termo que representa o todo.

Arquivo	Original	Tradução
co5_us-brJ (3)	represented herein as provided for in its bylaws	neste ato devidamente representada conforme seu Estatuto Social ^C

Neste exemplo, um olhar mais cuidadoso ao contexto mostra que esta sentença se refere a uma sociedade anônima brasileira (o CNPJ e inscrição estadual aparecem logo em seguida). Temos aqui, portanto, uma situação em que estatuto social foi traduzido como *bylaws* por um tradutor desconhecido ou pelo próprio autor do documento, e depois traduzido de volta para estatuto social neste exemplo. Como a empresa em questão é uma sociedade anônima brasileira que não pode ter "*bylaws*", a solução tradutória é uma correção pelo uso do único termo correto dentro do contexto da lei brasileira.

5.2.2 Documentos constitutivos na GB

Arquivo	Original	Tradução
dc4_uk-brE (2)	These <u>Articles of Association</u>	Estes <u>Estatutos Sociais</u> ^{MT}

Nos exemplos acima, *Articles of Association* foi traduzido com a modulação em que uma parte é traduzida por um termo que representa o todo. O primeiro documento contém justamente os *Articles of Association* da empresa, portanto a diferenciação entre estes e o *Memorandum of Association* (documento dc3_uk-brE) seria importante. Nem contrato social nem estatuto social são plenamente equivalentes aos *articles of association* no sentido de equivalente operacional.

Arquivo	Original	Tradução
pr4_ukn-brM	in accordance with the Company's Articles of Association	nos termos do contrato social ^C da Sociedade
pr4_ukn-brM	Amendment to the Articles of Association	Alteração Contratual ^{M-C}

Neste exemplo, um olhar mais cuidadoso ao contexto mostra que esta sentença se refere a uma sociedade limitada brasileira. Temos aqui, portanto, uma situação em que "contrato social" foi traduzido como *articles of association* por um tradutor desconhecido ou pelo próprio autor do documento, e depois traduzido de volta para contrato social neste exemplo. Como a empresa em questão é uma sociedade limitada brasileira que não pode ter "*articles of association*", a solução tradutória é uma correção pelo uso do único termo correto dentro do contexto da lei brasileira. O segundo exemplo, no mesmo documento, é uma modulação consistente com a correção já analisada, e portanto também uma correção.

Arquivo	Original	Tradução
pr4_ukn-brM (3)	To represent the Grantor as a quotaholder or shareholder of the Brazilian company XXX Ltda., as well as any other company in which the Grantor may hold equity in Brazil, and to subscribe for quotas and to pay therefore, either fully or in part, by cash or transfer of assets and rights, and to sign for and in the name of the Grantor all public and private deeds, <u>Articles of Association</u> ...	Representar a Outorgante como acionista ou sócio da sociedade brasileira XXX Ltda., bem como em qualquer outra sociedade de cujo capital a Outorgante possa participar no Brasil, e subscrever cotas e integralizá-las, total ou parcialmente, em dinheiro ou mediante conferência de bens e direitos, e assinar em nome e lugar da Outorgante todos e quaisquer instrumentos públicos e particulares, <u>estatutos e contratos sociais</u> ^{EX-C} ,...

Neste exemplo do documento pr4, o mesmo tradutor que traduziu *articles of association* por contrato social acima aqui traduziu o mesmo termo como "estatutos e contratos sociais". O contexto é uma empresa específica qualificada no documento "*as well as any other in which the Grantor may hold equity in Brazil*". Nesse caso, não se sabe se as sociedades em questão serão limitadas ou anônimas, e o tradutor explicitou que os documentos constitutivos em questão poderiam ser tanto contratos sociais quanto estatutos sociais. Também foi classificada como uma correção pelos mesmos motivos mencionados acima.

Nos seguintes exemplos os tradutores tiveram a dificuldade esperada de como traduzir os nomes dos dois documentos constitutivos quando no Brasil só há um documento com a mesma função.

Arquivo	Original	Tradução
dc3_uk-brE	Memorandum of Association and Articles of Association of Company1 Incorporated	Instrumento de ConstituiçãoEF e Estatutos SociaisMT da Sociedade Companhia1 Constituída
dc2_uk-brB (7)	Memorandum and Articles of Association	Protocolo de ConstituiçãoM e Contrato SocialMT
dc4_uk-brE	The Memorandum of Association of the Company	O Instrumento de ConstituiçãoEF da Sociedade

Articles of Association foi traduzido com uma modulação, como nos exemplos anteriores, e *Memorandum of Association* por equivalência funcional (2 vezes pelo mesmo tradutor) e por uma modulação.

5.2.3 Documentos constitutivos no Brasil

Aqui vemos muitos dos mesmos problemas já vistos acima, mas no sentido contrário. O termo *articles of association* é utilizado apenas na Grã-Bretanha (exceto no caso de associações sem fins lucrativos nos EUA, que não estão representados no corpus ing-br). Pretendi incluir só traduções feitas para o inglês norte-americano mas é possível que uma ou outra tenha realmente sido feita para o inglês britânico (e o tradutor não sinalizou) ou que tenha havido uma mescla de terminologias. Esta mescla poderia ser o resultado de uma tradução feita para umas das regiões pertencentes ao Reino Unido (p.ex. British Virgin Islands, Cayman Islands), mas que têm leis próprias, freqüentemente mais próximas às leis dos Estados Unidos da América.

Arquivo	Original	Tradução
co52_br-usK	na forma de seu <u>contrato social</u>	as set forth under its <u>articles of association</u> ^{MP}

Neste exemplo, a empresa em questão é uma sociedade anônima, e portanto teria um estatuto social e não um contrato social. De qualquer forma, como não existe uma equivalência operacional exata nesse caso, a tradução é uma modulação em que um todo é substituído por uma parte.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD (18)	contrato social	articles of association ^{MP}
dc54_br-usnE (8)	contrato social	articles of association ^{MP}
dc52_br-usD	e nos <u>atos constitutivos</u> e demais documentos societários da sócia majoritária.	and as set forth in the <u>articles of association</u> ^{MP} and other company documents of the majority quotaholder.
dc51_br-	contrato social	articles of organization ^{MP}

usL (3)		
dc53_br-usnE (8)	contrato social	operating agreement ^{EF}
co60_br-usP	XXX Ltda. ... representada na forma de seus <u>atos constitutivos</u>	XXX Ltda. ... represented in this act according to its <u>articles of incorporation</u> . ^{MP}

Os documentos dc51 a dc54 são contratos sociais. Nos documentos dc52 e dc54, o termo contrato social (e atos constitutivos) foi traduzido como *articles of association* de maneira consistente: uma modulação em que o todo é substituído pela parte. Observe, porém, que "*Articles of Association*" existem somente na Grã-Bretanha e os documentos foram traduzidos para o inglês norte-americano. No documento dc51 a tradução do termo como *articles of organization* é consistente com o tipo de sociedade (limitada) e o país da língua de chegada (EUA). Porém, é uma modulação do mesmo tipo. A solução empregada no documento dc53 é uma equivalência funcional.

A sociedade mencionada no contrato co60 é uma sociedade limitada, mas o nome de seus atos constitutivos (que seria seu contrato social) vem traduzido como se fosse uma sociedade limitada. Porém, podemos considerar esta solução uma modulação em que o todo é substituído pela parte.

Arquivo	Original	Tradução
dc50_br-usL (2)	estatuto social	by-laws ^{MP}
dc50_br-usL (7)	regimento interno	association rules ^{EF}

O documento dc50 é o estatuto social de uma sociedade brasileira sem fins lucrativos. No sistema norte-americano, este tipo de sociedade é um *non-profit corporation*, que tem *articles of incorporation* e *bylaws* (igual a uma *corporation* com fins lucrativos). Nesse caso, uma possível equivalência operacional parcial teria sido estatuto social / *articles of incorporation* e regimento interno / *bylaws*. Porém, nesse documento o tradutor escolheu traduzir estatuto

social com o nome de um dos documentos americanos e traduziu regimento interno com uma equivalência funcional que descreve o termo em português.

Arquivo	Original	Tradução
co61_br-usQ	na forma dos respectivos <u>Estatutos Sociais</u>	under the terms of their respective <u>corporate by-laws</u> ^{MP}

Este documento é um contrato entre duas sociedades anônimas. Como no exemplo logo acima, a solução é uma modulação

Arquivo	Original	Tradução
co51_br-usD	de acordo com seus atos constitutivos	herein represented pursuant to its articles of incorporation ^{MP}

Este exemplo também utiliza uma modulação em que um todo é substituído por um termo que representa uma parte. Os atos constitutivos mencionados no último exemplo são de uma sociedade anônima, e o contexto (um contrato) não é tão específico quanto um documento constitutivo.

Arquivo	Original	Tradução
pr52_br-usnM	estatuto social	constituting and operating document ^{EF}

Este exemplo descreve bem a função do documento representado pelo termo *estatuto social*. A tradução de volta (os dois documentos norte-americanos traduzidos para o português como instrumento de constituição e acordo operacional) seria uma opção interessante para as dificuldades notadas nas seções anteriores.

Arquivo	Original	Tradução
co50_br-usL (2)	contrato social	charter ^M

Charter é um termo meio antiquado e é útil por ser mais genérico, especialmente quando não se sabe para qual país a tradução será enviada. Segundo Garner (1999, p. 228), um *corporate charter* é um "*certificate of incorporation*" ou "*a document that one files with the secretary of state upon incorporating a business.*" e até "*The corporate charter is often the articles of incorporation.*"

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	<u>contrato social</u> e/ou estatuto social da sociedade	<u>Articles of Association</u> ^{MP} and/or By-laws ^{MP} of the company

Neste exemplo, o autor escreveu "contrato social e/ou estatuto social" para ser inclusivo. A frase não faz muito sentido, pois no contexto a empresa é limitada, e teria só um contrato social. A tradução, infelizmente, é muito confusa. *Articles of association* para uma sociedade só existem na GB (ou só para uma associação nos EUA), e empresas não têm *bylaws* na GB (*by-laws* neste país são regulamentos de uma autoridade, não estatutos de uma empresa). Inclusive, os *bylaws* norte-americanos são mais ou menos equivalentes aos *articles of association* britânicos. Desconsiderando a mescla de terminologia de dois países diferentes de língua inglesa, os dois termos foram traduzidos com uma modulação. O tradutor poderia ter corrigido o erro no original ou empregado alguma equivalência de algum tipo para melhorar a situação.

Arquivo	Original	Tradução
pr53_br-usnM (2)	contrato social consolidado	restated limited liability company agreement ^{M-EX} [<u>contrato social</u>] ^{EMP}

Aqui temos uma explicitação em que o tipo de empresa é mencionado (derivado do contexto) junto com uma modulação (*company agreement*) inesperada (por não ser terminologia normalmente utilizada nesse contexto). Nesse caso, a LDA do tradutor era o português. Um empréstimo foi utilizado também para clarificar o termo.

Arquivo	Original	Tradução
co55_br-usnH	Toda e qualquer alteração social da REPRESENTANTE, e em especial sua <u>constituição societária</u>	Each and every change in AGENT'S company, especially concerning its <u>corporate charter</u> ^M

Neste exemplo temos uma modulação que é quase uma tradução literal (com transposição). Não é uma tradução literal porque a sociedade em questão é uma limitada, não uma *corporation*, e portanto o adjetivo *corporate* não é uma tradução literal de societária.

5.2.4 Resumo de frequência de ocorrência e conclusões

Em resumo, a figura 5.2 mostra a frequência de ocorrência de soluções representando cada grau de ocorrência (veja o apêndice para os dados brutos completos) para os exemplos da seção 5.2.

Figura 5.2 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — documentos constitutivos

Novamente, a maioria dos resultados se encaixou no 3º e no 5º graus de aproximação. Observe a quase ausência de resultados representativos do 4º grau (apenas 1). A tabela abaixo

mostra as modalidades correspondentes a cada grau de aproximação e o número de ocorrências de cada modalidade para a seção 5.2.

<i>Modalidade</i>	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
C	-	-	-	-	2
EF	-	-	8	-	-
M	-	-	3	-	-
MP	-	-	-	-	11
MT	-	-	-	-	5
EMP+EX ±outro	-	-	-	1 EMP-EX-M	-
outro	-	-	-	-	1 C-M 1 C-EX
totais	0	0	11	1	20

Tabela 5.2 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — documentos constitutivos

Observe o esperado número elevado de modulações nas quais o inteiro vem traduzido por uma parte (MP) no corpus br-ing (11 ocorrências) e seu contrário (MT) no corpus ing-br (5 ocorrências). Isso foi devido à falta de uma correspondência operacional, como explicado na seção 2.4, em situações em que o tradutor claramente desejava atingir o grau 5 de aproximação. Porém, as soluções tradutórias que empregaram equivalências funcionais foram na maioria bem sucedidas.

5.3 Conceitos jurídicos

Conceitos jurídicos são mais um tipo importante de marcador referencial na tradução jurídica, mesmo quando há correspondência entre conceitos nos dois sistemas jurídicos em questão.

5.3.1 *Durable Power of Attorney*

O próprio tipo da procuração pr2_us-brM (Durable Power of Attorney) não existe no Brasil. No Novo Código Civil, Art. 682 (Fiuza, 2006), está escrito:

“Cessa o mandato:

I - pela revogação ou pela renúncia;

II - pela morte ou interdição de uma das partes;

III - pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer;

IV - pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio.” [grifo meu]

Portanto, foi necessária uma tradução que descreve a função do documento no país de origem, com um equivalente funcional.

Arquivo	Original	Tradução
pr2_us-brM	This is a <u>Durable Power of Attorney</u> .	Esta é uma <u>Procuração com poderes gerais e subsistentes na incapacidade do Outorgante</u> ^{EF} .

5.3.2 *Joint Venture*

O termo joint venture já foi emprestado para o português e já se encontra dicionarizado:

"joint venture: associação de sociedades, sem caráter definitivo, para a realização de determinado empreendimento comercial, dividindo as suas obrigações, lucros e responsabilidades; consórcio [Para tudo o mais, são independentes e conservam personalidade jurídica própria, mas, na vigência da associação, cada uma delas é responsável pela totalidade do empreendimento em causa.]" (Houaiss, 2001)

Arquivo	Original	Tradução
dc4_us-brE (2)	joint venture	empreendimento conjunto ^D
dc2_uk-brB	joint venture	“joint venture” ^{EMP}

Apesar de já ser dicionarizado, no documento dc4 o termo foi traduzido através de um decalque e em dc2 como um empréstimo (como se não tivesse sido dicionarizado).

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	Contrato de Joint Venture (Joint Venture Agreement)	Joint Venture Agreement ^{T-L-T}
dc52_br-usD (12)	Contrato de Joint Venture	Joint Venture Agreement ^{T-L}

Nesse caso, o documento dc52 já contém o termo em inglês/português, e o tradutor simplesmente transcreveu o termo na tradução.

5.3.3 *Attorney-at-law / procuração ad judicia*

No Brasil, uma procuração ad judicia outorga poderes a um advogado para representar o mandante em juízo. A procuração pr4 é uma procuração ad judicia.

Arquivo	Original	Tradução
pr4_ukn-brM	and to grant powers to <u>attorneys-at-laws</u> in order to	outorgar mandatos a <u>advogados</u> ^{EO} para
pr4_ukn-brM	pursuant to the " <u>ad judicia et extra</u> " clause	nos termos da <u>cláusula "ad judicia et extra"</u> ^{L-T}

O primeiro exemplo traduz o termo *attorneys-at-law* como advogados, uma equivalência operacional dentro dos dois universos jurídicos. O original em inglês já é uma tradução de um documento brasileiro, e o termo em português vem transcrito para a tradução sem remover as aspas.

Arquivo	Original	Tradução
pr51_br-usL	aos quais confere todos os poderes de <u>cláusula ad judicia et extra</u> , nos termos do artigo 5º da Lei nº 8906/94,	on which it confers all the powers of the <u>legal representation clause</u> ^{EF} in article 5 of Brazilian Decree Number 8906/94,

A procuração pr51 também é uma procuração ad judicia, e nesse caso uma equivalência funcional (na qual o objetivo da cláusula é descrito) foi empregada.

Arquivo	Original	Tradução
dc53_br-usnE	É vedado aos sócios, prepostos, empregados, <u>procuradores</u> e ao Administrador da Sociedade contrair obrigações	Members, representatives, employees, <u>attorneys-at-law</u> ^{ME} and the Company's manager may not assume obligations
co61_br-usQ	o(s) signatário(s) do presente instrumento são seus <u>procuradores</u> /representantes legais devidamente constituídos	the signatories to this instrument are their duly constituted <u>attorneys</u> ^M /legal representatives

No Brasil, um procurador pode ser um *attorney-at-law* (se for procuração ad judicia) ou *attorney-in-fact* (no caso de procuração comum). No primeiro exemplo, o tradutor escolheu uma das opções (*attorney-at-law*), excluindo a outra. No segundo exemplo, é possível que *attorneys* foi escolhido para englobar *attorney-at-law* e *attorney-in-fact*, mas normalmente *attorney* é sinônimo de *attorney-at-law*.

5.3.4 Sistema de tribunais de justiça

O sistema de justiça e o sistema de tribunais nos EUA e no Brasil são muito diferentes. Uma característica que eles têm em comum é a presença de sistemas federais e estaduais de

tribunais. Outro elemento em comum é o conceito de recursos e tribunais de segunda instância.

Arquivo	Original	Tradução
co1_us-brnC	but in the event that an appeal is filed and entered on the docket of an <u>appellate court</u> ,	mas no caso de uma apelação instaurada e lançada nos autos de um <u>Tribunal de Recursos</u> ^L ,

Esta tradução é literal, pois os tribunais correspondentes no Brasil não têm este nome.

Nos EUA, os sistemas estaduais freqüentemente têm um *Supreme Court* e, abaixo disso, um *Court of Appeals*, um *Superior Court* e tribunais de primeira instância.

Arquivo	Original	Tradução
co1_us-brnC	State1 Supreme Judicial Court	Supremo Tribunal Judicial de State1 ^L

No Brasil, porém, o único Supremo Tribunal é federal. Esta tradução, portanto, é uma tradução literal do nome do tribunal.

Arquivo	Original	Tradução
co11_us-brN	<u>United States District Court</u> for the Northern District of State1	<u>Corte Distrital dos Estados Unidos da América</u> ^{D-L} do Distrito Norte de Estado1
co3_us-brG	THE <u>UNITED STATES DISTRICT COURT</u> FOR THE SOUTHERN DISTRICT OF State1	EM <u>JUÍZO DISTRITAL</u> ^D <u>FEDERAL</u> ^{EX} DOS ESTADOS <u>UNIDOS</u> ^L PARA O DISTRITO SUL DE Estado1;

A primeira tradução emprega um decalque para *district court* e uma tradução literal para *United States* (nesse contexto, *United States* é sinônimo de federal). A segunda tradução é semelhante, mas também explicita que o tribunal é federal.

Arquivo	Original	Tradução
co2_us-brG (2)	<u>state or federal court</u> sitting in County1, State1.	<u>juízo ou tribunal</u> ^{EX} federal ou <u>estadual</u> ^L localizado no Condado1, no Estado1, País1.
co3_us-brG	THE <u>COURTS</u> OF THE State1 SITTING IN XXX COUNTY	O <u>FORO</u> ^L DO CONDADO DE XXX, ESTADO DA Estado1
co5_us-brJ	the <u>Courts</u> of City4/State1	o <u>foro</u> ^L de City4/State1

No primeiro exemplo, o tradutor explicitou os dois tipos de court, mas traduziu os modificadores através de tradução literal. Nos outros exemplos, a tradução foi literal.

Arquivo	Original	Tradução
pr8_ukn-brH	any Brazilian civil, criminal or administrative court,	qualquer tribunal ^L
pr4_ukn-brM	To represent the Grantor before the <u>courts</u> in whatever <i>instance</i> and before any tribunal including administrative,	Representar a Outorgante no <u>foro em geral</u> ^M , em qualquer <i>instância</i> ^C , juízo ou tribunal,

Nestes dois exemplos, o autor quer incluir qualquer tribunal ou juízo e os tradutores evitaram tradução literal, com implicitação e modulação. O termo "instance" não existe nesse sentido em inglês, e é claramente uma má tradução de um documento brasileiro por um tradutor desconhecido. O tradutor M percebeu o uso do falso cognato e corrigiu o texto.

Arquivo	Original	Tradução
pr6_ukn-br	Commercial Courts	Tribunais Comerciais ^L

Commercial courts são um tipo de tribunal na Grã-Bretanha e não existem no Brasil. A solução é uma tradução literal.

A fraseologia da eleição de foro em contratos brasileiros é bastante bem estabelecida. Os exemplos abaixo são quase iguais em português, e as traduções são frequentemente literais.

Arquivo	Original	Tradução
co56_br-usD	<u>foro</u> da cidade de São Paulo, estado de São Paulo	<u>court</u> ^L of the city of São Paulo, state of São Paulo
co57_br-usD	<u>foro</u> da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil ,	<u>court</u> ^L of the City of São Paulo, State of São Paulo, <omissão de Brasil>
co58_br-usD	<u>foro</u> da Capital do Estado de São Paulo	<u>court</u> ^L of the City of São Paulo, State of São Paulo
pr54_br-usnM	<u>2ª Vara da Família e Sucessões</u> de bairro2	<u>Second Court of Family and Succession</u> ^L of the bairro2
co52_br-usK	<u>foro</u> da Capital do Estado de São Paulo,	<u>courts</u> ^L of the Capital of the state of São Paulo
dc53_br-usnE	<u>foro Central</u> da Capital do Estado de São Paulo	<u>court</u> ^{L-O} of the city of São Paulo
co61_br-usQ	<u>Foro Central</u> da Capital do Estado de Estado3	<u>Central Court</u> ^L of the capital city of the State of Estado3, Brazil
co50_br-usL	Fica eleito o <u>foro</u> da <i>situação</i> do Imóvel para serem dirimidas	The parties elect the <u>court</u> ^L of the <i>district where the property is located</i> ^{EF} to settle
co51_br-usD	As partes elegem o <u>foro</u> da cidade de Cidade1	The parties elect the <u>court jurisdiction</u> ^M of the city of Cidade1
co60_br-usP	o <u>foro</u> do Município de São Paulo, Estado de São Paulo	the <u>forum</u> ^L of the Municipality of São Paulo, State of São Paulo

Os exemplos abaixo contêm o termo comarca, "que designa o território, a circunscrição territorial, compreendida pelos limites em que se encerra a jurisdição de um juiz de direito." (Plácido e Silva, s/d)

Arquivo	Original	Tradução
co50_br-usL	As partes elegem o <u>Foro Central</u> da <i>Comarca</i> desta Capital	<u>Central Court</u> ^L of the <i>District</i> ^{EO} of the City of Cidade1
co53_br-usnF	<u>Foro Central</u> da Comarca de Cidade6,	<u>Central Courts</u> ^L of the County ^{EC} of Cidade6
co59_br-usL	<u>foro</u> da <i>Comarca</i> de Cidade2	<u>venue</u> ^M of the <i>judicial district</i> ^{EO} of Cidade2
dc52_br-usD	<u>foro jurídico</u> na respectiva Comarca de Cidade3, Estado de Estado2	<u>court jurisdiction</u> ^M is in the respective Judicial District ^{EO} of Cidade3, in the state of Estado2
co55_br-usnH	<u>foro</u> da Comarca da Capital do Estado de São Paulo	<u>court</u> ^{L-1} of the capital of the state of São Paulo
dc54_br-usnE	<u>foro</u> da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo	the <u>court</u> ^L of the administrative region ^{EF} of São Paulo, State of São Paulo

District e *Judicial district* são equivalências operacionais, pois a jurisdição de courts freqüentemente é por *district*. A tradução *County* vem do fato de que o *County* nos EUA é uma divisão administrativa entre o municipal e o estadual. Há *county courts* em muitos estados norte-americanos. Comarca é implicitada no documento co55.

5.3.5 *Foro como título de cláusula*

As seguintes traduções foram todos títulos de cláusulas ou capítulos de contratos.

Arquivo	Original	Tradução
co59_br-usL	FORO	VENUE ^M
co52_br-usK	DO FORO	VENUE ^M
co53_br-usnF	ELEIÇÃO DE FORO	VENUE ^M
co55_br-usnH	DO FORO	VENUE ^M
co61_br-usQ	FORO	LEGAL VENUE ^M
co51_br-usD	FORO	JURISDICTION ^M
co57_br-usD	FORO	JURISDICTION ^M
co58_br-usD	DO <u>FORO</u>	JURISDICTION ^M
dc53_br-usnE	DO <u>FORO</u>	COURT ^L
co60_br-usP	ELEIÇÃO DE FORO	SELECTION OF FORUM ^M

Os termos *venue* e *jurisdiction* são utilizados em contratos de língua inglesa, mas não freqüentemente como o título da cláusula sobre o foro.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	DENOMINAÇÃO, SEDE E <u>FORO</u>	COMPANY NAME, PRINCIPAL PLACE OF BUSINESS AND <u>GOVERNING LAW</u> ^{EDV}
dc52_br-usD (2)	Leis Aplicáveis	Governing Law ^{EDV}

Nestes dois exemplos, a tradução "*governing law*" representa uma equivalência discursiva, por motivos que serão esclarecidos abaixo.

No sentido contrário, há um menor número de cláusulas sobre esse assunto com títulos.

Arquivo	Original	Tradução
---------	----------	----------

co7_usn-brF	<u>Governing Law</u> and Disputes	<u>Legislação Regente</u> ^L e Contendas
co6_us-brA	Governing Law	Lei Aplicável ^M
co5_us-brJ	Jurisdiction	Foro de eleição ^{EDV}

O terceiro exemplo também é uma equivalência discursiva, com o emprego de um título consagrado em português ("foro de eleição" é empregado nos contratos co216_br e co211_br no corpus comparável br-orig). É interessante notar que em inglês este tipo de cláusula é normalmente intitulado *Governing Law*. Há 7 ocorrências no corpus comprável ing-orig desse título, e uma ocorrência em que *governing law* aparece junto com *Venue*. Não há nenhuma ocorrência de Jurisdiction como título de cláusula.

Arquivo do corpus ing-orig	Texto
co124_us, co121_us, co120_us, co119_us, co106_us, co105_us, co102_us	Governing Law
co115_us	Governing Law and Venue

Jurisdiction não aparece como título de cláusula em nenhum documento no corpus ing-orig, e *venue* só aparece uma vez, no exemplo acima.

5.3.6 *Court of competent jurisdiction*

Esta expressão é muito utilizada, mas a palavra *competent* nesse sentido é um pouco arcaica. No contexto jurídico, competente significa:

competent = (1) (of a judge or court) having jurisdiction or authority to act [ex. when a court of competent jurisdiction has obtained control of property, that control may not be disturbed by any other court];

Ou em outras palavras, *competent jurisdiction* nesse sentido é redundante. É o tribunal com jurisdição.

Arquivo	Original	Tradução
dc4_uk-brE, co6_us-brA	court of competent jurisdiction	foro da jurisdição competente ^L
dc2_uk-brB	court of competent jurisdiction	tribunal com jurisdição competente ^L
co8_us-brF	court of competent jurisdiction	tribunal de jurisdição competente ^L
co6_us-brA	court of competent jurisdiction	tribunal da jurisdição competente ^L

Todos os exemplos acima são traduções literais, com alterações na preposição segundo o ouvido do tradutor. A expressão "jurisdição competente" não ocorre nenhuma vez no corpus br-orig.

Arquivo	Original	Tradução
co2_us-brG	court of competent jurisdiction	juízo ou tribunal ^{EX} competente ^L

Esta solução exclui a redundância mencionada acima com uma implicitação, mas ao mesmo tempo usa um binômio de quase sinônimos para traduzir *court*.

5.3.7 *Caso fortuito e força maior*

Estes dois termos, e os termos correspondentes (baseado no significado técnico jurídico) em inglês, são difíceis devido ao falso cognato (parcial) "força maior" / *force majeure*. As seguintes definições ajudam a clarificar os significados dos termos:

CASO FORTUITO: Direito civil. Fato jurídico strictu sensu extraordinário ou irresistível em que o acidente que gera o dano advém de causa desconhecida, como, por exemplo, o cabo elétrico aéreo que se rompe e cai sobre fios telefônicos, causando incêndio ou a explosão de caldeira de usina, provocando

morte. **Pode ser ocasionado por ato de terceiros, como greve, motim, mudança de governo,** colocação do bem fora do comércio, que cause graves acidentes ou prejuízos, devido à impossibilidade do cumprimento de certas obrigações. (Diniz, 2005) (grifos meus)

CASO DE FORÇA MAIOR: Direito civil. Fato jurídico stricto sensu extraordinário ou irresistível, **por ser originário de fato da natureza** que produz prejuízo, como, por exemplo, raio que provoca incêndio ou inundação que danifica produtos, implicando uma idéia de relatividade, já que a força do acontecimento é maior do que a suposta, devendo-se fazer uma consideração prévia do estado do sujeito e das circunstâncias espaço-temporais para que se caracterize como eficácia liberatória de responsabilidade civil. (Diniz, 2005) (grifos meus)

Todos os casos, que se revelam por força maior, dizem-se casos fortuitos...(Plácido e Silva, s/d)

act of god. An overwhelming, unpreventable event caused exclusively by forces of nature, such as an earthquake, flood or tornado. (Garner, 1999)

force majeure. An event or effect that can be neither anticipated nor controlled. The term includes both acts of nature (e.g. floods and hurricanes) and acts of people (e.g. riots, strikes, and wars). (Garner, 1999)

Dadas estas definições, podemos criar uma tabela de correspondências:

Tabela de Correspondências	Causado pela natureza	Causado por um fato da natureza ou por ato de terceiros
<i>português</i>	força maior	caso fortuito
<i>inglês</i>	act of god	force majeure

As traduções encontradas incluem duas equivalências operacionais (nas quais os conceitos são equivalentes nos dois universos jurídicos) e outras traduções parcialmente erradas nas quais um termo menos abrangente vem traduzido por um termo mais abrangente ou vice-versa.

Arquivo	Original	Tradução
co59_br-usL (2)	21. FORÇA MAIOR	21. ACTS OF GOD ^{EO}
co59_br-usL (3 plural, 5 singular)	casos fortuitos ou de força maior.	acts of God. ^{MP}
co55_br-usnH	força maior	force majeure ^{MT}

Havia o mesmo problema de falso cognato no sentido contrário.

Arquivo	Original	Tradução
co4_us-brJ; co6_us-brA	force majeure	força maior ^{MP}

5.3.8 *Good faith* / *Boa-fé*

O conceito de boa-fé existe também no universo jurídico norte-americano e britânico sob o nome *good faith*. Há 7 ocorrências de *good faith* no corpus comparável ing-orig (6 no arquivo co124 e 1 no arquivo co127) e 5 ocorrências no corpus comparável br-orig (nos arquivos co248, co242, co240, co234, e co201).

As respectivas definições são:

boa-fé — Sempre se teve *boa-fé* no sentido de expressar a *intenção pura*, isenta de dolo ou engano, com que a pessoa realiza o negócio ou executa o ato, certa de que está agindo na conformidade do direito, conseqüentemente, protegida pelos preceitos legais.

Dessa forma, quem age de *boa-fé* está capacitado de que o ato de que é agente, ou do qual participa, está sendo executado dentro do justo e do legal.

É, assim, evidentemente, a *justa opinião*, leal e sincera, que se tem a respeito do fato ou do ato, que se vai praticar, opinião esta tida sem malícia e sem fraude, porque, se se diz *justa*, é que está escoimada de qualquer vício, que lhe empane a *pureza da intenção*. (Plácido e Silva, s/d)

e

good faith (n.) A state of mind consisting in (1) honesty in belief or purpose, (2) faithfulness to one's duty or obligation, (3) observance of reasonable commercial standards of fair dealing in a given trade or business, or (4) absence of intent to defraud or to seek unconscionable advantage. **good-faith** (adj.) (Garner, 1999)

Observe que o adjetivo leva hífen e o substantivo não (em inglês). A grande maioria das traduções é literal, nos dois sentidos, como os exemplos abaixo mostram (os exemplos representam todas as ocorrências nos corpora).

Arquivo	Original	Tradução
co4_us-brJ, dc4_uk-brE (5), co3_us-brG, co2_us-brG, co7_usn-brF	in good faith	de boa fé ^L
co3_us-brG, dc2_uk-brB (2), pr2_us-brM	in good faith	em boa fé ^L
dc2_uk-brB	are disclosed <u>good faith</u>	revelados <u>de boa fé</u> ^L
dc2_uk-brB	the person acted honestly and <u>in good faith</u>	a honestidade da conduta e <u>boa fé</u> ^M de uma pessoa

Nos exemplos acima, *good faith* é empregado como substantivo. O terceiro exemplo "*are disclosed good faith*" provavelmente foi um erro de datilografia no original. O último exemplo contém uma modulação na qual a preposição "in" é omitida. No original, a pessoa atuou em boa-fé, e na tradução a pessoa é de boa-fé.

Havia dois casos de modulação em que o negativo mais o termo foi traduzido como o negativo do termo. Este tipo de modulação foi bastante raro nos corpora.

Arquivo	Original	Tradução
pr2_us-brM	However, my Agent shall be liable for willful misconduct or the <u>failure to act in good faith</u>	Todavia, minha Procuradora será responsável por má conduta intencional ou <u>má fé</u> ^M
dc1_us-brE	an act or omission <u>not in good faith</u>	um ato ou omissão <u>de má fé</u> ^M

Nos exemplos seguintes, o termo *good faith* foi utilizado como adjetivo (apesar da falta de hífen).

Arquivo	Original	Tradução
co3_us-brG	(or, in the <i>good faith</i> judgment of the Bank, raise a substantial question as to whether it is) unlawful	(ou caso haja uma dúvida significativa, no parecer <i>em boa fé</i> ^L do Banco, quanto a sua legalidade),
co6_us-brA (2)	the <i>good faith</i> pursuit of the foregoing.	a <i>boa-fé</i> ^L de

Nestes dois casos, havia uma transposição do adjetivo para o substantivo, que é a forma comum em português. As únicas ocorrências de boa-fé em documentos no corpus br-ing foram no documento constitutivo dc52.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD (2)	de boa fé	in good faith ^L
dc52_br-usD	As sócias envidarão seus <i>melhores esforços</i> , agindo de boa fé ,	The quotaholders shall attempt in good faith ^L

O primeiro exemplo foi literal, o contrário dos exemplos acima no sentido inverso. No segundo exemplo, porém, o tradutor omitiu o sentido de "melhores esforços" ou julgou que *good faith* inclui tanto o sentido de boa fé quanto o sentido de melhores esforços (*best efforts*). É impossível saber agora qual foi o caso.

A uniformidade das soluções foi inesperada dada a não uniformidade das traduções apresentadas em Aubert (2005b). Naquele trabalho, foram coletadas traduções de várias frases e comparados os resultados. Uma das frases contém o termo *good faith* como adjetivo:

The parties will exercise reasonable good faith efforts to resolve the dispute.

As traduções foram:

1. As Partes [ora contratantes] envidarão seus melhores esforços [empenhar-se-ão razoavelmente], **de boa fé**^L, para dirimir a presente dúvida/disputa.
2. As Partes buscarão utilizar esforços **justos**^M na solução da disputa.
3. As Partes empreenderão todos os esforços cabíveis **de boa fé**^L, para dirimir o pleito.
4. As Partes empreenderão, **de boa fé**^L, todos os esforços cabíveis para dirimir o pleito.
5. As Partes envidarão **de boa fé**^L esforços razoáveis para resolver a controvérsia.
6. As partes envidarão **de boa fé**^L os esforços possíveis para solucionar o litígio
7. As Partes envidarão esforços para solucionar a controvérsia, com moderação e **boa-fé**^L.
8. As Partes envidarão todos os esforços **possíveis**^M para resolver a questão.
9. *As Partes envidarão, em medida razoável, esforços **de boa-fé**^L para resolver a disputa.*
10. As Partes farão uso de razoáveis esforços **de boa-fé**^L para a solução da controvérsia.
11. As Partes imbuir-se-ão de esforços **bem intencionados**^M para resolver a disputa.

12. As Partes se empenharão, dentro do razoável e de boa fé^L, para resolver a pendência.
13. As partes, de boa fé^L, envidarão esforços para dirimir o litígio.
14. Para dirimir a controvérsia, as partes comprometem-se a envidar esforços em boa-fé^L, dentro de parâmetros razoáveis. (Aubert, 2005b)

Das 14 soluções, 11 utilizaram boa-fé com ou sem uma preposição. Os outros casos são especialmente interessantes por eliminar tanto *good faith* quanto *reasonable*, ou em outras palavras, usar uma modulação que englobaria o sentido da expressão *reasonable good faith* como um todo. Estas traduções—"justos", "possíveis" e "bem intencionados"—foram empregadas somente uma vez cada. A tradução 8 pode ser considerada bem arriscada, pois "todos os esforços possíveis" é muito mais forte do que "*reasonable good faith efforts*".

5.3.9 Best efforts

Garner (1999) define *best efforts* como: "*Diligent attempts to carry out an obligation. As a standard, a best-efforts obligation is stronger than a good-faith obligation.*" Este conceito não existe no direito do Brasil, e quando o decalque aparece em documentos brasileiros, é geralmente devido à interferência da linguagem jurídica de língua inglesa de traduções anteriores.

Arquivo	Original	Tradução
col1_us-brN	Licensee shall undertake its <u>best efforts</u> to	A Licenciada deverá envidar seus <u>maiores esforços</u> ^D
co4_us-brJ	shall put forth their <u>best efforts</u> to	empregarão seus <u>melhores esforços</u> ^D para

Estes dois exemplos trazem dois decalques semelhantes.

Arquivo	Original	Tradução
co51_br-usD	O Locador se compromete em envidar seus	Landlord undertakes to

	<u>melhores esforços</u>	endeavor to <omissão>
dc52_br-usD	As sócias envidarão seus <i>melhores esforços</i> , agindo de boa fé,	The quotaholders shall attempt in good faith <omissão>
co52_br-usK	Aplicar <u>todo zelo</u> ,	Put forth its <u>best efforts</u> ^{EO} ,

Os primeiros dois exemplos omitem o sentido de *best efforts*, apesar de o conceito ser do inglês jurídico. Este tipo de solução foi inesperado. O terceiro exemplo traduz uma expressão em português por uma equivalência operacional.

5.3.10 Termos jurídicos em latim

O termo *nolle prosequi*, segundo seu uso em inglês jurídico, é

nolle prosequi (vb.) To abandon (a suit or prosecution); to have a case dismissed by a *nolle prosequi*.

No exemplo abaixo, uma equivalência funcional que descreve o conceito em outras palavras foi utilizada.

Arquivo	Original	Tradução
dc4_uk-brE	the entering of a <i>nolle prosequi</i>	arquivamento do processo ^{EF}

A tradução do termo *pari passo* utilizou uma transcrição. Infelizmente, o termo tem significados diferentes em inglês jurídico e em português jurídico.

pari passu [Latin "by equal step"] Proportionally; at an equal pace; without preference (ex. Creditors of a bankrupt estate will receive distributions *pari passu*.) (Garner, 1999)

Esta definição se encaixa no contexto em inglês, especialmente o significado "sem preferência".

Arquivo	Original	Tradução
dc3_uk-brE	the issue of shares <u>pari passu</u>	emissão de ações <u>pari passu</u> ^{T-ER}
dc3_uk-brE	issue of further shares ranking <u>pari passu</u> therewith.	emissão de mais ações classificadas <u>pari passu</u> ^{T-ER} com aquelas

Infelizmente, o significado em português tem mais a ver com tempo

PARI PASSU. Locução latina. A passo igual; simultaneamente; aquilo que ocorre concomitantemente. (Diniz, v. 3, p. 591, 2005)

Portanto, a transcrição da expressão em latim é um erro.

5.3.11 Regime de casamento

Há 4 regimes de casamento no Brasil:

- o regime de separação de bens
- o regime de comunhão parcial de bens
- o regime de comunhão universal de bens
- o regime de participação final nos aqüestos (Fiuza, 2006)

Nos Estados Unidos, o regime depende do estado. Cerca de 10 estados são *Community Property States*, onde casamentos são celebrados segundo regras semelhantes ao regime de comunhão parcial de bens no Brasil.

Arquivo	Original	Tradução
pr54_br-usnM	pelo <u>regime da comunhão parcial de bens</u>	under the <u>community property system</u> ^{EO}

co50_br-usL (2)	pelo <u>regime da comunhão universal de bens</u> anteriormente à vigência da Lei nº 6.515/77	under the <u>full community</u> <u>property regime</u> ^{M-L} before Law No. 6515/77 took effect
--------------------	---	--

O primeiro exemplo aproveita das semelhanças entre os dois sistemas justamente para o regime de comunhão parcial, e utiliza uma equivalência operacional. O segundo exemplo usa uma modulação baseada parcialmente na mesma equivalência e parcialmente em uma tradução literal.

5.3.12 Resumo de frequência de ocorrência e conclusões

Em resumo, a figura 5.3 mostra a frequência de ocorrência de soluções representando cada grau de ocorrência (veja o apêndice para os dados brutos completos) para os exemplos da seção 5.3.

Figura 5.3 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — conceitos jurídicos

São poucas as soluções tradutórias dos graus 1, 2 e 4. As soluções tradutórias de grau 2 foram principalmente decalques, como "empreendimento conjunto" como tradução para o termo inglês "*joint venture*" e "maiores esforços" para o termo inglês "*best efforts*".

<i>Modalidade</i>	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
C					1
D		3			
EC					1
EDV					3
EF			4	1	
EMP			1		
EO					7
EX-L			1		
I			1		
L		1	21	1	12
L-T					2
M		1	14		4
ME					1
MP					3
MT					1
O			3		
outro	2 ER-T		1 L-M 1 L-O 1 I-L 1 EX-I	1 D-L 1 D-EX-L	1 I-L-T
totais	2	5	49	4	36

Tabela 5.3 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — conceitos jurídicos

Três dos casos de grau 4 já contiveram as palavras "United States" ou o nome de um estado no original, e foram traduzidos literalmente. O baixo número de soluções de grau 4 vem do tipo de marcador (conceitos jurídicos). O grande número de traduções literais é devido, em

parte, à feliz coincidência de "*good faith*" corresponder a "boa fé", que certamente não ocorre em qualquer par de idiomas.

5.4 Diferenças nos sistemas financeiros

5.4.1 *Quotaholder*

Em português, sócios de sociedades limitadas são quotistas e têm quotas. Porém, nos EUA os sócios de uma *Limited Liability Company* são *members* e têm *membership interests*. Por algum motivo desconhecido, a tradução do português para inglês criou dois termos novos que não existem no inglês—*quotaholder* e *quota*—como traduções para quotista e quota.

Em inglês norte-americano, os termos correspondentes são claros e consagrados:

<i>Termo</i>	Corporation	LLC
<i>Como se chama o (co-)proprietário</i>	Shareholder	Member
<i>O que pertence ao (co-)proprietário</i>	Shares of stock	Membership interest

(Steingold, 2001, p. 1/21)

O corpus traz muitos exemplos do uso de *quotaholder* e *quota*.

Arquivo	Original	Tradução
dc51_br-usL (6) (singular e plural)	quotista	quotaholder ^D
co50_br-usL (2)	quotistas	quota holders ^D
dc52_br-usD (many)	sócio	quotaholder ^D
dc54_br-usnE	quotista	quotaholder ^D

Nestes quatro exemplos, o termo quotaholder é utilizado até para traduzir sócio (de uma sociedade limitada). Este tipo de decalque representa uma interlíngua entre os dois idiomas e universos jurídicos.

Arquivo	Original	Tradução
dc53_br-usnE (muitos)	quotista	member ^{EO}
pr53_br-usnM	quotista gerente	managing member ^{EO} [quotista gerente] ^{EMP}

Neste primeiro exemplo, quotista foi traduzido através de equivalência operacional. No segundo, foi traduzido da mesma maneira, mas com um empréstimo acompanhante.

Arquivo	Original	Tradução
dc51_br-usL (6), dc52_br-usD (50), dc54_br-usnE singular e plural	quota	quota ^{EMP}
co50_br-usL	<u>quotas</u> ou ações	<u>quotas</u> ^{EMP} or shares
dc53_br-usnE	quotas	shares ^M

Os dois primeiros exemplos utilizam um empréstimo, pois o significado do termo "quota" em inglês é diferente do significado de "quota" em português. O último exemplo utiliza uma modulação. Share é normalmente o nome utilizado para *corporations* (dc53 é para uma sociedade limitada).

Arquivo	Original	Tradução
pr4_ukn_brM (5); pr8_ukn-brH (2) singular e plural	quota	quota ^T

pr8_ukn-brH	as a <u>quotaholder</u> of the Brazilian company	na qualidade de <u>sócia-quotista</u> ^C da sociedade
dc2_uk-brB (many), dc4_uk-brE (many)	member	sócio ^{EO}

Os primeiros dois exemplos, arquivos que já foram identificados como escritos por autores cuja língua de domínio mais ativo não era o inglês, contêm os termos *quota* e *quotaholder* como se fossem termos ingleses. O terceiro exemplo mostra o uso de *member* no contexto de sociedades limitadas, com a tradução sócio, equivalente a quotista nesse contexto.

5.4.2 Retirar talões e pagar contas através de boleto bancário

Na procuração pr50 vemos um conceito específico à cultura de partida e não presente na cultura de chegada.

Arquivo	Original	Tradução
pr50_br-usL	retirar talões de cheques, retirar cheques depositados e devolvidos,	pick up ^{EF} checkbooks, pick up deposited and returned checks,

No Brasil, é necessário ir ao banco para pagar contas, retirar talões/cheques, etc. Porém, nos EUA, cheques são encomendados pelo correio de uma gráfica especializada. Alguns bancos enviam cópias de cheques depositados e devolvidos (ou os próprios cheques) para o cliente junto com o estrato todo mês, e outros fornecem cópias no site do banco na Internet. O norte-americano vai ao banco raramente, para abrir conta ou pedir um empréstimo. Portanto, “pick-up” é uma equivalência funcional obrigatória que descreve a ação de ir ao banco pegar algo.

Outro conceito específico ao sistema bancário brasileiro é a ficha de compensação.

Arquivo	Original	Tradução
co61-br-usQ	receber os pagamentos relativos às	receive payments related to the

	faturas mensais, formulários de pagamento avulso ou <i>ficha de compensação</i>	monthly statements, sporadic payment forms, or <i>bank collection slips</i> ^{EF}
--	---	---

Neste exemplo, uma equivalência funcional que descreve a função e a aparência da ficha de compensação foi empregada na tradução.

5.4.3 Índices de correção monetária

Havia no corpus br-ing as seguintes ocorrências de índices de correção monetária:

Arquivo	Original	Tradução
co50_br-usL (2)	IGM-M – <u>Índice Geral de Preços do Mercado</u> divulgado pela <i>Fundação Getúlio Vargas (FGV)</i> .	IGP-M ^{EMP} (<u>General Market Price Index</u> ^L - <u>Índice Geral de Preços do Mercado</u> ^{EMP}) released by the <i>Getúlio Vargas</i> ^T <i>Foundation</i> ^L (FGV) ^{EMP} .
co50_br-usL (2)	<u>Índice Geral de Preços</u> , publicado pela <i>Fundação Getúlio Vargas (IGP/FGV)</i>	The IGP/FGV ^{EMP} (<u>General Price Index</u> ^L - <u>Índice Geral de Preços</u> ^{EMP}), published by the <i>Getúlio Vargas</i> ^T <i>Foundation</i> ^L
co50_br-usL (2)	<u>Índice de Preços ao Consumidor</u> , publicado pela <i>Fundação Instituto de Pesquisas da Universidade de São Paulo (IPC/FIPE)</i> .	the IPC/FIPE ^{EMP} (<u>Consumer Price Index</u> ^L - <u>Índice de Preços ao Consumidor</u> ^{EMP}), published by the <i>Economic</i> ^{EX} <i>Research Institute Foundation</i> ^L of the <i>University of São Paulo</i> ^L .
co51_br-usD	IGP-M/FGV (<u>Índice Geral de Preços – Mercado</u> , publicado pela <i>Fundação Getúlio Vargas</i>)	<u>General Market Price Index</u> ^L published by the <i>Getúlio Vargas</i> ^T <i>Foundation</i> ^L (IGP-M/FGV) ^{EMP}
co51_br-usD	IGP-DI - <u>Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna</u> , publicado	IGP-DI ^{EMP} : the <u>General Price Index – Domestic Availability</u> ^L , published by

	pela FGV	FGV ^{EMP}
co51_br-usD	IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE;	IPCA ^{EMP} : the Broad-based ^M Consumer Price Index ^L , published by IBGE ^{EMP} ;
co51_br-usD	IPC - Índice de Preços ao Consumidor, publicado pela FIPE.	IPC ^{EMP} : the Consumer Price Index ^L published by the Institute of Economic Research Foundation ^{L-EX} of the University of São Paulo ^{EX} (FIPE) ^{EMP}
co61_br-usQ	I.G.P.M./F.G.V	General Market Price Index ^{L-EX} (IGP-M ^{EMP}) published by the Getulio Vargas ^T Foundation ^{L-EX}
co60_br-usP	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO (IGPM)	GENERAL INDEX OF MARKET PRICES ^L (IGPM, ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO) ^{EMP}

Para resumir, as siglas dos índices sempre foram copiadas para a tradução através de empréstimo. O nome da "Fundação Getúlio Vargas" também foi traduzido da mesma maneira pelos três tradutores, com um empréstimo e uma tradução literal. Os nomes dos índices foram traduzidos de maneira análoga pelos quatro tradutores L, D, Q e P. A tabela abaixo apresenta somente os nomes dos índices da tabela acima.

Arquivo	Original	Tradução
co50_br-usL (2)	Índice Geral de Preços do Mercado	General Market Price Index ^L - Índice Geral de Preços do Mercado ^{EMP}
co50_br-usL (2)	Índice Geral de Preços	General Price Index ^L - Índice Geral de Preços ^{EMP}
co50_br-usL (2)	Índice de Preços ao Consumidor	Consumer Price Index ^L - Índice de Preços ao Consumidor ^{EMP}
co51_br-usD	Índice Geral de Preços – Mercado	General Market Price Index ^L

co51_br-usD	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	General Price Index – Domestic Availability ^L
co51_br-usD	Índice de Preços ao Consumidor Amplo	Broad-based ^M Consumer Price Index ^L
co51_br-usD	Índice de Preços ao Consumidor	Consumer Price Index ^L
co61_br-usQ	I.G.P.M.	General Market Price Index ^{L-EX}
co60_br-usP	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO	GENERAL INDEX OF MARKET PRICES^L

Porém, o tradutor L utilizou uma tradução literal seguida por empréstimo de maneira consistente, e os tradutores D, Q e P utilizaram só tradução literal, com uma modulação em um caso.

Arquivo	Original	Tradução
co50_br-usL	<i>Fundação Instituto de Pesquisas</i>	<i>Economic^{EX} Research Institute Foundation^L</i>
co51_br-usD	<i>FIPE</i>	<i>Institute of Economic Research Foundation^{L-EX} of the University of São Paulo^{EX}</i>

A tradução da denominação "Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)" foi difícil, por dois motivos. A palavra "Econômicas" foi omitida no original do co50, mas inserida na tradução. O segundo problema é a justaposição de fundação e instituto, que é raro em inglês—qualquer tradução soaria esquisita. No primeiro exemplo, o tradutor simplesmente inverteu a ordem das palavras em português, enquanto o tradutor do segundo exemplo modificou a ordem e explicitou a ligação com a Universidade de São Paulo.

5.4.4 Feriado com "ponte"

Um outro conceito brasileiro raro nos EUA é o conceito de feriado com "ponte". Quando um feriado cai em uma terça ou quinta, muitas empresas fecham na segunda ou na sexta, respectivamente, criando uma ponte — um dia de folga a mais. Nos EUA, todos os feriados menos o dia da independência, natal e o ano novo são móveis para cair em uma segunda-feira (ou na quinta, no caso de Thanksgiving). Quando ocorre uma "ponte", o conjunto fim de semana + ponte + feriado é chamado de *long weekend* (observação: long weekend é utilizado também quando o feriado cai na segunda ou na sexta, criando um fim de semana com três dias).

Arquivo	Original	Tradução
co54_br-usnF	com o sistema de compensação de " <u>dias-ponte</u> ", entre fins-de-semana e feriados	with the " <u>bridge-day</u> " ^D set-off system, <u>with respect to period</u> ^{EX} between holidays and week-ends

A tradução acima utiliza um decalque junto com uma explicitação não presente no original para descrever o conceito. Este termo não ocorre no documento.

5.4.5 Impostos

A tradução de impostos específicos é difícil, pois os impostos de diferentes países são raramente equivalentes. Nos exemplos abaixo, um qualificador indicador do país não foi incluso.

Arquivo	Original	Tradução
co51_br-usD	O <u>Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)</u> será pago	The <u>Municipal</u> ^{EX} <u>Urban Land</u> ^L and <u>Property</u> ^M Tax (IPTU) ^{EMP} shall be paid
co50_br-usL	IPTU	IPTU ^{EMP} (Urban Land and Building Taxes ^L - Impostos Predial e Territorial Urbano ^{EX}

co59_br-usL	Imposto sobre Serviços de qualquer natureza	Service Tax ^M (ISS ^{EX} - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) ^{EMP}
-------------	---	---

Os três exemplos incluem a sigla (mesmo no terceiro, que não constava do original) e uma tradução literal ou uma modulação. O segundo exemplo inclui uma explicitação do nome do imposto, por extenso, nos dois idiomas.

5.4.6 *Resumo de frequência de ocorrência e conclusões*

Em resumo, a figura 5.4 mostra a frequência de ocorrência de soluções representando cada grau de ocorrência (veja o apêndice para os dados brutos completos) para os exemplos da seção 5.4.

Figura 5.4 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — conceitos financeiros

Ao contrário dos resultados das seções anteriores, aqui temos um número relativamente grande de soluções de grau 4, e um número elevado de soluções de grau 1 (todos empréstimos sem outra modalidade). Este número elevado de soluções de grau 4 se deve ao assunto—conceitos financeiros—e à tradução de índices financeiros nacionais.

<i>Modalidade</i>	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
C	-	-	-	-	1
D	-	4	-	-	-
EF	-	-	2	-	-
EMP	6	-	-	-	-
EMP-EX-L	-	-	1	2	-
EMP-L	-	-	3	4	-
EO	-	-	-	-	3
EX-L	-	-	-	1	-
L-T	-	-	-	2	-
M	-	-	1	-	-
T	-	-	-	-	2
EMP+outro	-	-	1 EMP-L-M	1 EMP-EO 1 EMP-L-T	-
EMP+EX ±outro	-	-	-	1 EMP-EX-L-M 1 EMP-EX-M	-
outro	-	1 D-EX	-	1 EX-L-T	-
totais	6	5	8	14	6

Tabela 5.4 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — conceitos financeiros

As soluções são bem distribuídas pelas diferentes modalidades, sem destaques exceto talvez para empréstimo com tradução literal com/sem outra modalidade também empregada ao mesmo tempo (as categorias EMP-L, EMP-EX-L, EMP+outro e EMP+EX±outro), 9 soluções com empréstimo e tradução literal no total.

5.5 Qualificações de pessoas físicas e jurídicas

Como mostrado na seção 2.2 sobre procurações, um elemento presente em toda procuração brasileira e na maioria de contratos e atos constitutivos nos dois idiomas é a qualificação das partes interessadas. Todas as procurações no corpus ing-br contêm as informações completas típicas da procuração brasileira. Algumas foram escritas em inglês incorreto ou traduzidas para o inglês do português por tradutores desconhecidos. (Veja a seção 4.4 para mais detalhes sobre cada procuração.) Somente o corpus br-ing será analisado aqui, pois a ocorrência de RG, etc. em documentos escritos em inglês é devida a uma tradução anterior ao contrário para o inglês por um tradutor desconhecido e de um original desconhecido.

5.5.1 *Cédula de identidade RG*

RG (Registro Geral) é a sigla que identifica a cédula de identidade emitida por cada estado (pela Secretaria de Segurança Pública - SSP). O CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) é outra cédula—ela não contém uma fotografia do portador, é emitida pelo governo federal e é utilizada para fins de declaração de imposto de renda, entre outros. Todo brasileiro tem um RG e um CPF. Estrangeiros residentes no Brasil têm uma cédula de identidade de estrangeiro, conhecido como RNE (Registro Nacional de Estrangeiros) e um CPF. O RNE é emitido pela Polícia Federal.

Nos EUA, é necessário ter um *Social Security number*, emitido pela *U.S. Social Security Administration*, uma agência federal, para muitos fins, inclusive para trabalhar. Esse número é também utilizado por fins de declaração de imposto de renda e, como o CPF, a cédula não contém fotografia. Não existe algo equivalente ao RG e o cidadão não é obrigado (por lei) a carregar um documento de identidade consigo. O equivalente cultural do RG nos EUA é a carteira de motorista (*drivers license*), que contém fotografia e é válida por 4 anos (isso pode depender do estado). Este equivalente cultural seria empregado na situação tradutória A2, na qual o original serve de modelo, mas a tradução é uma adaptação ou localização para o país da língua de chegada. Para quem não dirige, a mesma agência estadual que emite o *drivers license* também emite um *State ID* cuja aparência é quase igual à do *drivers license*. Em

muitos estados, o órgão emissor da carteira de motorista e do *State ID* (ou *Personal ID*) é o *Department of Motor Vehicles*, mas em Michigan, por exemplo, o *Secretary of State* é responsável por esse serviço.

A dificuldade inicial na análise das traduções de RG e suas variantes foi definir a unidade de estudo. O objetivo é comparar as diversas formas das ocorrências, sem enfatizar suas diferenças. Em alguns casos, só a sigla RG aparece. Em outros, RG é suplementado pela palavra "número", pela palavra "cédula" ou pelas duas — "cédula" e "número". Nas traduções, vemos que as traduções literais de "cédula" e "número" são omissas ou explicitadas de maneira aparentemente aleatória. Baseado no conceito de especificação, no qual a diferença entre "Cédula de identidade" e "Cédula de identidade RG" é apenas uma explicitação de sentido, as duas expressões serão analisadas como apenas uma unidade. Para esta subanálise, vou supor que as palavras "cédula" e "número" eram implícitas no original quando aparecem na tradução. Assim, sua aparência na tradução seria classificada como uma explicitação nesses casos.

Apresento na tabela a seguir os trechos nos quais aparece RG no corpo do documento. As ocorrências de RG no final de documentos (junto com as assinaturas para identificar os assinantes) serão analisadas em seguida.

Arquivo	Original	Tradução
pr50_br-usL	RG 0	with Brazilian Identification Number ^{EX-EF} (RG) ^{EMP} 0
pr51_br-usL	portador da Cédula de Identidade RG n° 0	with Brazilian Identification ^{EX-EF-I} Number 0

Nestes exemplos, uma combinação de explicitação (Brazilian) com equivalência funcional foi utilizada. No segundo exemplo, a sigla RG não foi transferida para a tradução. O primeiro exemplo explicita "*number*", e o segundo implícita "cédula".

Arquivo	Original	Tradução
dc51_br-usL (2)	<i>portador</i> do CPF nº 0 e RG nº 0, <i>SSP/SP</i> ,	with ... and Brazilian Identity Card ^{EX-EF} Number 0 issued by the São Paulo Secretary of Public Safety
dc51_br-usL	portador da <u>cédula de identidade RG</u> n. 0 <u>SSP/SP</u> ,	<i>with</i> ... and <u>Brazilian Identity Card</u> ^{EX-L} Number 0 issued by the São Paulo Secretary of Public Safety
co50_br-usL (8)	portador da Cédula de Identidade R.G. nº 0- <u>XX/XX</u>	bearer of Brazilian Identity Card ^{EX-L} (RG) ^{EMP} No. 0- <u>XX/XX</u>
co55_br-usnH	portador da Cédula de Identidade RG nº 0 - SSP/SP	bearer of the Brazilian Identity Card ^{EX-L} (RG) ^{EMP} No. 0 - SSP/SP
co55_br-usnH	portador da cédula de identidade RG nº 00000	bearer of the Brazilian Identity Card ^{EX-L} (RG) ^{EMP} No. 00000

Todos estes exemplos utilizam a expressão "*Brazilian Identity Card*". Esta solução é uma combinação de explicitação (*Brazilian*) com tradução literal (*cédula de identidade* = *identity card*), exceto no primeiro exemplo, no qual o conceito de *cédula* é implícito, não explícito. RG ocorre na tradução (empréstimo) nos últimos 3 exemplos.

Arquivo	Original	Tradução
pr52_br-usnM	portador da cédula de identidade RG no. 0 SSP/SP	holder of the identity card ^L No. ^{ER} RG ^{EMP} no. 0 SSP/SP
pr53_br-usnM	portador da cédula de identidade RG no. 0/SSP-SP	holder of the identity card ^L 0/SSP-SP
pr53_br-usnM (2)	portador da cédula de identidade RG no. 0/SSP-SP	holder of the identity card ^L No. RG ^{EMP} 0
dc53_br-usnE (2)	portador da <u>Cédula de Identidade RG</u> n 0, expedida pela SSP/SP	bearer of <u>Identity Card</u> ^L <u>RG</u> ^{EMP} No. 0, issued by the Public Security Department of the State of São Paulo

		SSP/SP
pr54_br-usnM	portador da cédula de identidade de RG nº 0-SSP/SP	holder of Identity Card^L RG^{EMP} No. 0-SSP/SP
co54_br-usnF	portador da Cédula de Identidade RG 0	bearer of Identity Card^L no. RG^{EMP} 0

Nestes exemplos, não há explicitação (*Brazilian*) e há tradução literal (cédula de identidade = *identity card*) em todos os exemplos. Todos os exemplos menos o segundo incluem a sigla RG na tradução (empréstimo).

As seguintes traduções são apresentadas separadamente por serem de outro contexto, no fim do documento em baixo de assinaturas.

Arquivo	Original	Tradução
co56_br-usD (2)	RG.:	RG^{EMP} Identity^{EF} No.:
co59_br-usL (2)	RG	Personal Identification Number ^{EF}
dc53_br-usnE	RG	RG ^{EMP}

Elas são mais breves do que as soluções acima, com somente uma (ou em um caso duas) modalidades empregadas.

Aubert (2005b) apresenta 8 traduções de "**cédula de identidade RG**" por 10 tradutores diferentes:

Tradutores	Tradução
2	ID Card^{L-O} No.^{EX}
2	Identity Card ^L RG ^{EMP}
2	ID Card ^L -RG ^{EMP} / Id. Card ^L RG ^{EMP}
1	IDENTIFICATION CARD ^{L-O}

1	identification card ^{L-O} No. ^{EX}
1	Identity Card ^{L-O}
1	Identity Card ^L [“RG”] ^{EMP}

Observe as mesmas tendências em termos de empréstimo vistas no presente estudo. Como o original especificou explicitamente o RG (e não uma cédula de identidade de aluno ou do CREA ou da OAB) eu marquei traduções que não explicitaram isso de alguma maneira (p.ex. cédula de identidade estadual) como omissão. Apesar das soluções diversas, vemos poucas diferenças em termos de abordagem:

Tradutores	Abordagem por modalidade
5	EMP-L
3	EX-L-O
2	L-O

A diferença maior entre os resultados desse estudo e os de Aubert foi a completa ausência da explicitação "*Brazilian*" nos resultados de Aubert. Além disso, não houve nenhum exemplo de equivalência funcional, mas isso talvez se deva à forma da expressão original, que explicitou "cédula de identidade".

A pouca dispersão dos dados de Aubert — em termos de abordagem — pode ser devida em parte ao fato de todos os tradutores serem juramentos (e portanto a suposição de que a tradução do trecho em questão deveria ser juramentada também), e em parte ao fato do texto original ser igual para todas as ocorrências.

5.5.2 *Análise da sigla SSP/SP*

A sigla SSP/SP representa a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo. No documento co50, a sigla XXX/XX representa a SSP de algum estado não identificado.

Arquivo	Original	Tradução
dc51_br-usL (3)	<u>SSP/SP</u>	issued by ^{EX} the <u>São Paulo Secretary of Public Safety</u> ^{EX-L}
dc53_br-usnE (2)	expedida pela <u>SSP/SP</u>	issued by the <u>Public Security Department</u> ^M of the State of São Paulo ^{L-EX} <u>SSP/SP</u> ^{EMP}
pr53_br-usnM, co55_br-usnH, pr52_br-usnM pr54_br-usnM, co50_br-usL	<u>SSP-SP</u> (ou XXX/XX)	SSP-SP ^{EMP} (ou XXX/XX ^{EMP})
pr53_br-usnM (2)	SSP-SP	<omissão>

A sigla SSP/SP foi explicitada em somente dois documentos, pelos tradutores L e E. No primeiro exemplo, a tradução foi literal, enquanto no segundo houve modulação dos termos segurança e secretaria.

5.5.3 Outras qualificações de pessoas físicas - OAB e RNE

Como mencionado acima, outros órgãos emitem cédulas de identidade. Associações de classe como a OAB e o CREA emitem cédulas de identidade que contém o número RG e podem ser utilizados em lugar deste documento. O RNE (Registro Nacional de Estrangeiros) é o equivalente do RG para estrangeiros residentes no país.

Arquivo	Original	Tradução
dc51_br-usL	inscrito na OAB/SP n. 0	member No. 0 of the <u>Brazilian Bar Association</u> ^{EX-EO} , <i>São Paulo State Chapter</i> ^{EX} (OAB/SP) ^{EMP}
pr51_br-usL	OAB-SP N° 0	OAB-SP ^{EMP} (Order of Brazilian Lawyers ^L , São Paulo, Enrollment Number ^{EXP}) N° 0

pr51_br-usL (4)	OAB-SP N° 0	OAB-SP ^{EMP} N° 0
--------------------	-------------	----------------------------

Nos exemplos acima, todos do mesmo tradutor, a sigla OAB foi traduzida de três maneiras diferentes. No primeiro exemplo, uma explicitação (*Brazilian*) foi utilizada com uma equivalência operacional (é o *Bar Association* que registra advogados nos EUA). O significado da sigla SP "*São Paulo State Chapter*" também foi explicitado. No segundo exemplo, a tradução foi literal, com uma explicitação "*enrollment number*". A sigla OAB-SP foi sempre mantida (empréstimo)

Arquivo	Original	Tradução
pr50_br-usL	portadora de <u>RNE</u> A000000-B	bearer of <u>Brazilian Resident^M Identity Card^{EX}</u> <u>(RNE)^{EMP}</u> A000000-B
dc54_br-usnE	portador da <u>Cédula de Identidade RNE</u> 0	holder of <u>foreigners^{IL} RNE^{EMP} identity card^L</u> No. 0
dc53_br-usnE (2)	portador do <u>RNE</u> n° 0, expedido pelo DPF	bearer of <u>Identity Card^{EX} RNE^{EMP}</u> No. 0, issued by the Federal Police Department (DPF)

Todas as soluções nos exemplos acima mantêm a sigla RNE (empréstimo). A primeira solução utiliza uma modulação e uma explicitação. A segunda utiliza tradução literal. A terceira utiliza explicitação.

5.5.4 Qualificação de pessoas jurídicas - CNPJ, JUCESP

JUCESP é a sigla para a Junta Comercial do estado de São Paulo. É um órgão do estado que registra empresas mercantis e atividades afins.

Arquivo	Original	Tradução
co50_us-brL (2)	arquivado na <u>Junta Comercial do Estado de São Paulo</u>	filed with the <u>São Paulo^T State Board of Trade^M (JUCESP)^{EMP}</u> under No. 0

	(“JUCESP”) sob nº 0	
pr53_br-usnM (2)	registrado na JUCESP sob no.	filed with JUCESP ^{EMP} [Registry of Commerce ^{EF} for the State of São Paulo] ^{EX} under No. 0
dc54_br-usnE	JUCESP	São Paulo State Division of Corporations ^{EX-M}
dc53_br-usnE	Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP	State of São Paulo ^L Commercial Registry ^M (JUCESP ^{EMP})

O termo *Board of Trade* utilizado no primeiro exemplo é o nome de um tipo de organização não governamental que apóia sociedades na região que representa. Nos EUA, há um *Board of Trade* em quase toda metrópole, e filiação é facultativa. O órgão que registra sociedades nos EUA é estadual, e na maioria de estados é o "*Secretary of State*". Este seria o equivalente operacional. No entanto, Mello (1998) sugere a tradução *Board of Trade* para Junta Comercial. O primeiro exemplo, portanto, é classificado como uma modulação junto com transcrição e empréstimo. O segundo exemplo emprega empréstimo, equivalência funcional e explicitação. O terceiro e quarto exemplos são do mesmo tradutor, mas são bem diferentes. O terceiro utiliza explicitação e modulação e não utiliza empréstimo. O quarto utiliza empréstimo, tradução literal e uma modulação diferente do exemplo anterior.

Todas as sociedades brasileiras são cadastradas com um órgão estadual e outro federal (a receita federal). A receita cadastra as sociedades no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O nome antigo era Cadastro Geral de Contribuintes (CGC). Não analisarei a tradução (ou não) de MF (Ministério da Fazenda). Observe que a sigla CNPJ é quase sempre explicitada através de uma tradução de seu significado.

Arquivo	Original	Tradução
co50_br-usL	inscrita no <u>CGC</u> /MF sob nº 0	enrolled in the Brazilian ^{EX} corporate ^M taxpayers ^{EF} registry ^{L-EX} (CGC) ^{EMP} under No.0

co59_br-usL, dc50_br-usL	<u>CNPJ</u>	Brazilian ^{EX} Taxpayer ^{EF} Identification ^{M-EX} Number (CNPJ) ^{EMP}
co54_br-usnF	<u>CNPJ/MF</u>	General ^M Taxpayers ^{,EF} Registry ^{L-EX}
dc52_br-usD	<u>CNPJ</u> No.	taxpayer's ^{EF-EX} (CNPJ) ^{EMP} no. 0
dc52_br-usD	<u>CNPJ</u> No.	taxpayer ^{EF} identity ^{M-EX} number (CNPJ) ^{EMP} 0
dc53_br-usnE	<u>CNPJ/MF</u> N° 0	Corporate ^L Tax ^{EF-EX} CNPJ/MF ^{EMP} Number 0
pr51_br-usL	CNPJ	National ^L Corporate ^L Taxpayers ^{,EF} Register ^{L-EX} (CNPJ) ^{EMP}

Todos os exemplos acima utilizam uma equivalência funcional com a inclusão da palavra Taxpayer, que se refere à função do número em questão. O equivalente operacional nos EUA é o *Employer Identification Number* (EIN), emitido pela Receita Federal (*Internal Revenue Service*) desse país. Na maioria das traduções, uma combinação de pelo menos 3 modalidades diferentes foi utilizada, com a equivalência funcional e o empréstimo (exceto em um caso) mais alguns elementos traduzidos literalmente. A ocorrência de *Identification Number* no segundo exemplo pode ter sido devida ao equivalente operacional mencionado acima.

Arquivo	Original	Tradução
co55_br-usnH	<u>CNPJ-MF</u>	CNPJ-MF ^{EMP} (National Registry of Legal Entities) ^{L-EX}
co56-br-usD (4), co57_br-usD (2), co58-br-usD (3)	<u>CNPJ/MF</u>	National Registry of Legal Entities ^{L-EX} (CNPJ/MF) ^{EMP}
dc51_br-usL (2)	<u>CNPJ/MF</u>	National Register of Legal Entities ^{L-EX} [CNPJ/MF] ^{EMP}
pr52_br-usnM	inscrita no <u>CNPJ/MF</u> sob no. 0	enrolled in the <u>national register of legal entities</u> ^{L-EX} of the Brazilian Ministry of Finance under <u>CNPJ/MF</u> ^{EMP} 0
pr53_br-usnM	inscrita no <u>CNPJ</u>	enrolled in the <u>Brazilian</u> ^{EX} Registry of Legal

		<u>Entities</u> ^{L-EX} under No. <u>CNPJ</u> ^{EMP} 0
pr53_br-usnM	<u>CNPJ</u> /MF	Brazilian ^{EX} Registry of Legal Entities ^{L-EX} of the Ministry of Finance
dc54_br-usnE (2)	inscrita no <u>CNPJ</u> sob n.º 0	registered at the National Registry of Legal Entities ^{L-EX} (CNPJ) ^{EMP} under No. 0
co60_br-usP	inscrita(o) no <u>CNPJ</u> /MF sob o n.º 0	registered with the CNPJ/MF ^{EMP} [National Registry of Legal Entities ^{L-EX} /Treasury Ministry] under no. 0

Todos estes exemplos empregam tradução literal, explicitação (da sigla) e empréstimo (exceto em um caso, no qual *Brazilian* é explicitado).

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD, pr53_br-usnM, dc54_br-usnE	CNPJ	CNPJ ^{EMP}

Estes exemplos utilizam só empréstimo na tradução. No documento dc52, a sigla ocorre no início do documento, na capa. No documento dc54, ela ocorre no título do documento. Nesses contextos, a modalidade empréstimo fica mais expediente.

5.5.5 *Resumo de frequência de ocorrência e conclusões*

Em resumo, a figura 5.5 mostra a frequência de ocorrência de soluções representando cada grau de ocorrência (veja o apêndice para os dados brutos completos) para os exemplos da seção 5.5.

Figura 5.5 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — qualificações

Os resultados aqui diferem sensivelmente dos resultados das seções anteriores, com a maioria das soluções representativa do grau 4 e um número razoável de soluções representativo do grau 1.

<i>Modalidade</i>	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
EF	-	-	1	-	-
EMP	10	-	-	-	-
EMP-EX-L	-	-	-	13	-
EMP-L	-	-	-	5	-
EX-L	-	-	-	3	-
L	-	-	1	-	-
O	-	-	1	-	-
EMP+outro	-	-	-	2	-
EMP+EX ±outro	-	-	-	13	-
outro	-	-	1	5	-
totais	10	0	4	41	0

*Tabela 5.5 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação —
qualificações*

Basicamente, os tradutores escolheram não explicar as siglas tipo RG ou escolheram explicitar o significado através de traduções literais ou modulações, freqüentemente empregando a modalidade empréstimo como parte da solução.

6 Análise qualitativa e quantitativa da tradução de marcadores estilísticos

Este capítulo analisa a tradução de marcadores estilísticos, ou seja, as convenções da linguagem jurídica dos dois universos jurídicos sob estudo. Em alguns casos, há simetria nos dois sentidos tradutórios, e em outros casos um tipo de solução é utilizado em um sentido, mas a solução correspondente não é utilizada no sentido contrário. Os termos e frases analisados são divididos em três categorias temáticas: arcaísmos, binômios tautológicos e binômios não tautológicos.

6.1 Arcaísmos na linguagem jurídica

Há arcaísmos na linguagem jurídica tanto em português quanto em inglês. São expressões que não existem mais fora do universo jurídico, ou existem, mas com outro sentido. Os livros sobre o estilo da escrita jurídica geralmente julgam estes arcaísmos desnecessários, mas como os exemplos abaixo mostram, o tradutor jurídico raramente os descarta. O padrão seguido pela maioria é procurar um arcaísmo ou expressão consagrada no outro idioma de chegada para traduzir um arcaísmo no idioma de partida.

6.1.1 *In witness whereof*

A expressão *in witness whereof* e seu uso dentro do discurso jurídico em documentos jurídicos foram tratados na seção 2.5. A expressão inicia a cláusula de conclusão de contratos e outros documentos jurídicos.

Arquivo	Original	Tradução
pr4_ukn-brM	IN WITNESS WHEREOF	Em testemunho do quê ^D
pr1_usn-brM	IN WITNESS WHEREOF	EM TESTEMUNHO DO QUÊ ^D
dc1_us-brE	IN WITNESS WHEREOF	Em testemunho do quê ^D
pr6_ukn-brE	In witness whereof	Em testemunho do quê ^D
co7_usn-brF	IN WITNESS OF THIS	EM TESTEMUNHO DO QUÊ ^D

	AGREEMENT	
--	-----------	--

Como visto nos exemplos acima, uma tradução comum é o decalque, em que as palavras são traduzidas quase literalmente, formando uma expressão desconhecida no universo jurídico brasileiro. Esta expressão já faz parte da interlíngua de traduções do inglês ao português. Este decalque não ocorre em nenhum documento no corpus comparável br-orig.

Arquivo	Original	Tradução
co11_us-brN	IN WITNESS WHEREOF	E, por estarem assim, justas e contratadas ^{EDV}

A outra solução encontrada foi a substituição dessa expressão por seu equivalente discursivo dentro do âmbito do contrato. A cláusula de conclusão em contratos brasileiros se inicia com a fraseologia "e assim, por estarem justos e acordados...". Esta frase ou algo similar foi utilizada para traduzir "*in witness whereof*" no exemplo acima.

Arquivo	Original	Tradução
co5_us-brJ	And being thus <u>agreed</u> ,	E, por estarem assim <u>justas e contratadas</u> ^{EDV}

Neste último exemplo do corpus ing-br, o início da cláusula de conclusão omite "*in witness whereof*" e a tradução é mais literal naturalmente, mas ainda inclui uma equivalência discursiva, devido à tradução de *agree* pelo binômio "justo e acordado".

Procurei a expressão "*in witness whereof*" também no corpus de traduções para o inglês, para ver o motivo de seu uso.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD,	E, por estarem justas e contratadas,	In witness whereof, ^{EDV}

dc53_br-usnE, co60_br-usP		
dc51_br-usL, co58_br-usD, co55_br-usnH, co61_br-usQ	E, por estarem assim justas e contratadas,	In witness whereof, ^{EDV}
co57_br-usD	E, por assim estarem justas e contratadas,	In witness whereof, ^{EDV}
co56_br-usD	E, por estarem assim justas e avençadas,	In witness whereof, the parties ^{EDV}
co52_br-usK	E, por estarem assim justos e contratados,	And in witness whereof ^{EDV}
co61_br-usQ	E por estarem, assim, justas e contratadas	In witness whereof, ^{EDV}
dc54_br-usnE	E por se acharem em perfeito acordo	In witness hereof ^{EDV}

Nos exemplos acima, todos na cláusula de conclusão do documento, foram empregadas equivalências discursivas. Houve várias variações sutis na fraseologia em português.

Arquivo	Original	Tradução
co51_br-usD	E, por estarem assim justas e avençadas,	The parties, hereby undertake and agree ^M
co50_br-usL	E, por estarem assim justas e contratadas,	And, thus considered just and agreed, ^M

Nestes exemplos, também no final do documento, modulações parcialmente baseadas em tradução literal foram empregadas.

Arquivo	Original	Tradução
co52_br-usK	têm entre si justo e contratado o seguinte	in witness whereof ^{EDV} agree to the following ^L

Neste exemplo, o tradutor utilizou uma equivalência discursiva no lugar errado, pois a frase original ocorre no início do corpo do contrato, e não na cláusula de conclusão.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	<u>Assim</u> , estando todos os sócios de acordo, resolvem ainda alterar por completo o contrato social	<u>In witness whereof</u> ^{EDV-ER} , the parties, being in agreement, undertake, furthermore, to completely amend the Articles of Association

Neste exemplo, o texto ocorre no meio de um documento para alteração de contrato social. Novamente uma equivalência discursiva no lugar errado.

Arquivo	Original	Tradução
pr53_br-usnM	pediu-me e eu lhe lavrei este instrumento que depois de lido em voz alta e clara, foi achado conforme na forma redigida, outorgou, aceitou e assina, <u>dou fé</u> .	<u>In witness whereof</u> ^M , as requested, I have drawn up this deed, that was approved as read in loud and clear voice and found to be correct, and thus accepted, granted and signed.

Neste último exemplo, a expressão "*in witness whereof*" foi empregada como uma modulação da expressão "dou fé", que nesse caso é a voz do escrevente que preparou o documento e não das partes interessadas.

6.1.2 *Know all men*

Segundo Garner (1995), "know all men by these presents (= take notice) is a flotsam phrase—as sexist as it is inscrutable to most readers—that needlessly begins many legal documents." Só há uma ocorrência no corpus ing-br e só mais uma no corpus ing-orig (co120_us).

Arquivo	Original	Tradução
pr1_usn-brM	KNOW ALL MEN BY THESE PRESENTS that	SAIBAM QUANTOS A PRESENTE VIREM que ^{EDV} ,

Na procuração acima, a fraseologia foi traduzida por seu equivalente discursivo. A mesma fraseologia foi utilizada para traduzir a fraseologia correspondente em português no corpus br-ing nos exemplos abaixo.

Arquivo	Original	Tradução
pr54_br_usnM	<u>Saibam, quantos</u> este público instrumento de procuração virem que,	<u>KNOW ALL PERSONS</u> ^{EDV} to whom this notarized power of attorney may come that
pr53_br-usnM	<u>SAIBAM quantos</u> este público instrumento de procuração bastante virem que,	<u>KNOW ALL PERSONS</u> ^{EDV} to whom this power of attorney granted through public deed may come that

Observe que as duas procurações pr53 e pr54 foram elaboradas por escreventes em cartórios. Somente um arquivo (pr202_br) no corpus comparável br-orig utiliza essa expressão.

6.1.3 *Witnesseth*

Este termo é mais um arcaísmo. Segundo Adams (2001, p. 12): "More often than not, recitals are preceded by the centered heading WITNESSETH, with or without underlining, a space between each letter, and other embellishments." No exemplo abaixo, a tradução de preâmbulo como witnesseth é uma equivalência discursiva baseada na posição do termo dentro do discurso/estrutura do contrato.

Arquivo	Original	Tradução
co53_br-usnF	<qualificações das partes> PREÂMBULO:	<qualificações das partes> WITNESSETH ^{EDV} :

	Considerando: Que as Partes celebraram	Whereas the Parties executed
--	---	---------------------------------

O termo *witnesseth* ocorre somente duas vezes no corpus comparável ing-orig (col12 e col104).

6.1.4 *Whereas*

Como mencionado na seção 2.5, os *recitals* de um contrato em inglês frequentemente consistem em frases iniciadas com a palavra *whereas*, e no fim (para iniciar o corpo do documento) a expressão *NOW, THEREFORE*. Este é o caso nos arquivos co7 e col1.

Arquivo	Original	Tradução
col1_us-brN	WHEREAS	CONSIDERANDO QUE ^L
col1_us-brN	NOW, THEREFORE, in consideration of...	<omissão>Tendo em vista as...
co7_usn-brF (3)	WHEREAS	CONSIDERANDO QUE ^L
co7_usn-brF	and <u>now therefore</u> , Company1 and Company2 agree as follows	<omissão> as partes qualificadas supra têm entre si justo e acordado o que segue

O documento col1 contém uma cláusula iniciada pelo termo *whereas*, e a cláusula seguinte se inicia com *now therefore*. O documento co7 contém três cláusulas iniciadas pelo termo *whereas*, e a cláusula após a terceira cláusula com *whereas* se inicia com *now therefore*. *Whereas* é traduzido por "considerando que", uma tradução literal. "NOW, THEREFORE" foi omitido nos dois documentos.

Arquivo	Original	Tradução
co58_br-usD, co57_br-usD, co56_br-usD, co60_br-usP	CONSIDERANDO QUE	WHEREAS ^L
co53_br-usnF	Considerando:	Whereas ^L

co60_br-usP	CONSIDERANDO QUE	WHEREAS ^L
-------------	------------------	----------------------

No sentido tradutório contrário, "considerando que" foi traduzido para *whereas* no mesmo contexto. Porém, em nenhum caso o tradutor inseriu o tradicional "now, therefore" na primeira cláusula subsequente. Além desses documentos do corpus br-ing que contêm a expressão "considerando que", 2 documentos do corpus br-orig também contêm essa expressão (co268 e co270), portanto a expressão também ocorre normalmente em documentos jurídicos de língua portuguesa.

6.1.5 *Set his hand*

Este arcaísmo é relativamente raro hoje em dia no contexto do corpo de documentos de direito privado (excluindo anotações posteriores de notários, etc.), e aparece só uma vez no corpus ing-br e uma vez no corpus ing-orig (co124). Ele foi traduzido através de uma equivalência funcional

Arquivo	Original	Tradução
dc1_us-brE	IN WITNESS WHEREOF, the undersigned hereunto set his hand this <date>	Em testemunho do quê, o abaixo-assinado firmou ^{EF} este documento no <data>

6.1.6 *Dou Fé*

Já vimos a expressão "dou fé" na seção 6.1.1, na qual foi traduzida por "*in witness whereof*". As outras traduções dessa expressão no corpus br-ing, porém, foram consistentes.

Arquivo	Original	Tradução
pr53_br-usnM	Assim, disse do que <u>dou fé</u> ;	These were the statements made, which I <u>certify</u> ^{EO} .
pr54_br-usnM (2)	do que <u>dou fé</u> .	which I <u>certify</u> ^{EO} .

pr54_br-usnM	E, de como assim o disse, <u>dou fê</u> .	And I <u>certify</u> ^{EO} that these were the words declared by the Appointor.
--------------	---	---

Nesses três exemplos, uma equivalência operacional foi utilizada. Documentos norte-americanos são *certified*.

6.1.7 Na melhor forma de direito

Esta expressão ocorre na cláusula padrão "Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, as Partes..." no início de contratos.

Arquivo	Original	Tradução
co51_br-usD	e na melhor forma de direito	and pursuant to law ^M
co55_br-usnH	e na melhor forma de direito	and in the due form of the law ^M
pr53_br-usnM	e melhor forma de direito	and in the due form of law ^M
co56_br-usD, co57_br-usD (3); co58_br-usD (2)	e na melhor forma de direito	and in the best form of the law ^L
pr54_br-usnM	e melhor forma de direito	and pursuant to all applicable laws ^M

Nos exemplos acima, a expressão foi traduzida por várias modulações e uma tradução literal. Nenhuma das expressões em inglês foi encontrada no corpus comparável ing-orig. Havia uma ocorrência dessa expressão na tradução do inglês de volta ao português.

Arquivo	Original	Tradução
pr9_usn-brB	in its best rightful form	na melhor forma do direito ^M

Neste caso, a procuração pr9 em inglês parece ser uma tradução de uma procuração em português (situação D2). A modulação do tradutor pode ter sido uma tentativa de adivinhar o conteúdo desse documento original em português, ou só o uso de uma expressão consagrada em português que se encaixava no contexto.

6.1.8 *Aforesaid*

Aforesaid é um termo arcaico que freqüentemente pode ser substituído por "*these*". É raramente utilizado fora do universo jurídico, mas ocorre em 3 documentos no corpus comparável ing-orig (c124, c123 e c115) fora os exemplos abaixo do corpus ing-br.

Arquivo	Original	Tradução
dc2_uk-brB	aforesaid	acima mencionados ^L
dc3_uk-brE	aforesaid	descritos acima ^M
dc4_uk-brE (6)	aforesaid	exposto acima ^M
dc4_uk-brE,	aforesaid	acima exposto ^M
pr4_ukn-brM	aforesaid	supracitadas ^L

Nesses exemplos, é interessante notar que todos os documentos são do Reino Unido. Outro aspecto interessante é a dispersão nas soluções tradutórias, apesar de serem todas quase iguais no nível semântico.

Arquivo	Original	Tradução
co53_br-usnF	acima mencionado	aforesaid ^L
co53_br-usnF	acima	aforesaid ^M
co53_br-usnF	no prazo <u>determinado</u>	within the term <u>aforesaid</u> ^M
co53_br-usnF	citada	aforesaid ^M
co54_br-usnF	referido	aforesaid ^M

O termo *aforesaid* também foi utilizado como tradução dos mesmos termos vistos acima como sua tradução para português.

6.1.9 Bastante procurador

Temos aqui uma mistura de marcador estilístico e marcador referencial. A tradução de procurador/*attorney-in-fact* é sem mistérios, mas a tradução do modificador—um marcador estilístico desnecessário para efeitos jurídicos—segue o padrão da tradução de arcaísmos visto acima. Em inglês, também se usa "*agent*" e "*attorney*" como sinônimo de *attorney-in-fact*, mas este último termo é mais específico a procurações. As traduções do corpus br-ing são mostradas abaixo.

Arquivo	Original	Tradução
pr51_br-usL	seus <u>bastante</u> procuradores	its <u>true and lawful</u> ^{EDV} attorneys
pr52_br-usnM	seu <u>bastante</u> procurador	its <u>true and lawful</u> ^{EDV} Attorney
pr54_br-usnM	sua <u>bastante</u> procuradora	his <u>true and lawful</u> ^{EDV} attorney in fact
co50_br-usL	seus <u>bastantes</u> procuradores	its <u>true and lawful</u> ^{EDV} attorneys,
pr50_br-usL	meu <u>bastante</u> procurador	my <u>Attorney-in-Fact</u> ¹
pr53_br-usnM	seus procuradores	its <u>true and lawful</u> ^{EDV} attorneys in fact

Nos primeiros quatro exemplos, bastante foi traduzido por seu equivalente discursivo "*true and lawful*". No quinto exemplo, bastante foi implicitado (e o termo mais específico a procurações—*attorney-in-fact*—foi utilizado). No quinto exemplo, "*true and lawful*" foi inserido mesmo sem haver "bastante" no original, devido à forte presença do equivalente discursivo no universo da tradução.

Arquivo	Original	Tradução
pr1_usn-brM (2)	attorney-in-fact	<u>bastante</u> ^{EDV} procurador
pr2_us-brM	as my Attorney-in-Fact ("Agent").	como minha <u>bastante</u> ^{EDV} procuradora ("Procuradora")
co2_us-brG	attorney-in-fact	<u>bastante</u> ^{EDV} procurador

Nesses três exemplos, o termo bastante foi acrescido, como se o termo "bastante procurador" fosse a tradução de *attorney-in-fact*.

Arquivo	Original	Tradução
pr5_usn-brE	its <u>true and lawful</u> Attorney	seu <u>bastante</u> ^{EDV} procurador Person2
pr4_ukn-brM (2)	its <u>true and lawful</u> attorney-in-fact	seus <u>verdadeiros e legítimos</u> ^L <u>bastantes</u> ^{EDV} procuradores
pr1_usn-brM	the <u>true and lawful</u> Attorney-in-Fact	como <u>verdadeiro e legítimo</u> <u>bastante</u> ^{EDV} procurador

O primeiro exemplo acima traduz "*true and lawful*" por seu equivalente discursivo, mas o segundo e terceiro exemplos utilizam essa equivalência discursiva mais uma tradução literal. Esta solução é particularmente inesperada considerando que o tradutor "M" utilizou somente a equivalência discursiva (sem a tradução literal) ao traduzir para o inglês nos documentos pr52, pr53 e pr54 acima.

6.1.10 Resumo das frequências de ocorrência e conclusões

Em resumo, a figura 6.1 mostra a frequência de ocorrência de soluções representando cada grau de ocorrência (veja o apêndice para os dados brutos completos) para os exemplos da seção 6.1.

Figura 6.1 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — arcaísmos

Como esperado para marcadores estilísticos, não há nenhuma ocorrência de soluções de graus 1 e 4, e há mais ocorrências de soluções do grau 5 do que de soluções de grau 2 e grau 3 juntas.

<i>Modalidade</i>	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
D	-	5	-	-	-
EDV	-	1	-	-	27
EF	-	-	1	-	-
EO	-	-	3	-	-
I	-	-	-	-	1
L	-	-	3	-	8
M	-	6	7	-	5
O	-	-	-	-	2
outro	-	2 EDV-L 1 EDV-ER	-	-	-
totais	0	15	14	0	43

Tabela 6.1 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — arcaísmos

Como vimos nas análises qualitativas, há uma forte tendência para a equivalência discursiva, especialmente quando a forma (no outro idioma) é muito conhecida.

Grau	ing-br ocorrência	ing-br %	br-ing ocorrência	br-ing %
1	0	0%	0	0%
2	7	26%	8	18%
3	6	22%	8	18%
4	0	0%	0	0%
5	14	52%	29	64%
totais	27	100%	45	63%

Tabela 6.2 - Frequência de ocorrência por grau de aproximação — arcaísmos — por corpus paralelo

Observe que há uma maior tentativa de localização (principalmente através da equivalência discursiva) nos documentos do corpus br-ing. Como o corpus br-ing é menor (em termos de número de palavras), o número absoluto de exemplos de grau 5 (29 comparado com 14) é mais impressionante ainda.

Grau	ing-br	br-ing
2	85,7% jur. 14,3% não	12,5% jur. 87,5% não
5	35,7% jur. 64,3% não	37,9% jur. 62,1% não

Tabela 6.3 - Frequência de ocorrência para graus de aproximação 2 e 5 — arcaísmos — por corpus paralelo e por traduções juramentadas ou não

Olhando os dados para os graus 2 e 5 em mais detalhes, fiz os cálculos para ver quantos dos exemplos dos graus 2 e 5 eram de traduções juramentadas e quantos eram de traduções não juramentadas. Os resultados para o corpus ing-br foram talvez previsíveis, com 85,7% dos

exemplos de grau 2 retirados de traduções juramentadas, e só 35,7% dos exemplos de grau 5 retirados dessas traduções, pois espera-se menos localização em uma tradução juramentada. No corpus br-ing, enquanto os exemplos de grau 5 também seguiram este raciocínio (62,1% dos exemplos de grau 5, representando localização, eram de traduções não juramentadas), os exemplos de grau 2 foram o contrário, com a maioria sendo de traduções não juramentadas.

Olhando estes 8 exemplos (grau 2, corpus br-ing), 5 foram soluções para a tradução de "na melhor forma de direito".

6.2 Binômios tautológicos

Binômios tautológicos contêm dois termos sinônimos (da mesma categoria sintática) ligados por "e" ou por "ou". Às vezes fazem parte de um trinômio ou lista até maior de sinônimos. Segundo Garner (1995):

"Amplification by synonym has long been a part of the English language, and especially a part of the language of the law. In the English Renaissance, this habit was a common figure of speech called synonymia. It is often supposed that the purpose of these paired or strung-along synonyms was etymological, that is, that writers in the Middle Ages and Renaissance would pair a French or Latinate term with an Anglo-Saxon approximation as a gloss on the foreign word. Thus, we have, as survivals in legal language, acknowledge and confess (Old English and Old French), act and deed (Latin and Old English), and goods and chattels (Old English and Old French).

The philologist George Phillip Krapp argued against this explanation. He saw the purpose of this mannerism as "rhetorical or oratorical rather than etymological." George P. Krapp, *Modern English: Its Growth and Present Use* 251 (1909). He pointed out that such doubling occurred abundantly in Old English, when no substantial foreign element existed in the language, and that it often occurs in later

writings without regard for etymology. Although Krapp was undoubtedly correct to emphasize the rhetorical importance of doubling, he was wrong to assume that the figure did not take on a utilitarian significance as well in middle and early Modern English. The purpose of doubling was dual: to give rhetorical weight and balance to the phrase, and to maximize the understanding of readers or listeners.

Still another explanation has emerged for the particular fondness that lawyers have for this stylistic quirk. It is a cynical one: "This multiplication of useless expressions probably owed its origin to the want of knowledge of the true meaning and due application of each word, and a consequent apprehension, that if one word alone were used, a wrong one might be adopted and the right one omitted; and to this something must be added for carelessness and the general disposition of the profession to seek safety in verbosity rather than in discrimination of language." Charles Davidson, *Precedents and Forms in Conveyancing* 67 (3rd ed. 1860)

Os tradutores que contribuíram as traduções deste estudo não são advogados (exceto em um caso) e esperaríamos ver traduções literais na maioria dos casos, sem omissão de um dos sinônimos.

6.2.1 *Power and authority*

Um binômio comum em inglês, mas sem correspondente no português, é "*power and authority*".

Arquivo	Original	Tradução
dc2_uk-brB (4), dc4_uk-brB (4)	has such powers and authorities	terá os poderes e a autoridade ^L
co6_us-brA	full legal <u>power and authority</u>	<u>poder e autoridade</u> ^L legal plena
pr1_usn-brM	with the <u>powers and authorities</u>	com os <u>poderes e a competência</u> ^L

pr2_us-brM	My Agent shall have full power and authority	Minha Procuradora terá plenos poderes e plena competência ^L
co2_us-brG	full <u>power and authority</u>	plenos <u>poderes e competência</u> ^L

Nestes exemplos acima, todas as traduções foram literais de uma maneira ou outra. Esta foi a solução mais comum.

Arquivo	Original	Tradução
pr2_us-brM	Any power or authority	Todo <u>poder ou</u> ^L toda <u>autorização</u> ^M
co2_us-brG	full power and authority	plenos poderes ^L para

Nestes dois exemplos, as soluções (pelos mesmos tradutores M e G acima) incluem uma modulação e uma implicitação. "Plenos poderes" é uma expressão natural em português, e ocorre duas vezes no corpus comparável br-orig (pr205 e pr204).

No sentido tradutório contrário, nenhuma ocorrência de poder(es) no corpus br-ing foi traduzida com um binômio, e não houve nenhuma ocorrência do binômio "poder(es) e autoridade" no corpus br-ing

6.2.2 *Force and Effect*

Garner (1995, p. 366) diz o seguinte sobre este binômio tautológico:

"force and effect is a doublet that has become part of the legal idiom in the phrases *in full force and effect* and *of no force or effect*, neither of which is a term of art. Either synonym would suffice just as well as the doublet; but the emphasis gained by force and effect may justify use of the phrase, more likely in drafting (contracts and statutes) than in judicial opinions."

Arquivo	Original	Tradução
co7_usn_brF	This Agreement shall enter into force and effect upon signature and shall remain into <u>force and effect</u> for a period of 5 years	Este Termo entrará em vigor ^L para todos os efeitos quando de sua assinatura pelas Partes e permanecerá <u>vigente</u> ^L pelo prazo de 5 (cinco) anos

Nesse exemplo, o binômio *force and effect* foi traduzido através de implicações diferentes na primeira e segunda ocorrências.

No sentido tradutório contrário, para comparação, vigor foi traduzido literalmente por *force* ou por *effect*, mas nunca pelo binômio *force and effect*:

Arquivo	Original	Tradução
pr52_br-usnM, dc50_br-usL, co59_br-usL, co51_br-usD (2), co60_br-usP (2), co61_br-usQ	vigor	force
dc52_br-usD, dc51_br-usL, dc50_br-usL, co59_br-usL, co50_br-usL, dc53_br-usnE	vigor	effect

Também houve algumas outras soluções (também apresentados para fins de comparação):

Arquivo	Original	Tradução
co59_br-usL	legislação <u>em vigor</u> aplicável	applicable and <u>effective</u> ^L laws
co51_br-usD	a presente locação continuará <u>em vigor</u>	this present lease shall remain <u>effective</u> ^L
co51_br-usD	a atualização monetária do aluguel permanecerá em pleno vigor	the rent shall continue to be corrected monetarily <implicação>

As duas primeiras soluções utilizam uma tradução literal, e a terceira omite o termo completamente através de uma implicação.

Dois binômios semelhantes foram traduzidos através de tradução literal dos dois termos componentes:

Arquivo	Original	Tradução
dc4_uk-brE, dc2_uk-brB	force and validity	força e validade ^L
co52_br-usK	nenhum <u>efeito e/ou validade</u>	no longer <u>effective and/or valid</u> ^L

A expressão "força e validade" não ocorre no corpus comparável br-orig.

6.2.3 *By and between*

Esta coordenação preposicional ainda se vê em documentos de língua inglesa. Havia 9 ocorrências de *by and between* no corpus ing-orig, nos arquivos co120, co112, co124, co123, co119, co116, co114 co106 e co102. Segundo Garner (1995, p. 125) "*between alone suffices*"

Arquivo	Original	Tradução
co7_usn-brF	This Agreement is made this 0 day of XX 0000 by and between	Firmam o presente Termo, aos 0 dias de XX de 0000 as Partes <implicação>

Na única ocorrência desse binômio no corpus ing-br, o tradutor omitiu os termos completamente através de uma implicação.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD	estipulado <u>entre</u> as sócias	agreed to <u>by and between</u> ^{EDV} the quotaholders
co58_br-usD	celebrado <u>entre</u> as partes	entered into <u>by and between</u> ^{EDV} the parties

co56_br-usD (2)	celebrado entre	entered into by and between ^{EDV}
co53_br-usnF	de um lado ... e, de outro lado	by and between ^{EDV}

No outro sentido tradutório, a maioria das ocorrências de "entre" foi traduzida literalmente. Porém, os quatro exemplos acima (por dois tradutores diferentes) mostram a utilização de equivalência discursiva.

6.2.4 Termos e condições

Segundo Garner (1995, p. 872)

"terms and conditions. This phrase is among the most common redundancies in legal drafting... terms is sufficient."

As traduções, porém, são quase todas literais.

Arquivo	Original	Tradução
co2_us-brG (3), co4_us-brJ (2), co5_us-brJ, co6_us-brA (4), co7_usn-brF, co11_us-brN (2), dc2_uk-brB (2), dc3_uk-brE,	terms and conditions	termos e condições ^L (e variações com artigos definidos, p.ex. os termos e as condições)
dc4_uk-brE	on such <u>terms and conditions</u>	nas <u>condições e termos</u> ^L

A maioria é literal, com algumas variações nos artigos devido ao contexto, e em um caso a ordem dos termos dentro do binômio foi invertida.

Arquivo	Original	Tradução
co7_usn-brF	in accordance with the <u>terms and conditions</u> of this Agreement,	em estrita conformidade com o <u>disposto</u> ^M neste Termo,
dc3_uk-brE	To acquire and undertake on any	Adquirir e empreender sob

	<u>terms</u> and subject to any conditions	quaisquer <u>condições</u> ^L e sujeito a quaisquer condições ^L
--	---	---

Nestes dois exemplos, há duas variações. Os dois elementos do binômio foram substituídos por um termo menos concreto, talvez devido à decisão posterior de utilizar "Termo" como tradução de *Agreement* ao longo do contrato. No segundo exemplo, o tradutor utilizou condições para traduzir tanto *terms* quanto *conditions*, repetindo o termo dentro da mesma frase.

Nos contextos nos quais *terms* e *conditions* aparecem como parte de uma lista de 3 ou mais elementos (documentos pr1 e co7), foram traduzidos de maneira literal. No sentido tradutório contrário, todas as ocorrências de "termos e condições" foram traduzidas pelo binômio "*terms and conditions*" sem exceção.

6.2.5 Livre e desimpedido

Há equivalentes para os binômio "livre e desimpedido" e "livre e desembaraçado" em inglês, que permitem tradução literal.

Arquivo	Original	Tradução
co51_us-brD	em bom estado de conservação, <u>livre e desimpedido</u> de coisas e pessoas	in good condition, <u>free and unencumbered</u> ^L of things or people,
co59_br-usL	de execução dos trabalhos, deixando-o <u>livre e desimpedido</u> de pessoas e coisas,	where work is performed, leaving it <u>vacant</u> ^L of people and moveable property,
co50_br-usL	até a real e efetiva entrega do imóvel pelos LOCADORES à LOCATÁRIA <u>livre</u> de pessoas e coisas.	as the real and effective transfer of possession of the property to the TENANT by the OWNERS, <u>free</u> ^L of people and objects.

Nos primeiros dois exemplos acima, o binômio foi traduzido por um binômio no primeiro caso e por um único termo no segundo exemplo. O contexto do terceiro exemplo é o mesmo mas não há binômio nem no original nem na tradução.

Arquivo	Original	Tradução
co3_us-brG	shall be made <u>free and clear</u> of	serão <u>livres e isentos</u> ^L e de
co3_us-brG	<u>free and clear</u> of, and without deduction for, any	<u>livres e desembaraçados</u> ^L e sem dedução de quaisquer
co8_us-brF	<u>free</u> from defects	<u>livre e isento</u> ^{EDV} de falhas

Nos primeiros dois exemplos, ambos do documento co3, o binômio foi traduzido por outro binômio (mas, inesperadamente, não o mesmo). No terceiro exemplo, a palavra *free* foi traduzida por um binômio consagrado, uma equivalência discursiva.

6.2.6 *Resumo de freqüências de ocorrência e conclusões*

Em resumo, a figura 6.2 mostra a freqüência de ocorrência de soluções representando cada grau de ocorrência (veja o apêndice para os dados brutos completos) para os exemplos da seção 6.2.

Figura 6.2 - Freqüência de ocorrência de cada grau de aproximação — binômios tautológicos

As traduções se encaixaram ou no grau 3 ou no grau 5, com o grau dependente às vezes da feliz coincidência de uma tradução literal de um idioma para outro soar natural também na língua de chegada.

<i>Modalidade</i>	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
EDV	-	-	-	-	5
I	-	-	1	-	2
L	-	-	12	-	13
M	-	-	-	-	1
outro	-	-	-	-	2
totais	0	0	13	0	23

Tabela 6.4 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — binômios tautológicos

Várias modalidades foram empregadas nesta seção para alcançar um texto localizado para a língua e o país de chegada. Observe que a equivalência discursiva foi empregada apenas 5 vezes.

6.3 Binômios não tautológicos

Este tipo de binômio às vezes pode ser substituído por um único termo no texto original, mas as traduções são principalmente literais, exceto nos casos onde existe um equivalente discursivo bem conhecido.

6.3.1 Residente e domiciliado

As definições destes dois termos no Dicionário Jurídico de Maria Helena Diniz são:

DOMICILIADO. 1. Direito civil. Aquele que se domiciliou, possuindo uma sede para seus negócios ou atividades. 2. Local de caráter definitivo onde a pessoa física ou jurídica tem a sede de seus negócios. (Diniz, 2005; v. 2, p. 274)

RESIDENTE. 1. Direito civil. Diz-se do que mora em certo local. 2. Direito internacional público. a) Ministro residente enviado por um governo para agir, em caráter permanente, junto a outro, estrangeiro. Esse agente diplomático, na sua classe, ocupa o terceiro lugar, sendo o segundo do ministro plenipotenciário e enviado extraordinário, e o primeiro, do embaixador; b) título de determinados funcionários coloniais (Laudelino Freire). 3. Direito administrativo. Diz-se do funcionário que reside no local onde exerce suas funções públicas. (Diniz, 2005; v. 4, p. 193)

Só a primeira definição de residente se aplica ao presente contexto.

As definições dos dois termos no Black's Law Dictionary são:

RESIDENT: (n) A person who has residence in a particular place. A resident is not necessarily either a citizen or a domiciliary. (Garner, 1999)

DOMICILIARY: (n) A person who resides in a particular place with the intention of making it a principal place of abode; one who is domiciled in a particular jurisdiction. (Garner, 1999)

Podemos ver que a definição de *resident* se assemelha à de residente e a definição de domiciliado se assemelha à de *domiciliary*. Observe, porém, que residente/domiciliado são adjetivos e resident/domiciliary são substantivos. Isso é uma preferência de cada dicionário para uma forma ou outra, mas presume-se que os cognatos têm o mesmo significado, pois não há verbetes separados para as formas adjetivais. O adjetivo é também utilizado nos textos em inglês.

Garner também fala (em seu Dictionary of Modern Legal Usage) justamente sobre este binômio:

DOMICILE AND RESIDENCE: The two words are often confused as synonymous. They are not: "Residence comprehends no more than a fixed abode where one actually lives for the time being. It is distinguished from domicile in that domicile is the place where a person intends eventually to return and remain." (Garner, 1995)

Procurei as ocorrências do binômio residente e domiciliado e dos dois termos individuais no corpus br-ing. Considerei as formas masculina/feminina/plural iguais, por não ser importante essa diferença devida somente à concordância.

Arquivo	Original	Tradução
pr51_br-usL, pr53_br-usnM, pr54_br-usnM (2), co50_br-usL (5), c54n, dc51_br-usL, dc52_br-usD (2), dc53_br-usnE, dc54_br-usnE (3)	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciled ^L
pr53_br-usnM (3), co55_br-usnH (1), dc52_br-usD (1), dc53_br-usnE (2)	domiciliado	domiciled ^L
pr50_br-usL (2), dc54_br-usnE	residente	resident ^L

Na maioria dos casos, as traduções são literais, tanto do binômio quanto dos termos quando ocorrem individualmente no original.

Arquivo	Original	Tradução
pr52_br-usnM	domiciliado e residente	resident and domiciled ^L

Neste exemplo, o tradutor mudou a ordem dos elementos do binômio para a ordem consagrada (a ordem comum). A solução é classificada como tradução literal, pois a definição desta modalidade neste estudo inclui transposição de ordem.

Arquivo	Original	Tradução
dc51_br-usL	domiciliado	resident and domiciled ^{EDV}

Este é mais um exemplo de padronização na tradução, com a inserção de uma palavra omissa no original (o original não seguiu o padrão, mas a tradução sim).

No estudo de Aubert (2005b), os resultados foram semelhantes. A tradução de residente e domiciliado foi:

Ocorrências (tradutores diferentes)	Tradução
7	resident and domiciled
2	residing and domiciled
1	residing

Observe que a única tradução não literal foi uma omissão no estudo de Aubert, enquanto no corpus br-ing havia uma transposição de ordem e uma equivalência discursiva.

Procurei as ocorrências do binômio *resident and domiciled* no corpus ing-br.

Arquivo	Original	Tradução
pr3_us-brB (2), pr4_ukn-brM (2), pr6_ukn-brE, pr8_ukn-brH	resident and domiciled	residente e domiciliado(a) ^L

pr5_usn-brE	resident and domiciled	domiciliado e residente ^L
p7_ukn-brnL	resident and living	residente e domiciliado ^L

O segundo exemplo é interessante por traduzir o binômio comum por um binômio com a ordem invertida (comparada tanto com o original quanto com a ordem consagrada no idioma de chegada). O terceiro exemplo padroniza o que parece ter sido uma tradução para o registro incorreto em inglês na confecção do documento original.

Um aspecto que marca alguns dos textos como feitos por indivíduos cuja língua de domínio mais ativo não é o inglês é o uso do gerúndio, com *residing* em vez de *resident* nos textos traduzidos estudados por Aubert (2005b) e *living* no documento original p7_ukn-brnL. Uma busca nesses dois gerúndios no corpus ing-orig (de documentos originalmente escritos em inglês) não encontra nenhuma ocorrência.

6.3.2 Nomeio e constituo

Nomear e constituir é um outro binômio de elementos não sinônimos. Segundo o Dicionário de verbos jurídicos (Henriques, 1999), **nomear** significa indicar, designar, investir e escolher; e **constituir** significa atribuir poderes, dar poderes.

Uma busca para "nomear" e para "constituir" no corpus br-ing encontrou as seguintes ocorrências:

Arquivo	Original	Tradução
pr53_br-usnM	nomeia e constitui seus procuradores	appoints ^{EDV} its true and lawful attorneys in fact
pr54_br-usnM	nomeia e constitui sua bastante procuradora	appoints ^{EDV} his true and lawful attorney in fact
pr51_br-usL	nomeia e constitui seus bastante procuradores	appoints ^{EDV} as its true and lawful attorneys

co52_br-usK	nomeia o representante	appoints ^L the Agent
pr52_br-usnM	nomeia e constitui seu bastante procurador	appoints and constitutes ^L ...
pr50_br-usL	nomeio e constituo meu bastante procurador	nominate and establish ^L ...

Observe que a única tradução de *constituir* como *constitute* foi por um tradutor cuja língua de domínio mais ativo não era a língua de chegada. *Constitute* não está presente no *Black's Law Dictionary*, e Garner (1995, p. 208) declara que *constitute* é freqüentemente utilizado no lugar de *make*, desnecessariamente.

Em resumo:

Ocorrências	Original	Tradução
3	nomear e constituir	appoint ^{EDV}
1	nomear e constituir	appoints and constitutes ^L
1	nomear e constituir	nominate and establish ^L
1	nomear	appoint ^L

Ou 3 equivalências discursivas e 3 traduções literais.

Uma busca para *appoint*, *constitute* e *grant* nos documentos originais no corpus br-ing e em "nomear" e "constituir" nas traduções do mesmo corpus encontrou as seguintes ocorrências:

Arquivo	Original	Tradução
co2_us-brG	The Undersigned hereby appoints the Pledgee	Pelo presente instrumento, o Signatário nomeia e constitui ^{EDV} o Credor Pignoratício
pr1_usn-brM	HEREBY MAKES CONSTITUTES	NOMEIA E CONSTITUI ^{EDV}

	AND APPOINTS:	
pr2_us-brM	hereby appoint Person2...as my Attorney-in-Fact ("Agent").	PELO PRESENTE INSTRUMENTO, NOMEIO ^L como minha bastante procuradora ...
dc4_uk-brE	of the member appointing the proxy.	do sócio que nomeia ^L o procurador.
dc4_uk-brE	HEREBY APPOINT X ... to be my/our proxy to vote for me/us at the meeting of members...	POR MEIO DESTE INSTRUMENTO NOMEIO ^L meu/nosso bastante procurador
pr4_ukn-brM	hereby appoints and constitutes as its true and lawful attorneys-in-fact	NOMEIA E CONSTITUI ^L como seus verdadeiros e legítimos bastantes procuradores
pr5_usn-brE	HEREBY appoints and constitutes Mr. Person2...as its true and lawful Attorney	nomeia e constitui ^L seu bastante procurador ...
pr7_ukn-brnL	names and empowers as its proxy, Person1	nomeia e constitui ^{EDV} Pessoa1
pr9_usn-brB	<u>credits, grants and appointments</u> as proxies the following individuals:	<u>indica, nomeia e constitui</u> ^M procuradores as seguintes pessoas

As procurações no corpus ing-br não devem ser consideradas bons exemplos de uso do idioma inglês devido ao seu estilo e formato claramente brasileiros, e seu inglês questionável.

Em resumo (pelo infinitivo):

Ocorrências	Original	Tradução
3	appoint	nomear ^L
2	appoint and constitute	nomear e constituir ^L
1	appoint	nomear e constituir ^{EDV}
1	name and empower	nomear e constituir ^{EDV}

1	make, constitute and appoint	nomear e constituir ^{EDV}
1	credit, grant and appoint	indicar, nomear e constituir ^M

Vemos nessas traduções para o português uma forte tendência à normalização. Todos os binômios nesse contexto (de procuração ou semelhante) e até um trinômio e um termo simples são traduzidos pelo binômio "nomear e constituir". Em outros 3 casos, *appoint* vem traduzido simplesmente por "nomear".

6.3.3 *Jointly and severally*

A expressão consagrada *jointly and severally* é definida no *Black's Law Dictionary* assim:

joint and several liability. Liability that may be apportioned either among two or more parties or to only one or a few select members of the group, at the adversary's discretion. Thus, each liable party is individually responsible for the entire obligation, but a paying party may have a right of contribution and indemnity from nonpaying parties. (Garner, 1999, p. 926)

A diferença entre *joint and several liability* e *joint liability* é sutil:

joint liability. Liability shared by two or more parties.

O termo jurídico brasileiro que corresponde melhor a *joint liability* é "obrigação solidária".

OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA. Direito civil. É aquela resultante de lei ou da vontade das partes, em que, havendo multiplicidade de credores ou de devedores, ou de uns e outros, cada credor terá direito à totalidade da prestação como se fosse o único credor, ou cada devedor estará obrigado pelo débito todo, como se fosse o único devedor. (Diniz, 2005, v. 3, p. 473)

E o conceito que mais se assemelha a *joint and several liability* é obrigação solidária passiva:

OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA PASSIVA. Direito civil. Aquela quando, havendo vários devedores, o credor está autorizado a exigir e a receber de um deles a dívida toda; desse modo, fica afastado o princípio concursu partes fiunt, pois cada co-devedor pode ser compelido a pagar todo o débito, apesar de ser, em tese, devedor apenas de sua quota-parte. (Diniz, 2005, v. 3, p. 473)

Esta definição é esclarecida pelo art. 283 do Novo Código Civil (Fiuza, 2006):

Art. 283. O devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os co-devedores.

Esta diferença entre a obrigação solidária passiva e a obrigação solidária não é destacada em contratos, mas existe na legislação.

Nos exemplos abaixo, observe que o termo *jointly and severally* foi utilizado de maneira consistente nos documentos escritos nos EUA e com inglês correto. O termo *singly or jointly* do documento dc4 não é comum dentro do universo jurídico, mas existe fora dele. Os outros termos (em p9) são provavelmente o produto de uma tradução para o inglês de um original anterior em português (situação D).

Arquivo	Original	Tradução
co3_us-brG	jointly and severally	em conjunto e separadamente ^L
co6_us-brA	<u>jointly and severally</u> liable	<u>juntamente, e individualmente</u> ^L , responsável
co2_us-brG	<u>jointly and severally</u> liable	<u>individual e solidariamente</u> ^L responsáveis

pr9_usn-brB	jointly and singularly	em conjunto ou separadamente ^L
pr9_usn-brB	<u>individually and collectively</u>	individual e coletivamente ^L
dc4_uk-brE	singly or jointly	isolada ou conjuntamente ^L

Apesar de existir um termo no universo jurídico brasileiro para o conceito de *joint and several liability*, nenhuma das traduções nos exemplos acima utilizou este termo. Todas foram literais, e uma solução utilizou solidariamente como um elemento do binômio.

Arquivo	Original	Tradução
dc52_br-usD (2), dc54_br-usnE	solidariamente	joint and severally ^{EO}
pr51_br-usL	em conjunto ou separadamente	jointly and severally ^M
co53_br-usnF	como co-responsáveis, solidariamente , pelas obrigações ora garantidas.	as joint ^{EO} co-guarantors of the obligations guaranteed herein
dc53_br-usnE	mas todos respondem <u>solidariamente</u>	although they assume <u>joint</u> ^{EO} liability
co50_br-usL	tornando-se o XXX S.A., <u>solidário</u> pagador das exigências contidas nesse instrumento.	making XXX S.A. the <u>sole</u> ^{ER} payer of the requirements stated herein.
co59_us-brL	separada ou conjuntamente	separately or jointly ^L

No sentido tradutório contrário, os documentos não especificam se a solidariedade é passiva ou não. Três traduções empregaram o binômio consagrado, uma equivalência operacional para o termo solidariamente. Houve dois casos de equivalência operacional sem o uso do binômio (supondo que não era passiva). A tradução "sole" foi um erro.

6.3.4 *Organized and existing*

Este binômio é muito comum quando uma sociedade norte-americana é qualificada. Os dois termos não são sinônimos, pois é possível uma sociedade ser constituída e estar fechada, mas é um caso mais raro.

Arquivo	Original	Tradução
co3_us-brG	a corporation duly <u>organized and validly existing</u>	sociedade devidamente <u>constituída e com existência</u> ^L válida
pr4_ukn-brM	company duly <u>organized and existing</u>	sociedade devidamente <u>constituída e existente</u> ^L
pr3_us-brB	a corporation <u>organized and existing</u>	sociedade <u>constituída e existente</u> ^L
co5_us-brJ	a company <u>established and existing</u>	empresa <u>constituída e existente</u> ^L
co11_us-brN	a corporation <u>organized</u> under the laws	uma sociedade <u>constituída</u> ^L segundo a legislação
pr8_ukn-brH	company duly <u>organized and existing</u>	sociedade devidamente <u>constituída</u> ^L e <u>vigente</u> ^M
co7_usn-brF	any domestic or foreign company <u>established</u> at the date of signature	qualquer empresa nacional ou estrangeira <u>existente</u> ^L à data da assinatura

Nos exemplos acima, todos menos um são traduções literais.

Arquivo	Original	Tradução
dc1_us-brE	The purpose or purposes for which the Corporation is organized	O objetivo ou objetivos para os quais a Sociedade é organizada ^{ER}
co2_us-brG	the Undersigned is <u>incorporated</u> or otherwise <i>organized</i>	o signatário... <u>constituído</u> ^L ou por qualquer outra forma <i>organizado</i> ^{ER}

Nestes dois exemplos, o tradutor empregou um falso cognato, pois sociedades são constituídas e não organizadas na terminologia jurídica brasileira.

Arquivo	Original	Tradução
dc54_br-usnE (2)	sociedade por quotas de responsabilidade limitada, <u>existente e constituída</u>	a limited liability company, <u>existing and organized</u> ^L
dc53_br-usnE	constituída	organized ^L
dc51_br-usL	sociedade devidamente <u>constituída</u>	a corporation duly <u>incorporated</u> ^L

Há poucas ocorrências no sentido tradutório contrário—todas traduções literais.

6.3.5 *Representations and warranties*

Há uma diferença sutil entre *representation* e *warranty*. Segundo o Black's Law Dictionary:

representation. *n. A presentation of fact — either by words or by conduct — made to induce someone to act, esp. to enter into a contract. (Garner, 1999, p. 1303)*

warranty. *n. An express or implied promise that something in furtherance of the contract is guaranteed by one of the contracting parties; esp., a seller's promise that the thing being sold is as represented or promised. A warranty differs from a representation in four principal ways: (1) a warranty is an essential part of a contract, while a representation is usually only a collateral inducement, (2) a warranty is always written on the face of the contract, while a representation may be written or oral, (3) a warranty is conclusively presumed to be material, while the burden is on the party claiming breach to show that a representation is material, and (4) a warranty must be strictly complied with, while substantial truth is the only requirement for a representation. (Garner, 1999, p. 1581)*

Arquivo	Original	Tradução
co11_us-brN	REPRESENTATIONS AND WARRANTIES	DECLARAÇÕES E GARANTIAS ^L
co3_us-brG	representation or warranty	declaração ou garantia ^L
co7_usn-brF	representations and warranties	representações ^{ER} e garantias ^L
co7_usn-brF	make any express or implied <u>representation or warranty</u>	faz qualquer <u>representação</u> ^L nem apresenta qualquer <u>garantia</u> ^L , expressa ou implícita
co6_us-brA	contracts, <u>warranties or representations</u>	contrato, <u>garantias</u> ^L ou <u>representações</u> ^{ER}
co2_us-brG	<u>representation, warranty</u> or covenant	<u>declaração, garantia</u> ^L ou acordo
co2_us-brG	<u>representation or warranty</u> made or entered into	<u>declaração</u> ^L efetuada ou <u>garantia</u> ^L assumida

Nos exemplos acima, 5 traduções são literais, com *representation* traduzido como declaração. Em outros dois exemplos, *representation* vem traduzido como representação, um falso cognato para este sentido de *representation*.

Além de declaração, outra possível tradução por *representation* seria:

APRESENTAÇÃO. 1. Na linguagem jurídica em geral, significa, em regra: a) ato pelo qual se levam à presença de alguém um documento ou fato, para sua ciência, ou para que haja consecução de algum objetivo pretendido; [...] 4. Direito comercial. a) Aspecto de uma mercadoria oferecida à venda, com o escopo de atrair o consumidor; [...] 7. Direito do consumidor. Ato pelo qual o fornecedor de serviço presta informações fundamentais aos consumidores sobre o produto ou serviço oferecido (Fernando Gherardini Santos). (Diniz, 2005, v. 1, p. 283)

O binômio também ocorre no corpus ing-orig nos arquivos c123, c120, c102, co11, co124 e co118. No sentido tradutório contrário, o termo garantia não ocorre como parte de um binômio.

Este binômio também ocorre como uma combinação de dois verbos: *represent and warrant*.

Arquivo	Original	Tradução
co11_us-brN (2), co3_us-brG, co2_us-brG	represents and warrants	declara e garante ^L
co6_us-brA	represents and warrants	representa ^{ER} e garante ^L
co5_us-brJ	declare and warrant,	declaram e garantem ^L

Aqui temos o mesmo padrão visto para o binômio de substantivos—tradução literal com uma ocorrência de erro devido ao falso cognato.

6.3.6 *Resumo das frequências de ocorrência e conclusões*

Em resumo, a figura 6.3 mostra a frequência de ocorrência de soluções representando cada grau de ocorrência (veja o apêndice para os dados brutos completos) para os exemplos da seção 6.3.

Figura 6.3 - Frequência de ocorrência de cada grau de aproximação — binômios não tautológicos

Como esperado para binômios não tautológicos, a maioria das traduções é literal e se encaixa no grau 3 de aproximação. Quando os dois elementos do binômio representam conceitos contrários (como *jointly and severally*) a tradução literal foi ainda mais comum.

<i>Modalidade</i>	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
EDV	-	-	1	-	6
EO	-	-	-	-	4
ER	-	2	1	-	-
L	-	-	45	-	12
M	-	-	-	-	2
outro	-	3 ER-L	-	-	-
totais	0	5	47	0	24

Tabela 6.5 - Frequência de ocorrência de modalidade por grau de aproximação — binômios não tautológicos

Os três casos de ER-L (tradução literal resultando em erro) foram todos devido ao falso cognato *represent*/representar no contexto do binômio *represent and warrant*. Muitas das

traduções literais (12 ocorrências) se encaixam no grau 5 por soarem naturais também na língua de chegada.

7 Conclusões

Frequências de ocorrência foram apresentadas no final de cada seção do capítulo 5 e do capítulo 6. Neste capítulo, apresento um resumo desses dados, frequências calculadas baseadas em outros parâmetros, bem como as conclusões que esses dados sugerem.

7.1 Marcadores referenciais e estilísticos

A tabela 7.1 mostra um resumo dos graus de aproximação empregados para os dois tipos de marcadores e para todos os exemplos dos corpora paralelos.

Grau de Aproximação	Marcadores Referenciais	Marcadores Estilísticos	Total
1	18	0	18
2	16	20	36
3	110	74	184
4	63	0	63
5	82	90	172
totais	289	184	473

Tabela 7.1 - Resumo de frequência de ocorrência por grau por tipo de marcador

Os mesmos dados são representados novamente na figura 7.1 abaixo.

Figura 7.1 - Resumo de frequência de ocorrência por grau por tipo de marcador

Observe que não houve nenhuma solução tradutória dos graus 1 e 4 para os marcadores estilísticos. Os mesmos dados são apresentados em forma de percentagens na tabela 7.2.

Grau de Aproximação	Marcadores Referenciais	Marcadores Estilísticos	Total
1	6,2%	0%	3,8%
2	5,5%	10,9%	7,6%
3	38,1%	40,2%	38,9%
4	21,8%	0%	13,3%
5	28,4%	48,9%	36,4%
totais	100%	100%	100%

Tabela 7.2 - Resumo de frequência de ocorrência por grau por tipo de marcador (percentagens)

As percentagens dos graus dentro de cada tipo de marcador mostram que o uso de soluções correspondentes ao grau 3 foi quase igual para os dois tipos de marcadores. Devido à natureza dos dois tipos de marcadores, o número grande de soluções do grau 4 para marcadores referenciais e o número grande de soluções do grau 5 para marcadores estilísticos era

esperado. Entende-se que enquanto a tradução pode (e até deve, em algumas situações) mostrar sua alteridade em questões referenciais, não o deve tanto nas questões estilísticas.

A tabela 7.3 apresenta um resumo das modalidades e combinações de modalidades empregadas para os dois tipos de marcadores e para todos os exemplos dos corpora paralelos. Estas categorias foram definidas na seção 4.5.5 para facilitar a análise quantitativa, pois o número de combinações de modalidades possível foi alto.

<i>Modalidade</i>	Marcadores Referenciais	Marcadores Estilísticos	Total
Correção	4	--	4
Decalque	7	5	12
Eq. Cultural	1	--	1
Eq. Discursiva	3	40	43
Eq. Funcional	18	1	19
Empréstimo (EMP)	18	--	18
EMP+L	12	--	12
EMP-EX-L	16	--	16
EMP+EX ±outro	17	--	17
EMP+outro	5	--	5
Eq. Operacional	20	7	27
Erro	--	3	3
Erro + Literal	--	--	0
Explicitação (EX) + Literal	5	--	5
Implicitação	2	4	6
Literal (L)	60	93	153
Literal + Transcrição	4	--	4
Modulação (M)	31	21	52
ME (especif.)	1	--	1

MG (general.)	10	--	10
MP (parte)	16	--	16
MT (todo)	6	--	6
Omissão	5	2	7
Transcrição	2	--	2
Outro	26	8	34

Tabela 7.3 - Resumo de frequência de ocorrência por modalidade por tipo de marcador

A tabela 7.3 mostra que um número menor de tipos de modalidades foi empregado para a tradução de marcadores estilísticos, com a ausência especificamente de empréstimo e transcrição. Para marcadores estilísticos, tradução literal, equivalência discursiva e modulação foram claramente as modalidades de preferência. As modalidades empregadas para tradução de marcadores referenciais apresentaram maior dispersão. A tabela 7.4 apresenta os dados da tabela 7.3 na forma de percentagens.

Modalidade	Marcadores Referenciais (%)	Marcadores Estilísticos (%)	Total (%)
Correção	1,4	-	0,9
Decalque	2,4	2,7	2,5
Eq. Cultural	0,4	-	0,2
Eq. Discursiva	1,0	21,7	9,1
Eq. Funcional	6,2	0,5	4,0
Empréstimo (EMP)	6,2	-	3,8
EMP+L	4,2	-	2,5
EMP-EX-L	5,5	-	3,4
EMP+EX ±outro	5,9	-	3,6
EMP+outro	1,7	-	1,1
Eq. Operacional	6,9	3,8	5,7

Erro	-	1,6	0,6
Erro + Literal	-	-	-
Explicitação (EX) + Literal	1,7	-	1,1
Implicação	0,7	2,2	1,3
Literal (L)	20,8	50,5	32,4
Literal + Transcrição	1,4	-	0,9
Modulação (M)	10,7	11,4	11,0
ME (especif.)	0,4	-	0,2
MG (general.)	3,5	-	2,1
MP (parte)	5,5	-	3,4
MT (todo)	2,1	-	1,3
Omissão	1,7	1,1	1,5
Transcrição	0,7	-	0,4
Outro	9,0	4,4	7,2
totais	100	100	100

*Tabela 7.4 - Resumo de frequência de ocorrência por modalidade por tipo de marcador
(percentagens)*

A distribuição das soluções empregadas para os marcadores referenciais é mais fácil interpretar juntando os tipos de modulação (M, ME, MG, MP e MT) e as variedades de uso de empréstimo (EMP + qualquer outra modalidade). Vistas assim, as percentagens são 20,8% de tradução literal, 22,1% de modulação, 17,3% de empréstimo junto com outra modalidade, 6,2% de empréstimo empregado sozinho e 6,2% de equivalência funcional. Talvez uma das maiores surpresas dos resultados foi esta baixa percentagem de equivalência funcional. Implicação e omissão também foram utilizadas menos do que o esperado, principalmente para simplificar a tradução de binômios ou arcaísmos.

7.2 Análise de outros parâmetros

Para cada arquivo, também dispus das seguintes informações: o tradutor, se a tradução era juramentada ou não, se a tradução era para a língua de domínio mais ativo do tradutor ou não, e a situação tradutória (este último foi muitas vezes apenas estimada a partir dos textos).

7.2.1 Traduções para o inglês e para o português

Na tabela 7.5 apresento os dados referentes ao grau de aproximação para marcadores referenciais para os dois corpora representando os dois sentidos tradutórios: inglês para português brasileiro e português brasileiro para inglês.

Marcadores Referenciais				
Grau	corpus ing-br	corpus br-ing	corpus ing-br	corpus br-ing
1	3	15	3%	9%
2	6	10	5%	6%
3	51	59	45%	34%
4	10	53	9%	30%
5	44	38	39%	22%
total	114	175	3%	9%

Tabela 7.5 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos traduzidos para português (corpus ing-br) e para inglês (corpus br-ing) - marcadores referenciais

Observe que o número de exemplos extraído do corpus br-ing é consideravelmente maior do que o número extraído do corpus ing-br. Isso se deve à seção 5.5 (Qualificações), em que somente traduções de português para inglês foram analisadas. Lembre que as soluções tradutórias daquela seção (resumidas na seção 5.5.5) encaixaram-se principalmente nos graus 1 e 4. A seção 5.5 incluiu somente traduções de português para inglês por um motivo simples - documentos jurídicos norte-americanos e britânicos não contêm os mesmos dados na qualificação das partes. Pessoas físicas e jurídicas são qualificadas por seus nomes e endereços, dados omitidos dos documentos dos corpora por motivos de confidencialidade

(mas normalmente apenas transcritos e portanto sem interesse para os fins deste estudo). Muitos dos documentos no corpus ing-br contiveram qualificações no estilo brasileiro devido a uma ou mais partes serem brasileiras; porém, essas qualificações já eram traduções para o inglês do português (e por tradutores desconhecidos), e sua tradução de volta para o português não seria representativa do tipo de tradução que este estudo buscava analisar.

A figura 7.2 exibe os dados para marcadores referenciais nos dois sentidos tradutórios e um cálculo a mais que representa os dados do corpus br-ing sem os dados sobre as traduções das qualificações (seção 5.5).

Figura 7.2 - % de Ocorrência por grau para os dois sentidos tradutórios, com ajuste - marcadores referenciais

Como se vê, sem a influência das soluções tradutórias para as qualificações, os dois sentidos tradutórios têm quase exatamente o mesmo perfil (em termos de grau de aproximação). Portanto, os dados da seção 5.5 explicam as diferenças entre as percentagens apresentadas na tabela 7.5.

Na tabela 7.6 apresento os dados referentes ao grau de aproximação para marcadores estilísticos para os dois corpora representando os dois sentidos tradutórios: inglês para português brasileiro e português brasileiro para inglês. O número de exemplos em cada sentido é muito mais equilibrado do que para marcadores referenciais.

Marcadores Estilísticos				
Grau	corpus ing-br	corpus br-ing	corpus ing-br	corpus br-ing
1	0	0	0%	0%
2	12	8	12%	10%
3	43	31	42%	38%
4	0	0	0%	0%
5	48	42	47%	52%
total	103	81	100%	100%

Tabela 7.6 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos traduzidos para português (corpus ing-br) e para inglês (corpus br-ing) - marcadores estilísticos

As percentagens de ocorrências para cada grau são quase iguais. Portanto, não há comportamento diferente (segundo a medida de grau de aproximação) para marcadores estilísticos, e as diferenças vistas nos dois sentidos tradutórios para marcadores referenciais podem ser entendidos através do estudo da tradução de qualificações.

A tabela 7.7 mostra a percentagem de ocorrências por modalidade, dividindo os documentos por sentido tradutório. Simplifiquei as categorias juntando todas as que têm empréstimo mais pelo menos uma outra modalidade em uma categoria, e juntando todos os tipos de modulação.

Modalidade(s)	Corpus br-ing	Corpus ing-br
Correção	0,0%	1,8%
Decalque	1,6%	3,7%
Eq. Cultural	0,4%	0,0%
Eq. Discursiva	10,9%	6,9%
Eq. Funcional	3,1%	5,1%
Empréstimo (EMP)	5,9%	1,4%
Empréstimo + qualquer outra	18%	1,8%
Eq. Operacional	8%	3%
Erro	0,4%	0,9%
Erro + Literal	0,0%	0,0%
Explicitação (EX) + Literal	1,6%	0,5%
Implicitação	0,4%	2,3%
Literal (L)	19,9%	47,0%
Literal + Transcrição	1,2%	0,5%
Modulação (qualquer tipo)	19,5%	16,1%
Omissão	2,0%	0,9%
Transcrição	0,0%	0,9%
Outro	7,0%	7,4%
totais	100%	100%

Tabela 7.7 - Percentagens de exemplos por modalidade traduzidos para português (corpus ing-br) e para inglês (corpus br-ing) — resumidas

A diferença entre as percentagens para empréstimo (com e sem outras modalidades) também deve ser devida aos resultados da seção 5.5, em que só traduções de português para inglês foram analisadas pelos motivos explicados acima. Apenas 9 soluções tradutórias da seção 5.5

não empregaram empréstimo, portanto os números de ocorrência das outras modalidades (e as percentagens relativas entre as outras modalidades) não foram afetados pela presença dos dados da seção 5.5. É importante lembrar que os dados da seção 5.5 representam soluções tradutórias importantes presentes principalmente no sentido tradutório do corpus br-ing.

As outras diferenças principais foram:

1. apenas 19,9% das traduções para inglês foram traduções literais, mas este número subiu para 47% para traduções para português; esta tendência foi vista principalmente na tradução de binômios no capítulo 6;
2. juntando os três tipos de equivalências, havia 22% de emprego de equivalências nas traduções para inglês e somente 15% nas traduções para português. Esta diferença pode ser devida à hegemonia dos EUA e do inglês. Como em geral brasileiros são mais bem informados sobre os EUA do que norte-americanos sobre o Brasil, os tradutores podem considerar importante utilizar termos familiares ao leitor norte-americano da tradução.

Observe, porém, que as percentagens de soluções que empregaram modulação foram semelhantes. Para todas as outras modalidades, as percentagens foram baixas demais para ser possível tirar conclusões.

7.2.2 Traduções juramentadas e não juramentadas

A tabela 7.8 resume as ocorrências de soluções de cada grau de aproximação extraídas de traduções juramentadas e não juramentadas do corpus ing-br.

ing-br	Ocorrências no corpus ing-br		% de cada grau por categoria	
Grau	Juramentado	Não Juramentado	Juramentado	Não Juramentado
1	2	1	2%	1%
2	10	8	9%	8%
3	52	42	47%	40%
4	2	8	2%	8%
5	45	47	41%	44%
totais	111	106	100%	100%

*Tabela 7.8 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos juramentados e não —
corpus ing-br*

Dos 217 exemplos do corpus ing-br, 111 são de traduções juramentadas e 106 são de traduções não juramentadas. A maior diferença entre traduções juramentadas e não foi uma percentagem maior de soluções de grau 4 nas traduções não juramentadas e uma respectiva percentagem menor de soluções de grau 3. Isso provavelmente foi devido à natureza literalizante da tradução juramentada já estudada por Aubert (2005b). A percentagem de ocorrências para os outros graus foi quase igual para traduções juramentadas e não.

A tabela 7.9 resume as ocorrências de soluções de cada grau de aproximação extraídas de traduções juramentadas e não juramentadas do corpus br-ing

br-ing	Ocorrências no corpus br-ing		% de cada grau por categoria	
Grau	Juramentado	Não Juramentado	Juramentado	Não Juramentado
1	6	9	8%	5%
2	6	12	8%	7%
3	26	64	36%	35%
4	13	40	18%	22%
5	22	58	30%	32%
totais	73	183	100%	100%

*Tabela 7.9 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos juramentados e não —
corpus br-ing*

Dos 256 exemplos do corpus br-ing, 73 são de traduções juramentadas e 183 são de traduções não juramentadas. A maior diferença entre traduções juramentadas ou não no corpus br-ing foi a percentagem levemente maior de traduções do grau 4. Os dados para este e para os outros graus eram basicamente iguais.

7.2.3 Traduções para a língua de domínio mais ativo e não

Apenas dois documentos curtos foram traduzidos de inglês para português por não brasileiros. Por esse motivo, os dados para o corpus ing-br para esta variável (LDA) não seriam representativos de nenhuma tendência e só os dados para o corpus br-ing são apresentados na tabela 7.10 abaixo.

br-ing	Ocorrências no corpus br-ing		% de cada grau por categoria	
Grau	Para a LDA	Não para a LDA	Para a LDA	Não para a LDA
1	7	8	5%	7%
2	10	8	7%	7%
3	50	40	34%	37%
4	31	22	21%	20%
5	49	31	33%	28%
total	147	109	100%	100%

Tabela 7.10 - Ocorrências e % de exemplos por grau de documentos traduzidos para a LDA do tradutor e não — corpus br-ing

Em termos de grau de aproximação, quase não há diferença (em termos de percentagem) entre as soluções tradutórias dos tradutores traduzindo para sua língua de domínio mais ativo e não. A maior diferença foi para o grau 5, localização, em que os tradutores com inglês como sua LDA exibiram uma tendência levemente maior a localização.

7.2.4 Situações tradutórias

O conceito de situações tradutórias foi apresentado no capítulo 3, seção 3.4.1. Em resumo, as situações definidas neste estudo são:

- A1 O documento original é assinado e é válido. A tradução ajuda a compreensão da 2ª parte e de terceiros. O autor contrata o tradutor.
- A2 O documento original é um modelo, mas a tradução é assinada e se torna a única versão válida. O autor contrata o tradutor.

- B1 O documento original é assinado e é válido. A tradução ajuda a compreensão da 2ª parte e de terceiros. Alguém que não o autor contrata o tradutor.
- B2 O documento original é um modelo, mas a tradução é assinada e se torna a única versão válida. Alguém que não o autor contrata o tradutor. (Nenhum documento dos corpora paralelo foi desse tipo).

- C1 O documento original é assinado e é válido. A tradução é juramentada e o receptor é o governo.
- C2 O documento original é assinado e é válido. A tradução é normal ou certificada por um tradutor não público, e o receptor é o governo.

- D1 O autor do documento original encomenda uma versão para o idioma da segunda parte (ao contrato ou procuração). Esta tradução é assinada.
- D2 O autor do documento original da situação D1 encomenda uma tradução juramentada de volta para a língua do autor, e o documento se torna válida no idioma original.
- D3 O autor do documento original da situação D1 encomenda uma tradução não juramentada (mas talvez certificada) de volta para a língua do autor. Se esta tradução se torna válida ou não depende das leis do país em questão.

Em muitos casos, não foi possível saber com certeza em qual situação tradutória o documento se encaixava. Observe que quando uma agência envia uma tradução a um tradutor, é freqüente o tradutor não saber nem na hora de fazer a tradução em qual situação tradutória ela se encaixa. Nos casos de incerteza, o documento é tratado como se encaixasse em ambas, e portanto os números de ocorrências não somam ao número total porque alguns documentos são representados mais de uma vez. A tabela 7.11 apresenta as percentagens de cada grau dentro de cada situação tradutória. Observe que a última linha indica o número de exemplos que se encaixaram naquela situação tradutória, como referência.

Grau	A1	A2	B1	C1	C2	D1	D2	D3
1	6%	-	3%	5%	4%	14%	2%	4%
2	9%	17%	8%	5%	-	-	9%	4%
3	33%	26%	44%	49%	42%	43%	33%	27%
4	23%	0%	17%	10%	25%	29%	4%	6%
5	29%	57%	28%	30%	29%	14%	52%	58%
No. total	140	23	146	116	24	7	54	48

Tabela 7.11 - Percentagem de ocorrências por grau por situação tradutória

Os dados para a situação tradutória D1 não são suficientes para chegar a uma conclusão (somente 7 exemplos foram extraídos desse documento, pr52, que poderia ter sido C1, D1 ou D2).

Os dados mostram dois perfis: um seguido pelas situações A1, B1, C1 e C2 e o outro seguido pelas situações A2, D2 e D3. A figura 7.3 mostra os dados para as situações com o primeiro perfil em um gráfico e a figura 7.4 apresenta os dados para as situações com o segundo perfil em um segundo gráfico.

Figura 7.3 - Percentagem de ocorrências por grau para situações A1, B1, C1 e C2

Faz sentido A1 e B1 terem o mesmo perfil, pois a única diferença é quem contratou o tradutor (e em muitos casos não foi possível saber, de modo que há uma sobreposição de dados). C1 e C2 são semelhantes, ambos traduzidos para o receptor governamental (uma agência do governo ou tribunal). A situação C1, que representa tradução jurídica de um original, tem a maior percentagem de soluções de grau 3 e correspondente menor percentagem de soluções de grau 4. A situação C2 tem um número muito maior de soluções de grau 4. Isso pode ser devido ao fato de que traduções do tipo C1 vêm acompanhadas pelo documento original, e portanto o contexto (e alteridade) são aparentes. Uma tradução do tipo C2 não necessariamente seria acompanhada pelo original.

Figura 7.4 - Percentagem de ocorrências por grau para situações A2, D1 e D2

No perfil visto na figura 7.4, os papéis dos graus 3 e 5 são invertidos. Na figura 7.3, o grau 5 representava cerca de 30% das soluções tradutórias para cada situação, e o grau 3 representava entre 33% e 49%. Na figura 7.3, no entanto, o grau 5 é responsável por mais de 50% das soluções tradutórias para as situações A2, D2 e D3, enquanto o grau 3 é responsável por cerca de 30%. A afinidade entre as situações D2 e D3 é claro, pois representam o mesmo passo, com traduções juramentadas na situação D2 e não juramentadas na situação D3. São traduções de uma tradução. A2, ao contrário, representa um modelo em um idioma traduzido para ser utilizado em outro idioma. Talvez a única coisa que tenham em comum seja que a tradução será utilizada na língua de chegada como se fosse original, e precisa seguir mais as normas da língua/país de chegada. Este objetivo é facilitado para as situações D2 e D3, pois

como tradução de tradução a estrutura do original "original" frequentemente fica evidente apesar da tradução intermediária.

7.2.5 Tradutor

Como os exemplos foram extraídos baseados nos termos relacionados às áreas sob estudo (conceitos financeiros, qualificações, arcaísmos, etc.) e não houve nenhuma tentativa de ter uma boa representação de todos os tradutores, os dados para muitos dos tradutores são poucos demais para analisar. O número total de exemplos extraídos de textos de cada tradutor é fornecido na penúltima linha das tabelas 7.12 e 7.13 para referência. O número de documentos dos quais os exemplos foram extraídos é fornecido na última linha. São, na média, 8-10 exemplos por documento. A primeira linha indica, através das anotações LDA ou "não", se as traduções daquele tradutor foram para a LDA do tradutor ou não para o corpus paralelo em questão.

Grau	A (LDA)	B (LDA)	C (não)	E (LDA)	F (LDA)	G (LDA)	H (LDA)	J (LDA)	L (não)	M (LDA)	N (LDA)
1	-	-	-	4%	-	-	-	-	6%	-	-
2	20%	-	-	12%	20%	3%	-	8%	-	14%	10%
3	50%	58%	50%	51%	20%	52%	43%	33%	29%	28%	40%
4	-	3%	50%	-	-	3%	-	-	29%	3%	10%
5	30%	39%	-	33%	60%	42%	57%	58%	35%	55%	40%
No. total ex.	10	31	2	51	15	33	7	12	17	29	10
No. docs	1	3	1	5	2	2	1	2	1	3	1

Tabela 7.12 - Percentagem de ocorrência por grau por tradutor — corpus ing-br

Para o corpus ing-br, analisarei somente os dados dos tradutores B, E, G e M, pois há pelo menos 30 exemplos ou pelo menos 3 documentos de cada.

Figura 7.5 - Percentagem de ocorrência por grau por tradutor - corpus ing-br - tradutores B, E, G, e M

Há uma certa uniformidade na abordagem utilizada pelos tradutores na figura 7.5, segundo a medida de percentagem de ocorrências para cada grau de aproximação. Todos utilizaram poucas soluções de graus 1 e 4. Os dados para os tradutores B, E e G foram bastante semelhantes, e M favoreceu o grau 5 às custas do grau 3.

Os dados para o sentido contrário são apresentados na tabela 7.13. Observe o número maior de tradutores traduzindo de sua língua de domínio mais ativo.

<i>Grau</i>	D (LDA)	E (não)	F (não)	H (não)	K (LDA)	L (LDA)	M (não)	P (LDA)	Q (LDA)
1	6%	7%	-	8%	-	6%	11%	-	-
2	7%	12%	6%	8%	13%	6%	3%	13%	-

3	31%	35%	41%	42%	38%	37%	35%	13%	56%
4	15%	19%	6%	25%	-	33%	27%	25%	11%
5	41%	28%	47%	17%	50%	19%	24%	50%	33%
No. total ex.	68	43	17	12	8	54	37	8	9
No. docs	5	2	2	1	1	6	3	1	1

Tabela 7.13 - % de ocorrência por grau por tradutor — corpus br-ing

Os dados para os tradutores do corpus br-ing seguiram dois perfis. O primeiro representa os tradutores D e E e os dados são exibidos na figura 7.6. O segundo representa os tradutores H, L e M. Observe que não há uma tendência relacionada à tradução para a LDA do tradutor (ou não).

Figura 7.6 - % de ocorrência por grau por tradutor - corpus br-ing - tradutores D, E, L e M

O perfil dos tradutores D e E é semelhante ao perfil dos tradutores na figura 7.5. Os tradutores L e M, porém, representam um segundo perfil ou abordagem, com um número maior de soluções de graus 3 e 4 e números relativamente menores de grau 5. Procurei ver as situações tradutórias dos documentos traduzidos pelos 4 tradutores para ver se essas explicavam a diferença de perfil, mas todos os documentos do L foram A1 ou C1 e todos os documentos do M foram C1, exceto um caso que poderia ter sido C1, D1 ou D2. Os documentos dos tradutores D e E também foram A1 ou B1, com um documento (do tradutor D) com a situação D3. Vimos na figura 7.3 que as situações A1, B1, C1 e C2 têm perfis semelhantes, portanto as diferenças de tipos de situação tradutória não explicam as diferenças entre os tradutores D e E e os tradutores L e M.

7.3 Análises de graus de aproximação e modalidades específicas

Nesta seção focarei alguns aspectos especialmente interessantes dos dados: o uso de empréstimo junto com outras modalidades, a correspondência entre tradução literal e grau de aproximação, e a equivalência funcional.

7.3.1 *Empréstimo + outras modalidades*

Este estudo mostrou que há uma tendência forte de uso de empréstimo para a tradução de marcadores referenciais, especialmente quando o original contém uma sigla. Empréstimos puros representaram 4% das soluções tradutórias dos exemplos estudados, enquanto empréstimos empregados junto com outras modalidades representaram 11% das soluções tradutórias. Os tipos de modalidades empregados junto com empréstimo são detalhados na tabela 7.14, em ordem alfabética.

Modalidade	Ocorrências
EMP	18
EF-EMP-EX	2
EF-EMP-EX-L	2
EMP-EF-EX	1

EMP-EF-EX-L-M	1
EMP-EF-EX-M	3
EMP-EO	1
EMP-EO-EX	2
EMP-EX	1
EMP-EX-L	16
EMP-EX-L-M	2
EMP-EX-M	3
EMP-L	12
EMP-L-M	2
EMP-L-T	1
EMP-M-T	1
Total	68

Tabela 7.14 - Modalidades com empréstimo nos dois corpora paralelos

7.3.2 Tradução literal vs. grau de aproximação

No capítulo 3, esbocei quais modalidades freqüentemente coincidem com quais graus de aproximação. Não há uma classificação ou regra absoluta, pois a modalidade foca o *processo e o produto*, enquanto o grau de aproximação foca o *produto*. Em muitos casos, seria possível identificar o grau de aproximação através da tradução sem consultar o original.

A tradução literal é uma das modalidades mais versáteis. A figura 7.7 mostra a distribuição de tradução literal entre os graus de aproximação para os exemplos deste estudo.

Figura 7.7 - Frequência de ocorrência por grau para tradução literal

Os poucos casos de grau 4 foram situações em que o original não continha um sinal de alteridade, como o nome do país. As soluções de grau 5 foram as situações felizes em que a tradução literal de uma expressão ou termo em um idioma resultava em uma expressão ou termo já comum no idioma de chegada. Este foi o caso com a tradução de "*good faith*" para "boa-fé" e o contrário. Os casos de traduções de grau 2 foram quase decalques, e não houve soluções de grau 1. Como esperado (baseado na definição dos graus no capítulo 3), a grande maioria se encaixou no grau 3 de aproximação.

7.4 Outra maneira de apresentar as modalidades

Na seção 7.1, apresentei a frequência de ocorrência das modalidades segundo as 25 categorias definidas na seção 4.5.5. Porém, a maioria dos outros estudos descritivos que empregou modalidades para descrever soluções tradutórias utilizou a palavra como a unidade de estudo. Não seria possível fazer alterar a unidade de estudo sem revisitar todos os exemplos (e a análise seria outra). Porém, para fins de comparação, calculei as percentagens segundo outro critério. Quando uma unidade de estudo foi traduzida pela combinação de modalidades D-EX-L (por exemplo), tratei-a como se fosse um exemplo de tradução através de decalque, outro através de explicitação e outro através de tradução literal. Dessa maneira, não há diferença

entre duas modalidades empregadas juntamente para traduzir a mesma unidade de estudo e as duas modalidades empregadas separadamente para traduzir duas unidades diferentes. Os resultados desse cálculo alternativo são apresentados na tabela 7.15.

Modalidade	Ocorrências	Percentual (sobre 473)
Correção	6	1,3%
Decalque	16	3,4%
Eq. Cultural	1	0,2%
Eq. Discursiva	46	9,7%
Eq. Funcional	33	7,0%
Empréstimo	71	15,0%
Eq. Operacional	34	7,2%
Erro	10	2,1%
Explicitação	47	9,9%
Implicitação	12	2,5%
Literal	215	45,5%
Modulação	70	14,8%
ME (especif.)	1	0,2%
MG (general.)	11	2,3%
MP (parte)	16	3,4%
MT (todo)	6	1,3%
Omissão	11	2,3%
Transcrição	12	2,5%

Tabela 7.15 - Frequência de Ocorrência de cada modalidade tomada separadamente

Observe que as percentagens não somam a 100%, pois o número de unidades de estudo (o denominador do cálculo) foi mantido. Esta maneira de calcular as percentagens é semelhante

ao método utilizado por Matthews (2003), mencionado na introdução (capítulo 1). Observe que o que ela chama de "equivalência" seria semelhante às modalidades "equivalência discursiva" e "equivalência operacional" deste estudo, e não com a soma dos três tipos de equivalência.

Juntando estes dois tipos de equivalência em uma categoria, juntando todas as modulações e outras equivalências em outra categoria, e juntando os resultados para tradução literal e transposição (pois o estudo de Matthews diferencia entre elas e este estudo não), é possível comparar os resultados em uma primeira aproximação.

Procedimento (Matthews, 2003)	Inglês para francês	Inglês para espanhol	Este estudo (inglês /português)
Equivalência	45%	26%	17%
Modulação	80%	18%	29%
Tradução Literal ou Transposição	57%	104%	46%

Tabela 7.16 - Comparação com os dados de Matthews (2003)

O que os dados da tabela 7.16 mostram, mais do que qualquer outra coisa, é que a escolha dos trechos para estudar faz uma diferença enorme nos resultados.

Os outros estudos citados na introdução são baseados no modelo de Aubert (1984, 1998, 2005a). A unidade de estudo foi a palavra nesses casos, e todas as palavras foram analisadas. Apesar das diferenças, há uma correspondência entre as modalidades utilizadas neste estudo e as utilizadas nos estudos de Zanotto (1993) e Camargo (1998). Estes estudos são descritos em mais detalhes na seção 1.3 deste estudo. Este estudo juntou tradução literal e transposição em uma modalidade chamada "tradução literal". Todos os tipos de modulação e equivalência deste estudo se encaixam na modalidade "modulação" de Aubert. Os dados são apresentados no formato das modalidades de Aubert (2005a) na tabela 7.17, junto com os resultados de

Zanotto (1993) e de Camargo (1998), ambos para textos jurídicos. Nem todas as modalidades são apresentadas na tabela e nem todas as modalidades são exatamente as mesmas, mas é uma primeira aproximação.

Modalidade	Este estudo (sobre 473)	Zanotto (1993)	Camargo (1998)
Empréstimo	15,0%	3,7%	3,4%
Explicitação	9,9%	12,0%	n.a.
Tradução Literal (mais transposição)	45,5%	68,3%	64,1%
Modulação (mais equivalências)	46,0%	14,7%	23,4
Omissão	2,3%	0,3%	n.a.

Tabela 7.17 - Dados deste estudo segundo as categorias de Aubert (2005a)

As diferenças entre os resultados deste estudo e os resultados de Zanotto e Camargo são principalmente devido à diferença entre os tipos de unidade de estudo. Este estudo analisou somente marcadores culturais, e os estudos acima citados analisaram todas as palavras no texto. As diferenças principais—mais modulação, mais empréstimo, mais explicitação e menos tradução literal—foram esperadas, por serem os tipos de modalidades empregados quando o tradutor enfrenta um marcador cultural.

7.5 Resumo das conclusões

O objetivo do estudo foi estudar as soluções tradutórias uma a uma, e procurar tendências em termos de modalidades (representando o processo tradutório) e em termos de graus de aproximação (representando o produto da tradução). As análises qualitativas forneceram uma vista de perto do processo tradutório, enquanto as análises quantitativas forneceram uma visão global da tradução jurídica.

7.5.1 *Resumo das análises qualitativas*

Não percebi nenhuma tendência geral que se aplicasse conjuntamente a marcadores referenciais e estilísticos. Considerando cada tipo de marcador separadamente, como mostrado na figura 7.1, soluções de graus 2, 3 e 5 foram empregadas para marcadores estilísticos, com aproximadamente 50% de grau 5, 40% de grau 3 e o restante de grau 2. Soluções de todos os graus foram empregados para marcadores referenciais, com aproximadamente 40% de grau 3, 30% de grau 5, 20% de grau 4 e o restante de graus 1 e 2.

As tendências se mostram, porém, na análise por categoria. Na tradução de tipos de sociedades e outras pessoas jurídicas (seção 5.1), a maioria das soluções é de grau 3 (quase 40%) e 20% são de grau 5. As soluções de grau 3 foram traduções literais e modulações, enquanto as de grau 5 foram equivalências operacionais e modulações.

Na tradução de documentos constitutivos (seção 5.2), dois terços das soluções são de grau 5 e um terço são de grau 3, com uma única solução de grau 4. As soluções de grau 3 são principalmente equivalências funcionais (um dos poucos usos deste tipo de equivalência) com algumas modulações, e as soluções de grau 5 são principalmente modulações.

Na tradução de conceitos jurídicos (seção 5.3), cerca de 50% das soluções são de grau 3, e cerca de 35% são de grau 5, com alguns casos dos outros três graus. As soluções de grau 3 são principalmente literais (quase metade) com modulação (mais um terço) e uma mistura de outras modalidades. As soluções de grau 5 são também principalmente literais (um terço), equivalências operacionais (um quinto) e modulações de todos os tipos (mais um quinto).

Na tradução de conceitos financeiros (seção 5.4), há uma forte influência das traduções dos índices de mercado (cujas traduções é semelhante à tradução das qualificações). Cerca de 35% das soluções são de grau 4, 20% são de grau 3, e graus 1, 2 e 5 são responsáveis por 15% cada. As soluções de grau 1 são todas empréstimos e as soluções de grau 2 são todas decalques. As soluções de grau 3 incluem 2 casos de equivalência funcional, e o restante são de empréstimo mais tradução literal (às vezes com uma terceira modalidade). Quase todas as

soluções de grau 4 são empréstimo com uma outra modalidade (ou mais de uma), e as soluções de grau 5 incluem 3 casos de equivalência operacional, dois casos de transcrição e uma correção. O uso de empréstimo foi o que mais se destacou nessa área.

Na tradução de qualificações de pessoas físicas e jurídicas (seção 5.5), vemos a tendência já vista na seção 5.4 ainda mais forte, com quase todas as traduções do grau 4 e só um quinto das soluções (todas empréstimos puros) de grau 1. As soluções de grau 4 são quase todas empréstimos com uma outra modalidade (ou mais de uma).

Na tradução de arcaísmos na linguagem jurídica (seção 6.1), 60% das soluções são de grau 5, com 20% de grau 2 e mais 20% de grau 3. As soluções de grau 2 são decalques e modulações, enquanto as soluções de grau 3 são 50% modulações e 50% outras modalidades (tradução literal e equivalências funcional e operacional). As soluções de grau 5 são na maioria equivalências discursivas, com quase 20% traduções literais em situações felizes nas quais a tradução literal resulta em uma expressão naturalmente presente na língua de chegada. Comparando os dois sentidos tradutórios, houve uma maior tendência para localização nas traduções para inglês.

Na tradução de binômios tautológicos, todas as traduções se encaixaram no grau 3 (36%) e no grau 5 (64%). A maioria das traduções foi literal para os dois graus, com equivalências discursivas representando 21% das soluções de grau 5. O grau 5 ocorre quando a expressão (na tradução) é naturalmente presente na língua de chegada.

Na tradução de binômios não tautológicos, a percentagem de traduções de grau 3 subiu para 62% (principalmente traduções literais). Das soluções de grau 5 (32% do total), 50% também foram traduções literais e as outras soluções foram equivalências e modulações.

Portanto, a solução tradutória depende muito do tipo de problema, da proximidade dos dois idiomas no caso de marcadores estilísticos e da proximidade dos conceitos jurídicos no caso de marcadores referenciais. Em vez de uma tendência forte para a localização ou para a

neutralidade ao longo de um documento, a decisão parece ser tomada em uma abordagem "caso-a-caso".

7.5.2 Resumo das análises quantitativas

Em resumo, comparado com estudos que analisaram todas as palavras de um texto (e não somente os marcadores culturais), este estudo mostrou que estes marcadores são responsáveis por uma percentagem maior de emprego de equivalências, modulações, explicitações e empréstimos. Esses dados são detalhados na tabela 7.3.

Os tipos de modalidades empregadas e os graus de aproximação resultantes foram diferentes para marcadores referenciais e marcadores estilísticos. Os marcadores estilísticos foram traduzidos de uma maneira compatível com os graus 3 e 5 (com algumas poucas soluções de grau 2), enquanto os marcadores referenciais foram traduzidos de uma maneira compatível com todos os graus de aproximação, especialmente os graus 3, 5 e 4 (nessa ordem de preferência). Esses resultados são apresentados na figura 7.1.

A classificação dos exemplos por grau de aproximação foi analisada para os dois sentidos tradutórios, inglês para português e o contrário. Estes dados são apresentados nas tabelas 7.5 e 7.6 acima e na figura 7.8 abaixo.

Figura 7.8 - % de ocorrência por grau por sentido

As traduções de documentos brasileiros para o inglês mostram uma tendência mais forte para a alteridade, 16% a mais do que as traduções para o português. O número de empréstimos também é maior. As diferenças são devidas aos marcadores referenciais, pois os resultados para os marcadores estilísticos são quase idênticos.

O levantamento das diferenças entre as percentagens de cada grau de aproximação para traduções juramentadas e não juramentadas mostra uma leve preferência para soluções de grau 4 em documentos não juramentados nos dois sentidos. Os valores absolutos, porém, são muito diferentes para tradução para inglês (18% das soluções de grau 4 em documentos juramentados e 22% das soluções em documentos não juramentados) e para tradução para português (2% das soluções de grau 4 em documentos juramentados e 8% das soluções em documentos não juramentados). Esta diferença absoluta provavelmente vem da diferença entre os corpora ing-br e br-ing, detalhada acima. Estes dados são apresentados nas tabelas 7.8 e 7.9.

As diferenças entre as percentagens de cada grau de aproximação para traduções feitas para a LDA do tradutor e da LDA do tradutor também foram levantadas. Apenas os dados para o corpus br-ing foram analisados devido à falta de dados suficientes no outro sentido tradutório. Essa análise (por língua de domínio mais ativo) não foi prevista no planejamento do corpus, e é feita aqui apenas para aproveitar todos os parâmetros disponíveis. Houve pouca diferença nas percentagens de/para a LDA, com a maior diferença igual a 5% para o grau 5 (percentagem maior em traduções para a LDA) e uma diferença de 3% para o grau 3 (percentagem menor em traduções para a LDA). Estas diferenças provavelmente não são significativas.

Em termos de situações tradutórias, os dados se comportaram de duas maneiras. As situações A1, B1, C1 e C2 mostraram o perfil apresentado na figura 7.3, acima, e as situações A2, D2 e D3 mostraram o perfil apresentado na figura 7.4. A diferença principal entre estes dois perfis foi a percentagem muito maior de soluções de grau 5 para as situações A2, D2 e D3, correspondente a uma abordagem de localização do documento original para a língua/país de chegada.

Os dados de grau de aproximação foram compilados por tradutor por sentido tradutório, mas devido ao grande número de tradutores e o número pequeno de documentos contribuídos por cada um, os dados foram esparsos e não foi possível comparar seus estilos com muita precisão. Como os dados não são uniformes (não temos uma tradução juramentada e uma não juramentada de cada tradutor, não temos uma tradução para a LDA e uma não para a LDA de cada tradutor, etc.) em alguns casos um documento de um dado tipo pode influenciar os dados do tradutor (especialmente quando há poucos documentos daquele tradutor). Com esses receios, comparei as percentagens de ocorrência apenas para os tradutores que contribuíram mais de 30 exemplos ou pelo menos 3 documentos. Os perfis são apresentados nas figuras 7.5 e 7.6.

Estes resultados quantitativos, enquanto não conclusivos — especialmente devido ao tamanho do corpus e suas características — podem contribuir para orientar a coleta de corpora jurídicos no futuro.

7.5.3 *Sugestões para trabalhos futuros*

Seria muito difícil conseguir mais documentos para o corpus sem pagar para as traduções (apresentar o original como se fosse um trabalho normal e pagar o colega o preço de mercado para a tradução). Por questões de confidencialidade e até receio de ser analisado e comparado com outros tradutores, mesmo que no anonimato, foi muito difícil coletar os documentos dos corpora paralelos. Considero os corpora esgotados ou quase esgotados para a análise de marcadores culturais, mas seriam uma bela fonte para o estudo de verbos no universo jurídico, especialmente na linguagem de execução (p.ex. *Seller grants, Purchaser acknowledges*), a linguagem de obrigação (p.ex. *Company shall purchase, Company must sell*), a linguagem de discrição (p.ex. *Party may purchase. Company is authorized to sell*) e a linguagem de proibição (p.ex. *Company shall not purchase, Company must not sell*). Os corpora também seriam um bom recurso para o estudo da maneira de declarar e traduzir o conceito de *prazo*, ubíquo na linguagem jurídica.

Creio que os corpora comparáveis seriam uma boa fonte de exemplos para estudos lingüísticos de qualquer natureza, tanto de terminologia da área jurídica quanto dos idiomas em questão em geral. Foram subutilizados nesse estudo devido à natureza das análises. Eles também poderiam ser utilizados para estudar verbos e prazos como mencionado acima.

Um estudo de traduções médicas, especialmente protocolos para estudos clínicos, também seria muito interessante. O esquema de graus de aproximação teria de ser alterado, pois o grau 4 (alteridade) seria pouco utilizado nesse contexto. Porém, um outro esquema relacionado a registro seria muito interessante, pois há situações em que existem dois registros (um entre profissionais médicos e outro entre estes e pacientes) para um dado termo em um idioma, porém há apenas uma solução tradutória no outro idioma.

O material relacionado ao direito no segundo capítulo seria uma boa base para a confecção de um estudo terminológico bilíngüe na área de direito privado, pois os dicionários atualmente disponíveis no mercado apenas listam termos e fornecem uma ou no máximo duas traduções, sem definições ou uma idéia do raciocínio utilizado para chegar àquela tradução.

Referências Bibliográficas

301 Legal Forms, Letters and Agreements. Londres: Lawpack Publishing Ltd. 2002. CD-ROM v. 6.1.

ADAMS, KENNETH A. **Legal usage in drafting corporate agreements.** Westport, Conn.: Quorum Books, 2001. ISBN: 1-56720-410-4

ALVES, WILMA RODRIGUES. **Tradução juramentada e marcadores culturais:** uma questão de dizibilidade. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH/USP, 2005.

AUBERT, F.H. "Descrição e quantificação de dados em tradutologia". **Tradução e Comunicação**, n.º 4. São Paulo, Álamo, 1984.

AUBERT, F. H. Modalidades de tradução: teoria e resultados. **TradTerm 5.1.** São Paulo, CITRAT/FFLCH/USP, 1998. p. 99-128.

AUBERT, F.H. As variedades de empréstimos. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 19, p. 27-42, 2003.

AUBERT, F.H. **Lingüística e Tradução:** A Tradução como Subsídio para os Estudos Lingüísticos Constrativos. São Paulo, FFLCH, USP, 1º semestre de 2005a. Anotações do curso.

AUBERT, F.H. Dilemas da literalidade na tradução juramentada. **Trabalhos em Lingüística Aplicada** vol. 44 (2). IEL, Unicamp. 2005b. p. 247-263. ISSN: 0103-1813.

BARBOSA, H. G. **Procedimentos técnicos da tradução.** 2. ed. Campinas, Pontes, 2004.

BOWKER, LYNNE, PEARSON, JENNIFER. **Working with Specialized Language: a practical guide to using corpora**. London: Routledge, 2002. ISBN: 0-415-23699-1

CAMARGO, ANDRÉ ANTUNES SOARES DE. Vocabulário jurídico do direito de empresa no novo código civil brasileiro. **Confluências - Revista de Tradução Científica e Técnica**. No. 1, Novembro, 2004. pp. 99-104. ISSN 1645-9350. Disponível em: <www.confluencias.net>. Acesso em: 27 set. 2006.

CAMARGO, D. C. de (1993). **As modalidades tradutórias e a tipologia textual**: uma via de abordagem para uma tipologia da tradução interlingual. Tese (doutorado). São Paulo, FFLCH/USP.

CAMARGO, D.C. Aproximações e distanciamentos entre os textos jurídico, técnico, corporativo e jornalístico sob a ótica das modalidades tradutórias. In: VII Encontro Nacional de Tradutores e I Encontro Internacional de Tradutores. **Anais...** ABRAPT/Universidade de São Paulo, 1998.

CHILD, BARBARA. **Drafting Legal Documents**: Principles and Practices, 2nd ed. St. Paul, Minnesota: West Group, 1992. ISBN: 0-314-00325-8

COSTA, PEDRO CORAL. A tradução de inglês para português de documentos constitutivos de sociedades. **Confluências - Revista de Tradução Científica e Técnica**. No. 2, Maio, 2005. pp. 6-27. ISSN 1645-9350. Disponível em: <www.confluencias.net>. Acesso em: 27 set. 2006.

DINIZ, MARIA HELENA. **Dicionário Jurídico**, 2. ed. revisada. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. ISBN: 85-02-02748-4

FAZZIO JUNIOR, WALDO. **Manual de direito comercial**, 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

FIUZA, RICARDO. **Novo Código Civil Comentado**. 5. edição atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

GARNER, BRYAN A. **A Dictionary of Modern Legal Usage**, 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.

GARNER, BRYAN A. **Black's Law Dictionary**, 7th ed. St. Paul, Minnesota: West Group, 1999.

GLENDON, M.A., GORDON, M.W., CAROZZA, P.G. **Comparative Legal Traditions in a Nutshell**. 2nd ed. St. Paul, Minn: West Group, 1999.

HENRIQUES, ANTONIO; MARIA MARGARIDA DE ANDRADE. **Dicionário de verbos jurídicos**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLMES, JAMES S. The name and nature of translation studies. In: Venuti, L. (Ed.) **The Translation Studies Reader**, London/New York: Routledge, 2000.

HOLZ-MÄNTTÄRI, J. Translatorisches Handeln: Theorie und Methode, Helsinki; Suomalainen Tiedekatemia, 1984, In MUNDAY, JEREMY. **Introducing Translation Studies: Theories and Applications**. London: Routledge, 2001.

HOUAISS, ANTÔNIO; VILLAR, MAURO DE SALLES. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KEENAN, DENIS; RICHES, SARAH. **Business Law**, 6th ed. Harlow, England: Longman, 2002.

KLAUDY, KINGA; KÁROLY, KRISZTINA. "Implication in translation: An empirical justification of operational asymmetry in translation". In: 10th International Conference on Translation and Interpreting, Translation Targets, 11 – 13 September 2003. Citado por PYM, ANTHONY, "Explaining Explicitation". **New Trends in Translation Studies**. In Honour of Kinga Klaudy. ed. Krisztina Károly. Budapest, 2005. Version 2.2.

MALMKJÆR, KIRSTEN. "Who Can Make Nice a Better Word than Pretty?: Collocation, Translation and Psycholinguistics". BAKER et al. (Ed.) 1993; pp 213-232 Citado por BAKER, MONA. "Corpora in Translation Studies: An Overview and Some Suggestions for future Research". **Target** v. 7, 223-243, 1995. John Benjamins B.V. Amsterdam.

MARTINS, SERGIO PINTO. **Instituições de Direito Público e Privado**. 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

MATTHEWS, GLADYS GONZÁLEZ. **L'Equivalence en Traduction Juridique**: Analyse des traductions au sein de l'Accord de Libre-Échange Nord-Américain (ALENA). Tese (Doutorado). Faculté des Lettres, Université Laval, Québec, Canadá, 2003.

MELLO, MARIA CHAVES DE. **Dicionário jurídico português-inglês—inglês-português**, 7. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1998.

MUNDAY, JEREMY. **Introducing Translation Studies**: Theories and Applications. London: Routledge, 2001.

NEWMARK, PETER. **A Textbook of Translation**. London: Prentice Hall, 1988.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Inter-American Convention on Personality and Capacity of Juridical Persons in Private International Law**. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-49.htm>> Acesso em: 4 out. 2006.

PARIZATTO, JOÃO ROBERTO. **Manual de prática dos contratos**. São Paulo: Edipa, 2006.

PLÁCIDO E SILVA **Vocabulário Jurídico**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense [200?].

ROBERSON, CLIFF. **The Complete Book of Business Forms and Agreements**. New York: McGraw-Hill, 1994.

ROBINSON, DOUGLAS. **Western Translation Theory**: from Herodotus to Nietzsche. 2nd Ed. Manchester, UK: St. Jerome, 2002.

SALKIE, RAPHAEL. A new look at modulation, In **Translation and Meaning**, Part 5, 2001, p. 433-441.

ŠARČEVIĆ, SUSAN. **New Approach to Legal Translation**. Haia: Kluwer Law International, 1997, citado em Costa (2005), p. 23-24.

SAUSSURE, FERDINAND DE. **Course in General Linguistics**. Chicago: Open Court, 1986. (Tradução por Roy Harris de original em francês originalmente publicado em 1972.)

SCHLEIERMACHER, FRIEDRICH. Über die verschiedenen Methoden des Übersetzens (On the Different Methods of Translating). In ROBINSON, DOUGLAS. **Western Translation Theory**: from Herodotus to Nietzsche. 2nd Ed. Manchester, UK: St. Jerome, 2002.

STEINGOLD, FRED S. **Legal Guide for Starting and Running a Small Business**, 6th ed. Berkeley, California: Nolo, 1992.

TOURY, G. **Descriptive translation studies and beyond**. Tel Aviv: Benjamins translation library, 1995.

VÁZQUEZ-AYORA, GERARDO. **Introducción a la traductología**: curso básico de traducción. Washington: Georgetown University Press, 1977.

VENUTI, L. **The translator's invisibility**. Londres: Routledge, 1995.

VERMONT SECRETARY OF STATE. **Corporation Types**. Disponível em: <<http://www.sec.state.vt.us/tutor/dobiz/TYPE.htm>> Acesso em: 27 set. 2006.

VINAY, JEAN-PAUL, DARBELNET, JEAN-LOUIS. **Stylistique comparée du français et de l'anglais**. Nova edição corrigida. Paris: Didier, 1977.

ZANOTTO, P. F. **Tipos de texto e modalidades de tradução**. Tese (Doutorado). São Paulo, FFLCH/USP, 1993.

Apêndice

Este apêndice contém um resumo dos exemplos (nem todo o texto mostrado nas grades dos capítulos 5 e 6 é mostrado aqui, para conservar espaço) com informações adicionais: um número de referência para o exemplo (consecutivo), o grau de aproximação, a(s) modalidade(s), se o documento foi juramentado (s=sim, n=não) e a situação tradutória. A ordem da tabela imita a ordem dos exemplos nos capítulos de análise. A numeração consecutiva foi dividida nos casos de mais de uma unidade de estudo na mesma célula (pois aqui há apenas uma unidade de estudo por célula). Por exemplo, a linha 57 foi dividida em 57.1 e 57.2.

Seção	Ex.	Arquivo	Original	Tradução	Grau	Mod.	Ju-ram.	Situ-ação
5.1.1	1	co51_br-usD	sociedade anônima	corporationEO	5	EO	n	A1/ B1
5.1.1	1	dc52_br-usD	sociedade anônima	corporationEO	5	EO	n	D3
5.1.1	1	dc53_br-usnE	sociedade anônima	corporationEO	5	EO	n	A1
5.1.1	1	dc54_br-usnE	sociedade anônima	corporationEO	5	EO	s	A1
5.1.1	2	dc51_br-usL	sociedade por quotas de responsabilidade limitada	limited liability companyEO	5	EO	n	A1
5.1.1	2	dc54_br-usnE	sociedade por quotas de responsabilidade limitada	limited liability companyEO	5	EO	s	A1
5.1.1	3	dc52_br-usD	sociedade limitada	limited liability companyEO	5	EO	n	D3
5.1.1	4	dc52_br-usD	sociedade limitada brasileira	limited liability companyEO-O	5	EO-O	n	D3
5.1.1	5	dc52_br-usD	sociedade limitada brasileira	Brazilian limited liability companyL-EO	4	EO-L	n	D3
5.1.1	6	dc52_br-usD	sociedade empresária limitada	limited liability companyEO-O	5	EO-O	n	D3
5.1.1	7	dc54_br-usnE	sociedade limitada empresária	limited liability companyEO-O	5	EO-O	s	A1

5.1.1	8	pr53_br-usnM	sociedade por quotas de responsabilidade limitada	BrazilianEX limited liability companyEO [sociedade por quotas de responsabilidade limitada]EMP	4	EMP-EO-EX	s	C1
5.1.2	9	dc53_br-usN	pessoa jurídica	legal entityM	3	M	n	A1
5.1.2	9	co53_br-usnF	pessoa jurídica	legal entityM	3	M	s	D2
5.1.2	10	dc54_br-usnE	geridos por administradores, pessoas naturais residentes no país	managed by administrators who shall be resident in the country <omissão>	3	O	s	A1
5.1.2	11	pr3_us-brB	a corporation organized and existing in accordance with the laws of	sociedadeMG constituída e existente de acordo com as leis de	3	MG	s	C1/ D2
5.1.2	12	co3_us-brG	a corporation	sociedadeMG	3	MG	N	B1
5.1.2	13	co11_us-brN	acorporation	sociedadeMG	3	MG	N	B1
5.1.2	14	dc3_uk-brE	company	sociedade comercialMP	5	MP	s	C1
5.1.2	15	dc54_br-usnE	sociedades simples	non-enterpreneurial companiesM	2	M	s	A1
5.1.3	16	pr8_ukn-brH	company	sociedadeL	3	L	n	D3
5.1.3	17	dc2_uk-brB	as a company incorporated under the laws	como sociedadeL constituída sob as leis	3	L	s	C1
5.1.3	18	dc3_uk-brE	any company	qualquer sociedadeL	3	L	s	C1
5.1.3	19.1	dc54_br-usnE	sociedades, comerciais	commercialL companiesL	2	L	s	A1
5.1.3	19.2	dc54_br-usnE	sociedades civis	civil companies	2	L	s	A1
5.1.3	20	dc1_us-brE	close corporation.	sociedade de capital fechadoEF.	3	EF	s	C1
5.1.4	21.1	co2_us-brG	corporation	sociedade anônima	5	EO	N	B1
5.1.4	21.2	co2_us-brG	partnership	sociedade	5	MG	N	B1
5.1.4	21.3	co2_us-brG	organization	pessoa jurídica	5	M	N	B1

5.1.4	22.1	co2_us-brG	of any person	de qualquer pessoaL	3	L	N	B1
5.1.4	22.2	co2_us-brG	corporation	sociedade	3	MG	N	B1
5.1.4	22.3	co2_us-brG	entity	entidade	3	L	N	B1
5.1.4	23.1	pr4_ukn-brM	company	sociedade	5	MG	s	D2
5.1.4	23.2	pr4_ukn-brM	corporation	<omitido>	3	I	s	D2
5.1.4	24.1	dc4_uk-brE	company	empresa	3	L	s	C1
5.1.4	24.2	dc4_uk-brE	partnership	parceria	3	L	s	C1
5.1.4	24.3	dc4_uk-brE	joint venture	empreendimento conjunto	2	L	s	C1
5.1.4	24.4	dc4_uk-brE	trust	fidúcia	3	L	s	C1
5.1.4	24.5	dc4_uk-brE	enterprise	empreendimento	3	L	s	C1
5.1.4	25.1	dc4_uk-brE	individual	Indivíduo	3	L	s	C1
5.1.4	25.2	dc4_uk-brE	corporation	pessoa jurídica	3	MG	s	C1
5.1.4	25.3	dc4_uk-brE	trust	fidúcia	3	L	s	C1
5.1.4	25.4	dc4_uk-brE	estate of a deceased individual	espólio de um indivíduo falecido	3	L	s	C1
5.1.4	25.5	dc4_uk-brE	partnership	parceria	3	L	s	C1
5.1.4	25.6	dc4_uk-brE	unincorporated association of persons.	associação não constituída de pessoas	2	L	s	C1
5.1.4	26.1	dc2_uk-brB	private corporation	empresa privada	3	MG	s	C1
5.1.4	26.2	dc2_uk-brB	public corporation	empresa estatal	5	M	s	C1
5.1.4	26.3	dc2_uk-brB	semi-public corporation	empresa de economia mista	5	M-MG	s	C1
5.1.4	26.4	dc2_uk-brB	juridical person	pessoa jurídica	3	L	s	C1
5.1.4	27.1	dc2_uk-brB	corporation	sociedade	3	MG	s	C1
5.1.4	27.2	dc2_uk-brB	juridical persons	pessoa jurídica	3	L	s	C1
5.1.4	28.1	dc2_uk-brB	company	outra sociedade	3	L	s	C1
5.1.4	28.2	dc2_uk-brB	partnership	sociedade em comandita ou em nome coletivo	5	EO	s	C1
5.1.4	28.3	dc2_uk-brB	joint venture	“joint venture”	3	EMP	s	C1
5.1.4	28.4	dc2_uk-brB	trust	sociedade de negócios fiduciários [“trust”]	4	EF-EMP	s	C1
5.1.4	28.5	dc2_uk-brB	enterprise	empresa	3	M	s	C1

5.1.4	29.1	dc54_br-usnE	autarquias	agencies	3	MG	s	A1
5.1.4	29.2	dc54_br-usnE	sociedades de economia mista	mixed capital companies	3	L	s	A1
5.1.4	29.3	dc54_br-usnE	entidades paraestatais	parastate companies	2	D-M	s	A1
5.1.4	30.1	dc3_uk-brE	company	sociedade comercial	5	MP	s	C1
5.1.4	30.2	dc3_uk-brE	corporation	sociedade anônima	5	EO	s	C1
5.1.4	31.1	co50_br-usL	pessoa jurídica	business entityEF	3	EF	N	B1
5.1.4	31.2	co50_br-usL	entidade legal	legal entity	3	L	N	B1
5.1.4	32.1	dc52_br-usD	pessoa física	individual	3	L	n	D3
5.1.4	32.2	dc52_br-usD	pessoa jurídica	entity	3	M	n	D3
5.1.4	33.1	co59_br-usL	pessoa física	individual	3	L	n	B1
5.1.4	33.2	co59_br-usL	pessoa jurídica	business	3	M	n	B1
5.2.1	1	co5_us-brJ	articles of incorporation	atos constitutivosEF	3	EF	N	D3
5.2.1	2	dc1_us-brE	ARTICLES OF INCORPORATION	ATOS CONSTITUTIVOSEF	3	EF	s	C1
5.2.1	3	pr8_ukn-brH	articles of association	contrato social	5	MT	n	D3
5.2.1	4	co2_us-brG	charter or bylaws	atos constitutivosEF	3	EF	N	B1
5.2.1	5	dc1_us-brE	Bylaws	contrato socialMT	5	MT	s	C1
5.2.1	6	co5_us-brJ	bylaws	Estatuto Social	5	C	N	D3
5.2.2	7	dc4_uk-brE	Articles of Association	Estatutos Sociais	5	MT	s	C1
5.2.2	8	pr4_ukn-brM	Articles of Association	contrato social	5	C	s	D2
5.2.2	9	pr4_ukn-brM	Amendment to the Articles of Association	Alteração Contratual	5	C-M	s	D2
5.2.2	10	pr4_ukn-brM	Articles of Association	estatutos e contratos sociais	5	C-EX	s	D2
5.2.2	11.1	dc3_uk-brE	Memorandum of Association	Instrumento de Constituição	3	EF	s	C1
5.2.2	11.2	dc3_uk-brE	Articles of Association	Estatutos Sociais	5	MT	s	C1
5.2.2	12.1	dc2_uk-brB	Memorandum of Association	Protocolo de Constituição	3	M	s	C1
5.2.2	12.2	dc2_uk-brB	Articles of Association	Contrato Social	5	MT	s	C1
5.2.2	13	dc4_uk-brE	Memorandum of Association	Instrumento de Constituição	3	EF	s	C1

5.2.3	14	co52_br-usK	contrato social	articles of association	5	MP	n	A2
5.2.3	15	dc52_br-usD	contrato social	articles of association	5	MP	n	D3
5.2.3	16	dc54_br-usnE	contrato social	articles of association	5	MP	s	A1
5.2.3	17	dc52_br-usD	atos constitutivos	articles of association	5	MP	n	D3
5.2.3	18	dc51_br-usL	contrato social	articles of organization	5	MP	n	A1
5.2.3	19	dc53_br-usnE	contrato social	operating agreement	3	EF	n	A1
5.2.3	20	co60_br-usP	atos constitutivos	articles of incorporation	5	MP	n	A1
5.2.3	21	dc50_br-usL	estatuto social	by-laws	5	MP	n	A1
5.2.3	22	dc50_br-usL	regimento interno	association rules	3	EF	n	A1
5.2.3	23	co61_br-usQ	estatutos sociais	corporate by-laws	5	MP	n	C2
5.2.3	24	co51_br-usD	atos constitutivos	articles of incorporation	5	MP	n	A1/ B1
5.2.3	25	pr52_br-usnM	estatuto social	constituting and operating document	3	EF	s	C1/ D1/ D2
5.2.3	26	co50_br-usL	contrato social	charter	3	M	N	B1
5.2.3	27.1	dc52_br-usD	contrato social	articles of association	5	MP	n	D3
5.2.3	27.2	dc52_br-usD	estatuto social	by-laws	5	MP	n	D3
5.2.3	28	pr53_br-usnM	contrato social consolidado	restated limited liability company agreementM- EX [contrato social]EMP	4	EMP- EX-M	s	C1
5.2.3	29	co55_br-usnH	constituição societária	corporate charter	3	M	n	A1/ B1
5.3.1	30	pr2_us-brM	This is a Durable Power of Attorney.	Esta é uma Procuração com poderes gerais e subsistentes na incapacidade do OutorganteEF.	4	EF	s	C1
5.3.2	31	dc4_us-brE	joint venture	empreendimento conjuntoD	2	D	s	C1
5.3.2	32	dc2_uk-brB	joint venture	“joint venture”EMP	3	EMP	s	C1
5.3.2	33	dc52_br-usD	Contrato de Joint Venture (Joint Venture Agreement)	Joint Venture AgreementT-L-I	5	I-L-T	n	D3
5.3.2	34	dc52_br-usD	Contrato de Joint Venture	Joint Venture AgreementT-L	5	L-T	n	D3

5.3.3	35	pr4_ukn-brM	and to grant powers to attorneys-at-laws in order to	outorgar mandatos a advogadosEO para	5	EO	s	D2
5.3.3	36	pr4_ukn-brM	pursuant to the "ad judicium et extra" clause	nos termos da cláusula "ad judicium et extra"L-T	5	L-T	s	D2
5.3.3	37	pr51_br-usL	cláusula ad judicium et extra,	legal representation clauseEF	3	EF	n	A1/ C2
5.3.3	38	dc53_br-usnE	procuradores	attorneys-at-lawME	5	ME	n	A1
5.3.3	39	co61_br-usQ	procuradores	attorneysM	3	M	n	C2
5.3.4	40	co1_us-brnC	appellate court,	Tribunal de RecursosL,	3	L	N	B1
5.3.4	41	co1_us-brnC	State1 Supreme Judicial Court	Supremo Tribunal Judicial de State1L	4	L	N	B1
5.3.4	42	co11_us-brN	United States District Court	Corte Distrital dos Estados Unidos da AméricaD-L	4	D-L	N	B1
5.3.4	43	co3_us-brG	THE UNITED STATES DISTRICT COURT	EM JUÍZO DISTRITALD FEDERALEX DOS ESTADOS UNIDOSL	4	D-EX-L	N	B1
5.3.4	44	co2_us-brG	state or federal court	juízo ou tribunalEX federal ou estadualL	3	EX-L	N	B1
5.3.4	45	co3_us-brG	THE COURTS OF THE State1	O FOROL DO	3	L	N	B1
5.3.4	46	co5_us-brJ	the Courts	o foroL	3	L	N	D3
5.3.4	47	pr8_ukn-brH	any Brazilian civil, criminal or administrative court,	qualquer tribunalI	3	I	n	D3
5.3.4	48.1	pr4_ukn-brM	before the courts	no foro em geralM,	3	M	s	D2
5.3.4	48.2	pr4_ukn-brM	in whatever instance	em qualquer instânciaC,	5	C	s	D2
5.3.4	49	pr6_ukn-br	Commercial Courts	Tribunais ComerciaisL	3	L	s	D2
5.3.4	50	co56_br-usD	foro	courtL	3	L	n	A1/ B1
5.3.4	51	co57_br-usD	foro	courtL	3	L	n	A1/ B1
5.3.4	52	co58_br-usD	foro	courtL	3	L	n	A1/ B1

5.3.4	53	pr54_br-usnM	2ª Vara da Família e Sucessões	Second Court of Family and SuccessionL	3	L	s	C1
5.3.4	54	co52_br-usK	foro	courtsL	3	L	n	A2
5.3.4	55	dc53_br-usnE	foro Central	courtL-O	3	L-O	n	A1
5.3.4	56	co61_br-usQ	Foro Central	Central CourtL	3	L	n	C2
5.3.4	57.1	co50_br-usL	foro	courtL	3	L	N	B1
5.3.4	57.2	co50_br-usL	situação do Imóvel	district where the property is locatedEF	3	EF	N	B1
5.3.4	58	co51_br-usD	foro	court jurisdictionM	3	M	n	A1/ B1
5.3.4	59	co60_br-usP	o foro	the forumL	3	L	n	A1
5.3.4	60.1	co50_br-usL	Foro Central	Central CourtL	3	L	N	B1
5.3.4	60.2	co50_br-usL	Comarca	DistrictEO	5	EO	N	B1
5.3.4	61.1	co53_br-usnF	Foro Central	Central CourtsL	3	L	s	D2
5.3.4	61.2	co53_br-usnF	Comarca	CountyEC	5	EC	s	D2
5.3.4	62.1	co59_br-usL	foro	venueM	3	M	n	B1
5.3.4	62.2	co59_br-usL	Comarca	judicial districtEO	5	EO	n	B1
5.3.4	63.1	dc52_br-usD	foro jurídico	court jurisdictionM	3	M	n	D3
5.3.4	63.2	dc52_br-usD	Comarca	Judicial DistrictEO	5	EO	n	D3
5.3.4	64.1	co55_br-usnH	foro	courtL-I	3	I-L	n	A1/B1
5.3.4	64.2	co55_br-usnH	Comarca	<omissão>	3	O	n	A1/ B1
5.3.4	65.1	dc54_br-usnE	foro da	the courtL of the	3	L	s	A1
5.3.4	65.2	dc54_br-usnE	Comarca	administrative regionEF	3	EF	s	A1
5.3.5	66	co59_br-usL	FORO	VENUE	3	M	n	B1
5.3.5	67	co52_br-usK	DO FORO	VENUE	3	M	n	A2
5.3.5	68	co53_br-usnF	ELEIÇÃO DE FORO	VENUE	3	M	s	D2
5.3.5	69	co55_br-usnH	DO FORO	VENUE	3	M	n	A1/ B1
5.3.5	70	co61_br-usQ	FORO	LEGAL VENUE	3	M	n	C2
5.3.5	71	co51_br-usD	FORO	JURISDICTION	3	M	n	A1/ B1
5.3.5	72	co57_br-usD	FORO	JURISDICTION	3	M	n	A1/ B1
5.3.5	73	co58_br-usD	DO FORO	JURISDICTION	3	M	n	A1/ B1
5.3.5	74	dc53_br-usnE	DO FORO	COURT	3	L	n	A1
5.3.5	75	co60_br-usP	ELEIÇÃO DE FORO	SELECTION OF FORUM	2	M	n	A1

5.3.5	76	dc52_br-usD	DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO	COMPANY NAME, PRINCIPAL PLACE OF BUSINESS AND GOVERNING LAW	5	EDV	n	D3
5.3.5	77	dc52_br-usD	Leis Aplicáveis	Governing Law	5	EDV	n	D3
5.3.5	78	co7_usn-brF	Governing Law and Disputes	Legislação RegenteL e Contendas	2	L	n	A2
5.3.5	79	co6_us-brA	Governing Law	Lei AplicávelM	3	M	n	B1
5.3.5	80	co5_us-brJ	Jurisdiction	Foro de eleiçãoEDV	5	EDV	N	D3
5.3.6	81	co6_us-brA	court of competent jurisdiction	foro da jurisdição competenteL	3	L	n	B1
5.3.6	81	dc4_uk-brE	court of competent jurisdiction	foro da jurisdição competenteL	3	L	s	C1
5.3.6	82	dc2_uk-brB	court of competent jurisdiction	tribunal com jurisdição competenteL	3	L	s	C1
5.3.6	83	co8_us-brF	court of competent jurisdiction	tribunal de jurisdição competenteL	3	L	n	A2
5.3.6	84	co6_us-brA	court of competent jurisdiction	tribunal da jurisdição competenteL	3	L	n	B1
5.3.6	85	co2_us-brG	court of competent jurisdiction	juízo ou tribunalEX competenteI	3	EX-I	N	B1
5.3.7	86	co59_br-usL	21. FORÇA MAIOR	21. ACTS OF GODEO	5	EO	n	B1
5.3.7	87	co59_br-usL	casos fortuitos ou de força maior.	acts of God.MP	5	MP	n	B1
5.3.7	88	co55_br-usnH	força maior	force majeureMT	5	MT	n	A1/ B1
5.3.7	89	co4_us-brJ	force majeure	força maiorMP	5	MP	N	A1/ B1
5.3.7	89	co6_us-brA	force majeure	força maiorMP	5	MP	n	B1
5.3.8	90	co2_us-brG	in good faith	de boa féL	5	L	N	B1
5.3.8	90	co3_us-brG	in good faith	de boa féL	5	L	N	B1
5.3.8	90	co4_us-brJ	in good faith	de boa féL	5	L	N	A1/ B1
5.3.8	90	co7_usn-brF	in good faith	de boa féL	5	L	n	A2
5.3.8	90	dc4_uk-brE	in good faith	de boa féL	5	L	s	C1
5.3.8	91	co3_us-brG	in good faith	em boa féL	5	L	N	B1
5.3.8	91	dc2_uk-brB	in good faith	em boa féL	5	L	s	C1

5.3.8	91	pr2_us-brM	in good faith	em boa féL	5	L	s	C1
5.3.8	92	dc2_uk-brB	are disclosed good faith	revelados de boa féL	5	L	s	C1
5.3.8	93	dc2_uk-brB	good faith	boa féM	5	M	s	C1
5.3.8	94	pr2_us-brM	or the failure to act in good faith	má féM	5	M	s	C1
5.3.8	95	dc1_us-brE	not in good faith	de má féM	5	M	s	C1
5.3.8	96	co3_us-brG	in the good faith judgment	no parecer em boa féL do Banco	5	M	N	B1
5.3.8	97	co6_us-brA	the good faith pursuit of the foregoing.	a boa-féL de	5	L	n	B1
5.3.8	98	dc52_br-usD	de boa fé	in good faithL	5	L	n	D3
5.3.8	99	dc52_br-usD	de boa fé,	in good faithL	5	L	n	D3
5.3.9	100	co11_us-brN	best efforts to	maiores esforçosD	2	D	N	B1
5.3.9	101	co4_us-brJ	best efforts to	melhores esforçosD	2	D	N	A1/ B1
5.3.9	102	co51_br-usD	melhores esforços	<omissão>	3	O	n	A1/ B1
5.3.9	103	dc52_br-usD	seus melhores esforços,	<omissão>	3	O	n	D3
5.3.9	104	co52_br-usK	Aplicar todo zelo,	Put forth its best effortsEO,	5	EO	n	A2
5.3.10	105	dc4_uk-brE	the entering of a nolle prosequi	arquivamento do processoEF	3	EF	s	C1
5.3.10	106	dc3_uk-brE	the issue of shares pari passu	emissão de ações pari passuT-ER	1	ER-T	s	C1
5.3.10	107	dc3_uk-brE	pari passu therewith.	pari passuT-ER com aquelas	1	ER-T	s	C1
5.3.11	108	pr54_br-usnM	pelo regime da comunhão parcial de bens	under the community property systemEO	5	EO	s	C1
5.3.11	109	co50_br-usL	pelo regime da comunhão universal de bens	under the full community property regimeM-L	3	L-M	N	B1
5.4.1	110	dc51_br-usL	quotista	quotaholderD	2	D	n	A1
5.4.1	111	co50_br-usL	quotistas	quota holdersD	2	D	N	B1
5.4.1	112	dc52_br-usD	sócio	quotaholderD	2	D	n	D3
5.4.1	113	dc54_br-usnE	quotista	quotaholderD	2	D	s	A1

5.4.1	114	dc53_br-usnE	quotista	memberEO	5	EO	n	A1
5.4.1	115	pr53_br-usnM	quotista gerente	managing memberEO [quotista gerente]EMP	4	EMP- EO	s	C1
5.4.1	116	dc51_br-usL	quota	quotaEMP	1	EMP	n	A1
5.4.1	116	dc52_br-usD	quota	quotaEMP	1	EMP	n	D3
5.4.1	116	dc54_br-usnE	quota	quotaEMP	1	EMP	s	A1
5.4.1	117	co50_br-usL	quotas ou ações	quotasEMP or shares	1	EMP	N	B1
5.4.1	118	dc53_br-usnE	quotas	sharesM	3	M	n	A1
5.4.1	119	pr8_ukn-brH	quota	quotaT	5	T	n	D3
5.4.1	119	pr4_ukn_brM	quota	quotaT	5	T	s	D2
5.4.1	120	pr8_ukn-brH	as a quotaholder	na qualidade de sócia- quotistaT	5	C	n	D3
5.4.1	121	dc2_uk-brB	member	sócioEO	5	EO	s	C1
5.4.1	121	dc4_uk-brE	member	sócioEO	5	EO	s	C1
5.4.2	122	pr50_br-usL	retirar talões de cheques,	pick upEF checkbooks,	3	EF	n	A1/ C2
5.4.2	123	co61-br-usQ	ficha de compensação	bank collection slipsEF	3	EF	n	C2
5.4.3	124.1	co50_br-usL	IGM-M – Índice Geral de Preços do Mercado	IGP-MEMP (General Market Price IndexL - Índice Geral de Preços do MercadoEMP)	4	EMP-L	N	B1
5.4.3	124.2	co50_br-usL	divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).	released by the Getúlio VargasT FoundationL (FGV)EMP.	4	EMP-L- T	N	B1
5.4.3	125.1	co50_br-usL	Índice Geral de Preços,	The IGP/FGVEMP (General Price IndexL - Índice Geral de PreçosEMP),	4	EMP-L	N	B1
5.4.3	125.2	co50_br-usL	publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP/FGV)	published by the Getúlio VargasT FoundationL	4	L-T	N	B1

5.4.3	126.1	co50_br-usL	Índice de Preços ao Consumidor,	the IPC/FIPEEMP (Consumer Price IndexL - Índice de Preços ao ConsumidorEMP),	4	EMP-L	N	B1
5.4.3	126.2	co50_br-usL	publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas da Universidade de São Paulo (IPC/FIPE).	published by the EconomicEX Research Institute FoundationL of the University of São PauloL.	4	EX-L	N	B1
5.4.3	127.1	co51_br-usD	IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços – Mercado,	General Market Price IndexL (IGP-M/FGV)EMP	3	EMP-L	n	A1/ B1
5.4.3	127.2	co51_br-usD	publicado pela Fundação Getúlio Vargas)	published by the Getúlio VargasT FoundationL	4	L-T	n	A1/ B1
5.4.3	128.1	co51_br-usD	IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna,	IGP-DIEMP: the General Price Index – Domestic AvailabilityL,	3	EMP-L	n	A1/ B1
5.4.3	128.2	co51_br-usD	publicado pela FGV	published by FGVEMP	1	EMP	n	A1/ B1
5.4.3	129.1	co51_br-usD	IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo,	IPCAEMP: the Broad-basedM Consumer Price IndexL,	3	EMP-L-M	n	A1/ B1
5.4.3	129.2	co51_br-usD	publicado pelo IBGE;	published by IBGEEMP;	1	EMP	n	A1/ B1
5.4.3	130.1	co51_br-usD	IPC - Índice de Preços ao Consumidor, publicado pela	IPCEMP: the Consumer Price IndexL published by the	3	EMP-L	n	A1/ B1
5.4.3	130.2	co51_br-usD	FIPE.	Institute of Economic Research FoundationL-EX of the University of São PauloEX (FIPE)EMP	4	EMP-EX-L	n	A1/ B1
5.4.3	131.1	co61_br-usQ	I.G.P.M./	General Market Price IndexL-EX (IGP-	3	EMP-EX-L	n	C2

				MEMP)				
5.4.3	131.2	co61_br-usQ	F.G.V	published by the Getulio VargasT FoundationL-EX	4	EX-L-T	n	C2
5.4.3	132	co60_br-usP	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO (IGPM)	GENERAL INDEX OF MARKET PRICESL (IGPM, ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO)EMP	4	EMP-L	n	A1
5.4.4	144	co54_br-usnF	com o sistema de compensação de "dias- ponte",	with the "bridge-day"D set-off system, with respect to periodEX	2	D-EX	N	A1
5.4.5	145	co51_br-usD	O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) será pago	The MunicipalEX Urban LandL and PropertyM Tax (IPTU)EMP shall be paid	4	EMP- EX-L- M	n	A1/ B1
5.4.5	146	co50_br-usL	IPTU	IPTUEMP (Urban Land and Building TaxesL - Impostos Predial e Territorial UrbanoEX	4	EMP- EX-L	N	B1
5.4.5	147	co59_br-usL	Imposto sobre Serviços de qualquer natureza	Service TaxM (ISSEX - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)EMP	4	EMP- EX-M	n	B1
5.5.1	148	pr50_br-usL	RG 0	with Brazilian Identification NumberEX-EF (RG)EMP 0	4	EF- EMP- EX	n	A1/ C2
5.5.1	149	pr51_br-usL	portador da Cédula de Identidade RG nº 0	with Brazilian IdentificationEX-EF-I Number 0	4	EF-EX- I	n	A1/ C2

5.5.1	150	dc51_br-usL	portador do CPF nº 0 e RG nº 0, SSP/SP,	with ... and Brazilian Identity CardEX-EF Number 0 issued by the São Paulo Secretary of Public Safety	4	EF-EX	n	A1
5.5.1	151	dc51_br-usL	portador da cédula de identidade RG n. 0 SSP/SP,	with ... and Brazilian Identity CardEX-L Number 0 issued by the São Paulo Secretary of Public Safety	4	EX-L	n	A1
5.5.1	152	co50_br-usL	portador da Cédula de Identidade R.G. nº 0-XX/XX	bearer of Brazilian Identity CardEX-L (RG)EMP No. 0-XX/XX	4	EMP-EX-L	N	B1
5.5.1	153	co55_br-usnH	portador da Cédula de Identidade RG nº 0 - SSP/SP	bearer of the Brazilian Identity CardEX-L (RG)EMP No. 0 - SSP/SP	4	EMP-EX-L	n	A1/ B1
5.5.1	154	co55_br-usnH	portador da cédula de identidade RG nº 00000	bearer of the Brazilian Identity CardEX-L (RG)EMP No. 00000	4	EMP-EX-L	n	A1/B1
5.5.1	155	pr52_br-usnM	portador da cédula de identidade RG no. 0 SSP/SP	holder of the identity cardL No.ER RGEMP no. 0 SSP/SP	4	EMP-ER-L	s	C1/ D1/ D2
5.5.1	156	pr53_br-usnM	portador da cédula de identidade RG no. 0/SSP-SP	holder of the identity cardL 0/SSP-SP	3	L	s	C1
5.5.1	157	pr53_br-usnM	portador da cédula de identidade RG no. 0/SSP-SP	holder of the identity cardL No. RGEMP 0	4	EMP-L	s	C1
5.5.1	158	dc53_br-usnE	portador da Cédula de Identidade RG n 0, expedida pela SSP/SP	bearer of Identity CardL RGEMP No. 0, issued by the Public Security Department of the State of São Paulo SSP/SP	4	EMP-L	n	A1

5.5.1	159	pr54_br-usnM	portador da cédula de identidade de RG nº 0-SSP/SP	holder of Identity CardL RGEMP No. 0-SSP/SP	4	EMP-L	s	C1
5.5.1	160	co54_br-usnF	portador da Cédula de Identidade RG 0	bearer of Identity CardL no. RGEMP 0	4	EMP-L	N	A1
5.5.1	161	co56_br-usD	RG.:	RGEMP IdentityEF No.:	4	EF-EMP	n	A1/ B1
5.5.1	162	co59_br-usL	RG	Personal Identification NumberEF	3	EF	n	B1
5.5.1	163	dc53_br-usnE	RG	RGEMP	1	EMP	n	A1
5.5.2	164	dc51_br-usL	SSP/SP	issued byEX the São Paulo Secretary of Public SafetyEX-L	4	EX-L	n	A1
5.5.2	165	dc53_br-usnE	expedida pela SSP/SP	issued by the Public Security DepartmentM of the State of São PauloL-EX SSP/SPEMP	4	EMP-EX-L-M	n	A1
5.5.2	166	co50_br-usL	SSP-SP (ou XXX/XX)	SSP-SP EMP (ou XXX/XXEMP)	1	EMP	N	B1
5.5.2	166	co55_br-usnH	SSP-SP (ou XXX/XX)	SSP-SP EMP (ou XXX/XXEMP)	1	EMP	n	A1/ B1
5.5.2	166	pr52_br-usnM	SSP-SP (ou XXX/XX)	SSP-SP EMP (ou XXX/XXEMP)	1	EMP	s	C1/ D1/ D2
5.5.2	166	pr53_br-usnM	SSP-SP (ou XXX/XX)	SSP-SP EMP (ou XXX/XXEMP)	1	EMP	s	C1
5.5.2	166	pr54_br-usnM	SSP-SP (ou XXX/XX)	SSP-SP EMP (ou XXX/XXEMP)	1	EMP	s	C1
5.5.2	167	pr53_br-usnM	SSP-SP	<omissão>	3	O	s	C1
5.5.3	168	dc51_br-usL	inscrito na OAB/SP n. 0	member No. 0 of the Brazilian Bar AssociationEX-EO, São Paulo State ChapterEX (OAB/SP)EMP	4	EMP-EO-EX	n	A1

5.5.3	169	pr51_br-usL	OAB-SP Nº 0	OAB-SPEMP (Order of Brazilian LawyersL, São Paulo, Enrollment NumberEX) Nº 0	4	EMP-EX-L	n	A1/ C2
5.5.3	170	pr51_br-usL	OAB-SP Nº 0	OAB-SPEMP Nº 0	1	EMP	n	A1/ C2
5.5.3	171	pr50_br-usL	portadora de RNE A000000-B	bearer of Brazilian ResidentM Identity CardEX (RNE)EMP A000000-B	4	EMP-EX-M	n	A1/ C2
5.5.3	172	dc54_br-usnE	portador da Cédula de Identidade RNE 0	holder of foreigners'L RNEEMP identity cardL No. 0	4	EMP-L	s	A1
5.5.3	173	dc53_br-usnE	portador do RNE nº 0, expedido pelo DPF	bearer of Identity CardEX RNEEMP No. 0, issued by the Federal Police Department (DPF)	4	EMP-EX	n	A1
5.5.4	174	co50_us-brL	arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob nº 0	filed with the São PauloT State Board of TradeM (JUCESP)EMP under No. 0	4	EMP-M-T	N	B1
5.5.4	175	pr53_br-usnM	registrado na JUCESP sob no.	filed with JUCESPEMP [Registry of CommerceEF for the State of São Paulo]EX under No. 0	4	EF-EMP-EX	s	C1
5.5.4	176	dc54_br-usnE	JUCESP	São Paulo State Division of CorporationsEX-M	4	EX-M	s	A1
5.5.4	177	dc53_br-usnE	Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP	State of São PauloL Commercial RegistryM (JUCESPEMP)	4	EMP-L-M	n	A1
5.5.4	178	co50_br-usL	inscrita no CGC/MF sob nº 0	enrolled in the BrazilianEX corporateM	4	EMP-EF-EX-L-M	N	B1

				taxpayersEF registryL-EX (CGC)EMP under No.0				
5.5.4	179	co59_br-usL	CNPJ	BrazilianEX TaxpayerEF IdentificationM-EX Number (CNPJ)EMP	4	EMP-EF-EX-M	n	B1
5.5.4	179	dc50_br-usL	CNPJ	BrazilianEX TaxpayerEF IdentificationM-EX Number (CNPJ)EMP	4	EMP-EF-EX-M	n	A1
5.5.4	180	co54_br-usnF	CNPJ/MF	GeneralMTaxpayers'EF RegistryL-EX	3	EF-EX-L-M	N	A1
5.5.4	181	dc52_br-usD	CNPJ No.	taxpayer'sEF-EX (CNPJ)EMP no. 0	4	EMP-EF-EX	n	D3
5.5.4	182	dc52_br-usD	CNPJ No.	taxpayerEF identityM-EX number (CNPJ)EMP 0	4	EMP-EF-EX-M	n	D3
5.5.4	183	dc53_br-usnE	CNPJ/MF N° 0	CorporateLTaxEF-EX CNPJ/MFEMP Number 0	4	EF-EMP-EX-L	n	A1
5.5.4	184	pr51_br-usL	CNPJ	NationalL CorporateLTaxpayers'EF RegisterL-EX (CNPJ)EMP	4	EF-EMP-EX-L	n	A1/ C2
5.5.4	185	co55_br-usnH	CNPJ-MF	CNPJ-MFEMP (National Registry of Legal Entities)L-EX	4	EMP-EX-L	n	A1/ B1
5.5.4	186	co56-br-usD	CNPJ/MF	National Registry of Legal EntitiesL-EX (CNPJ/MF)EMP	4	EMP-EX-L	n	A1/ B1
5.5.4	186	co57_br-usD	CNPJ/MF	National Registry of Legal EntitiesL-EX	4	EMP-EX-L	n	A1/ B1

				(CNPJ/MF)EMP				
5.5.4	186	co58-br-usD	CNPJ/MF	National Registry of Legal EntitiesL-EX (CNPJ/MF)EMP	4	EMP- EX-L	n	A1/ B1
5.5.4	187	dc51_br-usL	CNPJ/MF	National Register of Legal EntitiesL-EX [CNPJ/MF]EMP	4	EMP- EX-L	n	A1
5.5.4	188	pr52_br-usnM	inscrita no CNPJ/MF sob no. 0	enrolled in the national register of legal entitiesL-EX of the Brazilian Ministry of Finance under CNPJ/MFEMP 0	4	EMP- EX-L	s	C1/ D1/ D2
5.5.4	189	pr53_br-usnM	inscrita no CNPJ	enrolled in the BrazilianEX Registry of Legal EntitiesL-EX under No. CNPJEMP 0	4	EMP- EX-L	s	C1
5.5.4	190	pr53_br-usnM	CNPJ/MF	BrazilianEX Registry of Legal EntitiesL-EX of the Ministry of Finance	4	EX-L	s	C1
5.5.4	191	dc54_br-usnE	inscrita no CNPJ sob nº 0	registered at the National Registry of Legal EntitiesL-EX (CNPJ)EMP under No. 0	4	EMP- EX-L	s	A1
5.5.4	192	co60_br-usP	inscrita(o) no CNPJ/MF sob o n.º 0	registered with the CNPJ/MFEMP [National Registry of Legal EntitiesL- EX/Treasury Ministry] under no. 0	4	EMP- EX-L	n	A1
5.5.4	193	dc52_br-usD	CNPJ	CNPJEMP	1	EMP	n	D3
5.5.4	193	dc54_br-usnE	CNPJ	CNPJEMP	1	EMP	s	A1

5.5.4	193	pr53_br-usnM	CNPJ	CNPJEMP	1	EMP	s	C1
6.1.1	1	pr4_ukn-brM	IN WITNESS WHEREOF	Em testemunho do quêD	2	D	s	D2
6.1.1	2	pr1_usn-brM	IN WITNESS WHEREOF	EM TESTEMUNHO DO QUÊD	2	D	s	D2
6.1.1	3	dc1_us-brE	IN WITNESS WHEREOF	Em testemunho do quêD	2	D	s	C1
6.1.1	4	pr6_ukn-brE	In witness whereof	Em testemunho do quêD	2	D	s	D2
6.1.1	5	co7_usn-brF	IN WITNESS OF THIS AGREEMENT	EM TESTEMUNHO DO QUÊD	2	D	n	A2
6.1.1	6	co11_us-brN	IN WITNESS WHEREOF	E, por estarem assim, justas e contratadasEDV	5	EDV	N	B1
6.1.1	7	co5_us-brJ	And being thus agreed,	E, por estarem assim justas e contratadasEDV	5	EDV	N	D3
6.1.1	8	co60_br-usP	E, por estarem justas e contratadas,	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	A1
6.1.1	8	dc52_br-usD	E, por estarem justas e contratadas,	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	D3
6.1.1	8	dc53_br-usnE	E, por estarem justas e contratadas,	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	A1
6.1.1	9	co55_br-usnH	E, por estarem assim justas e contratadas,	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	A1/ B1
6.1.1	9	co58_br-usD	E, por estarem assim justas e contratadas,	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	A1/ B1
6.1.1	9	co61_br-usQ	E, por estarem assim justas e contratadas,	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	C2
6.1.1	9	dc51_br-usL	E, por estarem assim justas e contratadas,	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	A1
6.1.1	10	co57_br-usD	E, por assim estarem justas e contratadas,	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	A1/ B1
6.1.1	11	co56_br-usD	E, por estarem assim justas e avençadas,	In witness whereof, the partiesEDV	5	EDV	n	A1/ B1

6.1.1	12	co52_br-usK	E, por estarem assim justos e contratados,	And in witness whereof EDV	5	EDV	n	A2
6.1.1	13	co61_br-usQ	E por estarem, assim, justas e contratadas	In witness whereof,EDV	5	EDV	n	C2
6.1.1	14	dc54_br-usnE	E por se acharem em perfeito acordo	In witness hereofEDV	5	EDV	s	A1
6.1.1	15	co51_br-usD	E, por estarem assim justas e avençadas,	The parties, hereby undertake and agreeM	3	M	n	A1/ B1
6.1.1	16	co50_br-usL	E, por estarem assim justas e contratadas,	And, thus considered just and agreed,M	2	M	N	B1
6.1.1	17	co52_br-usK	têm entre si justo e contratado o seguinte	in witness whereofEDV agree to the followingL	2	EDV-L	n	A2
6.1.1	18	dc52_br-usD	Assim, estando todos os sócios de acordo,	In witness whereofEDV-ER, the parties, being in agreement,	2	EDV-ER	n	D3
6.1.1	19	pr53_br-usnM	pediu-me e eu lhe lavrei este instrumento ... dou fé.	In witness whereofM, as requested, I have drawn up this deed,	5	M	s	C1
6.1.2	20	pr1_usn-brM	KNOW ALL MEN BY THESE PRESENTS that	SAIBAM QUANTOS A PRESENTE VIREM queEDV,	5	EDV	s	D2
6.1.2	21	pr54_br_usnM	Saibam, quantos este público instrumento de procuração virem que,	KNOW ALL PERSONSEDV to whom this notarized power of attorney may come that	5	EDV	s	C1
6.1.2	22	pr53_br-usnM	SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que,	KNOW ALL PERSONSEDV to whom this power of attorney granted through public deed may come that	5	EDV	s	C1

6.1.3	23	co53_br-usnF	<qualificações das partes> PREÂMBULO: Considerando: Que as Partes celebraram	<qualificações das partes> WITNESSETHEDV: Whereas the Parties executed	5	EDV	s	D2
6.1.4	24	co11_us-brN	WHEREAS	CONSIDERANDO QUEL	5	L	N	B1
6.1.4	25	co11_us-brN	NOW, THEREFORE, in consideration of...	<omissão>Tendo em vista as...	5	O	N	B1
6.1.4	26	co7_usn-brF	WHEREAS	CONSIDERANDO QUEL	5	L	n	A2
6.1.4	27	co7_usn-brF	and now therefore, Company1 and Company2 agree as follows	<omissão> as partes qualificadas supra têm entre si justo e acordado o que segue	5	O	n	A2
6.1.4	28	co56_br-usD	CONSIDERANDO QUE	WHEREASL	5	L	N	A1/ B1
6.1.4	28	co57_br-usD	CONSIDERANDO QUE	WHEREASL	5	L	n	A1/ B1
6.1.4	28	co58_br-usD	CONSIDERANDO QUE	WHEREASL	5	L	n	A1/ B1
6.1.4	28	co60_br-usP	CONSIDERANDO QUE	WHEREASL	5	L	n	A1
6.1.4	29	co53_br-usnF	Considerando:	WhereasL	5	L	s	D2
6.1.4	30	co60_br-usP	CONSIDERANDO QUE	WHEREASL	5	L	n	A1
6.1.5	31	dc1_us-brE	IN WITNESS WHEREOF, the undersigned hereunto set his hand this <date>	Em testemunho do quê, o abaixo-assinado firmouEF este documento no <data>	3	EF	s	C1
6.1.6	32	pr53_br-usnM	Assim, disse do que dou fê;	These were the statements made, which I certifyEO.	3	EO	s	C1
6.1.6	33	pr54_br-usnM	do que dou fê.	which I certifyEO.	3	EO	s	C1
6.1.6	34	pr54_br-usnM	E, de como assim o disse, dou fê.	And I certifyEO that these were the words declared by the	3	EO	s	C1

				Appointor.				
6.1.7	35	co51_br-usD	e na melhor forma de direito	and pursuant to lawM	3	M	n	A1/ B1
6.1.7	36	co55_br-usnH	e na melhor forma de direito	and in the due form of the lawM	2	M	n	A1/ B1
6.1.7	37	pr53_br-usnM	e melhor forma de direito	and in the due form of lawM	2	M	s	C1
6.1.7	38	co56_br-usD	e na melhor forma de direito	and in the best form of the lawL	2	M	n	A1/ B1
6.1.7	38	co57_br-usD	e na melhor forma de direito	and in the best form of the lawL	2	M	n	A1/ B1
6.1.7	38	co58_br-usD	e na melhor forma de direito	and in the best form of the lawL	2	M	n	A1/ B1
6.1.7	39	pr54_br-usnM	e melhor forma de direito	and pursuant to all applicable lawsM	3	M	s	C1
6.1.7	40	pr9_usn-brB	in its best rightful form	na melhor forma do direitoM	5	M	s	D2
6.1.8	41	dc2_uk-brB	aforesaid	acima mencionadosL	3	L	s	C1
6.1.8	42	dc3_uk-brE	aforesaid	descritos acimaM	3	M	s	C1
6.1.8	43	dc4_uk-brE	aforesaid	exposto acimaM	3	M	s	C1
6.1.8	44	dc4_uk-brE	aforesaid	acima expostoM	3	M	s	C1
6.1.8	45	pr4_ukn-brM	aforesaid	supracitadasL	3	L	s	D2
6.1.8	46	co53_br-usnF	acima mencionado	aforesaidL	3	L	s	D2
6.1.8	47	co53_br-usnF	acima	aforesaidM	3	M	s	D2
6.1.8	48	co53_br-usnF	no prazo determinado	within the term aforesaidM	5	M	s	D2
6.1.8	49	co53_br-usnF	citada	aforesaidM	5	M	s	D2
6.1.8	50	co54_br-usnF	referido	aforesaidM	5	M	N	A1
6.1.9	51	pr51_br-usL	seus bastante procuradores	its true and lawfulEDV attorneys	5	EDV	n	A1/ C2
6.1.9	52	pr52_br-usnM	seu bastante procurador	its true and lawfulEDV Attorney	5	EDV	s	C1/ D1/ D2

6.1.9	53	pr54_br-usnM	sua bastante procuradora	his true and lawfulEDV attorney in fact	5	EDV	s	C1
6.1.9	54	co50_br-usL	seus bastantes procuradores	its true and lawfulEDV attorneys,	5	EDV	N	B1
6.1.9	55	pr50_br-usL	meu bastante procurador	my Attorney-in-FactI	5	I	n	A1/ C2
6.1.9	56	pr53_br-usnM	seus procuradores	its true and lawfulEDV attorneys in fact	5	EDV	s	C1
6.1.9	57	pr1_usn-brM	attorney-in-fact	bastanteEDV procurador	5	EDV	s	D2
6.1.9	58	pr2_us-brM	as my Attorney-in-Fact ("Agent").	como minha bastanteEDV procuradora ("Procuradora")	5	EDV	s	C1
6.1.9	59	co2_us-brG	attorney-in-fact	bastanteEDV procurador	5	EDV	N	B1
6.1.9	60	pr5_usn-brE	its true and lawful Attorney	seu bastanteEDV procurador Person2	5	EDV	s	D2
6.1.9	61	pr4_ukn-brM	its true and lawful attorney-in-fact	seus verdadeiros e legítimosL bastantesEDV procuradores	2	EDV-L	s	D2
6.1.9	62	pr1_usn-brM	the true and lawful Attorney-in-Fact	como verdadeiro e legítimo bastanteEDV procurador	2	EDV	s	D2
6.2.1	63	dc2_uk-brB	has such powers and authorities	terá os poderes e a autoridadeL	3	L	s	C1
6.2.1	63	dc4_uk-brB	has such powers and authorities	terá os poderes e a autoridadeL	3	L	s	C1
6.2.1	64	co6_us-brA	full legal power and authority	poder e autoridadeL legal plena	3	L	n	B1
6.2.1	65	pr1_usn-brM	with the powers and authorities	com os poderes e a competênciaL	3	L	s	D2
6.2.1	66	pr2_us-brM	My Agent shall have full power and authority	Minha Procuradora terá plenos poderes e plena	3	L	s	C1

				competênciaL				
6.2.1	67	co2_us-brG	full power and authority	plenos poderes e competênciaL	3	L	N	B1
6.2.1	68	pr2_us-brM	Any power or authority	Todo poder ouL toda autorizaçãoM	3	L	s	C1
6.2.1	69	co2_us-brG	full power and authority	plenos poderesI para	5	I	N	B1
6.2.2	70.1	co7_usn_brF	enter into force and effect	entrará em vigorI-L	5	I-L	n	A2
6.2.2	70.2	co7_usn_brF	and shall remain into force and effect	e permanecerá vigenteI-L	5	I-L	n	A2
6.2.2	76	dc2_uk-brB	force and validity	força e validadeL	3	L	s	C1
6.2.2	76	dc4_uk-brE	force and validity	força e validadeL	3	L	s	C1
6.2.2	77	co52_br-usK	nenhum efeito e/ou validade	no longer effective and/or validL	3	L	n	A2
6.2.3	78	co7_usn-brF	This Agreement is made this 0 day of XX 0000 by and between	Firmam o presente Termo, aos 0 dias de XX de 0000 as Partes <implicação>	5	I	n	A2
6.2.3	79	dc52_br-usD	estipulado entre as sócias	agreed to by and betweenEDV the quotaholders	5	EDV	n	D3
6.2.3	80	co58_br-usD	celebrado entre as partes	entered into by and betweenEDV the parties	5	EDV	n	A1/ B1
6.2.3	81	co56_br-usD	celebrado entre	entered into by and betweenEDV	5	EDV	n	A1/ B1
6.2.3	82	co53_br-usnF	de um lado ... e, de outro lado	by and between EDV	5	EDV	s	D2
6.2.4	83	co11_us-brN	terms and conditions	termos e condições	5	L	N	B1
6.2.4	83	co2_us-brG	terms and conditions	termos e condições	5	L	N	B1
6.2.4	83	co4_us-brJ	terms and conditions	termos e condições	5	L	N	A1/ B1
6.2.4	83	co5_us-brJ	terms and conditions	termos e condições	5	L	N	D3
6.2.4	83	co6_us-brA	terms and conditions	termos e condições	5	L	n	B1

6.2.4	83	co7_usn-brF	terms and conditions	termos e condições	5	L	n	A2
6.2.4	83	dc2_uk-brB	terms and conditions	termos e condições	5	L	s	C1
6.2.4	83	dc3_uk-brE	terms and conditions	termos e condições	5	L	s	C1
6.2.4	84	dc4_uk-brE	on such terms and conditions	nas condições e termos	5	L	s	C1
6.2.4	85	co7_usn-brF	in accordance with the terms and conditions of this Agreement,	em estrita conformidade com o dispostoM neste Termo,	5	M	n	A2
6.2.4	86.1	dc3_uk-brE	To acquire and undertake on any terms	Adquirir e empreender sob quaisquer condiçõesL	5	L	s	C1
6.2.4	86.2	dc3_uk-brE	and subject to any conditions	e sujeito a quaisquer condiçõesL	5	L	s	C1
6.2.5	90	co51_us-brD	em bom estado de conservação, livre e desimpedido de coisas e pessoas	in good condition, free and unencumberedL of things or people,	3	L	n	A1/ B1
6.2.5	91	co59_br-usL	de execução dos trabalhos, deixando-o livre e desimpedido de pessoas e coisas,	where work is performed, leaving it vacantI of people and moveable property,	3	I	n	B1
6.2.5	92	co50_br-usL	até a real e efetiva entrega do imóvel pelos LOCADORES à LOCATÁRIA livre de pessoas e coisas.	as the real and effective transfer of possession of the property to the TENANT by the OWNERS, freeL of people and objects.	3	L	N	B1
6.2.5	93	co3_us-brG	shall be made free and clear of	serão livres e isentosL e de	5	L	N	B1
6.2.5	94	co3_us-brG	free and clear of, and without deduction for, any	livres e desembaraçadosL e sem dedução de quaisquer	5	L	N	B1
6.2.5	95	co8_us-brF	free from defects	livre e isentoEDV de falhas	5	EDV	n	A2

6.3.1	96	co54n	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	N	A1
6.3.1	96	co50_br-usL	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	N	B1
6.3.1	96	dc51_br-usL	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	n	A1
6.3.1	96	dc52_br-usD	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	n	D3
6.3.1	96	dc53_br-usnE	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	n	A1
6.3.1	96	dc54_br-usnE	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	s	A1
6.3.1	96	pr53_br-usnM	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	s	C1
6.3.1	96	pr54_br-usnM	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	s	C1
6.3.1	96	pr51_br-usL	residente(s) e domiciliado(a)(os)	resident and domiciledL	3	L	n	A1/ C2
6.3.1	97	co55_br-usnH	domiciliado	domiciledL	3	L	n	A1/ B1
6.3.1	97	dc52_br-usD	domiciliado	domiciledL	3	L	n	D3
6.3.1	97	dc53_br-usnE	domiciliado	domiciledL	3	L	n	A1
6.3.1	97	pr53_br-usnM	domiciliado	domiciledL	3	L	s	C1
6.3.1	98	dc54_br-usnE	residente	residentL	3	L	s	A1
6.3.1	98	pr50_br-usL	residente	residentL	3	L	n	A1/ C2
6.3.1	99	pr52_br-usnM	domiciliado e residente	resident and domiciledL	3	L	s	C1/ D1/ D2
6.3.1	100	dc51_br-usL	domiciliado	resident and domiciledEDV	3	EDV	n	A1
6.3.1	101	pr8_ukn-brH	resident and domiciled	residente e domiciliado(a)L	5	L	n	D3
6.3.1	101	pr3_us-brB	resident and domiciled	residente e domiciliado(a)L	5	L	s	C1/ D2
6.3.1	101	pr4_ukn-brM	resident and domiciled	residente e domiciliado(a)L	5	L	s	D2

6.3.1	101	pr6_ukn-brE	resident and domiciled	residente e domiciliado(a)L	5	L	s	D2
6.3.1	102	pr5_usn-brE	resident and domiciled	domiciliado e residenteL	5	L	s	D2
6.3.1	103	p7_ukn-brnL	resident and living	residente e domiciliadoL	5	L	n	D3
6.3.2	104	pr53_br-usnM	nomeia e constitui seus procuradores	appointsEDV its true and lawful attorneys in fact	5	EDV	s	C1
6.3.2	105	pr54_br-usnM	nomeia e constitui sua bastante procuradora	appointsEDV his true and lawful attorney in fact	5	EDV	s	C1
6.3.2	106	pr51_br-usL	nomeia e constitui seus bastante procuradores	appointsEDV as its true and lawful attorneys	5	EDV	n	A1/ C2
6.3.2	107	co52_br-usK	nomeia o representante	appointsL the Agent	5	L	n	A2
6.3.2	108	pr52_br-usnM	nomeia e constitui seu bastante procurador	appoints and constitutesL ...	3	L	s	C1/ D1/ D2
6.3.2	109	pr50_br-usL	nomeio e constituo meu bastante procurador	nominate and establishL ...	3	L	n	A1/ C2
6.3.2	110	co2_us-brG	The Undersigned hereby appoints the Pledgee	Pelo presente instrumento, o Signatário nomeia e constituiEDV o Credor Pignoratício	5	EDV	N	B1
6.3.2	111	pr1_usn-brM	HEREBY MAKES CONSTITUTES AND APPOINTS:	NOMEIA E CONSTITUIEDV	5	EDV	s	D2
6.3.2	112	pr2_us-brM	hereby appoint Person2...as my Attorney-in-Fact ("Agent").	PELO PRESENTE INSTRUMENTO, NOMEIOL como minha bastante procuradora ...	3	L	s	C1
6.3.2	113	dc4_uk-brE	of the member appointing the proxy.	do sócio que nomeiaL o procurador.	3	L	s	C1

6.3.2	114	dc4_uk-brE	HEREBY APPOINT X ... to be my/our proxy to vote for me/us at the meeting of members...	POR MEIO DESTE INSTRUMENTO NOMEIOL meu/nosso bastante procurador	3	L	s	C1
6.3.2	115	pr4_ukn-brM	hereby appoints and constitutes as its true and lawful attorneys-in-fact	NOMEIA E CONSTITUIIL como seus verdadeiros e legítimos bastantes procuradores	5	L	s	D2
6.3.2	116	pr5_usn-brE	HEREBY appoints and constitutes Mr. Person2...as its true and lawful Attorney	nomeia e constituiL seu bastante procurador ...	5	L	s	D2
6.3.2	117	pr7_ukn-brnL	names and empowers as its proxy, Person1	nomeia e constituiEDV Pessoa1	5	EDV	n	D3
6.3.2	118	pr9_usn-brB	credits, grants and appointments as proxies the following individuals:	indica, nomeia e constitui M procuradores as seguintes pessoas	5	M	s	D2
6.3.3	119	co3_us-brG	jointly and severally	em conjunto e separadamenteL	3	L	N	B1
6.3.3	120	co6_us-brA	jointly and severally liable	juntamente, e individualmenteL, responsável	3	L	n	B1
6.3.3	121	co2_us-brG	jointly and severally liable	individual e solidariamenteL responsáveis	3	L	N	B1
6.3.3	122	pr9_usn-brB	jointly and singularly	em conjunto ou separadamenteL	3	L	s	D2
6.3.3	123	pr9_usn-brB	individually and collectively	individual e coletivamenteL	3	L	s	D2
6.3.3	124	dc4_uk-brE	singly or jointly	isolada ou conjuntamenteL	3	L	s	C1
6.3.3	125	dc52_br-usD	solidariamente	joint and severallyEO	5	EO	n	D3
6.3.3	125	dc54_br-usnE	solidariamente	joint and severallyEO	5	EO	s	A1

6.3.3	126	pr51_br-usL	em conjunto ou separadamente	jointly and severallyL	5	M	n	A1/ C2
6.3.3	127	co53_br-usnF	como co-responsáveis, solidariamente,	as jointEO co-guarantors	5	EO	s	D2
6.3.3	128	dc53_br-usnE	mas todos respondem solidariamente	although they assume jointEO liability	5	EO	n	A1
6.3.3	129	co50_br-usL	tornando-se o XXX S.A., solidário pagador das exigências	making XXX S.A. the soleER payer of the requirements	3	ER	N	B1
6.3.3	130	co59_us-brL	separada ou conjuntamente	separately or jointlyL	3	L	n	B1
6.3.4	131	co3_us-brG	a corporation duly organized and validly existing	sociedade devidamente constituída e com existênciaL válida	3	L	N	B1
6.3.4	132	pr4_ukn-brM	company duly organized and existing	sociedade devidamente constituída e existenteL	3	L	s	D2
6.3.4	133	pr3_us-brB	a corporation organized and existing	sociedade constituída e existenteL	3	L	s	C1/ D2
6.3.4	134	co5_us-brJ	a company established and existing	empresa constituída e existenteL	3	L	N	D3
6.3.4	135	co11_us-brN	a corporation organized under the laws	uma sociedade constituídaL segundo a legislação	3	L	N	B1
6.3.4	136	pr8_ukn-brH	company duly organized and existing	sociedade devidamente constituídaL e vigenteM	3	L	n	D3
6.3.4	137	co7_usn-brF	any domestic or foreign company established	qualquer empresa nacional ou estrangeira existenteL	3	L	n	A2
6.3.4	138	dc1_us-brE	The purpose or purposes for which the Corporation is organized	O objetivo ou objetivos para os quais a Sociedade é organizadaER	2	ER	s	C1
6.3.4	139.1	co2_us-brG	the Undersigned is	o signatário...	5	L	N	B1

			incorporated	constituídoL				
6.3.4	139.2	co2_us-brG	or otherwise organized	ou por qualquer outra forma organizadoER	2	ER	N	B1
6.3.4	140	dc54_br-usnE	sociedade por quotas de responsabilidade limitada, existente e constituída	a limited liability company, existing and organizedL	3	L	s	A1
6.3.4	141	dc53_br-usnE	constituída	organizedL	5	L	n	A1
6.3.4	142	dc51_br-usL	sociedade devidamente constituída	a corporation duly incorporatedL	5	L	n	A1
6.3.5	143	co11_us-brN	REPRESENTATIONS AND WARRANTIES	DECLARAÇÕES E GARANTIASL	3	L	N	B1
6.3.5	144	co3_us-brG	representation or warranty	declaração ou garantiaL	3	L	N	B1
6.3.5	145	co7_usn-brF	representations and warranties	representaçõesER e garantiasL	2	ER-L	n	A2
6.3.5	146	co7_usn-brF	representation or warranty	representaçãoL nem apresenta qualquer garantiaL,	3	L	n	A2
6.3.5	147	co6_us-brA	contracts, warranties or representations	contrato, garantiasL ou representaçõesER	2	ER-L	n	B1
6.3.5	148	co2_us-brG	representation, warranty or covenant	declaração, garantiaL ou acordo	3	L	N	B1
6.3.5	149	co2_us-brG	representation or warranty made or entered into	declaraçãoL efetuada ou garantiaL assumida	3	L	N	B1
6.3.5	150	co11_us-brN	represents and warrants	declara e garanteL	3	L	N	B1
6.3.5	150	co2_us-brG	represents and warrants	declara e garanteL	3	L	N	B1
6.3.5	150	co3_us-brG	represents and warrants	declara e garanteL	3	L	N	B1
6.3.5	151	co6_us-brA	represents and warrants	representaER e garanteL	2	ER-L	n	B1
6.3.5	152	co5_us-brJ	declare and warrant,	declaram e garantemL	3	L	N	D3